



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JORDANA FONTANA

**UMA ANÁLISE DA DOMINAÇÃO MASCULINA À LUZ
DA NOÇÃO SKINNERIANA DE CULTURA**

Londrina
2019

JORDANA FONTANA¹

**UMA ANÁLISE DA DOMINAÇÃO MASCULINA À LUZ
DA NOÇÃO SKINNERIANA DE CULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Laurenti.

Londrina
2019

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) – Código de financiamento 1736509.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Fontana, Jordana.

Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura / Jordana Fontana. - Londrina, 2019.
257 f.

Orientador: Carolina Laurenti.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2019.

Inclui bibliografia.

1. cultura - Tese. 2. dominação masculina - Tese. I. Laurenti, Carolina. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

JORDANA FONTANA

**UMA ANÁLISE DA DOMINAÇÃO MASCULINA À LUZ DA
NOÇÃO SKINNERIANA DE CULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Área de concentração: Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Profa. Dra. Ana Karina Leme Arantes
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Profa. Dra. Camila Muchon de Melo
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 10 de julho de 2019.

Agradecimentos

Há uma extensa lista de agradecimentos a serem feitos, mas acredito que uma das primeiras pessoas a quem eu devo não só a conclusão deste trabalho, mas também toda a minha evolução durante o mestrado é a mulher incrível que me orientou. Carol, obrigada por todo apoio, carinho e paciência durante essa caminhada. É difícil colocar em palavras o quanto você é uma pessoa e profissional maravilhosa, e como sempre me senti acolhida e segura do que eu estava fazendo devido ao seu apoio. Você é um exemplo que me inspira e demonstra o quão incrível uma professora pode ser.

Agradeço também à Camila e à Ana, que desde a qualificação aceitaram fazer parte da minha banca e colaboraram muito para a evolução do trabalho. Vocês fizeram contribuições de extrema importância para que minha pesquisa fosse concluída com êxito.

Ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento e às demais professoras(es) do mestrado, aprendi muito com vocês, e todas(os) tiveram uma parcela de contribuição na construção deste trabalho e da minha caminhada acadêmica. Estendo meu agradecimento às professoras(es) da graduação, que me ensinaram a amar a psicologia e a Análise do Comportamento, bem como todas as professoras(es) que cruzaram meu caminho na trajetória da minha vida.

Agradeço também a CAPES pelo apoio financeiro, que permitiu que eu me dedicasse em tempo integral a essa pesquisa.

Aos meus pais, Salete e Jadir, saibam que não existem palavras suficientes para expressar minha gratidão por tudo que fizeram por mim, por tudo que sacrificaram para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada por apoiarem minhas escolhas, por confiarem na minha capacidade e estarem ao meu lado durante toda a minha vida e, em especial,

todo esse período de mestrado. Também agradeço aos meus demais familiares que sempre me apoiaram, cada um ao seu modo.

Agradeço também às minhas amigas e amigos que foram essenciais para que eu conseguisse caminhar com sanidade moderada nesses dois anos. Bam, Caca, Duda, Gabi, Le, Manu, Sahra e Mari. Isa, Jeni, Lilian, Nati, Yuri, Laura, Manu, Chris, Amanda e Thainã. Yas, Manu e Bruna. Obrigada pela amizade, ajuda, carinho e companhia – seja discutindo temas de pesquisa ou estando comigo em momentos de descontração fora do contexto universitário.

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho: muito obrigada!

FONTANA, Jordana. **Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura**. 2019. 257 f. Dissertação. (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Resumo

A dominação masculina consiste em um sistema de valores culturais, no qual se favorece o gênero masculino em detrimento do feminino. Essas práticas acarretam a desigualdade de gênero, a qual tem sido estudada por diferentes áreas do conhecimento, inclusive pela psicologia. Em uma linguagem analítico-comportamental, entende-se a dominação masculina como um conjunto de práticas culturais de controle opressivo, que desfavorecem o gênero feminino na distribuição de reforçadores, impedindo também o contracontrole pelas mulheres. Por mais que o número de pesquisas voltadas para discussões de gênero seja extenso e crescente, a participação da Análise do Comportamento nessas questões ainda é pouco expressiva. A fim de preencher essa lacuna, foi realizada uma pesquisa teórica, com o objetivo de analisar as relações de dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura. Para tanto, a pesquisa contou com três etapas. O objetivo da primeira etapa foi examinar o conceito skinneriano de cultura em textos do próprio autor, identificando alguns aspectos responsáveis pelo fortalecimento e enfraquecimento de práticas culturais. A segunda etapa visou identificar e descrever práticas culturais e comportamentos de dominação masculina pautando-se no exame do livro “Dominação masculina”, de Pierre Bourdieu. O objetivo da terceira etapa foi articular as informações produzidas nas duas etapas anteriores, deixando explícitas as teses de Bourdieu sobre dominação masculina e suas respectivas interpretações comportamentais. A partir disso, foi construído um texto final, o que teve como objetivo também facilitar a identificação das práticas, contribuindo para o contracontrole por parte das mulheres. Os principais textos dos referidos autores foram analisados por meio do procedimento de interpretação conceitual de texto (PICT) e os textos secundários por fichamentos de transcrição. A pesquisa concluiu que a dominação masculina pode ser compreendida como uma cultura com assimetria no sistema de reforçadores, com diversas práticas culturais que contribuem para que a cultura de dominação masculina sobreviva. As principais práticas descritas na pesquisa dizem respeito à violência simbólica, um conjunto de práticas culturais inconspícuas, mantido especialmente por seus benefícios às agências de controle. As agências são constituídas majoritariamente por homens e, portanto, estes detêm poder sobre os reforçadores da cultura, manipulando contingências visando seu próprio benefício. Para isso, as agências controladoras reforçam diferencialmente o comportamento de homens e mulheres na cultura, conferindo reforçadores com mais facilidade a homens, isto é, privilégio. Considerando as consequências aversivas que essas práticas apresentam à vida das mulheres, e também dos homens, um planejamento cultural deve visar estratégias de contracontrole dessas práticas, bem como preparar os indivíduos para exercerem o controle face a face, estratégia sugerida por Skinner para a redução do poder das agências. Este trabalho pode ser realizado em coordenação com a teoria política e movimento social feminista, que já tem agido em busca de diferentes formas de controle social que visem a modificação das relações de reforçamento assimétrico entre gêneros na sociedade.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; dominação masculina; cultura; evolução cultural.

FONTANA, Jordana. **Male domination analyzed through Skinnerian notion of culture**. 2019. 257p. (Master Degree in Behavior Analysis) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Abstract

Male domination consists in a system of cultural values, in which the masculine gender is favored, impairing the female gender. These practices entail gender inequality, that has been studied by different areas of knowledge, including psychology. In analytical behavioral terms, the male domination is a set of cultural practices of oppressive control that disadvantage the female gender in the distribution of reinforcers, restraining the countercontrol by woman. Despite the fact that the number of researches about gender is extensive and growing, the participation of behavior analysis in these discussions are not much significant. To fill this gap, a theoretical research was fulfilled with the purpose of analyze the relations of male domination through the Skinnerian notion of culture. To do so, the research was constituted by three stages. The aim of the first stage was examine the Skinnerian concept of culture in the author's texts, identifying aspects responsible for the strengthening and weakening of cultural practices. The second stage aimed to identify and describe cultural practices and behaviors of male domination, based on the exam of Pierre Bourdieu's book named "Male domination". The objective of the third stage was to articulate the information produced in the former phases, explaining Bourdieu's thesis about male domination and their analytical behavior interpretation. After that, a final text was prepared, which aimed to facilitate the identification of the practices, contributing to the countercontrol of woman. The main texts of the authors were analyzed with the procedure of conceptual interpretation of text (PICT), and the secondary texts were analyzed with transcription files. The research concluded that male domination can be understood as a culture with asymmetry in reinforcement system, with a lot of cultural practices that contribute to the survival of male domination culture. The main practices described in this research are about symbolic violence, a set of inconspicuous cultural practices, maintained especially by their benefits to the control agencies. The agencies are constituted mostly by men, and then, they have power over the culture reinforcers. They manipulate contingencies aiming their own benefit, and, for this, they differentially reinforce the behavior of woman and men, giving reinforcers more easily to men. Considering the aversive consequences these practices have on women and men's lives, a cultural planning must look for strategies of countercontrol of these practices, such as preparing people to exercise face to face control, strategy suggested by Skinner to reduce the power of the agencies. These actions can be done in coordination with feminism, a political theory and social movement that have been acting in pursuit of new ways of social control to change the relations of asymmetric reinforcers between genders in society.

Key-words: Behavior Analysis; male domination; culture; cultural evolution.

Sumário

Introdução	9
Objetivos	22
Geral.....	22
Específicos	22
Método	23
Etapa 1: Caracterização da noção skinneriana de cultura	23
Procedimentos da etapa 1.....	24
Etapa 2: Caracterização da dominação masculina	26
Procedimentos da etapa 2.....	26
Etapa 3: Interpretação comportamental da dominação masculina.....	27
Procedimentos do capítulo 3.	28
Resultados e discussão	29
Capítulo 1 – Conceção skinneriana de cultura	30
Seleção pelas consequências e a importância da dimensão cultural no sistema explicativo skinneriano	30
Modelo de seleção por consequências: caracterização geral.	30
O que é cultura?	34
Críticas de Skinner a algumas definições tradicionais de cultura.	34
Definição skinneriana de cultura.....	36
Práticas culturais.	40
O papel do ambiente social na constituição de operantes e respondentes.	42
Agências de controle.	44
Evolução cultural	52
A cultura muda: não está em permanente equilíbrio.....	52
Teses tradicionais sobre as modificações culturais.	53
Ênfase na topografia.....	54
Ênfase nas consequências.....	55
Ênfase no antecedente.	56
Concepção skinneriana das modificações culturais.	58
Caracterização da analogia entre evolução das espécies e evolução cultural.	62
Variação e seleção das práticas culturais.	62
Transmissão de práticas culturais.....	65
Sobrevivência: a força e a fraqueza da cultura.....	69
Evolução e planejamento cultural	72
Planejamento como aceleração.	72
Papel das agências de controle no planejamento.	74
Considerações sobre a cultura e evolução cultural	76
Capítulo 2 – Aspectos do sistema de dominação masculina	84
Notas sobre Bourdieu e sua relação com o feminismo	84
O contexto do livro: análise da sociedade cabila	84
Concepções tradicionais sobre a dominação masculina	85
A concepção de dominação masculina para Bourdieu	89
Expressões da dominação masculina: violência simbólica.....	91
(i) Divisão entre os espaços físicos entre os sexos.....	93
(ii) Divisão sexual de tarefas	94
(iii) Inferioridade da feminilidade.....	96
(iv) Percepção do corpo feminino	96
(v) Sexualidade	98
(vi) Culpabilização da vítima	99

O papel das instituições	104
Problemas enfrentados pela cultura de dominação masculina.....	106
Possibilidades de mudanças nas relações de dominação masculina.....	110
Considerações sobre o sistema de dominação masculina	113
Capítulo 3 – Interpretação da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura	116
Por que falar de uma cultura de dominação masculina?.....	117
A dominação masculina na estrutura da contingência.....	123
(i) Práticas culturais de dominação masculina	123
(ii) Contextos antecedentes responsáveis pela origem e manutenção das práticas	137
(iii) Consequências que mantêm as práticas de dominação masculina.....	141
A evolução da cultura de dominação masculina.....	144
Possibilidade de mudança e enfraquecimento da cultura	147
Análise do Comportamento e dominação masculina.....	155
Conclusão	157
Referências	161
Apêndice A.....	170
Apêndice B	214
Apêndice C	227

Introdução

A disparidade entre gêneros é um fenômeno que vem sendo discutido nos dias atuais e envolve diversas práticas culturais que são reproduzidas tanto por homens quanto por mulheres. Dentre as várias pautas em discussão sobre a desigualdade de gênero, uma delas refere-se às práticas culturais responsáveis pelo estabelecimento de uma hierarquia entre os gêneros, em prejuízo da mulher, o que será tomado como foco nesta pesquisa. Historicamente, essas práticas envolvem um controle sutil e discreto na cultura, associando-se o papel masculino a uma posição de maior poder e dominância (Ruiz, 2003).

Ao discutir os papéis feminino e masculino, Minayo (2005) destaca que a concepção de homens como detentores do poder e de mulheres como submissas vem sendo construída há séculos, fazendo parte dos valores de diversas culturas. Esses valores já são “naturalizados”, isto é, entendidos como algo que sempre fez parte da sociedade, ignorando-se todo o processo de construção histórica dessas formas de relação entre os diferentes gêneros. A desigualdade entre gêneros se dá em diversas esferas, como na área educacional, no contexto do trabalho, na política e também no ambiente doméstico.

Por exemplo, logo ao serem introduzidas ao contexto escolar, crianças já têm seu comportamento modelado por práticas disseminadas pela instituição educacional que reproduzem a desigualdade de gênero. Uma pesquisa realizada pela American Association of University Women (1991) com meninas e meninos de 9 a 15 anos demonstra que profissionais das agências educacionais muitas vezes apresentam tratamento diferenciado a alunos devido ao gênero. Professores dedicam cerca de 2/3 do tempo de aula dando atenção aos meninos, os quais recebem um maior número de elogios e de instruções sobre as tarefas a serem realizadas em comparação com as

meninas. A atenção seletiva de professores interfere até mesmo nas discussões sobre profissões, pois os meninos são mais motivados a seguirem carreiras científicas do que as meninas: 52% dos meninos afirmam que gostariam de serem cientistas, contrastando com os 29% das meninas.

Essas diferenças também podem ser verificadas na divisão de tarefas, nas quais habitualmente meninas ficam com atividades de limpeza e organização, e os meninos com as que envolvem carregar peso; os brinquedos distribuídos para meninas são bonecas e utensílios relacionados a tarefas do lar, enquanto para meninos são carrinhos e itens de luta (Vianna & Finco, 2009). Esse tratamento diferenciado quanto a atividades e aspirações sobre profissões ensina desde cedo meninas a se ocuparem com tarefas relacionadas a cuidados ou tarefas domésticas (que geralmente são consideradas de menor importância na sociedade e que, no futuro, têm rendimento salarial menor), enquanto os meninos são ensinados a se interessar por trabalhos considerados mais difíceis e com maior remuneração, divisão de papéis que contribui para que a dominação masculina continue se perpetuando.

Há diferenças na escola entre meninos e meninas até mesmo na questão de como se posicionar no espaço físico. Meninos ocupam espaços maiores nas salas de aula, envolvem-se mais em atividades que requerem mais expressão corporal (e. g., jogos com contato físico nos quais precisam de maior espaço para se movimentar); já as meninas são ensinadas a escolher atividades que ocupem menos espaço físico e que fiquem mais em silêncio e se expressem menos, como brincar com bonecas (Auad, 2006). Ocupar menos espaço físico e a tendência a ficar mais calada frente a meninos são comportamentos advindos do sistema de dominação masculina (Bourdieu, 1998/2017).

No que diz respeito às dificuldades entre meninos e meninas, Dal'Igna (2007) ressalta que são entendidas de formas distintas: o fracasso escolar masculino é justificado pelo mau comportamento e falta de atenção dos meninos, já o feminino é tomado apenas como falta de conhecimento. A autora afirma que essa hierarquização de gênero, acontecendo desde cedo, atribui diferentes valores aos gêneros, contribuindo para a constituição das relações de poder entre homens e mulheres em favor dos primeiros.

A desigualdade de gênero aparece também no contexto doméstico, e inicia-se desde o ensino de tarefas do lar às crianças. Uma pesquisa realizada com 1771 crianças de 6 a 14 anos demonstrou que em relação às atividades relacionadas à organização doméstica, maiores responsabilidades são atribuídas às meninas. Os dados mostram que a porcentagem de participação de meninas e meninos, respectivamente, são divergentes em todas as atividades, sendo elas: arrumar a cama (81,4% e 11,6%); cozinhar (41,0% e 11,4%); lavar a louça (76,8% e 12,5%); limpar a casa (65,6% e 11,4%); lavar a roupa (28,8% e 6,4%); passar a roupa (21,8% e 6,2%); e cuidar dos irmãos (34,6% e 10,0%). Essa distribuição das atividades mostra uma desigualdade determinada por gênero, tornando as meninas encarregadas pelas tarefas domésticas, o que faz com que meninos tenham mais tempo para outras atividades como brincar e estudar (Plan International Brasil, 2013).

Isso é refletido no contexto laboral, no qual há uma segregação estrutural de gênero, sendo as mulheres destinadas a atividades com rendimentos menores. Os homens ainda são vistos como os principais provedores das necessidades do lar, tendo o trabalho da mulher uma posição menos importante em comparação à do homem, delegando-lhe o posto de mantenedora da família, das tarefas do lar e cuidadora dos filhos (Leite, 2017).

Além disso, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2012) destaca que o Brasil é um dos países com maior desigualdade salarial: de maneira geral, homens ganham cerca de 30% a mais que mulheres, mesmo sendo da mesma faixa etária, com o mesmo nível de instrução e exercendo a mesma função. Pesquisas mais atuais continuam discutindo a disparidade salarial e demonstrando o lento progresso em direção à igualdade (Nascimento, 2016; Oliveira, 2016).

A desigualdade entre homens e mulheres também se verifica na esfera política: o quadro político nacional é dominado por homens, o que muitas vezes o torna hostil para a participação de mulheres. Mesmo constituindo mais de 50% do eleitorado do Brasil, a participação política das mulheres em todos os cargos eletivos resulta numa média de 14%, considerando todos os estados do país (Brasil, 2016). Na América Latina, o Brasil encontra-se em penúltimo lugar no quesito participação das mulheres nos parlamentos, ficando na frente apenas do Haiti. Houve um aumento no número de mulheres eleitas nos últimos anos no Brasil, mas o progresso acontece em um ritmo lento e muito inferior ao desejado. Até mesmo o número de vagas ofertado à candidatura de mulheres é restrito: foi necessário um extenso movimento para que 30% das vagas pudessem ser ocupadas por mulheres (Brasil, 2016).

Essas disparidades, nas diversas esferas que afetam a vida das mulheres, servem como base para gerar violências e crimes mais severos, como o assédio sexual², abuso sexual³ e até mesmo o feminicídio⁴ (Sousa, 2016). Segundo dados de um mapa da violência do Brasil, na idade adulta, o principal agressor da mulher é o parceiro

² Consiste em chantagens, intimidações ou ameaças contra a mulher, com o objetivo de conseguir algum tipo de relação sexual (Vade Mecum, RT, 2016).

³ Práticas sexuais e outros atos que causem constrangimento, realizados contra a vontade da mulher (Vade Mecum, RT, 2016).

⁴ Trata-se de assassinar uma mulher por razão da própria condição de sexo feminino (Vade Mecum RT, 2016).

(namorado ou marido), ou o ex-companheiro, informações que evidenciam as expressões da violência no contexto doméstico (Balestero & Gomes, 2015). Um estudo sobre a mortalidade de mulheres por agressões (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016) mostra que, em um cenário mundial, 40% de todos os homicídios de mulheres são cometidos por parceiros íntimos, enquanto apenas 6% dos assassinatos de homens acontecem pela mesma condição.

Esses fatos são decorrentes de um contexto de desigualdade entre gêneros, que acarreta no prejuízo às mulheres nas diversas esferas da vida. No Brasil, a desigualdade entre gêneros é bastante expressiva: um ranking de desigualdade entre gêneros foi realizado, incluindo na lista um total de 149 países. Em 2018, o Brasil ficou em 95º lugar no ranking, alcançando o pior resultado desde 2011 (World Economic Forum, 2018).

Um dos primeiros passos para compreender a desigualdade de gênero, em todas as suas formas, é examinar o conjunto de práticas culturais voltadas ao gênero, em especial as responsáveis pelas desigualdades entre homens e mulheres, que são comumente denominadas de “patriarcado”, “dominação masculina” ou “machismo” (Hirata, Laborie, Le Doaré, & Senotier, 2009). Apesar de serem conceitos que têm o objetivo de mostrar formas de opressão construídas culturalmente, e embora também sejam utilizados, amiúde, de maneira intercambiável, há uma discussão a respeito dos diferentes usos desses termos.

Hirata, Laborie, Le Doaré e Senotier (2009) definem o patriarcado como uma formação social em que os homens detêm o poder, porém, esse sentido foi atribuído ao termo apenas no fim do século XIX. O termo era comumente empregado na época em

que o regime em vigor era o absolutismo⁵, no qual havia instituições patriarcais com subordinação direta de mulheres em relação aos homens, que, denominados de patriarcas, tinham posse sobre a mulher e os filhos. Em contrapartida, no regime democrático atual, os problemas relacionados à desigualdade de gênero são distintos, aparecendo de formas mais sutis, como a falta de vantagens e oportunidades para mulheres. Por isso, por mais que atualmente o patriarcado se refira a um sistema de práticas sociais opressoras, existem críticas afirmando que esse termo é limitado apenas ao absolutismo, e não capta todas as formas de opressão masculina presentes na atualidade. Embora as instituições familiares conhecidas como patriarcais tenham se modificado, a dominação masculina permanece (Miguel, 2014).

O termo “machismo” também é utilizado de forma mais cotidiana, entretanto, é raro seu uso em publicações acadêmicas e denota um sentido mais limitado ao campo das atitudes (Hirata, Laborie, Le Doaré, & Senotier, 2009). Miguel (2014) defende que o termo dominação masculina tem um alcance mais genérico, pois abrange diferentes épocas e regimes políticos, e seria mais adequado porque torna possível “dar um nome unificador às múltiplas facetas da dominação masculina” (p. 18).

A dominação masculina vem sendo discutida pela literatura feminista e, aos poucos, tem sido incluída também nas pautas de pesquisas da Análise do Comportamento (e.g., Couto, 2017; Couto & Dittrich, 2017; Ruiz, 1998, 2003; Silva & Laurenti, 2016; Wolpert, 2005). A inserção dessa temática na teoria comportamentalista ainda conta com poucas publicações (Couto & Dittrich, 2017), e normalmente as aproximações têm sido realizadas entre o próprio movimento feminista e o

⁵ Teoria política na qual um soberano detém poder absoluto sobre o Estado. Em alguns textos da literatura feminista, o termo patriarcado é considerado vinculado a esse sistema político, devido ao seu contraste com o sistema democrático.

Behaviorismo Radical, ficando a compreensão da dominação masculina em nível cultural apenas citada de forma periférica.

Na literatura feminista existem diversos autores que reúnem esforços com o objetivo de explicar o funcionamento da cultura de dominação masculina. Uma das obras comumente citadas e fundamental para a discussão do assunto é a de Pierre Bourdieu (1930-2002), denominada “Dominação masculina”⁶, a qual será utilizada nesta pesquisa. Bourdieu (1998/2017) define a dominação masculina como um sistema de relações sociais no qual o homem tem posição dominante e a mulher a de submissa. O foco do autor está na violência simbólica, que acontece de forma sutil e invisível, por meio de “um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação” (p. 50-51). Na perspectiva de Bourdieu, essa violência não seria percebida de forma consciente nem por homens nem por mulheres, pois faz parte da sociedade há tanto tempo que já é vista como natural: “A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável” (p. 17).

O autor ainda discute a divisão social de tarefas, afirmando que a sociedade é permeada por relações divididas entre o feminino (que tem conotação de submissão e inferioridade) e masculino (associado a maior poder e dominância). Essa concepção é compatível com dados de pesquisas supracitados que demonstraram desigualdades entre gêneros desde a escola até o ensino de tarefas para crianças. Devido a esse sistema,

⁶ A despeito da escolha da obra de Bourdieu para embasar a pesquisa, sabe-se que o autor já recebeu diversas críticas, sendo as principais delas por se tratar de um homem discutindo relações de dominação masculina. Alguns críticos também se referem ao fato de Bourdieu ter discorrido em sua obra sobre as ressonâncias da dominação masculina nos próprios homens, o que foi entendido como uma forma de amenizar a responsabilização masculina (Hirata, Laborie, Le Doaré, & Senotier, 2009). Contudo, a obra ainda é considerada clássica, comumente citada pela literatura feminista quando o assunto se trata de dominação masculina, devido à análise histórica e abrangente com foco nos aspectos sociais e culturais envolvidos (Burkhart, 2017). Além disso, o livro discute a violência simbólica, uma forma de violência que se faz imprescindível entender de uma perspectiva analítico-comportamental, pois a identificação dos diferentes tipos de controle opressores relacionados ao gênero é condição necessária para se avançar no delineamento de estratégias para seu enfrentamento e superação.

mulheres aprendem que não são capazes de realizar tarefas que são consideradas masculinas. Bourdieu (1998/2017) discute em sua obra os ganhos obtidos por movimentos feministas, e acredita que o estudo científico da dominação masculina em suas múltiplas faces tornaria possível uma “re-historização”, isto é, uma redução do controle opressivo a partir da modificação da cultura de dominação que, há várias gerações, faz parte da sociedade.

A despeito de a pesquisa ser pautada na obra de Bourdieu, o autor utiliza-se de uma matriz teórica divergente da Análise do Comportamento devido à sua formação em sociologia e antropologia e, também, nota-se a influência de correntes teóricas da psicologia, como a psicanálise e a psicologia analítica de Jung. Assim, para realizar uma articulação das ideias do autor em conjunto com a Análise do Comportamento, será realizada uma interpretação analítico-comportamental de seus conceitos.

Tendo em vista que *seleção por consequências* é o modelo de explicação da Análise do Comportamento, a teoria busca compreender o comportamento humano como produto de três níveis de seleção (Skinner, 1981): o filogenético (que diz respeito às características biológicas que fazem parte dos organismos devido à seleção natural), o ontogenético (que remonta aos comportamentos selecionados por suas consequências que fazem parte do repertório de um indivíduo), e o cultural, tomado como o nível mais relevante para esta pesquisa⁷.

Uma vez que as práticas de dominação masculina ultrapassam gerações e têm uma estabilidade no tempo, a discussão desse conceito se dá no nível da cultura. É necessário realizar também uma articulação com o nível ontogenético, contudo, não é possível compreender a complexidade do fenômeno apenas pela análise do segundo

⁷ Atualmente, existem discussões na Análise do Comportamento questionando a validade da cultura como um terceiro nível de variação e seleção (e.g., Zilio, 2016). Entretanto, a pesquisa tomará como ponto de partida a ideia skinneriana de que a cultura consiste em um nível de variação e seleção que, embora dependa dos níveis filogenético e ontogenético, exibe características próprias, que não se reduzem aos demais níveis, exigindo, portanto, um exame específico voltado à sua origem e evolução.

nível de variação e seleção. Ao estudar fenômenos culturais para detectar as variáveis relevantes é necessário olhar para além do comportamento individual, focando nas contingências culturais.

Considerando, então, a viabilidade de que as questões relacionadas à dominação masculina sejam investigadas à luz do *corpus* científico-filosófico da Análise do Comportamento, a pergunta que orienta esta pesquisa é: como seria uma possível interpretação skinneriana das práticas de dominação masculina?

A relevância da pesquisa se dá pela preocupação com questões sociais e políticas, inclusive no que diz respeito à cultura e à modificação de práticas de controle opressivo na sociedade, que aparecem em diversos momentos na obra de Skinner. Isso é notável, primeiramente, pela importância que o autor destina a esse assunto em *Walden II*. A partir disso, continua na seção que dedicou ao estudo da cultura e comportamento social na obra *Science and human behavior* e, posteriormente, nos livros *Beyond freedom and dignity* e *Reflections on behaviorism and society*, amplamente dedicados a assuntos sociais. As publicações relacionadas ao terceiro nível de seleção, a evolução e o planejamento cultural estão em crescimento atualmente, uma tendência de estudos denominada de Análise Comportamental da Cultura. Entretanto, mesmo tendo ferramentas suficientes para trabalhar com a manipulação deliberada de práticas de uma cultura, a atuação da Análise do Comportamento nessa área ainda é incipiente.

Há também um consenso sobre a escassez de publicações no meio acadêmico brasileiro sobre questões relacionadas ao gênero na psicologia de forma geral (Narvaz & Koller, 2007; Smigay, 2002). Já no que diz respeito às publicações da Análise do Comportamento sobre esse tema, Wolpert (2005) direciona uma crítica aos pesquisadores da área, afirmando que variáveis como gênero, etnia e classe social são muitas vezes negligenciadas na realização de análises funcionais, apontando para uma

possível desigualdade de gênero até mesmo no próprio âmbito da Análise do Comportamento (Laurenti et al., 2019). Couto e Dittrich (2017) e Ruiz (2003) destacam que a Análise do Comportamento tem tido uma contribuição pouco expressiva no tocante a questões sociais e de gênero, e que poderia colaborar de forma muito mais ampla para o desenvolvimento de pesquisas nessa área. Atualmente, tem havido iniciativas no cenário brasileiro para superar essa lacuna (Pinheiro & Mizael, 2019), possibilitando que a própria Análise do Comportamento poderia enriquecer seu *corpus* científico-filosófico ao ampliar seu campo de pesquisa inserindo temas como esses de modo mais sistemático em suas agendas de pesquisa.

A pesquisa vai então ao encontro dessa tendência de estudos na Análise do Comportamento, voltando-se de forma mais sistemática ao terceiro nível de seleção, detalhando os principais pontos que fazem parte da cultura para, com base nisso, interpretar a cultura de dominação masculina e sua evolução, de acordo com os conceitos skinnerianos.

Tratar de assuntos que envolvam questões sociais, especificamente a luta pelo fim da desigualdade entre gêneros, evoca a discussão no tocante às divergências entre os interesses da academia e da militância: a militância interessa-se por ações de pessoas ou grupos, que se empenhem em atividades em busca da diminuição das desigualdades; a academia busca produções com normas específicas e pesquisas supostamente neutras. A realização de uma pesquisa que incorpora a dominação masculina nos padrões científicos acaba agregando valores ao que é produzido, podendo receber críticas tanto da militância – que não tem como prioridade os padrões e normas acadêmicas de produção – quanto da academia, por divergir do ideal de neutralidade científica. No entanto, existem críticas na própria Análise do Comportamento contra a ideia de neutralidade científica (Laurenti, 2014). De acordo com a ciência moderna, a inserção

de valores em pesquisas científicas supostamente levaria a uma possível falsidade nos dados, e a objetividade que se busca ao realizar uma pesquisa deveria ser isenta de qualquer compromisso com valores. Porém, a responsabilidade social dos cientistas é inseparável da atividade científica, existindo interesses políticos e econômicos envolvidos no trabalho e os pesquisadores não devem estar alheios a esses fatores.

Assim, a realização de uma pesquisa com viés pela igualdade de direitos pode ser denominada uma ciência engajada, ancorada por valores condizentes com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas [ONU], 2009), a qual afirma que todos os seres humanos nascem livres e com igualdade de direitos, sem nenhuma distinção, inclusive por sexo. Desse ponto de vista, para a redução da desigualdade de gênero na sociedade e promoção do bem comum, é necessário que haja a identificação das contingências que fazem parte dessa cultura, a fim de possibilitar o enfraquecimento desse controle opressivo, o que, de acordo com Skinner (1971), pode ser realizado por meio do contracontrole e pela não transmissão dessa práticas culturais entre gerações. É preciso identificar essas contingências e quais práticas culturais e comportamentos constituem a cultura de dominação masculina, para que estratégias de contracontrole possam ser planejadas, podendo assim contribuir para ações de enfrentamento do movimento feminista.

Ademais, a pesquisa pode contribuir para que a Análise do Comportamento passe a considerar mais as relações de poder envolvidas em uma cultura. Skinner tem sido criticado por autores (e.g., Malagodi, 1986; Prilleltensky, 1994) por ter discorrido sobre o funcionamento de uma cultura ignorando variáveis importantes de poder e desigualdade em sua análise. Trabalhar com uma ciência engajada possibilita uma reflexão sobre a importância da inclusão desses valores e das relações de poder existentes na atualidade para uma análise mais ampla da cultura.

Envolver valores e relações de poder presentes na cultura, incluindo problemáticas de cunho social e de gênero, são desdobramentos necessários para que a própria Análise do Comportamento se insira mais sistematicamente no campo social, e realize ações em prol de seu objetivo político: difundir informações sobre as técnicas de controle utilizadas pelas agências controladoras, como governo, mídia, religião e comércio. Por meio dessas ações, o analista do comportamento estaria auxiliando na identificação de práticas opressivas, tornando o indivíduo menos propenso a ser submisso e aumentando a possibilidade de contracontrole (Pessotti, 2016; Sá, 2016). Ao discorrer sobre a função política do analista do comportamento, Pessotti (2016) afirma que “trata-se de propiciar uma espécie de vacinação em massa contra a submissão incauta às técnicas de controle. Informar a qualquer cidadão em linguagem simples como e quanto seu comportamento é manipulado” (p. 102).

A tecnologia do comportamento pode ser útil para auxiliar na resolução de problemas da humanidade planejando novas práticas culturais não opressivas. O contracontrole apresenta um limite ao poder das agências ou grupos que impõem poder: é a resistência do grupo controlado, quando estes passam a agir em prol de reduzir ou cessar o controle aversivo (Skinner, 1953, 1987). Por isso, é essencial que haja uma discussão sobre práticas de controle opressivas, para que seja possível, em primeiro lugar, identificar quais são essas práticas, o que é uma condição necessária para possibilitar o contracontrole por parte das mulheres. É necessário divisar as variáveis que controlam o comportamento, os tipos de controles envolvidos nas práticas culturais de dominação masculina. Interpretando de forma skinneriana, a dominação masculina pode, então, ser entendida como uma cultura, constituída por um conjunto de práticas culturais, sendo, portanto, passíveis de evolução, o que pode ocasionar o fortalecimento ou o enfraquecimento dessa cultura. Deste modo, discutir a dominação masculina em

termos de evolução cultural abre a possibilidade de modificação dessas práticas, incluindo estratégias de contracontrole.

Objetivos

Geral

Propor uma interpretação skinneriana da cultura de dominação masculina.

Específicos

- Caracterizar a noção de cultura e evolução cultural de uma perspectiva skinneriana.
- Identificar e descrever práticas culturais e comportamentos que fazem parte da cultura de dominação masculina.
- Discutir a cultura de dominação masculina nos termos da concepção skinneriana de cultura.

Método

A pesquisa é de natureza teórica, que tem como objetivo investigar material bibliográfico já publicado, a fim de produzir conhecimento sobre determinada teoria ou conceito desta teoria. Lopes (2016) destaca que a relevância da pesquisa teórica se dá de forma a esclarecer ambiguidades e controvérsias conceituais, bem como investigar aspectos teóricos que orientam demais pesquisas, inclusive empíricas.

Considerando esses pontos, os procedimentos utilizados em pesquisas teóricas mostram-se adequados à proposta de estudo em pauta, que tem como objetivo examinar conceitos basilares da teoria de Skinner, especificamente o conceito de cultura, e interpretar em termos comportamentalistas conceitos que pertencem a outras teorias, como a dominação masculina.

Pautando-se nessas características, a pesquisa é constituída de três etapas:

Etapas 1: Caracterização da noção skinneriana de cultura

O objetivo desta etapa consistiu em definir a noção skinneriana de cultura e, para isso, foram usadas fontes primárias, como obras de Skinner em sua língua original, nas quais ele trata de maneira mais sistemática o conceito de cultura e o processo de evolução cultural. Para alcançar o objetivo, a pesquisa buscou não só compreender o conceito de cultura e práticas culturais, mas também explicitar como acontece a evolução cultural, identificar as características de uma cultura e quais fatores Skinner destaca como determinantes para o fortalecimento e o enfraquecimento de determinadas práticas culturais.

Foram selecionados textos nos quais Skinner discute e exemplifica o conceito de cultura, evolução cultural, planejamento cultural e demais questões relacionadas. Para isso, os conteúdos selecionados inicialmente para a realização dessa etapa foram as

seções 4, 5 e 6 de *Science and human behavior*, e os capítulos 2, 7 e 8 de *Beyond freedom and dignity*. Além disso, foi buscado no index de livros de Skinner o termo cultura, a fim de identificar possíveis capítulos nos quais o autor discute esse conceito. Foram examinados, no total, 16 textos de Skinner, sendo eles: *Freedom, The evolution of a culture* e *The design of a culture* do livro *Beyond freedom and dignity*; *Culture and control, Designing a culture, Social Behavior, Personal control, Group control, Government and law, Religion, Psychotherapy, Economic control* e *Education* do livro *Science and human behavior*; *Verbal behavior, The evolution of behavior* e *The question of control* de *About behaviorism*.

Procedimentos da etapa 1.

Os capítulos em que Skinner discute de modo sistemático o conceito de cultura e de evolução cultural – como aqueles em que os conceitos figuram no próprio título do capítulo, por exemplo – foram examinados com base no Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT) (Apêndice A), cujo objetivo é propor uma maneira de construir interpretações de textos (Laurenti & Lopes, 2016). O procedimento foi realizado por meio de quatro etapas, com subdivisões em cada uma delas, sendo elas:

a) Levantamento dos principais conceitos do texto: nesta etapa, os principais conceitos citados no texto foram listados, sendo considerados como principais ou não de acordo com os objetivos da pesquisa. Esta etapa foi subdividida em 4 passos: primeiro, foram grifados e enumerados os conceitos e doutrinas considerados importantes; segundo, foi encontrada a definição de cada conceito e doutrina no próprio texto; terceiro, foram anotados os resultados, transcrevendo as definições de forma sistematizada a partir da citação de páginas e parágrafos onde podem ser encontrados; e, por último, foram listados os conceitos e doutrinas que não foram definidos no texto e,

caso o conceito fosse prioritário para a pesquisa, foram buscadas definições em outros textos e, em seguida, anotada a definição encontrada bem como em qual texto.

b) Caracterização das teses do texto: o objetivo desta etapa foi a construção de um texto com estrutura conceitual, articulando as teses – consideradas como afirmações feitas pelo autor sobre um determinado assunto. Nesse texto constam: i) *teses tradicionais*, aquelas feitas por outros autores ou doutrinas, as quais o autor estará criticando, ii) *críticas*, o que o autor apresenta como problema da tese tradicional comentada, iii) *teses alternativas*, que o autor propõe como uma alternativa à tese criticada. Esta etapa auxilia na clarificação do que está sendo criticado ou defendido pelo autor em relação aos conceitos que estão sendo estudados, na diminuição da probabilidade de existirem equívocos interpretativos e também na avaliação do posicionamento do autor em relação às teses e doutrinas que ele está criticando. Esta etapa subdividiu-se, então, em quatro passos: primeiro, foram descritas as teses tradicionais (TT) citadas no texto; segundo, foram descritas as críticas (C) do autor destinadas a essas teses; terceiro, foram escritas as teses alternativas (TA) propostas pelo autor; e quarto, foram categorizadas, de acordo com o tema, teses sobre os mesmos assuntos.

c) Elaboração de esquemas: nesta etapa foram apresentados, por meio de diagramas ou figuras, as relações entre as teses tradicionais, críticas e teses alternativas. Assim, identifica-se com mais facilidade as relações entre doutrinas, teorias e conceitos e as possíveis falhas do autor. Esta etapa contou com um único passo, no qual foi feito um esquema do texto para evidenciar sua estrutura conceitual.

d) Síntese interpretativa: nesta etapa foi realizada uma sistematização das informações obtidas nas etapas anteriores, e o texto é elaborado com base nos esquemas da etapa anterior. Dessa forma, o pesquisador se familiariza com o conteúdo do texto

sem transcrevê-lo. O objetivo desta etapa é que texto produzido preencha as lacunas conceituais identificadas no decorrer do procedimento.

Já os capítulos nos quais Skinner trata os conceitos de cultura e de evolução cultural de modo periférico, valendo-se deles apenas para discutir outros temas que são o alvo principal de exame do texto, foram documentados por meio de fichamentos de transcrição. Essa modalidade de registro de material bibliográfico envolve a reprodução literal de trechos do texto, pertinentes à problemática da pesquisa em curso (Apêndice B).

Etapa 2: Caracterização da dominação masculina

Esta etapa tem como objetivo identificar e descrever práticas culturais e comportamentos que caracterizem a dominação masculina. Para tanto, a principal obra utilizada nesta etapa foi o livro “Dominação masculina”, de Pierre Bourdieu, considerado um clássico no assunto (Burkhart, 2017). A obra discute de forma ampla a condição feminina no meio social, discussão que se estende para diversas áreas do conhecimento (Viana & Sousa, 2014). A escolha da bibliografia pauta-se no fato de que o autor faz um apanhado geral histórico de diversas variáveis envolvidas no sistema de dominação masculina. Contudo, Bourdieu é sociólogo e antropólogo, e a linguagem por ele utilizada difere dos conceitos analítico-comportamentais, o que, justifica, então, a realização da terceira etapa.

Procedimentos da etapa 2.

Os capítulos do livro de Bourdieu foram analisados por meio do Procedimento de Interpretação Conceitual de texto, mesmo procedimento utilizado para a realização da Etapa 1 (Apêndice C).

Etapa 3: Interpretação comportamental da dominação masculina

O objetivo desta etapa é discutir de uma perspectiva skinneriana a dominação masculina, articulando os resultados das duas primeiras etapas. Os conceitos e teses sobre dominação masculina apresentados por Bourdieu foram examinados com base em noções e princípios associados aos conceitos skinnerianos de cultura e comportamento operante e respondente. Como o esclarecimento da noção de práticas culturais depende também do exame do comportamento individual, embora a análise delas não se restrinja à dimensão operante, a pesquisa buscou também, quando fosse possível, indicar como as práticas culturais de dominação masculina se verificam no âmbito do comportamento individual. A inter-relação entre o terceiro e o segundo nível de variação e seleção é importante para ajudar a identificar, de maneira mais concreta, topografias de comportamento individual que exemplificam práticas de dominação masculina, entendendo que tal discriminação é uma condição necessária para o contracontrole dessas práticas.

A interpretação comportamental da dominação masculina levou em conta os limites de uma leitura analítico-comportamental da discussão de Bourdieu do tema, uma vez que nem todas as noções desse autor podem ser consistentes com os princípios teórico-filosóficos da teoria skinneriana. Como o próprio Skinner (1974) já destacou, “*tradutori traditori* – tradutores são traidores” (p. 19). Isto é, ao “traduzir em comportamento” algumas expressões mentalistas, Skinner admite “. . . que talvez não existam equivalentes comportamentais exatos, e certamente nenhum com as conotações e contextos dos originais” (p. 19).

A despeito desses limites, a interpretação é considerada uma das formas de produzir conhecimento em Análise do Comportamento, no sentido de acomodar o

fenômeno estudado na estrutura explicativa da Análise do Comportamento (Carvalho Neto, 2002). Assim, é no âmbito interpretativo, e não experimental, que foi realizado um cotejamento entre a noção de dominação masculina, tal como discutida por Bourdieu, e os conceitos de cultura, práticas culturais e comportamento operante e respondente de Skinner.

Procedimentos do capítulo 3.

Na terceira etapa, as informações sistematizadas nas etapas 1 e 2 foram organizadas na forma de um texto com o objetivo de deixar mais explícitas as teses de Bourdieu sobre dominação masculina e sua respectiva interpretação comportamental.

Resultados e discussão

Cada etapa da pesquisa deu ensejo a um capítulo da dissertação, assim, o trabalho conta com três capítulos, cuja estrutura argumentativa foi delineada de modo a determinar as informações necessárias para propiciar uma interpretação skinneriana da cultura de dominação masculina. Os capítulos que constituem a dissertação são: 1) Concepção skinneriana de cultura; 2) Aspectos do sistema de dominação masculina e 3) Interpretação da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura.

Capítulo 1 – Concepção skinneriana de cultura

Seleção pelas consequências e a importância da dimensão cultural no sistema explicativo skinneriano

Modelo de seleção por consequências: caracterização geral.

Skinner dedicou grande parte da sua vida à produção de uma ciência do comportamento humano e, com o decorrer do tempo, os princípios de sua teoria passaram por uma série de mudanças, inclusive no âmbito de seus modelos explicativos (Laurenti, 2012). Inicialmente, Skinner (1935) buscou definir todos os comportamentos como duas formas de reflexo, uma definição determinista que compreendia que, dada a ocorrência de um estímulo, a resposta ocorria invariavelmente. Tal modelo explicativo foi importante para estabelecer a descrição do comportamento em termos de relações de necessidade, entretanto, a progressão nas pesquisas mostrou que a explicação era insuficiente para explicar toda a amplitude e complexidade do comportamento humano. O autor começou a se deparar com variações, que ocorriam mesmo no comportamento reflexo: algumas vezes, o estímulo não era seguido da resposta, ou o organismo apresentava respostas divergentes do esperado (Skinner, 1937).

Na tentativa de explicar a variação, em seu texto *Two types of conditioned reflex: A replay to Knorski and Miller* (1937), e em *The behavior of organisms: an experimental analysis* (1938), Skinner refere-se a uma forma de reflexo operante, descrevendo como ocorre o condicionamento desse tipo de reflexo e atribuindo importância ao papel das consequências. Em *Science and human behavior* (1953) o autor distingue o comportamento reflexo do operante no que diz respeito às suas nomenclaturas, oficializando o novo termo em sua teoria e definindo ambos de maneira distintas. Sobre o comportamento reflexo, o autor afirma que “certa parte do comportamento é, pois, eliciada por estímulos, e nossa previsão desse comportamento é

especialmente precisa”⁸ (p. 49) e, além disso, “os reflexos . . . referem-se principalmente à fisiologia interna do organismo”⁹ (p. 59). Já sobre o comportamento operante, Skinner (1953) alega que “o termo enfatiza o fato de que o comportamento *opera* sobre o ambiente para gerar consequências”¹⁰ (p. 65). O autor ainda destaca o papel dos estímulos antecedentes no caso do comportamento operante em contraste com o seu papel no comportamento respondente. O comportamento respondente é *eliciado* por um estímulo antecedente, havendo entre eles uma relação de necessidade; enquanto o comportamento operante é *emitido*, isto é, o estímulo é a ocasião para que uma resposta seja reforçada, e a *probabilidade* da resposta pode ser alterada pela apresentação ou remoção de um estímulo antecedente.

Contudo, o problema da variação permanecia na teoria comportamentalista. Para completar o modelo explicativo da Análise do Comportamento, Skinner utilizou-se da teoria da seleção natural de Darwin como uma analogia para compreender o comportamento humano. Para o autor, assim como as mutações nos organismos são selecionadas pelo ambiente de acordo com seu valor de sobrevivência, as variações no comportamento do indivíduo são selecionadas de acordo com as consequências, que podem ser reforçadoras ou punitivas, aumentando ou diminuindo a frequência do comportamento, respectivamente (Skinner, 1953). A variação deixa de ser apenas um problema de ignorância de todas as causas determinantes do comportamento, e passa a ser um conceito necessário na teoria analítico-comportamental.

É definido então mais sistematicamente o modelo da contingência de três termos: o comportamento seria explicado por meio da descrição de uma inter-relação

⁸ Original: “A certain part of behavior, then, is elicited by stimuli, and our prediction of that behavior is specially precise” (Skinner, 1953, p. 49).

⁹ Original: “Reflexes . . . are mainly concerned with the internal physiology of the organism” (Skinner, 1953, p. 59).

¹⁰ Original: “The term emphasizes the fact that the behavior *operates* upon the environment to generate consequences” (Skinner, 1953, p. 65).

probabilística entre situação antecedente, ação e consequências. Mas além da contingência de reforçamento que se refere aos comportamentos operantes, Skinner descreve as contingências que envolvem a sobrevivência da espécie e as contingências culturais, afirmando que só é possível compreender o comportamento humano em sua totalidade ao analisar esses três grupos de contingências, pois todos eles afetam o organismo de maneira relacional (Skinner, 1981).

Leão e Carvalho Neto (2016) afirmam que o selecionismo, além de ser um modelo explicativo que pressupõe a importância das consequências na explicação da origem e da evolução do comportamento humano, é “uma proposta de explicação do comportamento ao longo de três histórias evolutivas . . . o qual explica a origem e evolução do fenômeno comportamental como sendo produto de três histórias de variação e seleção: filogenética, ontogenética e cultural” (p. 293). Em *Selection by consequences* (1981), Skinner define de forma sistemática o modelo de seleção por consequências, estabelecendo a seleção filogenética – a qual Darwin se refere em sua obra – como um primeiro tipo de seleção, o condicionamento operante como um segundo tipo, e a evolução de ambientes sociais ou culturas como um terceiro. O comportamento passa então a ser definido de maneira mais complexa, envolvendo esses três níveis de análise, como descreveu Skinner (1981):

Em suma, então, o comportamento humano é o produto conjunto de (i) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies e (ii) as contingências reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo (iii) as contingências especiais mantidas por um ambiente social evoluído¹¹. (p. 502)

¹¹ Original: “In summary, then, human behavior is the joint product of (i) the contingencies of survival responsible for the natural selection of the species and (ii) the contingencies of reinforcement responsible for the repertoires acquired by its members, including (iii) the special contingencies maintained by an evolved social environment” (Skinner, 1981, p. 502).

Mesmo definindo o comportamento como produto desses três níveis de seleção, Skinner (1981, 1990) afirmou que o estudo da seleção filogenética ficaria a cargo de biólogos e etólogos, o segundo nível seria de maior relevância para psicólogos e o terceiro nível seria responsabilidade de sociólogos e antropólogos. Historicamente, os estudos analítico-comportamentais circunscreveram-se na investigação de princípios e leis do comportamento cujo escopo fica restrito à dimensão ontogenética. Contudo, as pesquisas sobre comportamento reflexo e operante também foram realizadas na interface com outras áreas de estudo, a exemplo da abordagem biocomportamental (Cavalcante, 1997). A interface entre o segundo e terceiro nível tem se destacado mais no cenário atual brasileiro, ficando conhecida como Análise Comportamental da Cultura. Nesse âmbito, tem sido dado maior destaque a pesquisas sobre seleção cultural por pesquisadores e pesquisadoras da área (Andery, 2011; Carrara, 2016; Fernandes, Carrara & Zilio, 2017; Melo & de Rose, 2012; Todorov, 2012).

A despeito do uso dessa expressão e da expansão dos estudos nessa área, não há consenso entre pesquisadores no que se refere a uma definição precisa de como compreender o terceiro nível de seleção e os seus processos. Alguns autores já se dedicaram a explicitar o conceito skinneriano de cultura de maneira detalhada (e.g., Fernandes, 2015; Fernandes, Carrara, & Zilio, 2017). Entretanto, para a pesquisa será realizada outra sistematização, pois a temática pode demandar discussões específicas não contempladas pelos autores, sobretudo no que se refere às relações de poder que permeiam a discussão sobre a dominação masculina. Embora haja diferentes perspectivas de análise da cultura na área, todas elas, de alguma maneira, partem das considerações de Skinner, seja para reiterá-las (Andery, 2011; Fernandes, Carrara, & Zilio, 2017), criticá-las (Zilio, 2016) ou ultrapassá-las (Glenn, 1986, 1991, 2004; Todorov, 2012). Por isso, este trabalho também terá como ponto de partida uma análise

sistemática da discussão skinneriana de cultura que servirá como base para uma interpretação da cultura de dominação masculina.

O que é cultura?

Críticas de Skinner a algumas definições tradicionais de cultura.

De acordo com Skinner (1971), existem estudos direcionados ao ambiente social, cultura, práticas culturais e os demais temas que dizem respeito ao comportamento dos indivíduos em grupo de uma sociedade. No âmbito dessas pesquisas, foram criadas diferentes teorias sobre como a cultura funciona. Ao examinar essas teorias, Skinner destaca algumas que serão alvo de sua crítica.

Uma das acepções de cultura identificadas por Skinner (1971) é a de antropólogos, a qual afirma que “o núcleo essencial de uma cultura consiste nas ideias tradicionais (i. e. derivadas e selecionadas historicamente) e especialmente os valores ligados a elas”¹² (p. 127). Frente a isso, Skinner apresenta críticas, propondo uma interpretação diferente, afirmando que “as contingências sociais, ou os comportamentos que elas geram, são as ‘ideias’ de uma cultura e os reforçadores que aparecem nas contingências são seus ‘valores’”¹³ (p. 128). Contudo, olhar para esses conceitos como estáticos, sem analisar seu caráter relacional, não ajuda a compreender o funcionamento de uma cultura (Skinner, 1971).

Ainda segundo Skinner (1953), teorias sociológicas e antropológicas ocupam-se em descrever extensivamente maneiras e costumes característicos de uma cultura, focando na topografia do comportamento dos indivíduos em grupo. A partir disso, há a

¹² Original: “The essential core of culture consists of traditional (i. e., historically derived and selected) ideas and especially their attached values” (Skinner, 1971, p. 127).

¹³ Original: “The social contingencies, or the behaviors they generate, are the ‘ideas’ of a culture, the reinforcers that appear in the contingencies are its ‘values’” (Skinner, 1971, p. 128).

tentativa de eleger um “caráter cultural” que seja comum a todos os indivíduos do grupo. Skinner afirma que “antropólogos estão interessados em grupos de pessoas, e prestam atenção aos costumes, maneiras e características do comportamento peculiar de um dado grupo”¹⁴ (Skinner, 1953, p. 425). Entretanto, “como nós não estamos interessados em um conjunto particular de práticas, o problema de um caráter nacional ou cultural não é um problema com urgência a ser resolvido”¹⁵ (p. 425). O autor afirma que a conexão causal entre o conjunto de práticas e os comportamentos dos indivíduos é esclarecida por uma análise funcional, sendo somente a descrição de topografias de comportamentos de indivíduos em grupo insuficiente para atentar a pontos importantes envolvidos nos processos culturais, como o papel das agências e subagências de controle e o controle ético exercido pelo grupo.

Para Skinner (1953), a concepção comum que se tem da cultura está distante dos padrões das ciências naturais. A cultura é usualmente descrita como “um espírito ou atmosfera ou algo com dimensões igualmente não físicas”¹⁶ (p. 419), que permeia o grupo e envolve os indivíduos que nela vivem. Pensar, então, no ambiente social ou na cultura como uma entidade não física não possibilita uma compreensão de todos os aspectos envolvidos no ambiente social e na cultura. O autor ainda afirma que uma análise cultural deve pautar-se nas ciências naturais, e é o que afirma fazer a Análise do Comportamento: “Nossa análise do ambiente social, contudo, fornece uma explicação das características essenciais da cultura dentro da estrutura de uma ciência natural”¹⁷

¹⁴ Original: “The anthropologist is interested in groups of people as such, and he pays particular attention to the customs, manners, and other features of behavior peculiar to a given group” (Skinner, 1953, p. 425).

¹⁵ Original: “As we are not interested in any particular set of cultural practices, the issue of a national or cultural character will not have the same urgency” (Skinner, 1953, p. 425).

¹⁶ Original: “A spirit or atmosphere or something with equally nonphysical dimensions” (Skinner, 1953, p. 419).

¹⁷ Original: “Our analysis of the social environment, however, provides an account of the essential features of culture” (Skinner, 1953, p. 419).

(Skinner, 1953, p. 419), tendo como ponto de partida que para compreender uma cultura é necessário atentar para as contingências.

Definição skinneriana de cultura.

O que antropólogos e sociólogos consideram como parte do núcleo essencial de uma cultura, ou seja, os valores, são definidos por Skinner (1971, 1974) de forma distinta. De acordo com Skinner (1971), os valores são os eventos reforçadores, cujo valor reforçador é esclarecido pela dotação genética dos organismos, pelas contingências naturais e sociais às quais os indivíduos são expostos, e podem ser divididos em três grupos que o autor denomina de bens: em primeiro, os bens individuais, que são reforçadores para o comportamento do próprio indivíduo devido às características filogenéticas porque “o que é bom para a espécie é o que faz com que ela sobreviva”¹⁸ (Skinner, 1974, p. 226), mas também devido às características ontogenéticas, podendo então ser considerados como bens individuais os reforçadores primários ou condicionados. Em segundo, os bens dos outros, que derivam dos reforçadores pessoais, isto é, serão reforçadores se, em sua história de vida, o indivíduo tiver sido reforçado por fazer o bem ao outro. Em terceiro lugar, Skinner discorre sobre os bens da cultura, sendo considerado um bem para uma cultura “o que permite que ela resolva seus problemas”¹⁹ (Skinner, 1974, p. 226). Os bens da cultura serão tomados como valores reforçadores apenas se a cultura houver induzido²⁰ os indivíduos a trabalharem para que ela se mantenha (Skinner, 1971).

¹⁸ Original: “What is good for the species is what makes for its survival” (Skinner, 1974, p. 226).

¹⁹ Original: “What permits it to solve its problems” (Skinner, 1974, p. 226).

²⁰ A indução à qual Skinner (1971) se refere diz respeito ao trabalho que a própria cultura realiza, de ensinar práticas aos indivíduos para que seus comportamentos tenham como consequência a sobrevivência da cultura, isto é, que a cultura permaneça existindo. A indução pode ser entendida como sinônimo de conduzir ou persuadir.

Tomando como base o conceito de “ideias” e “valores” propostas por antropólogos e sociólogos, as ideias definiriam quais valores estariam em vigor na cultura. Como alternativa, Skinner propõe que todos esses reforçadores estão dispostos na cultura de acordo com as contingências que a constituem, e que é para essas contingências que aqueles que estudam a cultura devem se voltar. A noção de cultura como conjunto de contingências apresenta uma alternativa frente às teorias de antropólogos, sociólogos e a concepção do senso comum a respeito da cultura.

Skinner (1953) define que “no sentido mais amplo possível, a cultura na qual um indivíduo nasce é composta por todas as variáveis que o afetam e que são arranjadas por outras pessoas . . . [e] é enormemente complexa e extraordinariamente poderosa”²¹ (p. 419). Em uma definição mais precisa do que constitui uma cultura e como ela modela o repertório dos indivíduos, Skinner (1971) estabelece que

uma criança nasce como membro da espécie humana, com uma dotação genética mostrando diversas características idiossincráticas, e ela começa a adquirir um repertório de comportamento sob as contingências de reforçamento às quais ela é exposta enquanto indivíduo. A maioria dessas contingências é arranjada por outras pessoas. Elas são, de fato, o que é chamado de cultura²². (p. 127)

O autor propõe, então, que a cultura é um conjunto de contingências sob as quais os indivíduos nascem, se desenvolvem e vivem, e por elas têm seu comportamento modelado, e só a partir da análise dessas contingências é possível compreender a cultura. O autor afirma que a *maioria* das contingências é arranjada por outras pessoas,

²¹ Original: “In the broadest possible sense, the culture into which an individual is born is composed of all the variables affecting him which are arranged by other people . . . [and] is thus enormously complex and extraordinarily powerful” (Skinner, 1953, p. 419).

²² Original: “A child is born a member of the human species, with a genetic endowment showing many idiosyncratic features, and he begins at once to acquire a repertoire of behavior under the contingencies of reinforcement to which he is exposed and an individual. Most of these contingencies are arranged by other people. They are, in fact, what is called a culture” (Skinner, 1971, p. 127).

pois “algumas contingências são parte do ambiente físico, mas elas geralmente trabalham em combinação com contingências sociais”²³ (Skinner, 1971, p. 127).

As contingências do ambiente físico dizem respeito às condições climáticas, geográficas, recursos naturais, etc., que não são arranjadas por outras pessoas, mas que também contribuem para a constituição das contingências que fazem parte de uma cultura (Skinner, 1953). Algumas vezes, essas condições do ambiente físico são responsáveis pelo estabelecimento de determinadas práticas culturais que são selecionadas e permanecem fazendo parte das contingências da cultura. Portanto, têm papel importante na constituição cultural, afetando a cultura conforme “pessoas se mudam de lugar, como o clima se modifica, como recursos naturais são consumidos ou desviados para outros usos ou tornados inutilizáveis, e assim por diante”²⁴ (Skinner, 1971, p. 128). Embora não sejam menos significativas, as contingências do ambiente físico têm um espaço reduzido na análise comportamental da cultura, pois as contingências do ambiente social “são naturalmente enfatizadas por aqueles que estudam culturas” (Skinner, 1971, p. 127-128). O ambiente social é parte da cultura, e devido ao foco da análise comportamental nesse contexto, a parte que diz respeito às contingências sociais toma maior importância (Skinner, 1953).

É comum que o ambiente social seja tratado como sinônimo de cultura (Skinner, 1953), contudo, Skinner (1989) afirma que o que diferencia a cultura de outros ambientes sociais é a transmissão, dando ênfase ao comportamento verbal como parte da cultura humana. O comportamento verbal é tipicamente humano, e possibilita a explicitação de contingências, fazendo com que a disseminação de práticas culturais aconteça de forma mais acelerada. Assim, as contingências sociais que fazem parte de

²³ Original: “Some contingencies are part of the physical environment, but they usually work in combination with social contingencies” (Skinner, 1971, p. 127).

²⁴ Original: “Are naturally emphasized by those who study cultures” (Skinner, 1971, p. 127-128).

uma cultura se referem àquelas que envolvem outras pessoas e que são ensinadas, além da imitação e da modelação, por meio da explicitação verbal de contingências (Skinner, 1953, 1989).

O ambiente social, além de envolver outras pessoas e ser disseminado por meio do comportamento verbal, é “em parte resultado das práticas do grupo que geram comportamento ético e da extensão dessas práticas às maneiras e costumes. Isso é em parte realização das agências . . . e das várias subagências com as quais o indivíduo pode estar em contato próximo”²⁵ (Skinner, 1953, p. 419). A partir disso, o ambiente social pode ser compreendido como ambiente antecedente das práticas culturais que fazem parte de uma cultura, e são disseminadas por meio de imitação, modelação e explicitação de contingências pelas agências e subagências de controle, pelo controle exercido pelo próprio grupo. A partir das práticas culturais que fazem parte do ambiente social, as agências e o grupo aplicam uma classificação ética ao comportamento dos indivíduos, que torna o comportamento conformado ao que é estabelecido pelas práticas culturais, estabelecendo as maneiras e costumes característicos daquela cultura.

Considerando isso, a definição behaviorista radical de cultura pode utilizar da sistematização das contingências do ambiente social para uma compreensão mais detalhada da cultura. As práticas culturais são produto principalmente do ambiente social (Skinner, 1971, 1989), e, portanto, é necessário detalhar esse conceito, a fim de compreender como se relacionam com as agências controladoras, e como, a partir disso, acontece o controle dos repertórios comportamentais dos indivíduos em grupo.

²⁵ Original: “In part the result of those practices of the groups which generate ethical behavior and of the extension of these practices to manners and customs. It is in part the accomplishment of all the agencies . . . and of various subagencies with which the individual may be in especially close contact” (Skinner, 1953, p. 419).

Práticas culturais.

De acordo com Skinner (1971), “a cultura é um conjunto de práticas”²⁶ (p. 131). As práticas dizem respeito a “como as pessoas vivem, como criam seus filhos, como coletam ou cultivam alimentos, em que tipos de habitações vivem, o que vestem, com quais jogos eles brincam, como tratam uns aos outros, como se governa, etc.”²⁷ (p. 127), e afirma que essas podem ser compreendidas como “*comportamentos* habituais de um povo. Para explicá-las, devemos nos voltar para as contingências que as geram”²⁸ (p. 127).

As contingências modelam e mantêm padrões de comportamentos dos indivíduos que fazem parte desse grupo, o que constitui as práticas culturais. Elas se mantêm em uma cultura devido às contingências fazem parte da cultura: se as contingências estão fazendo com que essas práticas perdurem, significa que, frente a determinado contexto cultural, elas são selecionadas porque contribuíram para que a cultura continue existindo. As práticas culturais modelam os comportamentos dos indivíduos, de forma que “o comportamento entra em conformidade com os padrões de uma dada comunidade quando certas respostas são reforçadas e outras deixam de ser reforçadas ou são punidas”²⁹ (Skinner, 1953, p. 415). Portanto, as práticas estabelecem uma classificação ética, que servirá como base para modelar repertórios comportamentais dos indivíduos do grupo.

A classificação ética estipula quais comportamentos são corretos, legais ou virtuosos e que, portanto, devem ser emitidos pelos indivíduos. Um comportamento normalmente é considerado errado quando anteriormente foi, de alguma forma, aversivo

²⁶ Original: “A culture is a set of practices” (Skinner, 1971, p. 131).

²⁷ Original: “How people live, how they raise their children, how they gather or cultivate food, what kinds of dwellings they live in, what they wear, what games they play, how they treat each other, how they govern themselves, and so on” (Skinner, 1971, p. 127).

²⁸ Original: “Customary *behaviors* of a people. To explain them we must turn to the contingencies which generate them” (Skinner, 1971, p. 127).

²⁹ Original: “Behavior comes to conform to the standards of a given community when certain responses are reinforced and others are allowed to go unreinforced or are punished” (Skinner, 1953, p. 415).

para o grupo. Como exemplo, Skinner (1953) menciona alguns padrões alimentares, que, antigamente, podem ter sido aversivos devido à falta de instruções sobre a preparação de determinado alimento. Porém, mesmo com a progressão nos conhecimentos a respeito de procedimentos de higiene e preparo, algumas vezes a classificação anterior se mantém, mesmo sem função aversiva que afete diretamente o grupo.

As agências de controle ditam padrões comportamentais que devem ser seguidos, e assim induzem determinados comportamentos. Skinner (1953) afirma que “talvez a explicação mais simples do reforçamento diferencial do comportamento conformado é o processo de indução”³⁰ (p. 418), isto é, Skinner denomina de indução o procedimento de reforço diferencial que modela os repertórios de indivíduos em grupo. Como as agências normalmente visam seu próprio benefício e a manutenção do *status quo*, a indução acontece visando suprimir comportamentos inadequados e que apresentem ameaça à sua existência.

Os indivíduos que pertencem ao grupo se conformam aos padrões de conduta e aplicam classificação similar ao comportamento de outras pessoas. Dessa forma, o comportamento conformado é importante para o grupo e para as agências de controle, porque contribui para que as práticas culturais se mantenham e a cultura permaneça existindo. Porém, mesmo com o processo de indução, alguns indivíduos não agem em conformidade com o comportamento geral do grupo. Nem sempre o comportamento não conformado é aversivo ao grupo, mas muitas vezes oferece perigo ao controle exercido pelas agências, e, portanto, é sempre visto como errado e aversivo (Skinner, 1953).

³⁰ Original: “Perhaps the simplest explanation of the differential reinforcement of conforming behavior is the process of induction” (Skinner, 1953, p. 418).

O papel do ambiente social na constituição de operantes e respondentes.

O ambiente social exerce controle sobre os repertórios comportamentais dos indivíduos, como sugere Skinner (1953) ao afirmar que “dotações genéticas diferem amplamente, ambientes tendem a mostrar mais diferenças do que similaridades, das quais um grande número pode ser atribuído às variáveis culturais. O resultado é, com certeza, um alto grau de individualidade”³¹ (p. 421-422). Analisando a cultura, em especial as contingências do ambiente social, é possível presumir seus efeitos sobre o comportamento das pessoas em grupo. Entende-se aqui que as variáveis culturais responsáveis por influenciar os comportamentos a seguir são as provenientes das contingências do ambiente social.

Alguns dos fenômenos comportamentais que são modelados pelas variáveis culturais, importantes para esta análise, são (Skinner, 1953): motivação: níveis de privação e saciação são controlados pelo ambiente social, e a forma como os indivíduos se engajam em comportamentos depende da motivação disponibilizada pelo ambiente social. Por exemplo, o engajamento em comportamentos sexuais depende não só da disponibilidade de parceiros, mas também de regras estabelecidas pelas agências de controle e disseminadas por meio do controle ético do grupo, que ditam quais formas de relações e quais restrições devem ser mantidas; disposições emocionais: “o ambiente social é o principal responsável pelo fato de que um sujeito pode ter crescido em uma atmosfera de amor, ódio, raiva ou ressentimento, e que vários padrões emocionais podem caracterizar seu comportamento”³² (p. 422), ou seja, até mesmo os comportamentos encobertos e comportamentos respondentes são controlados por

³¹ Original: “Genetic endowments differ widely, and environments are likely to show more differences than similarities, a large number of which may be traced to cultural variables. The result is, of course, a high degree of individuality” (Skinner, 1953, p. 421-422).

³² Original: “The social environment is mainly responsible for the fact that our subject may have grown up in an atmosphere of love, hate, anger, or resentment, and that various emotional patterns may therefore characterize his behavior” (Skinner, 1953, p. 422).

contingências sociais; repertório: os repertórios de indivíduos do grupo são modelados por meio de reforçamento, entretanto, quanto à cultura, os repertórios por ela gerados são muito mais extensos (com o condicionamento operante isoladamente, só se adquire um repertório durante o ciclo de vida atual do indivíduo; os repertórios adquiridos por meio de práticas culturais ultrapassam o tempo de vida dos indivíduos, além de serem aprendidos pelo grupo); autocontrole: “a maior parte do autocontrole é culturalmente determinada, pela ética e pelas agências religiosas e governamentais”³³ (p. 423); autoconhecimento: “respostas discriminativas ao seu próprio comportamento a às variáveis das quais ele é função parecem ser um produto exclusivo do ambiente social”³⁴ (p. 423). O indivíduo vai desenvolver autoconhecimento apenas se a cultura em que está inserido tem práticas que o possibilite, incitando o indivíduo a descrever verbalmente o que está sentindo e por que está se comportando de determinada maneira.

Assim, se grande parte do repertório comportamental dos indivíduos é modelado pelas contingências do ambiente social, seria necessário que os padrões comportamentais transmitidos sejam benéficos aos indivíduos. Contudo, Skinner (1953) direciona uma crítica às agências de controle, pois muitas vezes as práticas que fazem parte de uma cultura trazem benefícios apenas às agências, e devido ao poder exercido por elas, as práticas continuam sendo disseminadas e a classificação ética continua sendo aplicada tanto pelas agências quanto pelo próprio grupo, mesmo que sem benefícios para os indivíduos que vivem na cultura.

³³ Original “The greater part of self-control is culturally determined, particularly by ethical, religious and governmental agencies” (Skinner, 1953, p. 423).

³⁴ Original: “Discriminative responses to one’s own behavior and to the variables of which it is a function appear to be the exclusive product of the social environment” (Skinner, 1953, p. 423).

Agências de controle.

As agências de controle discutidas por Skinner são as instituições educacionais, religiosas, governamentais, econômicas e também a psicoterapia, as quais constituem parte do ambiente social devido ao controle que exercem sobre práticas culturais presentes em uma cultura. As agências constituem uma forma de controle social no grupo, porém, as relações entre controladores e controlados são hierarquizadas e assimétricas. Essas agências têm poder para manipular o ambiente social, e o controle é mais poderoso do que o controle pessoal exercido pelos próprios indivíduos da cultura.

Na maioria das vezes, as agências utilizam do seu poder para “*eliminar* comportamentos por meio da evocação de respostas incompatíveis”³⁵ (Skinner, 1953, p. 316), geralmente se valendo de formas de controle aversiva e especialmente punitivas. Como afirma o autor, “de uma forma ou outra, controle aversivo intencional é um padrão da maioria das coordenações sociais – ética, religião, governo, economia, educação, psicoterapia e vida familiar”³⁶ (Skinner, 1971, p. 28). Além do controle das agências, a família de um indivíduo, bem como o grupo de amigos e colegas de trabalho, pode controlar seu comportamento por meio de técnicas provindas tanto da agência religiosa como governamental, ou utilizando controle econômico e educacional – de forma geral utilizando parte das técnicas de diversas agências de controle ao mesmo tempo (Skinner, 1953). O autor ressalta que esses grupos especiais aos quais o indivíduo pertence são as subagências de controle, que também exercem controle sobre o comportamento dos indivíduos em grupo, estabelecendo um padrão que é considerado como certo ou errado.

³⁵ Original: “*Eliminate* behavior by evoking incompatible responses” (Skinner, 1953, p. 316).

³⁶ Original: “In one form or another intentional aversive control is the pattern of most social coordination – in ethics, religion, government, economics, education, psychology, and family life” (Skinner, 1971, p. 28).

A agência governamental realiza a codificação de suas práticas de controle por meio de legislações, e age especialmente no que diz respeito à punição de transgressões por meio de policiais e militares. As leis são basicamente declarações de contingências de reforçamento e de punição mantidas pela agência governamental. Os comportamentos que, pelo controle ético, são vistos como certos ou errados são os que a agência governamental considera como legais ou ilegais. Essa agência exerce um controle amplo, fazendo com que se comportar de forma ilegal, mesmo que na ausência de um agente controlador, gere sentimentos de culpa. Ao analisar os motivos pelos quais a agência governamental se mantém, Skinner (1953) afirma que um deles é a manutenção da ordem social, que acontece devido a essa agência obrigar os indivíduos a cumprirem suas punições, caso transgridam a jurisprudência.

Além disso, Skinner (1953) discute a questão da liberdade provida por um governo aos cidadãos. Pessoas tendem a escolher e apoiar governos que maximizem a liberdade e a redução de eventos aversivos. Os direitos humanos como justiça, liberdade e segurança são formas de um indivíduo garantir uma liberdade até certo ponto dos controles aversivos do governo.

Outra agência controladora, descrita por Skinner, que participa da disseminação e transmissão de práticas culturais é a agência religiosa. Ela utiliza de contingências raras ou acidentais para realizar o controle do comportamento dos indivíduos. Por exemplo, ela pode responsabilizar alguém pelo acontecimento de um evento infeliz como causado por algo que o indivíduo fez ou deixou de fazer, mesmo que não haja relação causal entre os eventos. Ademais, utiliza dessa mesma classificação para ameaçar e coagir o indivíduo a se comportar da forma desejada no futuro. Assim, “a agência religiosa normalmente estabelece um repertório de *obediência* para uso futuro, e pode também arranjar um *autocontrole* extremamente poderoso para garantir uma

medida de comportamento controlado na ausência de um agente religioso”³⁷ (Skinner, 1953, p. 356).

Skinner (1953) ainda afirma que “a principal técnica [da agência religiosa] é uma extensão do controle governamental e do grupo. O comportamento é classificado não simplesmente como ‘bom’ ou ‘ruim’, ou ‘legal’ ou ‘ilegal’, mas como ‘moral’ e ‘imoral’, ou ‘virtuoso’ ou ‘pecaminoso”³⁸ (p. 352), e a depender desses comportamentos, o indivíduo, após sua morte, será destinado ao que a igreja caracteriza como paraíso ou inferno. Assim como na agência governamental, o controle religioso exerce poder mesmo na ausência de um agente controlador: se o indivíduo se comporta de forma pecaminosa, é gerada uma condição aversiva que algumas vezes é denominada como “sensação de pecado”.

As práticas que são consideradas pela agência governamental e religiosa como legais e virtuosas, são aplicadas como leis e regras, e os indivíduos passam a reproduzi-las e transmiti-las, evitando o quanto possível a reprodução de práticas ilegais ou pecaminosas como forma de esquivar-se de futuras punições.

O controle econômico também é responsável pela disseminação e transmissão de práticas culturais, pois os indivíduos são induzidos a realizar determinadas formas de trabalho devido às consequências que apresentam reforçamento por meio de dinheiro ou bens (Skinner, 1953). Normalmente, os salários são atribuídos apenas a pessoas com comportamentos e habilidades estabelecidos e, dessa forma, a economia também transmite práticas culturais, disseminando formas de comportamento adequadas para que se consiga acesso a salários.

³⁷ Original: “The religious agency usually establishes a repertoire of *obedience* for future use, and it may also set up extremely powerful *self-control* to guarantee a measure of controlled behavior in the absence of the religious agent” (Skinner, 1953, p. 356).

³⁸ Original: “The principal technique is an extension of group and governmental control. Behavior is classified, not simply as ‘good’ and ‘bad’ or ‘legal’ or ‘illegal’, but as ‘moral’ and ‘immoral’ or ‘virtuous’ and ‘sinful’” (Skinner, 1953, p. 352).

Outra agência descrita por Skinner (1953) é a educacional, cujo foco está mais voltado para a aquisição de repertórios de comportamento do que para a manutenção deles. A agência educacional disponibiliza reforçadores como notas, diplomas, graus e medalhas àqueles que se comportam de forma adequada com seus padrões. A maioria dos comportamentos adquiridos na escola são comportamentos verbais que estão em concordância com as práticas cultura em vigor e, dessa forma, o comportamento dos indivíduos passa a se adequar a essas práticas. Como afirma Skinner,

uma instituição educacional frequentemente instrui o estudante diretamente, mas isso usualmente funciona por meio do estabelecimento de um repertório verbal complexo que o estudante irá usar mais tarde no que pode ser chamado de autoinstrução. O falante e o ouvinte habitam sob a mesma pele. Em dada ocasião, comportamento verbal é evocado, e instrui o estudante a um comportamento não verbal³⁹. (Skinner, 1953, p. 410)

A despeito da maioria das formas de controle ser aversiva, algumas vezes o controle é exercido de forma não aversiva, e o comportamento se adequa ao controle por meio de um processo de condicionamento operante, no qual são utilizados reforçadores positivos, tendo consequências aversivas e exploratórias apenas em longo prazo. São formas de controlar que utilizam de reforçadores para manter determinados comportamentos, mas que, em longo prazo, fazem com que os indivíduos permaneçam submissos a determinados controles mesmo sem perceber, não estando de fato livres. Essa forma de controle evoca a discussão entre o controle exercido pelas agências *versus* liberdade dos indivíduos do grupo (Skinner, 1971).

³⁹ Original: “An educational institution often directly instructs the student in this sense, but it usually functions by establishing a complex verbal repertoire which the student later uses in what may be called self-instruction. The speaker and the listener now inhabit the same skin. Upon a given occasion verbal behavior is evoked which instructs the student himself in nonverbal behavior” (Skinner, 1953, p. 410).

Na literatura tradicional de liberdade, são comuns argumentos que sustentam que a liberdade é um “estado da mente” e que, portanto, a liberdade é definida de acordo com a sensação do próprio sujeito. Porém, segundo Skinner (1971),

o sentimento de liberdade se torna um guia não confiável de ação assim que os possíveis controladores tornam suas medidas de controle não aversivas, como tendem a fazer para evitar os problemas que surgem quando o controlado escapa ou ataca. Medidas não aversivas não são conspícuas como as aversivas, e tendem a ser adquiridas mais lentamente, mas elas têm vantagens óbvias que promovem seu uso⁴⁰. (p. 32)

O autor ainda complementa afirmando que “os efeitos não são tão facilmente reconhecidos como os efeitos das contingências aversivas, porque eles tendem a ser protelados e as aplicações têm sido atrasadas, mas técnicas tão poderosas como as antigas técnicas aversivas estão agora disponíveis”⁴¹ (Skinner, 1971, p. 33). O controle sendo exercido dessa forma gera sentimentos de liberdade, o que impede que os indivíduos percebam e exerçam contracontrole sobre as formas mais sutis de controle. O autor sugere que estar submetido a um controle por meio de reforçamento positivo não exclui a possibilidade das consequências em longo prazo serem aversivas, e critica que “a literatura da liberdade tem sido planejada para tornar o homem ‘consciente’ do controle aversivo, mas em sua escolha de métodos tem falhado em resgatar o escravo feliz”⁴² (Skinner, 1971, p. 40). Skinner (1953) atenta para os subprodutos emocionais do controle, seja ele aversivo ou não, que podem surgir em longo prazo, e o quanto essas

⁴⁰ Original: “The feeling of freedom becomes an unreliable guide to action as soon as would-be controllers turn to nonaversive measures, as they are likely to do to avoid the problems raised when the controllee escapes or attacks. Nonaversive measures are not as conspicuous as aversive and are likely to be acquired more slowly, but they have obvious advantages which promote their use” (Skinner, 1971, p. 32).

⁴¹ Original: “The effects are not as easily recognized as those of aversive contingencies because they tend to be deferred, and applications have therefore been delayed, but techniques as powerful as the older aversive techniques are now available” (Skinner, 1971, p. 33).

⁴² Original: “The literature of freedom has been designed to make men ‘conscious’ of aversive control, but in its choice of methods it has failed to rescue the happy slave” (Skinner, 1971, p. 40).

práticas em nível cultural afetam o comportamento individual dos sujeitos. Práticas controladoras podem ensejar padrões emocionais de medo, ansiedade, raiva e depressão, o que mostra que comportamentos respondentes podem ser condicionados culturalmente⁴³.

Uma análise comportamental da cultura deve levar em conta essa multiplicidade de formas de controle, inclusive as mais inconspícuas, considerando as possíveis consequências dos controles aos quais os indivíduos estão sendo submetidos (Skinner, 1971). As contingências do ambiente social que constituem uma cultura são permeadas pelo controle vindo das agências, e reproduzido pelas subagências e pelo grupo.

Uma questão levantada ao se discutir as relações de controle na cultura é o contracontrole. Quando sujeitos estão sendo submetidos a formas de controle aversivo se comportam com a função de evitar ou escapar do controlador. O contracontrole pode acontecer em forma de fuga ou esquiva, como a deserção de um governo ou do exército, apostatar de uma religião, abandonar uma cultura etc. (Skinner, 1953, 1974). Uma das formas é se opor ao que é imposto pelas agências de controle, recusando-se a seguir as regras ou leis impostas, o que pode levar a outra forma de contracontrole (Skinner, 1971). Em contrapartida, o ataque ao controlador é outra forma muito utilizada de contracontrole, que acontece desde controle pessoal realizado de forma individual, até o ataque e revolta contra agências controladoras. Sobre essa forma de contracontrole, Skinner afirma que “a luta por liberdade é direcionada principalmente aos controladores intencionais – em direção a aqueles que tratam os outros de maneira aversiva a fim de induzi-los a se comportar de maneiras particulares”⁴⁴ (Skinner, 1971, p. 29).

⁴³ A importância dos respondentes para uma análise comportamental da cultura tem sido discutida de maneira mais detalhada atualmente (de Rose, 2016).

⁴⁴ Original: “The struggle for freedom is mainly directed toward intentional controllers – toward those who treat others aversively in order to induce them to behave in particular ways” (Skinner, 1971, p. 29).

Contudo, caso o contracontrole seja exercido, usualmente será “apenas por aqueles que sofrem consequências aversivas, mas não estão sujeitos a reforçamento positivo”⁴⁵ (Skinner, 1971, p. 36). O problema do contracontrole surge quando se trata do controle sendo exercido de maneira não aversiva. Skinner (1971, 1974) afirma que uma cultura que designa o controle de forma não aversiva é tão bem planejada que impede a geração de contracontrole por parte da população, tendo em vista que produz sentimentos de liberdade. Esse tipo de controle faz com que indivíduos não identifiquem as contingências de controle em que estão inseridos e, portanto, não exerçam o contracontrole, pois as contingências de controle não aversivas não geram fuga ou contra-ataque.

Frente a isso, surge a questão: como compreender as formas de controle existentes em cada cultura? Em uma cultura, há uma pluralidade de controles sendo exercidos, e isso se amplia ainda mais ao olhar para diferentes culturas. Para analisar o funcionamento de uma cultura é necessário compreender as especificidades da cultura em particular, não sendo possível analisar da mesma forma diferentes culturas do mundo.

Skinner atenta para o fato de que, se culturas são constituídas por contingências, não há motivos para tentar estabelecer uma única cultura para o mundo todo (Skinner, 1971), portanto, compreende-se que seria o caso de referir-se às culturas no plural. Em uma cultura há diversas formas de controle sendo exercidas, por isso não é possível estabelecer uma cultura unitária para o mundo todo; existem diferenças conforme os grupos. Costumes e maneiras de diferentes pessoas podem ser conflitantes, agências de controle distintas podem operar de formas conflitivas. É necessário voltar o olhar para cada cultura em particular, e compreender quais são as contingências de reforçamento

⁴⁵ Original: “Only by those who suffer aversive consequences but are not subject to positive reinforcement” (Skinner, 1971, p. 36).

em vigor naquela cultura em particular, como afirma Skinner (1971): “Cada cultura tem seu próprio conjunto de bens, e o que é bom em uma cultura pode não ser bom em outra. Reconhecer isso é tomar a posição de ‘relativismo cultural’”⁴⁶ (p. 128), isto é, o que é bom para uma determinada cultura é bom para ela, não é possível generalizar para outras culturas.

O conceito de relativismo cultural consiste em uma perspectiva da área da antropologia antônima ao etnocentrismo. De um ponto de vista etnocêntrico, uma cultura é colocada como ponto de comparação com as demais, o que torna algumas culturas superiores a outras. Por outro lado, o relativismo cultural afirma que não há culturas melhores ou piores, certas ou erradas⁴⁷, e sim que há uma diversidade entre culturas que é expressada de diversas formas (Meneses, 2000). Nesse ponto, Skinner (1971) concorda com os antropólogos que frequentemente enfatizam a necessidade de compreender o conceito como forma de resistir às tentativas de alguns grupos de converter todas as culturas aos mesmos princípios religiosos, econômicos, éticos ou governamentais. Ao subscrever o relativismo cultural, Skinner coloca a necessidade de reconhecer as idiossincrasias de cada cultura a fim de defender a sobrevivência das culturas: cada cultura em particular tem um funcionamento diferente e, por isso, sobrevive por motivos diferentes.

Em suma, as culturas são então contingências constituídas em menor parte pelas contingências do ambiente físico, e em maior parte pelas contingências do ambiente social, que são grandemente influenciadas pelas práticas de controle das agências. Essas

⁴⁶ Original: “Each culture has its own set of goods, and what is good in one culture may not be good in another. To recognize this is to take position of ‘cultural relativism’” (Skinner, 1971, p. 128).

⁴⁷ O relativismo cultural é uma forma de criticar teses que subscrevem culturas como superiores a outras, no sentido de que essa superioridade é respaldada na exclusão, na violência e na opressão. Contudo, como foi ressaltado por Skinner em outros momentos, sabe-se que saúde é melhor que doença, que paz é melhor que guerra, e que existem outros valores que podem ser considerados mais adequados à uma cultura. Assim, a despeito de afirmar que não existem culturas melhores ou piores, certas ou erradas, culturas na qual estão presentes práticas de violência, opressão, e, inclusive dominação masculina não devem ser defendidas com base no relativismo cultural.

contingências podem afetar as práticas culturais, isto é, os comportamentos habituais de indivíduos de um grupo. A partir disso, há um trabalho de classificação ética que pode ser realizado pelas agências de controle, pelas subagências e também pelo próprio grupo, isto é, um reforçamento diferencial que modela os repertórios comportamentais dos indivíduos, tornando o comportamento conformado ao grupo, que são as maneiras e costumes daquela cultura específica. Todas essas particularidades levantam a compreensão da grande pluralidade de culturas existentes na sociedade e, conseqüentemente, da necessidade de compreender o funcionamento de cada uma em termos da identificação de suas próprias contingências de reforçamento, e compreender inclusive quais são os fatores que determinam as modificações que acontecem em uma cultura.

Evolução cultural

A cultura muda: não está em permanente equilíbrio.

Com o decorrer de um longo período de tempo, uma cultura pode sofrer modificações. Contudo, tendo em vista que o período de mudança ultrapassa o tempo de vida dos indivíduos que fazem parte das culturas, algumas vezes é afirmado que o que é cultural não se modifica, que permanece fixo e estático. Ao estudar uma cultura, é visto que as modificações existem, e isso requer que sejam levantadas teses e hipóteses sobre o processo de mudanças da cultura.

Segundo Skinner (1971), “um dado conjunto de valores pode explicar por que a cultura funciona, possivelmente sem mudanças por um longo tempo. Mas nenhuma

cultura está em permanente equilíbrio. Contingências necessariamente mudam”⁴⁸ (p. 128). O autor afirma que as contingências se modificam conforme o ambiente físico se modifica (pessoas se mudam, clima, recursos naturais) e também conforme as mudanças no ambiente social (tamanho do grupo, contato com outros grupos, influência exercida pelas agências de controle e também por formas de contracontrole do próprio grupo). Skinner criou uma teoria sobre a evolução cultural que responde a diversas teses tradicionais sobre as mudanças em uma cultura, que são bastante difundidas por profissionais e pelo senso comum.

Teses tradicionais sobre as modificações culturais.

Dizer que Skinner critica teses de que a cultura não muda não implica em afirmar que exista uma única teoria sobre a mudança cultural a qual o autor se filiaria. Mesmo no âmbito das teorias que admitem a mudança da cultura, existem diferentes teses a respeito de como essas alterações acontecem. Como já foi mencionado, uma das definições skinnerianas de cultura remete à noção de uma contingência, mas uma contingência cultural, com temporalidade e complexidade que difere da contingência de reforçamento. Vale lembrar que a contingência descreve a inter-relação entre três aspectos: situação antecedente, ação e consequências. Ao que parece, as teorias tradicionais sobre modificações em uma cultura dão ênfase em apenas um desses aspectos, sem articulá-los entre si.

⁴⁸ Original: “A given set of values may explain why a culture functions, possibly without much change for a long time; but no culture is in permanent equilibrium. Contingencies necessarily change” (Skinner, 1971, p. 128).

Ênfase na topografia.

Um exemplo de explicação das modificações da cultura que tem foco na topografia é o estruturalismo, uma metodologia de análise que considera que o arranjo e a interdependência entre diversos aspectos de um fenômeno é o que dão sentido ao conjunto (Piaget, 2003). Essa metodologia é utilizada por profissionais das ciências sociais para estudar os elementos da cultura humana como elementos separados, enquanto a cultura é vista como um sistema maior e mais abrangente. O estudo é realizado em partes separadas, a fim de se compreender *a posteriori* o sistema mais amplo (Wahl, 1968/1970).

De acordo com Skinner (1971, 1981), uma explicação estruturalista das mudanças da cultura recai sobre a topografia do comportamento, ou seja, o que as pessoas fazem e os costumes do grupo. Dessa forma, a cultura parece evoluir de acordo com o passar de uma sequência de estágios, e uma explicação estruturalista visa compreender por que um estágio é seguido pelo outro e qual é o padrão dessa sequência em relação ao comportamento dos indivíduos em grupo.

Um exemplo ao qual Skinner (1971, 1981) direciona uma crítica é a ideia de Marx, afirmando que “a ordem necessária presente no determinismo de Marx reside nas contingências”⁴⁹ (Skinner, 1971 p. 140), ou seja, a teoria marxista coloca o foco da explicação das mudanças culturais em uma série prescrita de estágios relacionados às condições sociais que estruturam a sociedade. Para Marx, existe uma ordem estrutural entre a ascensão do poder dos comerciantes, o declínio do feudalismo e a aparição da era industrial, como se um estágio fosse condição necessária para o aparecimento de outro (Borchardt, 2018).

⁴⁹ Original: “The necessary order in the historical determinism of Karl Marx is in the contingencies” (Skinner, 1971, p. 140).

Skinner (1971) argumenta que alguns estágios são seguidos de outros porque, para apresentar comportamentos mais complexos, é necessário que haja um repertório comportamental anterior, senão o comportamento mais complexo não seria possível. Contudo, olhar para uma sequência de estágios de forma topográfica não é o suficiente para compreender as mudanças e o funcionamento de uma cultura.

Ênfase nas consequências.

Existem diversas explicações sobre as modificações em uma cultura que colocam a ênfase apenas no terceiro elemento de uma contingência, isto é, nas consequências. Essas são as explicações que Skinner (1971) denomina de teleológicas, que consistem em afirmações de que as mudanças em uma cultura acontecem em direção a um fim. Tendo como exemplo a seleção das espécies e o comportamento operante, ambos acontecem a partir da seleção com critério de sobrevivência e a seleção por contingências de reforçamento, respectivamente. A espécie não tem como objetivo prévio a seleção de determinadas características genéticas para a sobrevivência, bem como o comportamento não busca de antemão o reforço. Da mesma forma, uma cultura não se modifica com o objetivo de alcançar um determinado fim.

A respeito das explicações teleológicas, Skinner (1971) afirma que “a evolução de uma cultura levanta certas questões sobre os chamados ‘valores’, que não foram totalmente respondidos. A evolução de uma cultura é um ‘progresso’? Qual é o objetivo?”⁵⁰ (Skinner, 1971, p. 138). O autor se refere às suposições que sugerem que a evolução cultural tenha um sentido de progresso e perfeição, e que as modificações em uma cultura acontecem no sentido de melhora e busca de aperfeiçoamento. Para

⁵⁰ Original: “The evolution of a culture raises certain questions about so-called ‘values’ which have not been fully answered. Is the evolution of a culture ‘progress’? What is the goal?” (Skinner, 1971, p. 138).

Skinner, a evolução da cultura não deve ser compreendida como uma mudança visando a melhora e a perfeição, pois as mudanças não acontecem tendo em vista um objetivo a ser alcançado, existem apenas consequências presentes e passadas.

Skinner também critica explicações que tratem das modificações em uma cultura como crescimento ou desenvolvimento, o que sugere que as mudanças acontecem levando uma cultura a se desenvolver e chegar à maturidade. A essas teorias, o autor direciona também sua crítica ao caráter teleológico de seus fundamentos, pois, tratar do desenvolvimento da cultura em termos de crescimento e maturidade implica em uma interpretação teleológica, como se as mudanças acontecessem em direção a um fim (Skinner, 1971). O autor afirma que é um erro supor que toda mudança seja um desenvolvimento ou crescimento, pois assim, o conceito fica entrelaçado com valores específicos, como se toda mudança fosse para melhor, e a ênfase fica em um estado terminal que não tem função – a obtenção de uma maturidade. A noção de maturidade implica em um termo último de desenvolvimento, e, após a maturidade, qualquer futuro desenvolvimento é visto como deterioração. Skinner utiliza como metáfora os frutos: eles se desenvolvem até ficarem maduros e, após isso, apodrecem. Por isso, as modificações em uma cultura não devem ser vistas como desenvolvimentos, porque, assim, espera-se que obtenha a maturidade e após isso presume-se que não há possibilidade de mudanças, ou, se houvesse, seria necessariamente uma forma de deterioração (Skinner, 1971).

Ênfase no antecedente.

Uma das teorias refutadas por Skinner se refere à ideia de que a evolução da cultura acontece apenas com o passar do tempo. Segundo Skinner (1971), por mais que, de fato, uma cultura evolua apenas com o passar de um período de tempo, a passagem

tempo não é a única variável determinante para as mudanças em uma cultura. A mudança não ocorre por causa da passagem no tempo, mas sim devido ao que acontece enquanto o tempo passa, ou seja, por causa da mudança nas contingências que constituem a cultura. Dessa forma, conforme as contingências se modificam, assim o fazem as práticas culturais e comportamentos dos indivíduos.

O que é conhecido como “Darwinismo Social”⁵¹ é criticado por Skinner em diversos aspectos, mas no que se refere à explicação das modificações culturais, a crítica é quanto à utilização deste conceito tratando da competição entre culturas como o “gatilho” das mudanças. Esse princípio fornece justificativa para guerras e competições entre governos, religiões, raças e classes, sustentando que a sobrevivência do mais apto seria uma lei da natureza. Todavia, Skinner (1971) argumenta que “nem na evolução biológica, nem na cultural, competição é a condição mais importante para a seleção. Espécie e cultura competem, em primeiro lugar, com o ambiente físico”⁵² (p. 133), e, portanto, esse princípio não deve ser utilizado como justificativa para essas mudanças sociais. Na perspectiva skinneriana, as práticas são selecionadas “por contingências de sobrevivência nas quais sucesso em competições tem pouca importância”⁵³ (p. 133), pois, no caso da evolução biológica, a competição com o ambiente é pela luta por sobrevivência, alimentação, saúde e reprodução, e na evolução cultural, as culturas competem com o ambiente no sentido de prover práticas de sustento, segurança e sobrevivência. Apesar da posição do autor, é possível interpretar que algumas

⁵¹ Darwinismo social é uma nomenclatura atribuída a teorias que aplicam princípios darwinistas na compreensão de sociedades humanas, utilizando o conceito de sobrevivência dos mais aptos para justificar que seres humanos são desiguais, sendo alguns superiores e outros inferiores. Dessa forma, é natural que haja competição na sociedade e que os mais aptos tenham mais sucesso, poder social, político e econômico, enquanto os menos aptos fracassem e não tenham nenhuma forma de poder. Essas teorias serviram como base para ideias eugenistas, racistas e fascistas, entre outras competições entre grupos, raças e etnias (Jones, 1998).

⁵² Original: “In neither biological nor cultural evolution is competition with others forms the only important condition of selection. Both species and cultures ‘compete’ first of all with the physical environment” (Skinner, 1971, p. 133).

⁵³ Original: “By contingencies of survival in which successful competition has played a minor role” (Skinner, 1971, p. 133).

práticas culturais foram selecionadas por seu valor em competições por diferentes grupos que pertencem a uma cultura, por exemplo, podem ter sido selecionadas por oferecerem maior vantagem a grupos com determinado sexo, gênero, raça, etnia ou condição social e, portanto, por mais que não deva ser utilizada como justificativa para guerras e competições entre grupos, deve ser considerada como variável influente para a seleção de certas práticas culturais.

Concepção skinneriana das modificações culturais.

Considerando que a cultura, em termos skinnerianos, pode ser compreendida nos termos de uma contingência, há a necessidade da presença de três termos constituintes de uma contingência para compreender esse fenômeno. Para explicar a evolução da cultura, Skinner emprega a própria noção da tríplice contingência para pensar nas modificações das culturas por meio dessa estrutura. De acordo com a analogia de Skinner, se a evolução no primeiro nível também era explicada na estrutura do que pode ser entendido como uma contingência distendida no tempo (condições de vida, variação e seleção), a evolução cultural será explicada da mesma maneira: condições físicas e sociais, variações em práticas culturais e seleção por consequências de sobrevivência das culturas.

Skinner (1971) refuta as explicações tradicionais sobre as modificações em uma cultura com um novo conceito na *Análise do Comportamento*: a noção de evolução cultural. Há diferentes noções de evolução (Jablonka & Lamb, 2005; Pigliucci, 2009; Odling-Smee, 2010), no entanto, Skinner pauta-se na teoria da seleção natural de Darwin (1859/2009) como uma analogia para explicar a evolução cultural (Skinner, 1971, 1974). Segundo o autor, “o fato de que a cultura pode sobreviver ou perecer

sugere um tipo de evolução, e um paralelo com a evolução das espécies, certamente, é apontado”⁵⁴ (Skinner, 1971 p. 129).

Para compreender o darwinismo e a analogia delineada por Skinner com a biologia, é necessário traçar um caminho histórico sobre as teorias quanto à origem das espécies. Na tentativa de encontrar explicações para as questões da época, o naturalista Lamarck (1744-1829) postulou duas leis a respeito da variação e transmissão de caracteres. A primeira delas denominou de “Lei do uso e desuso”, a qual afirmava que quando organismos fazem uso repetido de determinada parte do corpo, aconteceria o processo de hipertrofia ou hipotrofia. Dessa forma, os organismos alteram-se de acordo com as demandas do ambiente onde vivem – o que explicaria a variação entre organismos de uma mesma espécie (Martins, 2015).

Sobre a transmissão dessas alterações, Lamarck postula a “Lei da transmissão dos caracteres adquiridos”. Segundo o autor, os organismos seriam capazes de transmitir as alterações (hipertrofia ou hipotrofia) para seus descendentes. De acordo com Lamarck, os organismos tinham o propósito de se adaptar aos ambientes. O autor usa como exemplo as girafas: para alcançar folhagens mais altas, as girafas esticavam seus pescoços, causando hipertrofia e assim obtendo alimento, e repassavam essas alterações para seus descendentes, que já nasceriam com o pescoço mais longo (Martins, 2015).

Depois de tempos, a teoria de Lamarck foi desacreditada por estudiosos⁵⁵, e outras teorias surgiram a fim de explicar o fenômeno em questão. O darwinismo é uma

⁵⁴ Original: “The fact that a culture may survive or perish suggests a kind of evolution, and a parallel with the evolution of species has, of course, often been pointed out” (Skinner, 1971, p. 129).

⁵⁵ Atualmente, autores têm retomado a teoria lamarckista, retratando-se ao neolamarckismo contemporâneo como uma nova teoria derivada do lamarckismo clássico. A teoria considera a possibilidade de que as características adquiridas no decorrer da vida dos organismos afetem a evolução, diferente do que afirma a teoria neodarwinista. A despeito de serem ideias incompatíveis, o neolamarckismo contemporâneo oferece uma possibilidade de complementar a teoria da evolução, oferecendo uma análise voltada a outras variáveis que podem auxiliar na compreensão da complexidade da evolução das espécies (Jablonka & Lamb, 2005).

teoria postulada por Charles Darwin (1809-1882) na obra clássica “A origem das espécies”, publicada em 1859, cujos princípios são utilizados até hoje por estudiosos da ciência moderna. O autor se propôs a explicar como se dá o surgimento e a diversidade de espécies de seres vivos por meio do que denominou de seleção natural. Na tentativa elucidar uma teoria científica para embasar a biologia, em oposição a teorias vitalistas e mecanicistas da época, Darwin (1859/2009) tinha como tese principal de sua teoria que o ambiente seleciona os organismos com características adequadas para a sobrevivência em determinado ambiente.

A teoria da evolução está ancorada em uma estrutura tríplice: condições de vida, variação e seleção. Segundo Darwin (1859/2009), os organismos de uma espécie apresentam variações em suas características anatômicas e fisiológicas – que o autor nomeia como caracteres –, as quais aconteceriam por acaso⁵⁶. Em determinadas condições do ambiente de vida dos indivíduos (geográficas, térmicas, demandas por sustento, saúde, segurança, etc.) ocorrem variações, que são selecionadas pelo ambiente de acordo com seu valor de sobrevivência, isto é, se tornam os organismos mais aptos a sobreviverem.

Assim como Lamarck, Darwin (1859/2009) usa o pescoço das girafas como exemplo para ilustrar a seleção natural. Existem girafas com pescoços mais curtos e mais longos, pois existem variações em seus caracteres, o que acontece em todas as espécies. Contudo, frente a um determinado ambiente onde haja folhagens apenas em árvores mais altas, as girafas que têm variação com o pescoço mais longo terão mais acesso a alimentos, tendo assim maior chance de sobreviver e de reproduzir-se. Assim, com o passar de um longo período de tempo, as girafas com pescoço mais longo terão

⁵⁶ O próprio Darwin (1859/2009) salientou que atribuir ao acaso a responsabilidade pelas variações era um equívoco, porém, mostraria, apenas, a ignorância humana quanto às causas das variações.

mais descendentes e, conseqüentemente, os organismos com essa variação tendem a sobreviver.

Darwin (1859/2009) ressalta que os organismos não variam com o objetivo de sobreviver. A variação não aconteceu em prol da sobrevivência, o pescoço da girafa não cresceu para alcançar a vegetação alta, e sim as que já tinham fenotipicamente um pescoço maior conseguiram sobreviver e essa característica foi passada para as demais gerações. O autor esclarece que não há uma meta no processo evolutivo, e o termo “evolução” é utilizado com o sentido de mudanças, e não como melhora.

Considerando que a construção da teoria darwinista se deu no século XIX, ainda não se estudava genética, e devido a isso, Darwin utilizava o termo caracteres para se referir as propriedades envolvidas na transmissão de características entre gerações. Após Darwin, houve um desenvolvimento da biologia e o surgimento do neodarwinismo, possibilitando a descoberta e o estudo da genética como base da herança biológica, o que formulou uma nova explicação sobre como ocorre a transmissão de caracteres entre gerações. Pautado na lógica darwinista e neodarwinista, Skinner descreve mais detalhadamente o funcionamento do terceiro nível do modelo de seleção por conseqüências, delineando uma analogia entre a evolução biológica e cultural, a qual foi descrita sistematicamente na obra *Beyond freedom and dignity* (Skinner, 1971). Segundo o autor,

a cultura corresponde à espécie. Nós a descrevemos listando muitas das suas práticas, assim como descrevemos uma espécie descrevendo muitas de suas características anatômicas. Duas ou mais culturas podem compartilhar uma prática, assim como duas ou mais espécies podem compartilhar uma característica anatômica. As práticas de uma cultura, como as características de uma espécie, são carregadas por seus membros, os quais as transmitem para

outros membros. No geral, quanto maior o número de indivíduos que carrega uma espécie ou uma cultura, maior a sua chance de sobrevivência⁵⁷. (Skinner, 1971, p. 129)

A partir dessas similaridades, Skinner delineia detalhadamente a analogia entre os dois níveis, explicitando como cada um dos processos da teoria darwinista pode ser interpretado na evolução cultural, iniciando com os processos mais básicos de variação e seleção.

Caracterização da analogia entre evolução das espécies e evolução cultural.

Variação e seleção das práticas culturais.

Na evolução biológica, as variações ocorrem na forma de mutações genéticas que não estão necessariamente relacionadas com as contingências de seleção que afetam esse traço. Essas variações surgem ao acaso, e ocorrem frente a determinadas condições de vida dos organismos, como os aspectos geográficos, climáticos e demandas por sustento, segurança e saúde e, em menor parcela, a competição. Similarmente, na evolução das culturas, o que varia são as práticas. Em suma, as variações nas práticas culturais podem acontecer ao acaso, isto é, não são, em princípio, planejadas, e não acontecem com o propósito de alcançar um determinado objetivo, não estando necessariamente relacionadas com as contingências que as selecionarão (Skinner, 1971).

Entretanto, Skinner assume a possibilidade de que a origem de uma prática pode estar relacionada com contingências ambientais, seja do ambiente físico ou social

⁵⁷ Original: "A culture corresponds to a species. We describe it by listing many of its practices, as we describe a species by listing many of its anatomical features. Two or more cultures may share a practice, as two or more species may share an anatomical feature. The practices of a culture, like the characteristics of a species, are carried by its members, who transmit them to other members. In general, the greater number of individuals who carry a species of a culture, the greater its chance of survival" (Skinner, 1971, p. 129).

(Skinner, 1989). O autor aponta como exemplo a prática de apagar incêndios: em algum momento na história, alguém jogou água em um incêndio, e teve como consequência reforçadora o fogo apagado e, por isso, o comportamento teve sua frequência aumentada. A prática foi disseminada por meio de imitação, e difundida ainda mais rapidamente quando foi ensinada por meio de comportamento verbal. Utilizar água como meio para apagar fogo se tornou uma prática cultural, mas sua origem está relacionada a um comportamento operante que foi selecionado devido às suas consequências de reforçamento negativo. Dessa forma, variações podem surgir ao acaso, mas também, sua origem pode estar relacionada às contingências presentes no contexto atual, seja nas contingências do ambiente físico ou social (Skinner, 1971).

A partir da variação de práticas, acontece a seleção. Afirmar que uma prática é selecionada significa dizer que ela vai passar a fazer parte das contingências daquela cultura, ou seja, as agências controladoras, os indivíduos que vivem em grupo passarão a reproduzir e transmitir essa prática por meio de comportamentos individuais. Na evolução biológica, as variações genéticas são selecionadas quando têm valor adaptativo, ou seja, se contribuírem para que aquele organismo se adapte, sobreviva e se reproduza em determinado contexto de vida. Na seleção cultural, as práticas são selecionadas se contribuírem para que aquela cultura se fortaleça e continue sobrevivendo, e, “com a extensão em que ajuda seus membros a conseguir o que precisam para evitar o que é perigoso, os ajuda a sobreviver e transmitir a cultura”⁵⁸ (Skinner, 1971, p. 129). Contudo, Skinner (1971) afirma que

nem toda prática em uma cultura, ou todo traço em uma espécie é adaptativo, considerando que práticas e traços não adaptativos podem ser carregados por

⁵⁸ Original: “To the extent that it helps its members to get what they need and avoid what is dangerous, it helps them to survive and transmit the culture” (Skinner, 1971, p. 129).

peças adaptativas, e culturas e espécies que são pobremente adaptativas podem sobreviver por um longo tempo⁵⁹. (p. 130)

Em *Selection by consequences* (1981), Skinner ressalta algumas similaridades e diferenças entre o primeiro nível de seleção (filogenético) e o terceiro nível (cultural). Segundo o autor, algumas vezes a espécie permanece por um longo período de tempo sem modificações, e isso se explica pela falta de variações, ou porque as variações existentes não foram selecionadas. Da mesma forma acontece com a cultura: práticas culturais podem continuar sendo reproduzidas e transmitidas assim como eram há muito anos, sem modificações, e isso se dá pela ausência de variações, ou presença de variações, mas que não foram selecionadas por não terem valor de sobrevivência. Em ambos os níveis, “mudanças podem ser explicadas como resultantes da seleção de novas variações pelas contingências em vigor ou por novas contingências”⁶⁰ (Skinner, 1981, p. 502).

Portanto, algumas vezes, tanto traços genéticos dos organismos quanto práticas culturais selecionados podem não ter valor adaptativo ou de sobrevivência. Uma cultura pode permanecer sobrevivendo por um longo tempo mesmo tendo práticas que não são adaptativas, ou seja, que não contribuem para que os indivíduos evitem o que é perigoso para sua sobrevivência, mas mesmo assim permanecem – isso pode ocorrer devido à outros benefícios que não para a espécie, ou também devido à ausência de variações.

⁵⁹ Original: “Not every practice in a culture, or every trait in a species, is adaptive, since nonadaptive practices and traits may be carried by adaptive ones, and cultures and species which are poorly adaptive may survive for a long time” (Skinner, 1971, p. 130).

⁶⁰ Original: “Change is explained as due to new variations selected by prevailing contingencies or to new contingencies” (Skinner, 1981, p. 502).

Transmissão de práticas culturais.

Ainda existem similaridades entre a transmissão de traços genéticos na seleção natural e da transmissão de práticas na seleção cultural, como aponta Skinner quando afirma que “características numa espécie e práticas numa cultura são transmitidas de geração em geração . . . [e] espécies e culturas são definidas por restrições impostas sobre a transmissão – por genes e cromossomos e, digamos, isolamento geográfico, respectivamente”⁶¹ (Skinner, 1981, p. 502).

Darwin acreditava que os caracteres eram repassados conforme os indivíduos com determinadas características fenotípicas se reproduziam. Com o desenvolvimento do neodarwinismo, há o entendimento que a transmissão dos caracteres acontece por meio da transmissão genética. Contudo, no que diz respeito à transmissão, Skinner (1971) rompe com a analogia darwinista e se utiliza da concepção lamarckista de transmissão de caracteres adquiridos para explicar como ocorre a transmissão de práticas culturais.

Para explicar a transmissão de práticas culturais, Skinner utiliza da concepção de lamarckista no que se refere à Lei do uso e desuso e a Lei da transmissão dos caracteres adquiridos (Martins, 2015). A partir do uso de determinados músculos do corpo havia hipertrofia e hipotrofia, e os caracteres modificados durante o tempo de vida dos organismos eram repassados para a próxima geração. Lamarck se referia a algo que era aprendido e desenvolvido durante a história dos organismos, e que era transmitido “pronto” para seus descendentes. Skinner (1971) delineia então uma analogia com o lamarckismo para explicar a transmissão de práticas culturais, no sentido de que práticas adquiridas são transmitidas. Algumas práticas que variaram foram transmitidas por

⁶¹ Original: “Traits in a species and practices in a culture are transmitted from generation to generation . . . species and cultures are defined by restrictions imposed upon transmission – by genes and chromosomes and, say, geographical isolation, respectively” (Skinner, 1981, p. 502).

meio de diversas formas, sendo elas: transmissão para novos membros que passem a fazer parte da cultura; transmissão para indivíduos que já estão vivendo naquela cultura mas que ainda não adquiriram a prática; transmissão para futuras gerações, para os membros de uma geração mais nova, por meio de regras, modelação ou modelagem; e transmissão por meio de difusão para outras culturas, o que é apontado pelo autor como a forma mais importante de transmissão, pois, ao contrário das espécies, que são isoladas umas das outras pela impossibilidade de transmissão de traços genéticos, as culturas não dispõem de tal isolamento.

Assim, compreende-se que os indivíduos “carregam” a prática, assim como afirmou Skinner (1971), que “as práticas de uma cultura, como as características de uma espécie, são carregadas por seus membros, os quais as transmitem para outros membros”⁶² (p. 129). Esclarecendo o sentido metafórico, a seleção implica a reprodução: uma prática é selecionada quando passa a ser reproduzida pelos indivíduos do grupo, ou seja, passa a ser “carregada”, e por meio da sua reprodução eles a transmitem também para outros indivíduos.

Considerando que a cultura é um terceiro nível de seleção, a seleção de práticas acontece em nível grupal, mas assim como o conceito de espécie é uma abstração do organismo individual, a existência de uma cultura ultrapassa o tempo de vida de um indivíduo. Ainda assim, o comportamento individual é necessário para sua perpetuação, como declarou Skinner (1953) ao afirmar: “culturas também mudam e perecem, e não podemos esquecer que elas são criadas por ações individuais e sobrevivem apenas por meio do comportamento dos indivíduos”⁶³ (p. 448). No que se refere à seleção natural, as variações que acontecem nas características genéticas e possibilitam a evolução da

⁶² Original: “The practices of a culture, like the characteristics of a species, are carried by its members, who transmit them to other members” (Skinner, 1971, p. 129).

⁶³ Original: “Cultures also change and perish, and we must not forget that they that they are created by individual action and survive only through the behavior of individuals” (Skinner, 1953, p. 448).

espécie ocorrem em um organismo, mas a explicação da evolução refere-se à espécie como um todo. Da mesma forma, a despeito da cultura se caracterizar como um nível diferente de análise em detrimento do comportamento operante, a transmissão das práticas culturais depende do comportamento operante dos indivíduos que vivem sob as contingências que constituem aquela cultura. Assim, o comportamento verbal tem papel fundamental na evolução das culturas, pois possibilita que comportamentos sejam aprendidos por meio de descrições de contingências, fazendo com que práticas culturais sejam transmitidas à outros membros da cultura.

Em outras espécies, a transmissão de práticas acontece por meio da imitação e modelação e, como já fora explicitado, o surgimento do comportamento verbal possibilitou uma aceleração na transmissão das práticas na espécie humana, estendendo o escopo do ambiente social e favorecendo a constituição das culturas (Skinner, 1974, 1989). Segundo o autor,

a imitação e a modelação desempenham importantes papéis na transmissão de resultados de contingências de reforçamento excepcionais. Algumas das grandes realizações do homem se devem a acidentes extraordinariamente afortunados. Outras pessoas ficaram sob controle das mesmas contingências fortuitas, por meio da imitação, e o comportamento foi transmitido ainda mais rapidamente, por modelação. A espécie humana progrediu ainda mais na transmissão do que já havia sido aprendido quando seu aparelho vocal ficou sob controle operante⁶⁴. (Skinner, 1984, p. 221)

⁶⁴ Original: "Imitation and modeling play important roles in transmitting the results of exceptional contingencies of reinforcement. Some of the great human achievements were due to extraordinarily lucky accidents, when other people came under the control of the same fortuitous contingencies through imitation. The behavior was even more rapidly transmitted by modeling. The human species made further progress in the transmission of what had already been learned when its vocal apparatus came under operant control" (Skinner, 1984, p. 221).

Com a ausência do comportamento verbal, a transmissão de práticas aconteceria apenas por meio de imitação e modelação, o que levaria muito mais tempo. O controle operante do aparelho vocal possibilitou que a espécie humana adquirisse e transmitisse práticas de forma mais rápida, ensinando inclusive práticas que ensinam a própria transmissão, explicitando verbalmente as contingências.

A transmissão de práticas culturais acontece por meio do controle exercido pelo próprio grupo, mas também e principalmente pelo controle das agências e subagências, que têm papel fundamental na transmissão de práticas culturais. Como já fora discutido, diversas formas de controle fazem parte do ambiente social que constitui uma cultura, e o controle ético do grupo pode fazer parte da perpetuação de práticas culturais. Skinner (1953) afirma que mesmo que o controle não institucionalizado não seja altamente organizado, formas de organização se desenvolvem, o que gera práticas de controle mais coesas: os indivíduos passam a tomar parte na ação do grupo e trabalhar pela transmissão de práticas.

O controle é tão bem estabelecido que quando alguém se comporta de forma divergente ao que é ensinado como correto, sente vergonha. Porém, o controle exercido por agências de controle institucionalizadas é ainda mais poderoso. É necessário identificar por quais indivíduos as agências controladoras são compostas, analisando qual o efeito geral da agência no comportamento dos controlados, e mostrar como isso retorna para a agência o comportamento de seus membros controladores como reforçador – o que explica a manutenção da sua existência (Skinner, 1953).

Conforme já descrito, as agências de controle exercem forte poder sobre as práticas culturais e os comportamentos individuais dos indivíduos em grupo. Elas contribuem para o ensino de repertórios de comportamentos para os indivíduos que estão de acordo com as práticas culturais que foram selecionadas naquela cultura,

desempenhando papel fundamental na transmissão de práticas culturais e na sobrevivência das culturas. Elas têm poder sobre o arranjo de contingências envolvidas em uma cultura, contribuindo para a manutenção de um conjunto de práticas e, em última instância, para a sobrevivência dessa cultura (Skinner, 1971).

Sobrevivência: a força e a fraqueza da cultura.

Na evolução biológica, são selecionados pelo ambiente os genes ou fenótipos que têm valor de sobrevivência para espécie. Já na evolução cultural, a sobrevivência das culturas é o valor pelo qual práticas culturais são selecionadas: elas passam a fazer parte de uma cultura se contribuem para seu fortalecimento. As práticas que variam podem fortalecer ou enfraquecer a cultura e, a partir disso, “podemos prever se ela vai sobreviver ou perecer”⁶⁵ (Skinner, 1971, p. 129). Argumentar que uma prática tem o poder de fortalecer uma cultura significa que, caso seja selecionada, ela contribuirá para que aquela cultura continue existindo. Uma cultura forte é aquela cujas características auxiliam os membros a resolver seus problemas, e cujas práticas estejam sendo reproduzidas e transmitidas. Se uma prática que fortaleça a cultura for selecionada, é possível prever que a cultura irá sobreviver, ou seja, permanecer no tempo. Qualquer prática que prolongue a existência da cultura com o decorrer do tempo tem valor de sobrevivência.

Skinner elenca quatro fatores necessários para que uma cultura se mantenha forte e sobreviva: deve induzir seus membros a trabalhar por um ambiente saudável com conservação de recursos para que haja a sobrevivência da espécie; deve ser transmitida de forma adequada para outros membros e outras gerações; deve apoiar seus membros, provendo valores como felicidade, para evitar a deserção; deve ser razoavelmente

⁶⁵ Original: “We may foresee that it will survive or perish” (Skinner, 1971, p. 129).

estável evitando mudanças excessivamente rápidas, mas também deve ser aberta a novidades, evitando o respeito excessivo por tradições; deve encorajar seus membros a examinar suas práticas e experimentar novas (Skinner, 1971).

Quanto mais membros de uma espécie carregam uma variação fenotípica em seu organismo, mais chance essa espécie, com essa variação, tem de sobreviver. Na cultura, quanto mais sujeitos – ou quanto maior o poder desses sujeitos, tendo em vista o papel das agências de controle na disseminação de práticas culturais – reproduzem e transmitem as práticas, maior a chance dessa cultura sobreviver. Outro fator crucial para a sobrevivência de uma cultura é que os indivíduos que vivem sob essas contingências de reforçamento sobrevivam, por isso a cultura tende a selecionar práticas que, além de contribuírem para a sobrevivência das culturas, também contribuem para a sobrevivência da espécie em questões de saúde, segurança e mantimentos – por mais que algumas vezes sejam selecionadas práticas culturais que não tenham valor de sobrevivência para a espécie, ou até mesmo práticas que apresentem riscos à sobrevivência.

Esse valor deve ser levado em consideração e ensinado aos indivíduos que vivem na cultura, e isso consiste no terceiro grupo de bens aos quais Skinner se retrata ao discutir os valores constituintes de uma cultura. Um indivíduo vai tomar a sobrevivência da cultura como valor se a própria cultura o induzir a trabalhar por isso. Sentimentos de preocupação com a cultura são produtos do trabalho realizado pela própria cultura; e caso sejam gerados, os indivíduos ajudarão a promover a permanência da cultura – dessa forma ela se autoperpetua. As agências de controle realizam o trabalho de indução, pois exercem um controle tão poderoso que faz com que indivíduos se comportem da maneira ensinada mesmo na ausência de um agente controlador. Essa indução acontece muitas vezes de forma “inconsciente”, isto é, os

indivíduos reproduzem e transmitem as práticas culturais aprendidas, aplicando julgamentos similares aos outros, sem conseguir identificar e descrever quais variáveis estão controlando seu comportamento.

Para que uma cultura pereça, é necessário que ela seja enfraquecida. Considerando as formas de fortalecimento e sobrevivência de uma cultura descritas por Skinner (1971), entende-se que para que uma cultura enfraqueça, é necessário que: ela não trabalhe pela sobrevivência da espécie; não seja transmitida de forma adequada para outros membros; não promova felicidade dos membros; seja excessivamente conservadora ou que tenha excesso de mudanças rápidas; não encoraje seus membros a examinarem suas práticas e experimentarem novas. No que cabe à atual pesquisa e às possibilidades de ações por meio de planejamento, é possível agir de forma a impedir que as práticas culturais sejam transmitidas. Se as contingências características de uma cultura não forem adequadamente transmitidas, então a cultura – caracterizada por essas determinadas práticas e contingências – tende a se enfraquecer e perecer.

A evolução de uma cultura acontece então a partir da variação e seleção de práticas: a variação acontece presumivelmente ao acaso, contudo, sua origem pode ser influenciada pelo contexto de uma cultura. As práticas serão selecionadas caso apresentem valor de sobrevivência, isto é, se podem contribuir para que a cultura se fortaleça e continue existindo. A cultura se fortalecerá e sobreviverá se os indivíduos que vivem sob as contingências da cultura transmitirem suas práticas, seja para indivíduos que já vivem na cultura, para novos membros, para outras gerações e até mesmo para outras culturas. O comportamento verbal tem papel fundamental na transmissão das práticas, pois possibilita a explicitação de contingências e, conseqüentemente, uma aceleração na transmissão de práticas. A partir da transmissão,

a cultura pode ser fortalecida e sobreviver, ou, no caso de não ser transmitida, pode ser enfraquecida e perecer.

Skinner (1971) atenta para a possibilidade de que haja uma manipulação das contingências de uma cultura. Esse trabalho planejado que pode ser realizado é o que ele denominou de planejamento cultural, o qual pode ser visto como uma forma de acelerar as mudanças em uma cultura. Segundo Skinner (1971), as contingências que fazem parte da cultura podem ser observadas e manipuladas. Assim, é possível planejar práticas que promovam o bem da cultura e sua sobrevivência por meio da aceleração do processo de evolução cultural. Considerando que a ciência e a tecnologia do comportamento humano buscam como resultado a sobrevivência das culturas, pode fazer importantes modificações na sua evolução.

Evolução e planejamento cultural

Planejamento como aceleração.

Parte das práticas que fazem parte de uma cultura é produto de contingências acidentais, tendo surgido pelo acaso. Contingências estabelecidas por acidente já contribuíram e certamente continuarão contribuindo para diversas realizações humanas (Skinner, 1971). De acordo com o Skinner (1953),

O ambiente social de um grupo de pessoas é produto de uma série complexa de eventos, nos quais o acidente tem, algumas vezes, um papel importante . . . O padrão de controle exercidas por um forte líder, refletindo muitas de suas idiossincrasias pessoais, podem resultar no estabelecimento de uma classificação

governamental do que é considerado legal ou ilegal, e pode inclusive configurar os padrões de uma agência altamente organizada⁶⁶. (p. 426)

Dessa forma, muitas práticas presentes em uma cultura podem ter surgido de forma acidental, porém, também podem ter sido planejadas e inseridas deliberadamente na cultura. A manipulação de práticas é o que o autor denomina de planejamento cultural, que consiste na introdução deliberada de práticas na cultura devido às suas consequências, isto é, devem ser planejadas práticas que sejam reforçadoras para os indivíduos que viverão na cultura no futuro, e deve ter como valor norteador a sobrevivência das culturas (Skinner, 1953, 1971).

Essa manipulação deliberada pode ser vista como uma aceleração do processo de evolução cultural, e “quando nos engajamos no planejamento deliberado de uma cultura, nós estamos, por assim dizer, gerando ‘mutações’ que podem acelerar o processo evolutivo. O efeito pode ser randômico, mas há também a possibilidade de que estas mutações sejam especialmente adaptadas para a sobrevivência⁶⁷” (Skinner, 1953, p. 434). Assim, o planejamento cultural apresenta uma vantagem em detrimento às contingências acidentais, pois as “mutações” nas práticas podem ser adaptadas especialmente para a sobrevivência das culturas, ao contrário de algumas práticas que surgem ao acaso e que podem levar culturas a perecerem. O autor afirma que “talvez nós não possamos planejar uma cultura bem-sucedida como um todo, mas podemos planejar práticas melhores, de maneira fragmentada” (Skinner, 1971, p. 156).

⁶⁶ Original: “The social environment of any group of people is the product of a complex series of events in which accident sometimes plays a prominent role . . . The pattern of control exercised by a strong leader, reflecting many of his personal idiosyncrasies, may result in an established governmental classification of behavior as legal or illegal and may even set the pattern for a highly organized agency” (Skinner, 1953, p. 426).

⁶⁷ Original: “When we engage in the deliberate design of a culture, we are, so to speak, generating ‘mutations’ which may speed up the evolutionary process. The effect could be random, but there is also the possibility that such mutations may be specially adapted to survival” (Skinner, 1953, p. 434).

Skinner (1953, 1971, 1989) atenta para a importância de um planejador cultural que tenha como valor norteador a sobrevivência das culturas. No entanto, a manipulação deliberada de práticas é algo comum na cultura, realizada pelas agências de controle, que manipulam contingências a fim de que sejam mantidas práticas que contribuam para a sua própria manutenção.

Papel das agências de controle no planejamento.

As agências de controle realizam a manipulação deliberada de práticas em uma cultura. A agência religiosa, por exemplo, ao instituir os dez mandamentos, codificou práticas que funcionariam de acordo com a classificação ética imposta pela igreja. A agência governamental estabelece novas práticas cada vez que promulga novas leis. A agência educacional, ao estabelecer determinados currículos e recomendar mudanças nas famílias tendo em vista a mudança no comportamento dos filhos, também está impondo novas práticas culturais de forma deliberada (Skinner, 1953). Essa codificação das práticas das agências acelera as modificações na cultura, pois elas especificam comportamentos por meio do comportamento verbal, o que reduz o tempo da aprendizagem por modelação e modelagem (Skinner, 1953, 1989).

Contudo, Skinner (1953) ainda afirma que, por mais que frequentes, as modificações realizadas por essas agências têm como objetivo o seu benefício próprio, e não necessariamente os bens individuais, dos outros e da cultura como um todo. Algumas maneiras e costumes fazem parte do grupo, mas suas consequências não têm efeito direto sobre o grupo, porém, quando são perpetuadas por um governo, religião ou agência educacional, é possível notar mais facilmente para os benefícios que trazem a essas agências. Esse fato pode dificultar o trabalho de um planejador cultural que tenha como objetivo alcançar os três tipos de bens, trabalhando pela sobrevivência das

culturas, pois trabalhar contra um poder de alta magnitude de agências de controle pode parecer fantasioso. É necessário pensar como a tecnologia do comportamento pode agir frente essas dificuldades para modificar práticas em uma cultura.

Abordar o assunto de planejamento cultural levanta críticas a respeito de questões éticas e morais, do controle exercido pelo controlador e quais valores orientarão esse trabalho. Skinner (1971) afirma que, normalmente, o planejamento cultural é realizado de acordo com a história de vida do planejador: sendo ele individualista, planejará práticas visando seu benefício próprio; se houver sido ensinado a prezar pelo bem dos outros, planejará práticas a partir disso; e se a cultura houver o induzido a trabalhar por sua sobrevivência, planejará práticas que visem o bem da cultura. Segundo o autor, não se deve pensar em quem controla, e sim quais serão as contingências controladoras impostas, e que, além disso, as implicações éticas e morais devem estar voltadas para como deixar os indivíduos sob controle de consequências remotas, para que se engajem em práticas que visem a sobrevivência das culturas.

O autor sugere a inclusão de valores clássicos como liberdade, segurança, felicidade e conhecimento para que sejam usados como base para planejamentos culturais. Porém, o valor que norteia o planejamento cultural deve ser a sobrevivência das culturas (Skinner, 1971, 1953), o que levanta um problema, pois é possível calcular consequências de práticas que contribuam para a aquisição de valores clássicos, mas não é possível garantir que os valores clássicos resultarão na sobrevivência das culturas.

Em síntese, na discussão do planejamento cultural, o objetivo de Skinner é demonstrar que, por mais que práticas possam variar ao acaso e serem selecionadas por seu valor de sobrevivência, as culturas podem se beneficiar de um planejamento cultural realizado a partir dos princípios da ciência do comportamento. Um planejador cultural deve prezar tanto pelos bens individuais quanto pelos bens dos outros, mas

principalmente pelos bens da cultura, pensando nos indivíduos que viverão nessa cultura no futuro.

Essa discussão leva a um problema: Skinner (1953, 1971) prescreve valores clássicos a serem inseridos no planejamento cultural, além de prescrever como valor primordial a sobrevivência das culturas. Contudo, ainda assim, não há uma prescrição de quais culturas devem sobreviver. Isso demonstra que embora haja uma descrição de aspectos éticos, essa discussão não está afinada com reflexões políticas: não há uma indicação específica de um projeto de sociedade que demonstre quais culturas devem sobreviver, o que abre o flanco não somente para críticas ao autor, mas também para que sejam realizadas diferentes propostas no escopo da Análise do Comportamento a respeito de um projeto de sociedade que possa ser realizado com base em pressupostos da teoria skinneriana.

Considerações sobre a cultura e evolução cultural

Em suma, uma cultura pode ser compreendida na estrutura da tríplice contingência. O contexto antecedente seria constituído em parte pelo ambiente físico (influência das condições geográficas, climáticas e dos recursos naturais sobre a cultura), e em parte pelas variáveis do ambiente social. Esse contexto serve como ambiente antecedente para as práticas culturais, que podem ser compreendidas como comportamentos habituais de um povo. As contingências que fazem parte de uma cultura não são estáveis, sendo passíveis de modificação. A partir disso é estabelecida uma classificação ética, aplicada pelas agências de controle, subagências e pelo próprio grupo, que reforça diferencialmente comportamentos classificados como legais, virtuosos e corretos, e, assim, são modelados comportamentos e se formam as maneiras e costumes do grupo.

As contingências do ambiente físico podem alterar práticas culturais, conforme ocorrem mudanças climáticas, geográficas ou de recursos naturais de uma determinada cultura. As contingências do ambiente social também podem se modificar conforme as formas de poder das agências se modificam, das subagências e também por meio do contracontrole exercido pelo grupo.

O processo de mudanças em uma cultura é denominado por Skinner de evolução cultural. Para isso, o autor utiliza-se de uma analogia com a seleção natural de Darwin, utilizando principalmente a noção de variação e seleção. O autor afirma que existem variações nas práticas culturais que acontecem ao acaso, excluindo explicações teleológicas ou que foquem apenas nos antecedentes ou na topografia de comportamentos que integram as práticas culturais. Essas práticas serão selecionadas pela cultura caso tenham valor de sobrevivência, ou seja, caso possam contribuir para que essa cultura se fortaleça e permaneça existindo. No que diz respeito à transmissão das práticas, Skinner faz uma analogia com a teoria da evolução lamarckista, no sentido de que as práticas adquiridas são transmitidas: a partir da variação e seleção das práticas, os indivíduos irão reproduzi-las e transmiti-las aos novos membros da cultura, às próximas gerações, aos indivíduos que já vivem na cultura e ainda não aderiram à prática ou até mesmo para outras culturas. Se a transmissão acontecer, a cultura será fortalecida e sobreviverá, ou seja, permanecerá no tempo.

As consequências das práticas culturais também tem um papel importante na evolução cultural: as práticas são selecionadas e transmitidas na cultura a depender das suas consequências, isto é, são selecionadas as práticas que contribuem para que aquela cultura continue em vigor. A seleção e a transmissão estão relacionadas, pois, se práticas são transmitidas, são selecionadas, e assim a cultura tende a se fortalecer e sobreviver.

Assim como uma cultura pode se fortalecer e sobreviver, ela pode ser enfraquecida e perecer, caso a transmissão das práticas que contribuam para seu fortalecimento e sobrevivência sejam interrompidas. Como as práticas são disseminadas principalmente pelas agências de controle, especialmente por meio da codificação de suas regras e assim controlando o repertório comportamental dos membros da cultura, os indivíduos podem apresentar contracontrole frente às práticas controladoras, o que pode gerar modificações nas contingências do ambiente social.

Para haver mudanças em uma cultura, Skinner atenta ainda para a possibilidade de uma manipulação deliberada de suas práticas, o que o autor denomina de planejamento cultural, e que pode ser realizado por meio da tecnologia do comportamento. Segundo o autor, talvez não seja possível realizar um planejamento de uma cultura como um todo, mas é possível manipular contingências e acelerar o processo de evolução cultural, fazendo com que novas práticas que tenham valor de sobrevivência surjam. Todavia, ao planejar uma cultura, o planejador deverá eleger quais culturas devem sobreviver, o que levanta questões éticas e morais sobre o controle advindo do controlador e a inserção de seus próprios valores. Skinner afirma que o valor norteador para planejar uma cultura deve ser a sua sobrevivência: o planejador pode prezar por práticas que tenham como consequências valores clássicos, como felicidade, saúde, segurança, etc., mas o valor primordial que deve nortear seu trabalho é a sobrevivência.

Skinner realizou em sua obra uma análise crítica das agências de controle e seu papel na disseminação de práticas, e, assim, se o controle exercido pelas agências, as práticas culturais por elas disseminadas e a modelagem de comportamentos individuais visa principalmente seu benefício próprio, a modificação de práticas em um sentido que tenha como valor primordial a sobrevivência das culturas com a inserção e valores

clássicos pode ir contra ao trabalho que é realizado pelas agências. As agências podem se voltar contra o planejamento cultural proposto pela ciência do comportamento, o que é uma adversidade relevante, devido ao grande poder que as agências exercem na sociedade.

Para compreender a cultura, a evolução cultural e pensar em possibilidades de planejamento, é necessário explicitar mais sistematicamente a variável de poder das agências de controle e o privilégio que decorre das relações de poder. Terry, Bolling, Ruiz e Brown (2010) afirmam que “poder não é um atributo individual, uma característica ou um traço de personalidade . . . O poder é fundado na relação entre comportamento e consequência, isto é, a relação de reforçamento⁶⁸” (p. 107). Segundo as autoras, “pessoas que são chamadas de ‘poderosas’ são aquelas que controlam os reforçadores mais importantes em um relacionamento entre as partes⁶⁹” (p. 108). “Ter poder” significa, então, controlar os reforçadores mais importantes, podendo dificultar o acesso aos reforçadores, controlando também o acesso e a precisão da distribuição dos reforçadores: “Quem controla tem acesso mais fácil a reforçadores importantes; adicionalmente, o controlador é reforçado por engajar-se em comportamentos que influenciam ou exercem controle sobre o outro indivíduo, o controlado⁷⁰” (p. 110), portanto, os controladores têm um histórico de reforçamento ao exercer poder sobre outros.

O privilégio é o resultado do poder exercido por certos grupos: “Privilégio de uma perspectiva analítico-comportamental pode ser compreendido como acesso diferencial a reforçadores mais importantes. Quanto melhor o acesso, maior a

⁶⁸ Original: “Power is not an individual attribute, characteristic, or personality trait . . . Power is found in the relationship between behavior and consequence, that is, the reinforcement relation” (Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010, p. 107).

⁶⁹ Original: “People who are called ‘powerful’ are those who control the more important reinforcers in a relationship between parties” (Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010, p. 108).

⁷⁰ Original: “The controller has control over and easier access to the more important reinforcers; additionally, the controller is reinforced for engaging in behaviors that influence or exert control over other individual, the controllee” (Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010, p. 110).

probabilidade de ele entrar em contato com reforçadores⁷¹” (Terry, Bolling, Ruiz, & Brown, 2010, p. 111). Um dos aspectos mais importantes da discussão sobre privilégios é que estes são reforçadores não contingentes. As autoras explicitam que “esses reforçadores não são sempre contingentes sobre o comportamento do indivíduo ‘privilegiado’. Portanto, os reforçadores são ‘não ganhos’ e baseados na filiação a um certo grupo social” (Terry, Bolling, Ruiz, & Brown, 2010, p. 111)⁷². Assim, alguns grupos sociais têm mais privilégio do que outros: as autoras citam como grupos mais privilegiados os homens brancos heterossexuais.

As contingências sociais que constituem uma cultura são permeadas pelo poder das agências que conferem privilégio à população masculina: as práticas culturais podem surgir ao acaso, mas muitas das práticas hoje existentes podem ter surgido com influência das agências de controle. As agências têm o poder de disseminar práticas, e como são codificadas, ou seja, a contingência é explicitada verbalmente, as práticas são disseminadas de forma mais rápida, e assim a cultura evolui de forma mais acelerada. A partir das práticas, as agências são as principais responsáveis pela classificação ética que é aplicada ao comportamento dos indivíduos, que acontece especialmente a partir da legislação, dos mandamentos bíblicos e das regras das agências, e assim o comportamento dos sujeitos é modelado. Para haver um planejamento cultural que tenha como valor primordial a sobrevivência das culturas, algumas das práticas que beneficiam as agências, e são por elas disseminadas, devem ter sua transmissão interrompida. As agências estão presentes na maioria das dimensões da definição de cultura, então, para compreender uma cultura, é pertinente que sejam incluídas na

⁷¹ Original: “Privilege from a behavior analytic perspective can be understood as differential access to more important reinforcers. The greater the access, the higher the probability that one will come in contact with reinforcers” (Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010, p. 111).

⁷² Original: “These reinforcers are not always contingent on the ‘privileged’ individual’s behavior. Thus, the reinforcers are ‘unearned’ and based on membership in a certain social group” (Terry, Bolling, Ruiz & Brown, 2010, p. 111).

análise, explicitando como as práticas de uma cultura estão beneficiando as agências e por que elas continuam sendo transmitidas.

A despeito da importância da inclusão das agências, foram direcionadas críticas a Skinner (Malagodi, 1986; Prilleltensky, 1994), as quais afirmam que demonstrar boas técnicas ou que a tecnologia do comportamento pode agir em questões sociais não é o suficiente, sendo necessário planejar práticas que incluam as agências de controle que tanto disseminam práticas exploratórias. Por prescrever a sobrevivência como valor primordial, mas se ausentar de descrições sobre quais formas de cultura deveriam sobreviver, Skinner é acusado de deixar um legado para uma ciência que mantenha o *status quo*, não buscando transformação da sociedade, mas sim adequação dos indivíduos conforme os padrões estabelecidos (Prilleltensky, 1994).

A descrição skinneriana de cultura por vezes não leva em consideração desigualdades entre gêneros, raças, classes ou etnias, sendo pouco transpassada por relações de poder. Porém, o autor ressalta o poder e influência das agências, e afirma a necessidade que o planejamento vise um controle face a face e a redução do poder das agências no controle social do comportamento (Skinner, 1978). O contexto atual pede que sejam incluídos valores ao planejar uma cultura, pois, afirmar que o trabalho realizado por planejadores culturais deve ter como valor primordial a sobrevivência das culturas negligencia o fato de que culturas em vigor podem apresentar altos índices de injustiça social, e o trabalho a ser feito não é o de sobrevivência, mas pelo contrário, de enfraquecimento de culturas opressivas visando seu perecimento. A sobrevivência das culturas pode ser um conceito alinhado com a justiça social (Batista, 2018).

Em *Walden Two* (1948), Skinner planeja uma comunidade utópica e sugere alguns dos valores secundários que podem embasar as práticas de planejamento cultural, todavia, em sua sociedade supostamente não existem agências de controle. O autor

sugere o uso de valores clássicos para o planejamento de culturas que devem sobreviver, porém, afirma que os valores clássicos não necessariamente farão com que a cultura sobreviva. É necessário que a obra de Skinner seja complementada, que sejam analisados de forma mais exaustiva os valores que devem reger o planejamento cultural realizado pela Análise do Comportamento.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009) estabelece que, em seu Artigo I que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (p. 4). No Artigo II, é descrito que “todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (p. 5). No artigo III, estabelece que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (p. 5), e no artigo XXIII, item 2, que “todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho” (p. 12).

Tendo em vista a desigualdade entre gêneros no cenário atual, a cultura de dominação masculina fere a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 2009) ao dificultar o acesso de mulheres aos direitos nele previstos. Mas essa cultura conta com o surgimento de diversas variações de práticas, inclusive mais sutis, que não possibilitam o contracontrole por parte das mulheres e, portanto, se perpetua e sobrevive. Frente a essa cultura, o planejamento deveria visar seu enfraquecimento e o estabelecimento de novas práticas que promovam a justiça social. Há a possibilidade de realizar uma ciência engajada com valores, incluindo valores pautados em direitos

humanos, tendo em vista as necessidades da sociedade e, mesmo assim, permanecer no escopo das normas científicas de produção de conhecimento.

Para isso, é necessário realizar uma análise mais sistemática da cultura de dominação masculina, reconhecendo quais são as práticas culturais que a constituem, quais são os comportamentos dos indivíduos que vivem sob as contingências dessa cultura e como é exercido o controle das agências, subagências e o controle ético exercido pelo próprio grupo, e como tudo isso incorre em uma cultura hierarquizada, que favorece os homens em detrimento das mulheres. Essas práticas são examinadas de forma detalhada por Bourdieu (1998/2017), em sua obra intitulada “Dominação masculina”, a qual será explorada a seguir.

Capítulo 2 – Aspectos do sistema de dominação masculina

Notas sobre Bourdieu e sua relação com o feminismo

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um autor francês que recebeu destaque no século XX devido a seus trabalhos na área de sociologia. Realizou diversas pesquisas voltadas para o estudo de relações de dominação, envolvendo aspectos como política, cultura, linguagem e sociedade.

Uma de suas obras, intitulada “Dominação masculina”, originalmente publicada em 1998, teve como objetivo evidenciar os processos responsáveis pela transformação da história da dominação em natureza, isto é, demonstrar que a dominação masculina é uma construção histórica, não devendo ser tratada como algo natural. O autor busca discutir os mais diversos aspectos envolvidos no sistema de dominação masculina presentes em diferentes áreas do universo social, que tornam o papel submisso da mulher permanente na sociedade, fazendo com que se mantenha a supremacia masculina.

O contexto do livro: análise da sociedade cabila

Para estudar esse fenômeno, e para fugir da familiaridade de sua própria tradição, Bourdieu opta por uma estratégia de análise etnográfica de uma sociedade histórica específica, a Cabília, situada em uma região da Argélia, onde Bourdieu já havia realizado outras pesquisas. O autor utilizou também de seus conhecimentos sobre essa sociedade específica para descrever o sistema de dominação masculina, especialmente por caracterizar-se como uma sociedade tipicamente androcêntrica e falonarcísica.

Todavia, o autor afirma que sua análise não se restringe apenas a essa sociedade, pois as tradições da Cabília são compartilhadas por outras culturas, fazendo assim com

que os princípios descritos em sua obra possam ser utilizados no estudo das relações de dominação masculina de diferentes sociedades. Apesar disso, o autor ressalta que a dominação masculina tem diferentes expressões a depender do contexto cultural, e para compreender esse sistema, é necessário se atentar para as diferentes formas que a dominação masculina se expressa em cada sociedade em particular.

Concepções tradicionais sobre a dominação masculina

Desde o início da obra, Bourdieu se dedica a descrever algumas concepções tradicionais sobre a dominação masculina e a posição social ocupada pelas mulheres. Frente a isso, o autor apresenta algumas críticas devido à incompatibilidade dessas teorias com a sua própria, e descreve então os fatores que considera como essenciais para a compreensão desse sistema, bem como a parcela de participação e as estratégias utilizadas por instituições e agentes envolvidos nessas relações.

Uma das principais críticas realizadas por Bourdieu em sua obra refere-se a discursos de médicos da idade média, anatomistas do século XIX e demais moralistas – discursos os quais perduram até os dias atuais – que buscavam encontrar no corpo feminino justificativas da posição social que é imposta às mulheres. “A diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros*” (Bourdieu, 1998/2017, p. 20). Bourdieu critica esse discurso, afirmando que o estatuto social imposto às mulheres não é decorrente de características anatômicas e fisiológicas, pois, por mais que existam diferenças, não podem ser tomadas como base para desigualdades. Em contrapartida, os próprios corpos e órgãos sexuais masculinos e femininos sofrem uma construção social, cujo princípio está ancorado na razão

androcêntrica, que toma o homem como ser superior, ou seja, é o mundo social que constrói os padrões de percepções dos corpos, como afirma o autor: “os atributos e atos sexuais se veem sobrecarregados de determinações antropológicas e cosmológicas” (Bourdieu, 1998/2017, p. 15).

Segundo o autor, existe uma hierarquização entre homens e mulheres, que diz respeito a uma desigualdade entre gêneros. Apesar de, em sua obra, utilizar os termos “sexo” e “gênero” de maneira intercambiável, Bourdieu afirma que há um processo histórico de construção da diferenciação entre os sexos que faz com que homens sejam masculinizados e mulheres feminilizadas. Isso gera o que é denominado como gênero, que não é apenas uma nomeação diferente, mas algo que está inscrito nos corpos e em todo o universo. O autor defende a ideia de que a desigualdade não acontece devido ao sexo, mas ao gênero, justificando que

não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão entre *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra (*nif*) caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em gêneros constituídos como duas essências sociais hierarquizadas. (Bourdieu, 1998/2017, p. 32-33)

Não são fatores biológicos que determinam a estrutura de dominação, e sim uma construção social que acontece a partir da diferença nos corpos. Essa teoria biologizante, a qual o autor refuta, “*legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada*” (Bourdieu, 1998/2017, p. 33).

Outra crítica de Bourdieu refere-se à concepção que o autor denomina de essencialista, cujos princípios se baseiam na existência de essências constituintes do

feminino e masculino, e, dessa forma, cada gênero deve se comportar de acordo com sua essência. A crítica do autor é similar à que já havia direcionado anteriormente à teoria que trata de características biológicas como justificativa para a dominação masculina: por mais que existam diferenças entre os sexos, não existe uma essência constituinte de cada um deles que justifique a existência da desigualdade entre ambos e da dominação do masculino sobre o feminino. Segundo Bourdieu (1998/2017), o que é visto como eterno, ou considerado como essências do feminino e masculino, é, na verdade, produto de um processo de construção histórica. Para compreender esse processo, é necessário analisar tudo que faz parte dessa realidade histórica.

Bourdieu (1998/2017) ainda critica formas de pensar a dominação masculina que consideram a introjeção como responsável pela manutenção da submissão feminina. A introjeção é um processo por meio do qual os indivíduos incorporam os pensamentos de pessoas ou grupos aos seus próprios pensamentos e, assim, haveria uma responsabilização das mulheres por agirem de acordo com os padrões de submissão que são impostos – o que a autora Sandra Lee Bartky, particularmente criticada por Bourdieu, afirma se tratar de um masoquismo feminino. Segundo essa concepção, as mulheres introjetam os conceitos de dominação masculina e, a partir disso, erotizam as relações sociais de dominação, considerando a posição de poder de homens como excitante. Além disso, de acordo com a ideia de masoquismo feminino, as mulheres seriam responsáveis pela manutenção de um sentimento de deficiência corporal, e precisam que a indústria de moda e beleza lhes disponibilize regras sobre os padrões estéticos para que possam lidar com essa deficiência. Bourdieu discorda veementemente dessa concepção, afirmando que existe um efeito inegável de pessoas, grupos e instituições sobre a relação das mulheres com homens e com seus corpos, contudo, atribuir às mulheres a responsabilidade por se manterem numa posição submissa é ver

pela ótica de categorias dominantes, isto é, olhar para a situação de um ponto de vista que tem o masculino como universal. Segundo o autor, a visão autodepreciativa que mulheres têm em relação aos seus corpos é produto da dominação masculina, e a concepção do masoquismo feminino ignora os fatos pelos quais as mulheres se comportam de maneira submissa ou que aderem aos padrões estéticos impostos – que, no caso, é própria dominação masculina que lhes é ensinada.

A crítica final de Bourdieu (1998/2017) é direcionada a instituições e agentes que realizam um trabalho de des-historicização de fenômenos. O termo historicização significa colocar um determinado fato ou fenômeno em seu devido contexto histórico e, portanto, des-historicizar é o processo contrário, fazendo com que a construção histórica por trás de fenômenos seja ignorada e esses fenômenos sejam vistos como eternos. Segundo o autor, a des-historicização, aplicada à dominação masculina, nega fatores que fazem parte da realidade histórica desse sistema, naturalizando a dominação masculina. Nas palavras do autor,

a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente . . . em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação. (Bourdieu, 1998/2017, p. 17)

Frente a isso, é preciso “*reconstruir a história do trabalho histórico de des-historicização . . . através da qual a ordem masculina se vê continuamente reproduzida através dos tempos*” (Bourdieu, 1998/2017, p. 100-101). Bourdieu ainda afirma que é necessário levar em consideração o papel de instituições como a família, a igreja, a escola e o Estado, que contribuem para que a dominação masculina se perpetue, e também as predisposições hierárquicas que favorecem os homens e levam homens – e

até as próprias mulheres – a contribuírem para a exclusão feminina de determinados ambientes físicos e sociais. O meio utilizado para conhecer todas as variáveis envolvidas nesse fenômeno é a realização de uma pesquisa detalhada e com cunho histórico, que resgate o contexto do qual a dominação masculina foi excluído e, assim, refute explicações de cunho biológico, essencialista ou que responsabilize as próprias mulheres por sua dominação. Só assim “podemos captar as constantes de sua estrutura e os mecanismos de sua reprodução” (Bourdieu, 1998/2017, p. 126).

A concepção de dominação masculina para Bourdieu

Com o objetivo de sugerir uma alternativa frente às teorias e concepções que foram alvos de suas críticas, Bourdieu (1998/2017) destaca a importância da realização de pesquisas históricas para a compreensão do sistema de dominação masculina. Para o autor, esse tipo de pesquisa pode, a partir do estudo dos fatores que contribuem para a reprodução da hierarquia entre gêneros, fornecer instrumentos para compreender por que a condição das mulheres como submissas permanece em vigor na sociedade. É necessário também perceber como se dão as mudanças na condição feminina, sejam as modificações mais conspícuas, ou aquelas sutis que raramente são notadas. Pesquisas de cunho histórico podem ajudar a reverter a atual situação, pois tornam possível visualizar o inconsciente que governa as relações sexuais e, de modo mais geral, as relações entre os sexos, não só em sua ontogênese individual, mas como também em sua filogênese coletiva, isto é, em sua longa história, em parte imóvel, do inconsciente androcêntrico. (Bourdieu, 1998/2017, p. 123)

Para isso, é necessária a realização uma anamnese das constantes ocultas, que esteja pautada em um “inconsciente ao mesmo tempo coletivo e individual, traço

incorporado de uma longa história individual que se impõe a todos os agentes, homens ou mulheres, seu sistema de pressupostos imperativos” (Bourdieu, 1998/2017, p. 70).

O inconsciente androcêntrico ao qual o autor se refere é um conceito importante em sua teoria da dominação masculina. Esse inconsciente é produto de uma construção simbólica, que consiste em uma

transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* aos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero. (Bourdieu, 1998/2017, p. 33)

As estruturas de dominação são, então, simbolicamente construídas, produto de um trabalho incessante e histórico de *reprodução*, seja de agentes específicos (instituições, famílias, igreja, escola, Estado), ou os próprios homens com suas armas – a violência física e a violência simbólica, sendo a segunda delas o foco de análise do autor em sua obra.

A violência simbólica é pautada num preconceito desfavorável contra o feminino, que é instituído na ordem das coisas, produto do inconsciente androcêntrico, que vem sendo *construído historicamente* desde uma época antiga e arcaica da sociedade, e que permanece em homens e mulheres até a atualidade. Nas palavras do autor,

os esquemas do inconsciente sexuado não são alternativas estruturantes fundamentais . . . e sim estruturas históricas, altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social por sua vez altamente diferenciado e que se reproduzem através da aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços. (Bourdieu, 1998/2017, p. 124)

Portanto, a partir do preconceito contra o feminino, um inconsciente androcêntrico foi simbolicamente construído com o decorrer da história e, a partir disso, mulheres e homens aprendem modos de pensar condizentes com a ordem social masculina, o que é ensinado por meio de esquemas inconscientes de percepção. Contudo, como o mundo é constituído dessa forma, essas estruturas passam despercebidas, e são inscritas nas estruturas sociais e cognitivas. É por isso que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (Bourdieu, 1998/2017, p. 18).

Embora as expressões mais conspícuas do inconsciente androcêntrico já tenham perdido sua evidência imediata, ainda restam determinações silenciosas e invisíveis, que se expressam em um mundo sexualmente hierarquizado: são estruturas presentes na ordem social e dos corpos, e as mulheres são preparadas para aceitá-las como naturais e inquestionáveis. É o que o autor denomina de violência simbólica.

Expressões da dominação masculina: violência simbólica

Bourdieu defende que se referir a essa forma de violência não significa minimizar as violências mais explícitas que as mulheres sofrem diariamente – como a violência física, sexual ou psicológica –, mas sim, fazer notar que o que é simbólico e quase imperceptível tem diversos efeitos reais e prejudiciais sobre a vida das mulheres.

Para o autor,

a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (Bourdieu, 1998/2017, p. 50)

A violência simbólica é exercida diariamente “de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação” (Bourdieu, 1998/2017, p. 50-51). Portanto, partir dessa construção de um mundo sexualmente hierarquizado e de um inconsciente androcêntrico, a violência simbólica é exercida. Tudo isso constitui o que Bourdieu denomina de sistema de dominação masculina.

A dominação masculina é descrita por Bourdieu (1998/2017) como uma submissão da mulher ao homem resultante da

violência simbólica, violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (p. 7-8)

O autor afirma que não se trata de uma ideologia, e sim de “um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (p. 53-54), que só pode ser compreendida se forem analisados os efeitos duradouros e em longo prazo que esse sistema exerce sobre homens e mulheres.

Em suma, o mundo social é constituído por um preconceito desfavorável com o feminino, que prega uma hierarquização entre o feminino e o masculino. Isso gera um inconsciente androcêntrico, construído simbolicamente com o decorrer da história, que é “internalizado” pelos sujeitos e molda suas estruturas inconscientes individuais, isto é, os indivíduos aderem a certas regras e passam a agir de acordo com elas, mesmo que inconscientemente⁷³. A partir disso, homens e mulheres se conformam com os

⁷³ A diferença entre a introjeção (criticada anteriormente pelo autor) e a internalização, é que no caso da introjeção, há uma responsabilização das mulheres, no sentido da submissão feminina estar atrelada a um “prazer masoquista” feminino. Na internalização, o que acontece é uma aprendizagem no nível do “inconsciente individual” que acontece a partir do “inconsciente coletivo”.

princípios da visão androcêntrica, e a violência simbólica é exercida sobre as mulheres. Esse sistema todo constitui o que Bourdieu denomina de dominação masculina, que é exercida em todas as áreas da vida das mulheres, independente de sua condição de vida; por conseguinte, todo o mundo social é organizado de acordo com essas estruturas.

(i) Divisão entre os espaços físicos entre os sexos

O universo social é organizado de acordo com as estruturas de dominação. A estrutura mais básica, que fundamenta essa divisão, é aquela na qual, de maneira geral, espaços públicos são destinados a homens, enquanto a esfera privada é destinada a mulheres. Em espaços públicos, homens devem tomar a frente, tomar a palavra publicamente, enquanto mulheres devem permanecer afastadas, mantendo-se com os olhos baixos, como se seu dever fosse fazer-se pequena. Segundo Bourdieu (1998/2017), fazer-se pequena não diz respeito apenas a esconder-se em situações sociais, mas também literalmente ocupar menor espaço físico. Nas palavras do autor, é “como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’” (p. 39), o que mantém as mulheres num cerco invisível, “limitando o território deixado aos movimentos e ao deslocamento do seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos” (p. 39). As próprias roupas femininas limitam seus movimentos corporais e desencorajam certos tipos de atividades.

Isso mostra que também há uma divergência no espaço físico, que é diferente para homens e mulheres, até mesmo na decoração: em lugares destinados ao público masculino, as decorações contam com peças de couro, móveis pesados e com cores escuras; já os lugares destinados a mulheres contam com cores suaves, bibelôs, rendas e fitas, trazendo uma imagem de fragilidade (Bourdieu, 1998/2017).

(ii) Divisão sexual de tarefas

Uma das áreas de grandes divergências entre o que é masculino e feminino diz respeito às tarefas direcionadas a cada um, e é o que Bourdieu (1998/2017) denomina de divisão de tarefas entre os gêneros. Desde a educação primária, meninos são favorecidos: são alvos de tratamento privilegiado, recebem mais atenção, são mais arguidos, têm maior participação de discussões e são menos interrompidos. Existe uma divisão entre as coisas que são de meninos e de meninas, e atividades de maior dominação pertencem aos meninos.

Em universidades, mulheres são menos representadas que homens nos departamentos de ciências, permanecendo, em sua maioria, em áreas que remetam cuidados e ensino. Têm menor participação em especializações, e quando o fazem, são especializações consideradas femininas: na área de medicina, por exemplo, especializações relacionadas à cirurgia são reservadas a homens, enquanto mulheres se restringem a áreas como ginecologia e pediatria. Segundo Bourdieu (1998/2017), “embora seja verdade que encontramos mulheres em todos os níveis do espaço social, suas oportunidades de acesso (seus índices de representação) decrescem à medida que se atingem posições mais raras e mais elevadas” (p. 110).

Na ordem social vigente, mulheres são excluídas de tarefas mais nobres, são colocadas em locais mais inferiores, recebem tarefas mais penosas. Normalmente, se restringem à esfera privada, com trabalhos domésticos, escondidos e até vergonhosos. Por outro lado, homens têm posições oficiais, públicas, realizam trabalhos mais nobres, mais perigosos e de maior prestígio. Na sociedade cabila, por exemplo, Bourdieu descreve que mulheres eram responsáveis por cuidar de crianças, animais, cuidar da jardinagem, enquanto homens eram responsáveis pela lavoura, colheita e guerras. Muitas vezes, homens delegam determinadas tarefas consideradas inferiores a mulheres

– que não querem exercer porque não são compatíveis com sua dignidade. A partir disso, culpam as mulheres caso elas falhem nas tarefas, e não lhe dão crédito caso tenham sucesso (Bourdieu, 1998/2017).

Essa ordem social pode ser vista de maneira prática no mundo do trabalho: quase sempre a posição de chefia é ocupada por homens, que exercem função de autoridade e têm uma equipe subalterna que lhe serve, geralmente constituída por mulheres (enfermeiras, assistentes, secretárias, etc.). Além disso, muitos cargos de trabalho se tornam praticamente impossíveis a mulheres, pois requerem atributos que são estritamente masculinos, como virilidade, determinadas estaturas físicas, agressividade, segurança, autoridade, etc. e, assim, mulheres são sistematicamente excluídas de diversas profissões.

Uma expressão bastante evidente da divisão social de tarefas é que “as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres” (Bourdieu, 1998/2017, p. 75). O autor ainda afirma que “basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam como enobrecidas e transfiguradas” (p. 75), o que costuma ser visto, por exemplo, nos casos em que homens cuidam de filhos sozinhos e são extremamente valorizados, enquanto mulheres o fazem diariamente sem prestígio algum. Até mesmo a nomenclatura de trabalhos se modifica de acordo com quem o realiza. Por exemplo, mulheres serão datilógrafas e homens serão revisores profissionais qualificados – mesmo que estejam realizando o mesmo trabalho.

(iii) Inferioridade da feminilidade

Um dos fatores que passa despercebido é a conotação inferior que é atribuída à feminilidade. Segundo Bourdieu (1998/2017), homens realizam atos discriminatórios a mulheres quando as reduzem à sua feminilidade. Por exemplo, em um determinado contexto em que uma mulher faz uma reivindicação, o homem desvia atenção para algum de seus traços corporais ou para suas vestimentas e acessórios, ou se dirige a ela de forma íntima de maneira inadequada, mesmo em situações formais. Esses comportamentos são escolhas inconscientes, que servem para reduzir as mulheres a um corpo físico, tratando de suas reivindicações e opiniões como sem importância ou mero capricho – e que também está relacionado com a menor participação que mulheres têm em posições de poder, sobretudo na esfera política e econômica.

Quando assumem alguma posição da esfera pública, mulheres têm grande dificuldade do acesso à palavra – e quando a têm, encontram dificuldades para manter a atenção do público. Quando algum participante em um debate público, por exemplo, faz alguma pergunta, a resposta nunca é buscada nas mulheres, como se fossem incapazes de saberem respostas para perguntas inteligentes. Bourdieu (1998/2017) trata disso como uma negação da existência feminina, o que faz com que mulheres acabem utilizando de outros meios para se impor e atrair atenção: a beleza física e a sedução. Contudo, isso pode fazer com que a mulher fortaleça os estereótipos que já existem sobre si, sendo julgada como exibicionista ou histérica.

(iv) Percepção do corpo feminino

A questão estética, do corpo físico e da sedução é outro fator influenciado pelo sistema de dominação masculina. A relação da mulher com seu próprio corpo não se constitui apenas a partir da sua autoimagem e autoestima geradas pelo *feedback* de

peessoas conhecidas, mas é construída a partir da estrutura social vigente. Bourdieu (1998/2017) afirma que o corpo feminino é determinado socialmente de duas formas: primeiramente, porque ele é produto das condições sociais da mulher (condições de vida, hábitos alimentares, etc.); e em segundo, porque as

propriedades corporais são aprendidas através de esquemas de percepção cujo uso nos atos de avaliação depende da posição ocupada no espaço social: as taxinomias em vigor tendem a contrapor, hierarquizando-as, as propriedades mais frequentes entre os dominantes e as que são mais frequentes entre os dominados. (p. 80)

Isto é, o inconsciente androcêntrico impõe esquemas de percepção, determinando que o que é masculino deve ser grande (e demais adjetivos similares), e o que é feminino deve ser pequeno, reduzido. Com isso, é grande a probabilidade que mulheres apresentem sentimentos de autodepreciação de seu corpo, acompanhados de mal-estar, timidez e vergonha, ainda mais se existem divergências entre o seu próprio corpo e o corpo que é socialmente exigido, algo, segundo Bourdieu, determinado por esquemas de percepção do inconsciente. Já os homens podem se incomodar com partes de seu corpo que considerem demasiadamente pequenas, – uma vez que o que é pequeno remete à feminilidade – mulheres tendem a se incomodar com partes em seu corpo que são grandes demais.

Assim, a dominação masculina coloca mulheres em permanente estado de insegurança corporal, pois “elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas” (Bourdieu, 1998/2017, p. 82). Preocupam-se excessivamente com seu corpo, e toda sua aparência, pois sentem a necessidade do olhar do outro para

construírem sua própria imagem. Por isso, há uma maior probabilidade de autodepreciação e desagrado com o próprio corpo, pois elas agem conforme o julgamento social.

O uso do corpo feminino também é subordinado ao ponto de vista masculino, o que pode ser visto por meio de campanhas publicitárias:

o corpo feminino, ao mesmo tempo oferecido e recusado, manifesta a disponibilidade simbólica que, como demonstraram inúmeros trabalhos feministas, convém à mulher, e que combina um poder de atração e de sedução conhecido e reconhecido por todos, homens ou mulheres, e adequado a honrar os homens de quem ela depende ou aos quais está ligada, com um dever de recusa seletiva que acrescenta, ao efeito de ‘consumo ostentatório’, o preço da exclusividade. (Bourdieu, 1998/2017, p. 40-41)

Ou seja, o corpo feminino é reduzido a um instrumento de produção de capital simbólico e social, e precisa sinalizar disponibilidade aos olhos masculinos por meio da atração e da sedução, entretanto, a mulher ainda precisa ser seletiva e manter-se exclusiva para os homens com quem convive, e o que mantém seu valor capital é sua castidade e reputação. Isso faz com que o corpo feminino leve *status* de objeto, e dá aval para que homens o avaliem como se fosse público.

(v) Sexualidade

Além do uso do corpo feminino como objeto, as próprias relações sexuais entre homens e mulheres acontecem em função do prazer masculino, sendo a mulher utilizada como um meio para chegar ao prazer. Uma das maiores demonstrações de que a mulher é apenas um meio para o prazer masculino é o falso orgasmo: homens esperam do orgasmo feminino uma prova da sua virilidade, e mulheres demonstram sua submissão

fingindo um prazer que tem benefícios apenas para o homem. Além disso, homens tendem a ver relações sexuais como atos de conquista ou posse, um contato físico que visa a penetração e o orgasmo, enquanto as mulheres são socialmente preparadas para encará-las como experiências íntimas, carregadas de afetividade (Bourdieu, 1998/2017).

A sensação de posse proporcionada aos homens pelo ato sexual pode chegar ao seu extremo nos casos de abuso sexual. Segundo Bourdieu (1998/2017), “o assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro” (p. 30-31). Como homens são ensinados que suas relações sexuais estão relacionadas com posse, e devem sempre exibir sua masculinidade e virilidade, o assédio sexual pode ser considerado, então, um produto do sistema de dominação masculina.

(vi) Culpabilização da vítima

As próprias mulheres são responsabilizadas pela dominação que sofrem, o que Bourdieu descreve como a culpabilização das vítimas. Diz-se que as mulheres escolhem se submeter a determinadas práticas de dominação, e que gostam de serem tratadas da forma que são. Porém, o autor afirma que

é necessário assinalar não só que as tendências à ‘submissão’, dadas por vezes como pretexto para ‘culpar a vítima’, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. (Bourdieu, 1998/2017, p. 52)

A dominação masculina limita a possibilidade de pensamentos e de ação das mulheres, e a noção de consentimento vem anulando a responsabilidade dos opressores.

A mulher pode, muitas vezes, consentir com determinados atos, porém, não deve ser responsabilizada, pois seus pensamentos e ações estão limitados pelas regras que são impostas pelo sistema de dominação masculina.

Internalização das estruturas de dominação masculina

De acordo com Bourdieu (1998/2017), um dos produtos da dominação masculina é a internalização dessas estruturas inconscientes pelas mulheres, isto é, “as imposições inscritas na estrutura social dos campos servem de suporte a estruturas cognitivas, taxinomias práticas, muitas vezes registradas em sistemas de adjetivos, que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos, cognitivos” (p. 124). Dessa forma, as estruturas sociais fazem com que as mulheres se adaptem a esses esquemas do inconsciente androcêntrico e isso passa a fazer parte de suas estruturas cognitivas, de seu inconsciente individual, e elas passam não só a considerar natural, mas também a se comportar de acordo e aplicar julgamentos similares ao comportamento de outros, se tornando submissas ao sistema de dominação masculina.

Bourdieu (1998/2017) ainda ressalta que

quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão. (p. 22)

Assim, quando as estruturas cognitivas das mulheres estão moldadas conforme as estruturais sociais de dominação, todos os seus atos estarão limitados por esse sistema. Dessa forma se instalam os efeitos da violência simbólica sobre as mulheres, moldando suas estruturas cognitivas e fazendo com que se reconheçam como submissas

e que apliquem essas normas à sua realidade e à de outras pessoas, como afirma Bourdieu (1998/2017): “e as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica” (p. 45). A partir disso, a forma como as mulheres veem a si mesmas, a outras mulheres e aos homens dominantes resultam da incorporação de classificações das quais seu ser social é produto, isto é, são formas de se relacionar limitadas e transpassadas pelos esquemas de percepção inconscientes da visão androcêntrica.

De maneira geral, o reconhecimento da submissão pode se expressar em forma de emoções corporais, como vergonha, humilhação, timidez, ansiedade e culpa frente aos homens, e pode se tornar ainda piores quando são acompanhadas por manifestações visíveis, “como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante” (p. 51). Contudo, a submissão também pode fazer com que mulheres apresentem sentimentos positivos frente a relações de dominação, como amor, admiração e respeito.

Segundo Bourdieu (1998/2017), a dominação masculina resulta de “um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) e o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder” (p. 53). Esses sentimentos positivos que surgem frente à dominação, são denominados pelo autor de submissão encantada, e são um efeito característico da violência simbólica, já que ela é exercida de forma sutil e as mulheres são ensinadas a tomarem como natural e serem submissas.

Isso acontece porque, de acordo com a ordem social, existem tarefas consideradas tipicamente femininas e outras tipicamente masculinas; ao realizarem tarefas que lhes são destinadas, agindo de forma submissa e demonstrando necessidade de segurança masculina, elas são recompensadas – e assim a dicotomia sexual é fortalecida. Como descreve Bourdieu (1998/2017),

a lógica, essencialmente social, do que chamamos de ‘vocação’, tem por efeitos produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir *com felicidade* . . . as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação. (p. 72-73)

A submissão encantada afeta até mesmo as escolhas de parceiros amorosos de mulheres, que acabam se sentindo atraídas por relações de dominação, buscando homens mais velhos, mais altos, com dignidade afirmada e alguém que as supere, que seja superior. Bourdieu (1998/2017) afirma que existem relações históricas e estruturais envolvidos na construção de relacionamentos amorosos, e, portanto, mulheres aprendem, por meio dos esquemas inconscientes de percepção, a “julgar amável e chegar a amar aquele que o destino social lhes designava, o amor é dominação aceita, não percebida como tal e praticamente reconhecida, na paixão, feliz ou infeliz” (p. 129).

Além disso, conforme as mulheres se submetem ao que lhes é imposto, elas aprendem o que o autor relata como sendo uma forma de impotência aprendida:

Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer desaparecer,

desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estes lhe serem recusados. (Bourdieu, 1998/2017, p. 77)

Em concordância com a estrutura social, pais e professores desestimulam meninas a seguirem certas carreiras, sobretudo técnicas e científicas e, então, conforme Bourdieu, mulheres internalizam essas estruturas sociais, acreditando que de fato não são capazes de realizar ações que são consideradas masculinas. Um exemplo é o próprio cavalheirismo, que, além de confinar mulheres a determinadas tarefas, justificando-se como um ato de proteção, “pode igualmente contribuir para manter as mulheres afastadas de todo contato com todos os aspectos do mundo real ‘para os quais elas não foram feitas’ porque não foram feitos para elas” (Bourdieu, 1998/2017, p. 77).

A partir dessa adequação às estruturas sociais, as mulheres também desenvolvem o que é denominado de intuição feminina. Para Bourdieu (1998/2017),

forma peculiar da lucidez especial dos dominados, o que chamamos de ‘intuição feminina’ é, em nosso universo mesmo, inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, à atenção, e às atenções, à observação e à vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos. (p. 42)

Assim, mulheres dominadas se tornam mais sensíveis a sinais não verbais, identificando com mais facilidade certas emoções que não são representadas verbalmente, ou que não estão explícitas em diálogos. Portanto, a intuição feminina não é uma característica inata da essência feminina como se acredita, mas sim, mais um dos produtos do sistema de dominação masculina.

Outra característica que demonstra a internalização das estruturas de dominação masculina é a constante busca das mulheres pelos padrões estéticos. Como já defendido por Bourdieu frente à teoria de Sandra Lee Bartky, as mulheres não *gostam* de ser submissas e seguir regras sobre como seu corpo físico deve ser, segundo os padrões

estéticos. Porém, como “internalizam” as relações de dominação, atrelando-as a seu próprio inconsciente, aprendem que devem obedecer a esses padrões e que seu corpo é sua propriedade mais marcante, isto é, o que mais importa nela. Esse corpo deve estar sempre a serviço do olhar masculino, e serve para agradar. Assim, mulheres buscam se adequar a esses padrões estéticos, se preocupando com roupas, ornamentos, etc., de forma a exaltar seu corpo e fazer dele uma linguagem de sedução. Para Bourdieu (1998/2017), mulheres são “socialmente levadas a tratar a si próprias como objetos estéticos e, por conseguinte, a dedicar uma atenção constante a tudo que se refere à beleza, à elegância do corpo, das vestes, da postura” (p. 119). São levadas a ser “femininas”, destacando a importância da feminilidade, evitando todas as propriedades e práticas que remetam à virilidade – o que também faz com que lhes seja negado atributos de poder, porque estão intimamente ligados à virilidade.

O papel das instituições

Segundo Bourdieu (1998/2017), as instituições que mais influenciam na permanência do papel das mulheres na sociedade são a família, a igreja, a escola e o Estado. O autor afirma que essas instituições reproduzem hierarquias entre os gêneros, favorecendo os homens e fazendo com que as próprias mulheres contribuam para a permanência da sua posição submissa na sociedade. Em cada período da história, essas instituições têm diferentes níveis de influência sobre os indivíduos, e agem por meio da des-historicização da dominação masculina. Para compreender a sua influência, é necessário analisar quais os mecanismos e as estratégias que, “por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, e por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação

entre os sexos” (Bourdieu, 1998/2017, p. 101-102). Isso é, é necessário compreender como as instituições e os agentes realizam a perpetuação da ordem dos gêneros.

A família tem o principal papel na reprodução do sistema de dominação masculina, da hierarquia entre gêneros, da manutenção do inconsciente androcêntrico e, conseqüentemente, da violência simbólica. É na família que os indivíduos são expostos a experiências precoces da divisão entre feminino e masculino, em que são atribuídas diferentes tarefas a cada um dos gêneros. Essa divisão é inscrita na linguagem, portanto, na própria família o indivíduo começa a ter suas estruturas inconscientes moldadas por esse sistema.

A igreja é marcada pelo antifeminismo, e mantém ações de condenação a atitudes femininas que falem com a decência, principalmente no que diz respeito aos trajes e posturas. Mantém uma visão pessimista a respeito das mulheres, uma moral familiarista dominada por valores patriarcais, e prega a ideia essencialista de que a mulher é submissa e inferior. Além das formas mais conspícuas de ação, também age de maneira mais indireta sobre as estruturas inconscientes por meio dos textos sagrados e dos espaços ou templos religiosos (Bourdieu, 1998/2017).

A escola, segundo Bourdieu (1998/2017), transmite “os pressupostos da representação patriarcal . . . e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas” (p. 104). Segundo esses pressupostos, a escola transmite as formas com que meninas e meninos se veem e se representam, o que contribui para traçar não só sua autoimagem, mas também seus destinos sociais. Além disso, o autor afirma que a escola também é responsável por difundir modos de pensar arcaicos, como a tradição aristotélica, que faz do homem o princípio ativo e da mulher o

elemento passivo, ou o discurso do segundo sexo que reduz a autonomia feminina, cujos pressupostos são apoiados por teólogos, legistas, médicos e moralistas.

Por último, Bourdieu (1998/2017) pontua que é necessário analisar o papel do Estado, que, segundo o autor, consiste em “ratificar e reforçar as prescrições e as proposições do patriarcado privado com as de um *patriarcado público*, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica” (p. 105). O Estado inscreve os pressupostos da visão androcêntrica no direito da família, nas regras que definem o estado civil dos cidadãos. Por um lado, o Estado é paternalista, familiarista e protetor, e, por outro lado, é voltado para o lado social – uma formulação típica da divisão entre o masculino e o feminino. As mulheres ficam vinculadas com a parte do Estado voltada para o lado social, sejam elas responsáveis ou destinatárias privilegiadas de seus serviços.

Frente a essas instituições, Bourdieu (1998/2017) afirma que é necessário analisar não somente as estratégias utilizadas por elas, mas também qual a influência que elas exercem sobre o sistema de dominação masculina em cada época da história, e como têm, atualmente, agido sobre isso. Segundo o autor, para haver uma modificação nas relações de dominação, é necessário que a participação dessas instituições esteja incluída na análise da sociedade e no planejamento de mudanças.

Problemas enfrentados pela cultura de dominação masculina

Em nível social, um dos efeitos da dominação masculina sobre as mulheres é o desemprego. A divisão de tarefas prejudica as mulheres no mercado de trabalho, e, segundo Bourdieu (1998/2017),

a melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas

que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial – o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira. (p. 110-111)

Dessa forma, mulheres acabam sistematicamente excluídas de posições de maior poder e com maiores aspirações de carreira. Segundo Bourdieu (1998/2017),

em suma, através da experiência de uma ordem social ‘sexualmente’ ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob formas de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que são sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas. (p. 114)

Isto é, as próprias mulheres aplicam a si mesmas os princípios da dominação masculina e recusam quaisquer posições ou trabalhos que sejam considerados masculinos, seja por não achar que são capazes ou por nem as terem considerado, pois, na perspectiva de Bourdieu, são guiadas por sua estruturas inconscientes que as fazem preferir as tarefas femininas.

Mesmo que na atualidade essa ordem social venha se modificando e se tornando mais sutil, as próprias mudanças obedecem ao modelo tradicional, e os homens

continuam sendo destinados a atividades de domínio público, como a economia e produção; e as mulheres, mesmo que trabalhando na esfera pública, são destinadas à tarefas que são uma extensão do espaço privado – tarefas domésticas, serviços mais voltados à área social, atividades de recepção, acolhida, apresentação, cuidados hospitalares, educativos ou produções simbólicas como literatura, artes e jornalismo. Isto é, mesmo que saiam da esfera privada, têm dificuldades de acesso a posições de maior poder ou que sejam consideradas masculinas. Devido à ordem social, mesmo quando ocupam cargos considerados masculinos, sentem-se mal ao dar ordens a homens, e são submetidas a situações estressantes, assédio sexual, desrespeito por parte dos homens, e, assim, são igualmente prejudicadas, pois já “introjetaram” que aquele não é seu lugar.

A dominação masculina também exerce seus efeitos sobre a vida dos homens. Bourdieu (1998/2017) afirma que “os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante” (p. 63). Por meio de trabalho de socialização ao qual são expostos homens e mulheres, homens aplicam a si mesmos os esquemas inconscientes da visão androcêntrica, que impõe a eles que afirmem sua virilidade em toda e qualquer circunstância: “A *virilidade*, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma *carga*” (Bourdieu, 1998/2017, p. 64). Virilidade é o princípio da conservação e aumento da honra, mostra-se por meio da potência sexual e é esperado de um homem que seja realmente um homem. Como precisa ser afirmada a outros homens, é comum que aconteçam atos como estupros coletivos, visitas a bordéis em grupo e, inclusive, práticas mais violentas – pois se não demonstrarem coragem, violência e virilidade, o grupo pode atribuir a eles

adjetivos que remetam à feminilidade. Dessa forma, a exigência da virilidade se torna uma vulnerabilidade.

As exigências à demonstração de virilidade podem vir, inclusive, por parte das mulheres – cada sexo “internaliza” estruturas inconscientes e age de acordo, e, se homens aprendem a demonstrar virilidade, mulheres são ensinadas a gostar deles dessa forma. Como afirma Bourdieu (1998/2017):

A socialização diferencial predispõe os homens a amar os jogos de poder e as mulheres a amar os homens que os jogam; o carisma masculino é, por um lado, o charme do poder, a sedução que a posse do poder exerce, por si mesma, sobre os corpos cujas próprias pulsões e cujos desejos são politicamente socializados. (p. 98)

Esses esquemas inconscientes desenvolvidos pelos homens e produtos do sistema de dominação masculina servem também como resistência às mudanças que são buscadas pelas mulheres, inclusive pelo feminismo. Essa resistência se expressa por meio de ações individuais machistas nas unidades domésticas, no ambiente de trabalho e também de críticas ao que é politicamente correto – tudo isso serve como forma de manter o que está inscrito nas estruturas cognitivas (Bourdieu, 1998/2017). Tudo isso que faz parte da vida dos homens é ensinado por meio das estruturas inconscientes subjetivadas, provenientes das estruturas do inconsciente coletivo androcêntrico. Esse inconsciente androcêntrico, parte do sistema de dominação masculina, é mantido não só por ações dos indivíduos – sejam homens ou mulheres – mas também por grandes instituições que influenciam na sua existência.

Possibilidades de mudanças nas relações de dominação masculina

Por mais que as estruturas cognitivas individuais sejam moldadas de acordo com a estrutura social de ordem androcêntrica, Bourdieu (1998/2017) afirma que

há sempre lugar para uma *luta cognitiva* a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica. (p. 22)

Há espaço para que mulheres se voltem contra esse sistema e que ofereçam resistência à violência simbólica. O autor discorre, primeiramente, sobre algumas formas de violência não declarada que mulheres apresentam frente à violência – seja ela física ou simbólica – exercida pelos homens, por exemplo, a magia, astúcia, mentira, passividade (sobretudo no ato sexual), amor possessivo. Contudo, Bourdieu (1998/2017) afirma que essas formas de resistência podem ser utilizadas para justificar proibições e preconceitos atribuídos à mulheres, tratando-as como se fossem malignas.

A despeito de ser possível uma luta cognitiva, a dominação não pode ser convertida simplesmente com esforço de vontade por meio de uma tomada de consciência libertadora. “Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)” (p. 51). A tomada de consciência não significa libertação automática, pois essa afirmação ignora a inscrição das estruturas nos corpos, que há tanto tempo faz parte da vida das mulheres.

Para modificar as estruturas de dominação, é necessária uma *revolução* simbólica, que não pode se reduzir a uma conversão das consciências e das vontades.

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas eu bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. (Bourdieu, 1998/2017, p. 54)

Com o decorrer da história, diversas modificações nas estruturas de dominação já foram realizadas. Segundo Bourdieu (1998/2017), atualmente, a dominação masculina já não é vista mais como indiscutível, principalmente devido ao trabalho realizado pelo movimento feminista, que “pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado” (p. 106). Assim, esse sistema já é visto como algo do qual é necessário se defender.

As mudanças atuais podem ser vistas sobretudo nas categorias mais favorecidas, isto é, na população de classe mais alta: houve um aumento do acesso de mulheres ao ensino secundário e superior, e também ao trabalho assalariado. Isso tem como consequência o aumento da presença das mulheres na esfera pública, o distanciamento das tarefas domésticas, maior controle reprodutivo (redução no tamanho das famílias, opção por métodos contraceptivos), redução na quantidade de matrimônios ou adiamento da idade, aumento no número de divórcios, menor tempo de atividades profissionais devido ao nascimento dos filhos.

Bourdieu (1998/2017) delinea então, segundo a sua concepção, um caminho possível para que mudanças continuem acontecendo em direção da redução da hierarquia entre gêneros, atentando para a importância da participação da instituição escolar. Segundo o autor,

de todos os fatores de mudança, os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares. (p. 107)

O aumento do acesso de mulheres à esfera pública afeta a divisão de tarefas e, sobretudo, modifica os modelos tradicionais do que é feminino e masculino. Isso afeta até mesmo as gerações seguintes, considerando que as filhas de mães que trabalham têm visões sobre carreiras diferentes daquelas cujas mães não trabalham: elas têm maiores aspirações profissionais e, também, são menos apegadas ao modelo tradicional de família e da posição da mulher na sociedade.

Aumentar o acesso de mulheres ao ensino secundário e superior transforma as estruturas produtivas, e tem ocasionado um aumento da presença de mulheres em posições intelectuais – que, segundo o sistema de dominação masculina e a divisão de tarefas, pertence quase que exclusivamente aos homens. Mulheres têm ocupado mais cargos também na administração de vendas de serviços simbólicos, como jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade e decoração, e também uma maior participação em profissões que já eram consideradas típicas femininas, mas que ainda eram de pouco acesso, como ensino, assistência social ou trabalhando como paramédicas. Todavia, por mais que relações venham se transformando pouco a pouco e já tenha havido evolução, mesmo mulheres diplomadas continuam sendo excluídas de cargo com maior responsabilidade e autoridade, sobretudo em áreas da economia, finanças e política.

Para haver uma modificação nas estruturas de dominação, é necessário considerar todos os efeitos da dominação e como estes são propagados pelas instituições e seus agentes. Como afirma Bourdieu (1998/2017),

só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social . . . poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (p. 139)

Considerações sobre o sistema de dominação masculina

A origem do sistema de dominação masculina é um preconceito contra o feminino e, a partir disso, foram atribuídos diferentes significados ao que é feminino e masculino por meio de uma construção simbólica, da qual participam ativamente as instituições e os próprios homens. O produto disso seria o que o autor denomina de “inconsciente androcêntrico”, um conjunto de regras que governa as relações entre o feminino e masculino, criando “estruturas inconscientes” que são inscritas nas estruturas sociais e cognitivas, moldando a forma com que os indivíduos agem. A forma com que são governadas as relações se dá a partir da violência simbólica, exercida por meio de uma “força simbólica” que difere de qualquer coação física: são regras impostas a homens e mulheres, que os ensinam como agir de acordo com o que é determinado a cada gênero, e é denominada por Bourdieu de “força simbólica” devido à sutildade

dessa forma de controle. Tudo isso constitui o que o autor denomina de sistema de dominação masculina.

Esse sistema se expressa de diversas formas na organização social, o que inclui: na forma como o mundo é fisicamente dividido entre o que é feminino e masculino; na divisão de tarefas, entre as quais algumas (e. g., de maior poder e prestígio) são destinadas a homens, enquanto outras (e. g., relacionadas a cuidados, com menos relevância social) são destinadas às mulheres; na maneira como tudo que é feminino é julgado como inferior; na percepção do corpo feminino, por homens e pelas próprias mulheres; na forma como se dão as relações sexuais; e na forma em que é vista a responsabilização de indivíduos no caso de violências contra a mulher (Bourdieu, 1998/2017).

Essas expressões da dominação masculina são “internalizadas”, isto é, são aprendidas por mulheres, e as estruturas do inconsciente androcêntrico passam a fazer parte de suas estruturas cognitivas – as regras que fazem parte do sistema de dominação masculina passam a ser aprendidas individualmente, e, assim, os indivíduos passam a agir de acordo com esse sistema. Assim, seus pensamentos e percepções se tornam atos de reconhecimento e de submissão, portanto, as ações de mulheres são limitadas devido ao sistema de dominação masculina, fazendo, inclusive, com que se tornem sensíveis a manifestações simbólicas de poder, e desenvolvam sentimentos positivos em relação a seus atos de submissão, o que leva ao que Bourdieu (1998/2017) denomina de impotência aprendida e também, ao que é comumente relatado como intuição feminina.

As instituições – família, igreja, escola e Estado – têm um papel fundamental na manutenção desse sistema, pois exercem a força simbólica, aplicando os pressupostos do inconsciente androcêntrico sobre os corpos femininos e masculinos. Isso acarreta problemas sociais como o desemprego de mulheres (devido à dificuldade de acesso a

educação), e também gera problemas até mesmo aos homens, que precisam demonstrar virilidade a todo custo, o que pode ser considerado como um dos fatores determinantes para atos de dominação extrema como o estupro.

Bourdieu (1998/2017) afirma que é possível haver mudanças nesse cenário. A dominação masculina não pode ser modificada apenas pela tomada de consciência das mulheres, mas, além disso, é necessária uma revolução simbólica, que deve contar com a participação das instituições.

Capítulo 3 – Interpretação da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura

Bourdieu (1998/2017) inicia sua obra criticando algumas formas de compreender a dominação masculina que acabam naturalizando esse sistema. O autor afirma que justificativas de origem biológica ou essencialista e a des-historicização do fenômeno fizeram com que a dominação masculina fosse vista como algo natural, que sempre existiu. Isso mostra que para compreender um fenômeno é preciso considerar seus diversos aspectos históricos. Da mesma forma, Skinner (1953) apresenta críticas a formas de estudo da cultura que dão destaque apenas às ideias ou às maneiras e costumes de um grupo. Segundo o autor, isso ressalta aspectos da cultura desnecessários e insuficientes para compreender seu funcionamento, e acaba desconsiderando os processos históricos envolvidos na cultura, abrindo o flanco para explicações mentalistas.

Em termos analítico-comportamentais, analisar a cultura de uma perspectiva histórica, como sugeriu Bourdieu, significa demonstrar como essa cultura evoluiu, isto é, como ela mudou ao longo do tempo. Desprezar esse processo pode contribuir para olhar apenas para o produto, desconsiderando todo o processo de constituição dessa cultura. Assim como o comportamento “é um processo . . . não pode ser facilmente imobilizado para observação⁷⁴” (Skinner, 1953, p. 15), as práticas culturais são estendidas no tempo e complexas, o que faz com que seja necessário olhar para a cultura como um processo, como uma contingência, para compreender seu funcionamento. Situar a cultura na estrutura da tríplice contingência torna possível visualizar que fazem parte de uma cultura de dominação masculina diversas práticas, mas que se dão em um

⁷⁴ Original: “It is a process . . . it cannot easily be held still for observation” (Skinner, 1953, p. 15).

devido contexto, e são mantidas por determinadas consequências que contribuem para a sobrevivência dessa cultura.

Pautando-se no conceito de relativismo cultural descrito por Skinner (1971), uma cultura não deve ser analisada com parâmetros de comparação com outras, mas devem ser consideradas as idiossincrasias de cada cultura, compreendendo como se organizam e se modificam as suas contingências. A obra de Bourdieu (1998/2017) é embasada nos berberes da cabília, contudo, como ressaltado pelo autor, as características do sistema de dominação masculina dessa sociedade também estão presentes em outras sociedades. Assim, a análise comportamental da dominação masculina não só interpretará os conceitos descritos por Bourdieu de acordo com a Análise do Comportamento, mas também buscará mostrar como esses conceitos podem ser verificados na sociedade ocidental contemporânea.

Por que falar de uma cultura de dominação masculina?

De uma perspectiva comportamentalista, uma cultura pode ser entendida em termos de uma tríplice contingência: uma inter-relação entre práticas culturais, contexto antecedente e consequências. Essas práticas, a despeito de dependerem de comportamentos individuais para que sejam transmitidas, não podem ser compreendidas apenas a partir de uma análise no nível ontogenético, pois definem comportamentos de várias pessoas e são transmitidas por um determinado grupo, configurando então um nível diferente de análise. Skinner (1981) explicita que “o condicionamento operante é a seleção ocorrendo. O processo se assemelha . . . a mil anos de evolução de uma cultura⁷⁵” (p. 502), sugerindo que a temporalidade de uma contingência cultural é diferente da temporalidade da contingência de reforçamento. Assim, a partir do que foi

⁷⁵ Original: “Operant conditioning is selection in progress. It resembles . . . a thousand years of the evolution of a culture” (Skinner, 1981, p. 502).

discutido por Bourdieu (1998/2017), a dominação masculina pode ser entendida como uma cultura, que só existe devido a comportamentos individuais, mas que é afetada por contingências mais amplas e complexas, que só podem ser compreendidas em nível cultural.

Além disso, realizar a análise da dominação masculina no nível cultural contribui para ressaltar o caráter político envolvido nessas contingências. Terry, Bolling, Ruiz e Brown (2010) discutem relações de poder e privilégio, explicitando como indivíduos considerados poderosos detêm controle sobre os reforçadores em uma cultura, e como grupos de indivíduos privilegiados têm mais fácil acesso a esses reforçadores. Segundo as autoras, “pessoas que são chamadas de ‘poderosas’ são aquelas que controlam os reforçadores mais importantes em uma relação entre as partes⁷⁶” (p. 108), e “privilégio de uma perspectiva analítico-comportamental pode ser compreendido como acesso diferencial a reforçadores mais importantes. Quanto melhor o acesso, maior a probabilidade de ele entrar em contato com reforçadores⁷⁷” (p. 111). As autoras ainda descrevem que “a consequência do poder é que membros do grupo dominante acumulam privilégios. Um desses privilégios é o fácil acesso a posições de alto status social, vizinhanças, empregos e governança⁷⁸” (Terry, Bolling, Ruiz, & Brown, p. 106).

Em uma cultura de dominação masculina, como foi descrita por Bourdieu (1998/2017), há uma assimetria no sistema de reforçamento entre homens e mulheres: homens detêm tanto poder como privilégio, pois têm maior controle e acesso sobre reforçadores em comparação com as mulheres.

⁷⁶ Original: “People who are called ‘powerful’ are those who control the more important reinforcers in a relationship between parties” (Terry, Bolling, Ruiz, & Brown, 2010, p. 108).

⁷⁷ Original: “Privilege from a behavior analytic perspective can be understood as differential access to more important reinforcers. The greater the access, the higher the probability that one will come in contact with reinforcers” (Terry, Bolling, Ruiz, & Brown, 2010, p. 111).

⁷⁸ Original: “A consequence of power is that members of the dominant group accrue privileges. One such privilege is easier access to higher-status social positions, neighborhoods, employment, and governance” (Terry, Bolling, Ruiz, & Brown, p. 106)

A manutenção dessa cultura com assimetria no controle e distribuição de reforçadores é realizada por meio de práticas de violência contra a mulher das quais fazem parte comportamentos violentos em diferentes topografias, e que têm consequências aversivas para a vida e saúde das mulheres (Guerin & Ortolan, 2017). Uma das formas de violência contra a mulher é a violência simbólica, a qual é sistematicamente descrita por Bourdieu em sua obra. Bourdieu (1998/2017) define a violência simbólica como uma violência sutil e invisível, “uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física” (p. 50). Ao encontro com essa ideia, Ruiz (2003) discute que as contingências às quais homens e mulheres são expostos são muito diferentes, sendo as mulheres sujeitas a um controle social que passa despercebido a quem observa. A autora afirma que o “controle de contingências sociais é sutil e inconspícuo⁷⁹” (p. 14).

Ainda a respeito da violência simbólica, Bourdieu (1998/2017) argumenta que ela ocorre “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação” (p. 13). Para o autor, a violência simbólica é inconsciente, no sentido de que tanto homens quanto mulheres aprendem a agir de acordo com a dominação masculina mesmo que não sejam diretamente ensinados, e reproduzem essas ações sem refletir sobre elas.

Uma discussão realizada por Skinner (1974) ressalta a perspectiva da Análise do Comportamento sobre comportamentos inconscientes. O autor afirma que “as relações controladoras entre o comportamento e as variáveis genéticas e ambientais são sempre inconscientes, uma vez que não são observadas⁸⁰” (Skinner, 1974, p. 169). Similarmente, para Silveira e Almeida (2010), um comportamento inconsciente diz respeito à “falta de comportamentos de auto-observação e de autodescrição” (p. 71)

Skinner (1974) ainda afirma que

⁷⁹ Original: “Control from social contingencies is subtle and inconspicuous” (Ruiz, 2003, p. 14).

⁸⁰ Original: “The controlling relations between behavior and genetic and environmental variables are all unconscious so long as they are not observed” (Skinner, 1974, p. 169).

todo comportamento, efetivo ou não, é inicialmente não racional no sentido de que as contingências responsáveis por ele não foram analisadas. Todo comportamento é, em princípio, inconsciente, mas pode tornar-se consciente sem se tornar racional: uma pessoa pode saber o que está fazendo sem saber por que o está fazendo⁸¹. (p. 144).

Em suma, quando um comportamento é emitido por um indivíduo sem que as variáveis de controle sejam observadas e as contingências analisadas, é um comportamento inconsciente e irracional. Se for ensinado pela comunidade verbal da qual faz parte, o sujeito pode desenvolver repertórios de auto-observação e autodescrição ao ponto de conseguir descrever seu comportamento, descrever *o que* está fazendo, tornando o comportamento consciente. Contudo, um comportamento só será consciente e racional se o indivíduo, além de compreender *o que* está fazendo, compreenda *por quê* está fazendo. Então um comportamento pode ser (i) inconsciente e irracional, quando o indivíduo não é capaz de descrever seus comportamentos e de analisar as contingências controladoras; (ii) consciente e irracional, quando o sujeito consegue descrever o que está fazendo, mas não as contingências que estão controlando seu comportamento; e (iii) consciente e racional, quando o indivíduo tem a capacidade de descrever seu comportamento, bem como as contingências que o controlam.

Em relação à violência simbólica, Bourdieu (1998/2017) afirma que são ações que ocorrem de maneira inconsciente, o que, em termos analítico-comportamentais, significa que homens e mulheres se comportam em função das contingências de dominação masculina, mas que seus comportamentos e as contingências que os controlam não são analisadas pelos membros da cultura. Por exemplo, pesquisas que

⁸¹ Original: “All behavior, effective or not, is at first non-rational in the sense that the contingencies responsible for it have not been analyzed. All behavior is at first unconscious, but it may become conscious without becoming rational: a person may know what he is doing without knowing why he is doing it” (Skinner, 1974, p. 144).

tratam de comportamentos relacionados à postura e gestos corporais de homens e mulheres demonstram que homens ocupam maior espaço físico (Jane, 2016), têm mais espaço de fala em público e interrompem mais mulheres que tentam obter espaço (Ortolan, 2018). Ainda assim, os comportamentos de homens e mulheres – no caso, de restringir-se a um menor espaço físico e manter-se em silêncio – são geralmente inconscientes e irracionais: os indivíduos não são capazes de identificar que estão emitindo esses comportamentos, bem como não analisam as contingências e as variáveis controladoras, pois a comunidade verbal da qual participam não organiza contingências para que isso aconteça.

Além disso, algumas dessas práticas podem ser exercidas de forma consciente, porém, não racional. É o caso das práticas que são explicitamente descritas por regras das agências, como as da instituição religiosa que descreve verbalmente a necessidade de a mulher ser submissa ao homem devido às escrituras bíblicas. Outro exemplo é das mulheres que acreditam que seu espaço se restringe à esfera privada, e que também se utilizam de explicações bíblicas que afirmam que a mulher é responsável pelo cuidado da casa (Bourdieu, 1998/2017). Frente a isso, é possível que os comportamentos sejam conscientes: mulheres sabem que estão se comportando de maneira submissa, e isso seria explicado pelas escrituras. Embora os comportamentos possam ser conscientes, as contingências foram planejadas e estão sendo “distorcidas” pelas agências de controle. Isso torna o comportamento consciente, porém, irracional, porque as variáveis controladoras não estão sendo identificadas.

Assim, de uma perspectiva analítico-comportamental, a violência simbólica pode ser compreendida como um conjunto de práticas culturais que fazem parte de contingências inconspícuas. Essas contingências controlam comportamentos de homens e mulheres por meio de reforçamento diferencial, contribuindo para que sejam

desenvolvidos diferentes repertórios para o gênero feminino e masculino. As práticas de violência simbólica são compostas por comportamentos com diversas topografias. Esses comportamentos algumas vezes são inconscientes, como no caso de indivíduos não discriminarem seus comportamentos ou as contingências de dominação masculina que os controlam; ora conscientes e irracionais quando, a despeito de identificarem os comportamentos que estão sendo emitidos, os sujeitos não identificam as variáveis controladoras. Embora possam ser inconscientes ou conscientes e irracionais, os comportamentos que constituem as práticas de violência simbólica têm como função a manutenção de repertórios comportamentais femininos e masculinos desiguais, mantendo os homens com mais controle e acesso a reforçadores.

As agências de controle têm papel importante na manutenção das práticas de violência simbólica, pois manipulam as contingências da cultura, reforçando diferencialmente homens e mulheres a se comportarem de acordo com essas práticas. Skinner (1953) descreveu que as agências realizam um procedimento de indução, ou reforçamento diferencial sobre os comportamentos dos indivíduos da cultura, o que modela seus repertórios comportamentais. Contudo, as práticas de violência simbólica fazem parte de contingências inconspícuas: as agências utilizam de explicações distorcidas, escondendo que são beneficiadas com esse sistema devido ao poder e privilégio que possuem, e, assim, mesmo quando descrevem verbalmente comportamentos a serem emitidos, não possibilitam que sujeitos compreendam quais são as contingências envolvidas nessas práticas.

Em síntese, a dominação masculina é uma cultura, mantida por diversas práticas violentas contra as mulheres, inclusive por práticas de violência simbólica, e as agências contribuem para a manutenção desse sistema de reforçamento assimétrico que confere poder e privilégio a determinados grupos da sociedade. No caso, o grupo privilegiado

são homens, pois, historicamente, de acordo com diversos dados de pesquisas apresentados alhures, é visto que são eles que têm mais poder e privilégio na sociedade. As agências induzem os indivíduos a se comportar de acordo com as contingências de dominação em vigor, pois têm controle sobre reforçadores poderosos em uma cultura. Elas realizam um procedimento de reforçamento diferencial, reforçando comportamentos dos homens que contribuem para a manutenção desse sistema de reforçamento assimétrico, o que faz com que homens e mulheres emitam comportamentos que constituem práticas culturais caracterizadas como práticas de violência simbólica.

A dominação masculina na estrutura da contingência

Se a cultura pode ser entendida na estrutura da tríplice contingência, o mesmo raciocínio se estende à explicação da cultura da dominação masculina. Por isso, a estrutura da contingência será utilizada para demonstrar os diferentes aspectos da cultura de dominação masculina, iniciando com uma descrição das práticas culturais, para depois compreender as relações dessas práticas com o contexto que as antecede e as consequências que apresentam para a cultura.

(i) Práticas culturais de dominação masculina

Para Bourdieu (1998/2017), o cerne do sistema de dominação masculina é um inconsciente androcêntrico, ao mesmo tempo individual e coletivo, compartilhado pelos indivíduos que vivem em uma sociedade, e dele decorrem as estruturas de dominação. Em termos analítico-comportamentais, esse inconsciente pode ser compreendido como as contingências sutis da violência simbólica, cujas práticas são transmitidas sem que os indivíduos sejam capazes de identificá-las e descrevê-las verbalmente. Sendo elas ao

mesmo tempo coletivas e individuais, é necessária uma análise da inter-relação entre as práticas culturais de dominação masculina e a sua dimensão no nível individual.

As práticas descritas por Bourdieu (1998/2017) caracterizam a violência simbólica: uma violência sutil e invisível, exercida sem força física, mas que coloca constantemente a mulher em posição de submissão e inferioridade. As práticas de violência simbólica estão na base de todo o sistema de dominação masculina descrito pelo autor, o que, em termos analítico-comportamentais, afeta o comportamento dos indivíduos que fazem parte de uma cultura em diversas esferas da vida social.

Uma das expressões das práticas de dominação masculina se dá na *divisão de espaços físicos e sociais entre gêneros*. Bourdieu (1998/2017) afirma que os espaços públicos são destinados aos homens e os privados às mulheres e, assim, cada um dos gêneros é ensinado a agir e ocupar lugares de acordo com essa classificação. No âmbito comportamental, comportamentos masculinos de tomar posições de poder e falar em locais públicos são reforçados: nessas situações, homens são respeitados e conseguem manter a atenção do público. Por outro lado, mulheres têm menos acesso à palavra no âmbito público, e quando a tem, elas têm dificuldade para manter a atenção na sua fala. Na sociedade contemporânea, isso pode ser visto na falta de mulheres ocupando cargos políticos (Rezende, 2017) e, também, nas diversas manifestações de *manterrupting*, nomenclatura que tem sido atribuída à prática de interromper mulheres, o que demonstra a dificuldade de fala e de manutenção da atenção (Ortolan, 2018). Ortolan (2018) descreve que essas práticas são mantidas porque, quando homens interrompem mulheres, elas se silenciam, o que reforça esse comportamento masculino e contribui para sua manutenção.

Como afirmou Bourdieu (1998/2017), até mesmo práticas relacionadas à *postura corporal* são influenciadas pelas relações de dominação masculina. O autor discute que

os movimentos corporais de mulheres são limitados, seja por regras ou pelas roupas que utilizam, e estas são ensinadas a ocuparem menores espaços. Nesse aspecto, verifica-se na atualidade um exemplo clássico da ocupação de espaços por homens, o que tem sido denominado de *manspreading*. Esse termo é utilizado para referir-se a posturas corporais de homens que ocupam mais espaço do que o necessário, invadindo espaço de mulheres que estão sentadas próximas (Jane, 2016). Como esse comportamento não é punido ele se mantém, contribuindo para a perpetuação da prática cultural de que homens devem ocupar maior espaço físico.

Bourdieu (1998/2017) discorre também sobre a prática da *divisão de atividades entre gêneros*. O autor afirma haver uma divergência entre as atividades que são direcionadas a mulheres e a homens, pois, segundo ele, homens são privilegiados desde a educação primária, e se engajam mais em atividades voltadas à ciência e matemática, enquanto as mulheres se voltam para atividades de cuidado. De uma perspectiva analítico-comportamental, isso acontece devido ao reforçamento diferencial, isto é, a forma com que a cultura induz os indivíduos a se comportarem de determinadas formas: o comportamento de meninos de se engajarem em atividades relacionadas à ciência e matemática é reforçado, enquanto os comportamentos de meninas de se engajar em atividades relacionadas a cuidados são reforçados. Isso modela os comportamentos de ambos os gêneros, fatos que vêm sendo corroborados por pesquisas atuais (Elsevier, 2015; Farrell, Cochrane, & McHugh, 2015).

Na sociedade cabila, a presença das mulheres na educação era reduzida conforme se elevava o nível de especializações. Na área da medicina, o número de mulheres decai conforme se avança na hierarquia de especialidades, e, quando mulheres se especializam, estão praticamente restritas à pediatria e ginecologia, ao passo que homens dominam campos como a cirurgia (Bourdieu, 1998/2017). Contudo, dados

atuais têm mostrado que essa situação é diferente no Brasil. As mulheres têm tido um nível de instrução superior ao dos homens: em indivíduos de 25 a 44 anos, 15,6% dos homens têm ensino superior completo, contra 21,5% das mulheres; já na população de 45 anos ou mais, 11,6% dos homens possuem essa titulação contra 12,9% das mulheres (IBGE, 2018). Contudo, há que se discutir também as intersecções entre as diferentes formas de opressões que vivem as mulheres. A pesquisa do IBGE (2018) demonstra que, embora 23,5% das mulheres brancas tenha ensino superior completo estando acima dos homens que somam um total de 20,7%, apenas 10,4% das mulheres negras possui ensino superior completo. Isso evidencia que, ainda que em algumas áreas as mulheres tenham mais acesso à educação do que homens, também existem diferentes opressões a serem consideradas ao analisar a situação das mulheres na sociedade.

Apesar de estar em maior número em cursos de ensino superior, a vida laboral das mulheres é afetada devido ao reforçamento diferencial sobre quais atividades deveriam ser seguidas por cada gênero. Como discutido por Bourdieu (1998/2017), o comportamento de homens e mulheres de se engajar em determinadas atividades é reforçado de acordo com o gênero: o mundo do trabalho é dividido entre atividades masculinas (de maior poder e, conseqüentemente, maior remuneração) e femininas (relacionadas a cuidados, com menor remuneração). Na atualidade, essa divisão fica clara com pesquisas que demonstram a divisão de trabalho entre gêneros: o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres no Brasil é equivalente a 37,8% (IBGE, 2018), e as mulheres ocupam apenas 7,1% dos cargos ministeriais do governo (IBGE, 2018).

Quando mulheres ocupam cargos de chefia, elas têm dificuldades em dar ordens a homens, e acabam não sendo respeitadas, pois, como aprendido desde a agência educacional, cargos de liderança são direcionados a homens (Bourdieu, 1998/2017).

Esses fatos podem ser corroborados com o alto número de assédios sofridos por mulheres no trabalho – no Brasil, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2018) com 1427 mulheres demonstra que uma parcela de 42% das brasileiras já sofreu assédio no trabalho.

A prática de associar o feminino a trabalhos domésticos também faz com que, mesmo tendo sua própria jornada de trabalho, as mulheres ainda sejam as maiores responsáveis pelo trabalho do lar. A pesquisa realizada pelo IBGE (2018) demonstra que as mulheres, ainda que possuam empregos fora de casa, dedicam 18,1 horas semanais aos cuidados de outras pessoas ou do lar, enquanto os homens, também empregados, dedicam apenas 10,5 horas semanais a esses serviços. Isso atribui às mulheres uma dupla jornada de trabalho, o que pode reduzir a possibilidade de acesso a reforçadores (e. g., reforçadores sociais, atividades de lazer), já que ocupam seu tempo majoritariamente à realização de atividades que são culturalmente atribuídas a elas, mesmo que estejam inseridas no mercado de trabalho.

Essas atividades são atribuídas às mulheres porque o que é relacionado a cuidado, à fragilidade é sempre visto como inferior, e, portanto, não cabe aos homens realizar tais tarefas – o que sugere haver uma prática de *inferiorização da feminilidade* (Bourdieu, 1998/2017). Mulheres estão sujeitas a comentários que destacam apenas e aspectos relacionados à feminilidade como roupas, acessórios e corpo. Tais comentários são realizados em tom pejorativo, de forma que as mulheres são reduzidas a essas características e isso as torna menos qualificadas ou capazes. Portanto, práticas culturais de dominação masculina que tornam o feminino inferior fazem com que mulheres sejam punidas apenas pelo fato de serem mulheres. Um dos comportamentos que caracteriza isso é a desqualificação intelectual, uma forma de violência simbólica que acontece

comumente no contexto universitário por meio da subjugação da capacidade cognitiva de mulheres apenas por serem mulheres (Data Popular & Instituto Avon, 2018).

As contingências de violência simbólica também afetam a relação das mulheres com seus corpos, o que dá origem a práticas de *conformidade aos padrões de beleza*. Os repertórios comportamentais femininos são modelados de forma a estar sempre de acordo com o padrão de beleza em vigor na sociedade. Há um procedimento de reforçamento diferencial, sendo os comportamentos femininos reforçados quando apresentam corpos de acordo com os padrões e beleza, e punidos quando divergem deles, o que modela o comportamento perceptivo, a forma com que as mulheres percebem a si mesmas.

Como consequência disso, a autoestima feminina também pode ser afetada: Segundo Skinner (1989), a autoestima é um produto social, um sentimento que acompanha contingências de reforçamento social nas quais os indivíduos são reforçados por certas características. Assim, a relação da mulher com seu corpo é permeada pelas contingências de dominação masculina, pois além dos padrões de beleza em vigor – que atendem aos padrões masculinos – a forma com que as mulheres percebem e estimam seu corpo acaba sendo afetada por esse sistema de reforçamento social. Como o comportamento feminino de perceber o próprio corpo é afetado pela cultura, mulheres passam a sentir autodepreciação por seus corpos quando divergem do padrão, e pesquisas vêm demonstrando a baixa autoestima das mulheres e a grande insatisfação com seus corpos. Uma pesquisa realizada pela Dove (2017) demonstrou que mais da metade das meninas e mulheres do mundo possuem baixa autoestima, e que se sentem pressionadas para manterem seus corpos de acordo com os padrões de beleza. Ao mesmo tempo, isso exige também certo padrão dos homens: enquanto no corpo de

mulheres tudo deve ser pequeno, no corpo do homem tudo deve ser grande (Bourdieu, 1998/2017).

As práticas culturais de violência simbólica se estendem também à *sexualidade*. Bourdieu (1998/2017) afirma que o próprio ato sexual é voltado para o prazer masculino, ficando a mulher reduzida a um meio para que o homem ejacule. Como já discutido, no âmbito da Análise do Comportamento, sobre a importância do contexto antecedente e das consequências no estabelecimento e manutenção de práticas, os comportamentos sexuais femininos são influenciados por vários fatores relevantes, mas especialmente pelo controle da agência religiosa. De maneira geral, Skinner (1953) discute como comportamentos sexuais de mulheres são punidos, enquanto os mesmos comportamentos, quando emitidos por homens, não são consequenciados com eventos aversivos. Isso faz com que comportamentos sexuais de mulheres sejam atrelados a sensações de estar fazendo algo errado, e, assim, o sexo se torna menos reforçador para mulheres do que é para homens. Na atualidade, um exemplo desse ponto é o comportamento das mulheres de fingir orgasmo, que tem alta frequência entre as mulheres – uma pesquisa constatou que cerca de 67% das mulheres já fingiu orgasmo para agradar o parceiro (Muehlenhard & Shippee, 2009). Isso evidencia que mulheres aprendem, por práticas sutis de violência simbólica, que o sexo tem a finalidade de produzir apenas reforçadores para o homem, e que muitas vezes acaba não sendo reforçador para mulheres.

A modelagem de repertórios sexuais de acordo com o que é especificado por homens pode servir como contexto para práticas de violências sexuais propriamente ditas, como assédios e estupros. Bourdieu (1998/2017) afirma que essas situações são a demonstração extrema do ato de posse: homens sempre devem demonstrar virilidade e masculinidade, o que, muitas vezes, chega até à agressividade. Assim, compreende-se

que nas relações sexuais, homens são ensinados a se comportar por seu próprio prazer, e, assim, entendem que a realização de assédios e abusos é uma afirmação de seu poder e sua vontade. Violências sexuais ultrapassam relações meramente de reforço sexual; essas práticas ocorrem devido a todo o contexto cultural que legitima a superioridade masculina e a sua imposição de poder. Esse aspecto resultante da cultura de dominação masculina é visto em diversas pesquisas que evidenciam os altos índices de violência sexual contra as mulheres nos dias atuais: uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2018) indicou que, no ano de 2016, houve uma média de 135 estupros por dia no Brasil. Todavia, acredita-se que os números não demonstram a real dimensão do problema, pois há subnotificação dos casos. Estima-se que, na realidade, ocorram entre 300 e 500 mil estupros por ano no Brasil, o que significa que, a cada dia, ocorrem de 822 a 1370 estupros no país (IPEA & FBSP, 2018).

Relacionado aos casos de abuso e assédio, outra expressão das práticas de dominação masculina relatada por Bourdieu (1998/2017) é a *culpabilização da vítima*. Além de todas essas relações às quais as mulheres são expostas ainda são responsabilizadas por sua opressão, o que, mais uma vez, deixa de punir comportamentos de dominação masculina, mantendo comportamentos violentos dos homens e silenciando possibilidades de denúncias de mulheres. A culpabilização da vítima retira a responsabilidade masculina e pune a própria mulher pela violência que lhe ocorreu (Freitas & Moraes, 2019).

Bourdieu (1998/2017) discute também a *impotência aprendida*, que significa que mulheres são tão desencorajadas a realizar certas atividades que nem mesmo tentam mais por se sentirem incapazes. Para Skinner (1953), o engajamento dos indivíduos em atividades depende das regras e do controle estabelecido pela cultura. Muitas atividades

são reforçadas apenas quando realizadas por homens, como o engajamento em comportamentos sexuais, o ingresso em carreiras em áreas públicas, relacionadas à ciência, tecnologia ou cargos públicos de poder. Assim, mulheres que vivem sob controle das contingências de violência simbólica não são reforçadas ao realizar atividades que são consideradas masculinas, e acabam não emitindo diversos outros comportamentos similares que lhes são considerados inadequados (e.g., não são reforçadas a se engajar em comportamentos relacionados à mecânica por ser uma área considerada masculina; a impotência aprendida as leva a não tentar emitir comportamentos como calibrar um pneu, pois consideram que é necessário que um homem faça).

Em uma cultura de dominação masculina, como estão sempre voltadas a agradar os homens, mulheres emitem comportamentos que caracterizam a prática que Bourdieu (1998/2017) denomina de *intuição feminina*, que nada mais é do que uma sensibilidade aprendida a perceber formas de comunicações não verbais que se espera das mulheres. Skinner (1974) afirma que “uma pessoa é modificada pelas contingências de reforçamento em que age . . . de tal forma que os estímulos controlam agora tipos particulares de comportamento perceptivo⁸²” (p. 93-94). É estabelecido um repertório de comportamento perceptivo de acordo com contingências da cultura de dominação masculina, e a mulher passa a ver e ouvir de maneira mais sensível devido a essas contingências. Mulheres aprendem que devem ter o papel de cuidadoras, e ser compreensivas e responsáveis pela manutenção de relacionamentos. Como sempre são reforçadas por isso, esses repertórios são tão fortalecidos que passam a ser vistos como inatos e intuitivos, retornando à concepção essencialista do papel feminino. Isso

⁸² Original: “A person is changed by the contingencies of reinforcement under which he behaves . . . in such a way that stimuli now control particular kinds of perceptual behavior” (Skinner, 1974, p. 93-94).

demonstra que a dominação masculina afeta até mesmo o nível mais básico de percepção.

Além das práticas culturais de violência simbólica e os comportamentos modelados pela cultura de dominação masculina que foram descritos até então, existem também outros fatores mais específicos que podem ser influenciados por uma cultura, como foi discutido por Skinner (1953), e que, no caso, também são afetados pela cultura de dominação masculina: a motivação, disposições emocionais, autocontrole e autoconhecimento.

Para Skinner (1953), o autoconhecimento consiste em discriminar as contingências que controlam o próprio comportamento. Entretanto, para que um repertório de autoconhecimento seja estabelecido, é necessário que haja um procedimento de reforçamento diferencial da comunidade verbal, e, portanto, “a espécie de autoconhecimento representada pelo comportamento verbal discriminativo – o conhecimento que é ‘expresso’ quando falamos sobre nosso próprio comportamento – é estritamente limitada pelas contingências que a comunidade verbal pode dispor⁸³” (Skinner, 1953, p. 261). Dessa forma, o repertório de autoconhecimento das mulheres é afetado pelas contingências de dominação masculina: elas são ensinadas a discriminar variáveis controladoras do comportamento, contudo, devido ao papel da comunidade verbal, a função do autoconhecimento feminino é a manutenção da cultura de dominação masculina.

A partir de um repertório de autoconhecimento, é possível que os indivíduos desenvolvam repertórios de autocontrole, isto é, só é possível modificar as variáveis controladoras se a pessoa as conhece. A respeito do autocontrole, Skinner (1953) afirma

⁸³ Original: “The kind of self-knowledge represented by discriminative verbal behavior – which is ‘expressed’ when we talk about our own behavior – is strictly limited by the contingencies which the verbal community can arrange” (Skinner, 1953, p. 261).

que diante de certos estímulos existem duas possibilidades de comportamentos: o indivíduo pode se comportar de forma não controlada e obter reforço imediato (mas possivelmente receber consequências aversivas em longo prazo), ou pode emitir comportamentos considerados de autocontrole, o que consiste em receber reforçamento em longo prazo. Quem modela os comportamentos de autocontrole é a comunidade verbal, o que significa que esses repertórios comportamentais também são ensinados de acordo com as contingências de dominação masculina – grande parte do autocontrole é ensinado pelas agências, portanto, é perpassado por contingências de dominação masculina. A comunidade verbal torna comportamentos de autocontrole mais frequentes nas mulheres – devem ser mais pacientes e compreensivas. Enquanto os homens não desenvolvem esses repertórios e acabam sendo mais impulsivos e até agressivos. Mulheres são reforçadas a manter-se mais calmas, controladas, a estar sempre rindo, ser agradável aos outros mesmo em situações aversivas e esses comportamentos são reforçados nos repertórios femininos.

No que diz respeito à motivação, Skinner (1953) afirma que uma operação motivacional “aumenta simultaneamente a frequência de muitos tipos de comportamento⁸⁴” (p. 143). As operações motivacionais afetam não apenas um comportamento, mas os repertórios integrais dos indivíduos, tornando a frequência da emissão de determinados comportamentos mais provável. As práticas de dominação masculina, seja por reforçamento positivo ou por estimulação aversiva, aumentam a probabilidade de alguns comportamentos não só operantes, mas também respondentes no repertório feminino. Assim, a cultura de dominação masculina pode servir como uma operação motivacional, pois os repertórios integrais dos indivíduos são afetados por ela.

⁸⁴ Original: “Increases the strength of many kinds of behavior simultaneously” (Skinner, 1953, p. 143).

Nos operantes, já foram explicitados diversos exemplos: redução na fala em locais públicos, ocupação de menores espaços físicos, restrição a determinadas profissões e cargos, busca por padrões corporais determinados socialmente, comportamentos sexuais limitados, etc. Contudo, a dominação masculina como operação motivacional também afeta os comportamentos respondentes de mulheres, inclusive as reações emocionais.

Bourdieu (1998/2017) relata que as mulheres poderiam sofrer com algumas emoções desencadeadas por homens, como vergonha, humilhação, ansiedade, timidez, culpa, além de manifestações mais visíveis como enrubescer, gaguejar e sentimentos de medo ou raiva. A discussão das reações emocionais de Skinner (1953) corrobora com alguns fatores descritos por Bourdieu: para Skinner, as reações emocionais dos indivíduos são afetadas pela cultura, o que resulta em certos padrões emocionais (e. g., medo, amor, raiva). A mesma discussão é levantada por De Rose (2016), que afirma que as culturas condicionam os comportamentos de seus membros e aumentam a probabilidade da produção de certas reações emocionais.

Portanto, devido às contingências de dominação masculina sob as quais indivíduos cresceram, cada gênero pode exibir um padrão emocional distinto. A exigência da virilidade acaba desencadeando padrões emocionais de raiva e agressividade em homens, enquanto as mulheres, devido ao histórico de punição de comportamentos e exposição a diferentes formas de violência, têm emoções de medo, o que desencadeia repertórios comportamentais de esquiva (e. g., evitar andar na rua sozinha à noite ou evitar usar determinadas roupas).

Por outro lado, Bourdieu (1998/2017) afirma que a submissão também pode resultar em sentimentos considerados socialmente positivos, como amor, admiração e respeito. É o que o autor denomina de submissão encantada. Uma das explicações de

Bourdieu é que as mulheres são elogiadas quando agem conforme o que é esperado delas no sistema de dominação masculina (e. g., quando são submissas, quando exercem tarefas que lhes são destinadas). Assim, as mulheres cumprem o que lhes é destinado com *felicidade*.

Em vista disso, as reações emocionais de mulheres que crescem sob contingências de dominação masculina também podem se caracterizar como positivas. Isso pode ser explicado por meio do controle por reforçamento positivo, descrito por Skinner (1971), na discussão do “escravo feliz”. Segundo o autor, a despeito da maioria dos controles vindos do grupo, das subagências e principalmente das agências ser aversivo, existem formas de controle que são exercidas por meio de reforçamento positivo, mas que, em longo prazo, acarretam em consequências aversivas, e por isso são caracterizados como formas de controle opressivo.

As práticas de violência simbólica são inconspícuas e sutis, mas têm a mesma função das demais práticas que fazem parte da cultura de dominação masculina: reafirmar a situação de inferioridade feminina, modelando comportamentos para que essas práticas se mantenham e, assim, a cultura de dominação masculina sobreviva. Por exemplo, os comportamentos femininos reforçados envolvem ocupar apenas os espaços destinados a mulheres, comportar-se sexualmente apenas para agradar homens, manter o silêncio e ocuparem pouco espaço físico – e isso cria uma falsa sensação de liberdade devido ao reforçamento. Um exemplo citado por Bourdieu (1998/2017) e presente até a atualidade é o cavalheirismo, que não é um comportamento com consequências aversivas imediatas para as mulheres, mas que tem como finalidade afastá-las de determinadas tarefas – o que, em última instância, acaba levando à impotência aprendida, já discutida alhures, mantendo a situação submissa da mulher.

Segundo Skinner (1971), o problema do controle não aversivo é que ele não é tão conspícuo quanto as formas de controle tradicionais. No tocante à dominação masculina, é possível analisar que o problema da violência simbólica é que ela é exercida em grande parte por meio de controles com reforçamento positivo, não sendo notada como as outras formas de violência contra a mulher, mas que, ainda assim, mantém as mulheres sob controle de contingências de dominação. Skinner (1971) discute ainda que o problema dessas formas de controle é que as possibilidades de contracontrole são reduzidas. Portanto, no caso da dominação masculina, as mulheres não são capazes de identificar as formas de controle às quais seu comportamento está sujeito, e, assim, a possibilidade de contracontrole é reduzida. Na atualidade, algumas das formas de controle mais visíveis já foram suprimidas devido a diversos fatores, entre os quais se destaca o movimento feminista, que enfatizou violências e desigualdades com respeito às mulheres e conseguiu modificar práticas mais explícitas. Contudo, ainda restam os controles exercidos por meio de reforçamento positivo que são igualmente opressivos.

Mesmo as práticas inconspícuas de violência simbólica podem ter como consequências os subprodutos emocionais do controle: medo, ansiedade e raiva – o que mostra que até mesmo os padrões emocionais podem ser condicionados culturalmente. As contingências de dominação masculina podem ter, em última instância, efeitos como medo e ansiedade (seja de punições devido ao comportamento que é esperado de uma mulher, seja medo de ser violentada); raiva (pois tem muitas de suas possibilidades limitadas, vivendo num mundo tipicamente masculino) e tristeza (devido a esses padrões de punição e extinção, mulheres têm mais dificuldade ao acesso de reforçadores). Segundo o Relatório Mundial da Saúde, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (em inglês, WHO, 2001), “a mulher, pelos múltiplos papéis que

desempenha na sociedade, corre maior risco de perturbações mentais e comportamentais do que outras pessoas na sociedade” (p. 45-46), especialmente no tocante a transtornos depressivos e de ansiedade. A discussão sobre essas práticas e sua relação com comportamentos operantes e respondentes é mais bem compreendida quando se analisa as contingências culturais que as envolve. É necessário colocar em pauta também o contexto da cultura nos quais essas práticas são emitidas.

(ii) Contextos antecedentes responsáveis pela origem e manutenção das práticas

Segundo Bourdieu (1998/2017), o que dá origem às práticas de violência simbólica seria a existência de estruturas de dominação, que são inscritas nos corpos e organizam a vida social. Essas estruturas podem ser compreendidas como um conjunto de variáveis sociais que servem como contexto antecedente das práticas culturais. As variáveis do ambiente social são, segundo Skinner (1953), mais complexas do que as do ambiente físico, e a elas deve ser destinada maior atenção no estudo da cultura. Faz parte das contingências do ambiente social o controle das agências, das subagências e o controle exercido pelos próprios membros do grupo. Bourdieu (1998/2017) descreve o papel de instituições que auxiliam no processo de reprodução da dominação masculina. A discussão de Bourdieu (1998/2017) sobre as instituições se assemelha à discussão sobre as agências na obra skinneriana, e, de uma perspectiva comportamental, o controle exercido pelas agências pode ser um fator importante para a origem práticas culturais de dominação masculina⁸⁵. Apesar de Bourdieu ter se referido às

⁸⁵ Embora alguns autores discutam de maneira mais sistemática as possíveis origens da cultura de dominação masculina desde os seus primórdios (Engels, 1984; Santos & Silva 2018), o foco não será tratar a dominação masculina dessa perspectiva historiográfica ou genealógica, mas compreender como as práticas dessa cultura se dão em um contexto que precisa ser considerado para sua explicação e modificação.

instituições da sociedade cabila, ao realizar um paralelo dessa discussão com a noção skinneriana de agências de controle, verifica-se que a discussão pode ser estendida às sociedades atuais.

Ao explicar a cultura, Skinner (1953) afirma que as agências realizam um processo denominado “indução”, que acontece por meio da classificação ética que influencia as práticas culturais. Essa classificação é aplicada ao comportamento dos indivíduos por meio de reforçamento diferencial de comportamentos que sejam considerados adequados, e assim os induz (i.e., aumentam a probabilidade) a se comportarem da maneira desejada. O controle das agências é então parte importante do contexto que tem relação com as práticas culturais de dominação masculina, em especial, as práticas e comportamentos que caracterizam a violência simbólica.

A instituição escolar reproduz a violência simbólica, difundindo estruturas de dominação no pensamento de meninos e meninas (Bourdieu, 1998/2017). Para Skinner (1953), a primeira agência organizada de controle com a qual os indivíduos têm contato é a educacional, e nela o foco está mais voltado para a aquisição de comportamentos. Assim, no que diz respeito à dominação masculina, na escola já é ensinada a hierarquização entre gêneros, por meio do ensino de determinados padrões de comportamentos, diferenciando o que é feminino e masculino. Essa divisão que acontece desde a agência educacional tem efeitos na vida acadêmica e na divisão do trabalho na sociedade.

Segundo Bourdieu (1998/2017), a igreja é outra instituição que inscreve estruturas de dominação nos corpos femininos e masculinos, pregando a submissão feminina, a obediência ao homem e condenando ações femininas (e. g., trajes e posturas “indecentes”). De um ponto de vista comportamentalista, pode se compreender que a agência religiosa auxilia no estabelecimento de práticas de dominação masculina,

utilizando mandamentos e inscrições bíblicas como descrição de contingências para compelir a obrigatoriedade da submissão feminina e a responsabilidade pela manutenção do casamento. A igreja também suprime comportamentos sexuais femininos por meio de punição ao classificá-los como pecaminosos. Como estabelece um repertório de autocontrole visando obediência futura, mulheres passam a se comportar da maneira que foram ensinadas mesmo na ausência de um agente controlador. Os comportamentos são classificados como virtuosos e pecaminosos, e se a mulher se comportar de formas não submissas, emitindo comportamentos considerados vulgares ou pecaminosos pelas agências, possivelmente sentirá o que é denominado por Skinner (1953) de “sensação de pecado”.

O Estado, para Bourdieu (1998/2017), funciona como uma instituição que ratifica as relações de dominação já existentes, tornando-as públicas. Na teoria skinneriana, a agência governamental declara por meio de legislações as contingências de reforçamento e punição em vigor (Skinner, 1953). O governo estabelece contingências que fazem perpetuar as relações de dominação masculina já existentes nas outras áreas da sociedade – no Brasil, isso pode ser visto, por exemplo, na falha de penalização de crimes de violências contra às mulheres (Andrade, 2005). Devido às contingências de dominação masculina que tendem a silenciar e culpabilizar mulheres, poucos casos são denunciados (Jong, Sadala, & Tanaka, 2008); quando o são, o processo da denúncia faz com que a mulher seja revitimizada, isto é, exposta repetidamente a estímulos aversivos envolvidos na violência (e.g., contar a história várias vezes para diferentes profissionais, encarar o agressor) (Lima & Deslandes, 2014), e, muitas vezes, os casos não são devidamente julgados, demonstrando um despreparo até mesmo das Delegacias da Mulher (Pasinato, 2015).

A participação da agência econômica não é diretamente descrita na obra de Bourdieu, mas os aspectos dessa agência podem ser incluídos no que o autor relatou sobre como o Estado potencializa as práticas de dominação. Bourdieu (1998/2017) discute a divisão do trabalho na sociedade cabila, relatando que, para determinados trabalhos, normalmente com remuneração mais alta, são requisitadas características tipicamente masculinas, fazendo com que mulheres sejam excluídas de algumas profissões que não necessariamente precisariam dessas características, e, então, acabam ficando com trabalhos com menor remuneração. Para Skinner (1953), a agência econômica induz indivíduos a realizar determinadas formas de trabalho devido a reforçadores como dinheiro ou bens. Normalmente, atribuem salários apenas a pessoas com comportamentos e habilidades estabelecidos, requisitando determinados comportamentos para o acesso de salários.

Um exemplo atual é a inter-relação entre a agência governamental e econômica no que diz respeito à legislação da licença maternidade. Apesar de ser uma lei que visa o benefício das mulheres no mercado de trabalho, ainda não há plena igualdade com os direitos masculinos em alguns aspectos. No caso de mulheres empregadas com carteira assinada, o salário referente ao período da licença maternidade é pago pela empresa contratante, que deve então pedir o repasse do dinheiro ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Contudo, o ressarcimento é realizado por meio de descontos no imposto de renda da empresa e pode levar meses para acontecer (Brasil, 1991) – o que pode ser visto como prejudicial porque afeta o capital da empresa, e, assim, favorece a contratação de homens. Os efeitos disso podem ser vistos no número de desemprego de mulheres e na desigualdade entre salários entre homens e mulheres (IBGE, 2019).

Estendendo a análise às subagências de controle, é possível incluir o papel da família na propagação de práticas de dominação masculina. Segundo Bourdieu

(1998/2017), a família expõe as crianças precocemente à violência simbólica, inserindo essa estrutura na própria linguagem. Isso é condizente com a análise realizada por Skinner (1953) ao descrever as subagências de controle, como a família e os grupos com quem os indivíduos convivem, que utilizam de técnicas de várias agências de controle para controlar os repertórios. Sobre a dominação masculina, logo nas famílias o comportamento dos indivíduos é modelado de acordo com o gênero – certos repertórios comportamentais são ensinados a mulheres, e outros repertórios são ensinados a homens, repertórios esses que, em última instância, levam à submissão feminina e à dominação masculina.

O controle pelo próprio grupo faz então as práticas de dominação masculina continuarem existindo, pois, de acordo com o que é ensinado pelas agências e subagências, os indivíduos passam a se comportar de acordo com a classificação ética em vigor e aplicá-la ao comportamento de outros membros da cultura. Assim, os membros do grupo servem como uma extensão dos controles exercidos pelas agências e subagências, e são uma ferramenta utilizada para a manutenção da dominação masculina.

(iii) Consequências que mantêm as práticas de dominação masculina

Em suma, de acordo com a Análise do Comportamento, na cultura de dominação masculina são selecionadas determinadas práticas culturais que permitem a sobrevivência dessa cultura, entre elas, as práticas de violência simbólica. Essas práticas, a despeito de se referirem ao nível cultural e serem mantidas pelo efeito sobre o grupo e não sobre os indivíduos, são exercidas por meio de comportamentos individuais.

É necessário analisar também por qual motivo as contingências da cultura de dominação masculina continuam em vigor, e, assim, por que as práticas culturais de violência simbólica continuam sendo reproduzidas, mesmo se mostrando aversivas não só para mulheres, mas também aos homens – elas controlam os repertórios femininos exigindo feminilidade e submissão, e, por outro lado, exige dos homens a demonstração de virilidade a todo custo. Em alguns momentos, Skinner (1971) define que as práticas permanecem em uma cultura, porque ajudam os membros a resolver seus problemas. Quais problemas as práticas de dominação masculina poderiam, então, estar ajudando a resolver? Ou melhor, problemas de quem tais práticas ajudariam a resolver?

A dominação masculina é benéfica para as agências, que mantêm, por meio de reforçamento diferencial, o sistema de reforçamento assimétrico no qual homens têm mais privilégios – o que faz com que a cultura de dominação masculina continue sobrevivendo. A consequência de todas essas práticas é que elas mantêm a cultura em vigor – a relação entre a cultura e as agências é uma “via de mão dupla”, pois as agências ajudam a manter a cultura, e, não por acaso, os principais representantes das agências são homens.

Uma pesquisa realizada por Talenses e Insper (2018) se propôs a demonstrar a participação de mulheres em cargos de lideranças em empresas no Brasil. Os dados demonstraram que das 286 empresas analisadas com sede no Brasil, apenas 18% possuem mulheres como presidentes, 18% são vice-presidentes, 21% são diretoras e 12% são conselheiras. Isso demonstra a predominância dos homens em cargos de liderança em empresas, o que tem um impacto na forma com que se organiza a agência de controle econômica. A pesquisa demonstrou inclusive que o gênero do presidente tem influência sobre o funcionamento da empresa: quando a empresa é presidida por uma mulher, é maior o número de mulheres em outros cargos de liderança.

Um mapeamento das mulheres na política, realizado pela ONU (2017), demonstrou que no Brasil, no início do ano de 2017, mulheres ocupavam 10,7% dos cargos de liderança na câmara e 14,8% no senado. No que se trata da presidência de um país, o número é ainda menor: em 2010, pela primeira vez na história uma mulher foi eleita como presidenta da República Federativa do Brasil (Brasil, 2016).

A agência religiosa, em especial o cristianismo, é majoritariamente comandada por líderes homens. A hierarquia cardinal da igreja católica é constituída por padres, bispos, arcebispos, patriarcas, cardeais e papas – sendo todos eles exclusivamente homens; em igrejas evangélicas, a maioria dos homens em posição de liderança, como pastores, são homens. As escrituras bíblicas são utilizadas como justificativas para que apenas os homens ocupem posições de liderança (Souza, 2004).

No que diz respeito à agência educacional, alguns dados corroboram parcialmente o que foi descrito por Bourdieu (1998/2017): a participação de mulheres decai conforme sobe o nível de prestígio das posições no meio escolar e acadêmico. Uma pesquisa realizada especificamente na área da Análise do Comportamento no Brasil demonstrou que 70% dos egressos de cursos de pós-graduação em Análise do Comportamento são mulheres, porém, o percentual é reduzido para 60% no que diz respeito a publicações em periódicos, 51,20% na docência em programas de pós-graduação, 39,02% na editoria de periódicos científicos e 32% em bolsas de produtividade de pesquisa. Com base nesses dados, é possível verificar que, embora essa área da psicologia seja constituída majoritariamente por mulheres, a participação de mulheres decai conforme aumenta a posição de prestígio da atividade (Laurenti, Jesus, Nogueira, Sales, Risolia, & Strapasson, 2019).

Esses dados demonstram que, sendo os principais representantes das agências homens, devido à sua posição de poder, eles detêm controle sobre reforçadores, e

mantêm a população masculina sendo privilegiada. Como as agências têm maior controle sobre as variáveis que afetam uma cultura, favorecem que seja realizado o processo que Skinner denomina de indução, que modela o comportamento dos indivíduos do grupo por meio de reforçamento diferencial. Assim, práticas que favorecem a desigualdade de gênero permanecem sendo emitidas pelos membros do grupo, e, conseqüentemente, se mantêm uma cultura com práticas de violência simbólica, que dificulta o acesso de mulheres a reforçadores, exercendo um controle opressivo sobre os repertórios femininos. Assim, é visto que as agências têm um papel importante na manutenção de práticas de dominação masculina em uma cultura, e, portanto, é fundamental analisar seu papel no que diz respeito à evolução dessa cultura ao longo do tempo.

A evolução da cultura de dominação masculina

O papel dos antecedentes e, principalmente, das conseqüências das práticas de dominação masculina fica mais claro quando essa cultura é observada em termos de suas modificações. Como já demonstrado, para explicar a evolução de uma cultura, Skinner (1953, 1971) contestou alguns sistemas explicativos tradicionais sobre como uma cultura se modifica. Pensando em uma cultura constituída por contingências que mantêm em vigor práticas de dominação masculina, não seria suficiente: (i) analisar apenas a “topografia” das práticas de dominação masculina; (ii) analisar essa cultura com viés teleológico, isto é, inferir que as práticas acontecem por algum motivo futuro, para alcançar algum objetivo de supremacia masculina; ou (iii) considerar que esse sistema continua em vigor apenas devido à passagem do tempo. Para compreender a evolução de uma cultura, Skinner (1971, 1974) delineou uma analogia com a teoria darwinista – e esse raciocínio pode ser aplicado à cultura de dominação masculina.

Conforme a analogia delineada por Skinner (1971, 1974), as práticas surgem ao acaso – o que significa que não são necessariamente planejadas, porém, podem ter sido influenciadas por outras contingências. As práticas surgem, inicialmente, como comportamentos, e são disseminadas por meio de imitação e também por meio do estabelecimento de regras, o que é possível devido ao comportamento verbal. Em vista disso, a origem das práticas de dominação masculina pode ser influenciada pelo contexto da cultura, e a principal influência vem das agências de controle – como visto, as agências têm poder sobre as contingências que constituem a cultura e promovem a manutenção da cultura de dominação masculina.

Contudo, o mais importante para compreender a cultura de dominação masculina não consiste na origem das práticas, já que “não precisamos explicar a origem de uma prática cultural para compreender sua contribuição para a sobrevivência da cultura⁸⁶” (Skinner, 1971, p. 136), é necessário compreender como e por que ocorre a transmissão e manutenção dessa prática na cultura. A transmissão de práticas de dominação masculina pode acontecer de quatro formas: (i) para indivíduos que já vivem na cultura e não aderiram às práticas, isto é, as práticas são difundidas na própria cultura e os padrões de comportamento que caracterizam a submissão feminina são aprendidos, seja por meio de imitação ou modelagem; (ii) para novos indivíduos que passam a fazer parte da cultura, também por meio de imitação ou modelagem; (iii) para as próximas gerações, tendo nisso uma especial participação da subagência familiar, como descrito alhures; e (iv) por difusão para as outras culturas, que, segundo Skinner (1971), é um grande diferencial sobre a transmissão no nível cultural: no caso da dominação masculina, é possível que agências instituem práticas de dominação masculina na

⁸⁶ Original: “We do not need to explain the origin of a cultural practice in order to account for its contribution to the survival of a culture” (Skinner, 1971, p. 136).

cultura por identificar que essas práticas estão trazendo consequências benéficas para as agências em outras culturas.

As agências têm um papel importante na evolução cultural: elas manipulam deliberadamente as contingências, inserindo práticas culturais, o que configura uma aceleração no processo de evolução cultural (Skinner, 1971). As agências têm controle sobre reforçadores poderosos na cultura e, assim, induzem os indivíduos a emitir determinados comportamentos, selecionando e transmitindo práticas que contribuam para a manutenção dos benefícios das agências, isto é, para a manutenção do poder e privilégio masculino. No que diz respeito à dominação masculina, as agências exercem grande influência na sobrevivência dessa cultura: elas inserem práticas de dominação masculina, em especial de violência simbólica, e como exercem poder sobre as contingências da cultura, induzem, por meio de reforçamento diferencial, os indivíduos a se comportar de forma que as práticas sejam mantidas na cultura.

Devido às formas de controle inconspícuas utilizadas por essas agências, incluindo o controle por meio de reforçamento positivo, os indivíduos reproduzem esses comportamentos e transmitem as práticas culturais de dominação masculina. Skinner (1971) relata que “uma agência organizada insensível às consequências de suas práticas não está sujeita a importantes formas de contracontrole⁸⁷” (p. 172). Isso evidencia que práticas de violência simbólica que as agências mantêm são tão bem instaladas que impedem a identificação e o contracontrole, e, assim, a cultura de dominação masculina sobrevive. Contudo, um dos fatores sistematizados por Skinner ao discutir a cultura é o fato de que a sobrevivência de uma cultura não significa necessariamente que essa cultura seja boa, pois “culturas e espécies que são mal adaptativas podem sobreviver por

⁸⁷ Original: “An organized agency which is insensitive to the consequences of its practices is not subject to important forms of countercontrol” (Skinner, 1971, p. 172).

um longo tempo⁸⁸ (Skinner, 1971, p. 130). Com isso, é possível compreender que a despeito da cultura de dominação masculina ter sobrevivido até então, não significa que ela deva continuar existindo.

Possibilidade de mudança e enfraquecimento da cultura

A cultura de dominação masculina pode permanecer existindo sem mudanças por um longo tempo por diversas questões, em especial pela ausência de contracontrole, já que atualmente são emitidas práticas de violência simbólica, sutis e inconspícuas que dificultam que mulheres exerçam o contracontrole. Essa cultura tem se modificado nas últimas décadas, devido aos movimentos feministas que lutam pelos direitos das mulheres e buscam modificar relações de violências e desigualdades – entretanto, o que tem acontecido é uma substituição de práticas de controle aversivas mais explícitas por práticas igualmente opressivas, mas que são exercidas por meio de reforçamento positivo.

As práticas presentes na cultura de dominação masculina atualmente – mesmo as mais inconspícuas caracterizadas como de violência simbólica – têm diversos problemas, tanto para a população feminina quanto masculina. Mulheres não são livres, pois estão sob controle de contingências opressivas de dominação masculina, e isso limita o acesso a reforçadores. Considerando a forma com que as contingências da cultura modelam os repertórios individuais, essa cultura modela não só comportamentos operantes, mas também afeta as disposições emocionais dos membros da cultura. Além disso, a segurança feminina é comprometida devido à frequência com que as mulheres

⁸⁸ Original: “Cultures and species which are poorly adaptive may survive for a long time” (Skinner, 1971, p. 130).

são expostas a situações de violência, e comportamentos de fuga e esQUIVA são estabelecidos.

Além desses problemas no nível individual, existem mais problemas em nível coletivo gerados pela dominação masculina: o desemprego de mulheres, os altos índices de violência contra a mulher e feminicídio, o menor rendimento financeiro – o que pode, inclusive, influenciar na permanência das mulheres em situações de violência devido à dependência financeira (Soares, 2005), prejudicando a saúde física e psicológica da população feminina. A cultura de dominação masculina também acarreta em prejuízos aos homens, que devem mostrar virilidade a todo custo, não apresentando comportamentos que remetam à feminilidade ou à fraqueza. Dessa forma, homens aprendem que não devem demonstrar sentimentos, dificultando a busca por ajuda quando apresentam problemas psicológicos.

Ao discutir a evolução cultural, Skinner (1971) afirmou que assim como as agências de controle manipulam deliberadamente contingências da cultura em seu próprio benefício, os analistas do comportamento também poderiam realizar planejamentos culturais, norteados pelo valor de sobrevivência das culturas. Como o autor não descreve especificamente quais culturas deveriam sobreviver, a obra skinneriana recebeu diversas críticas, as quais afirmavam que, por visar a sobrevivência da cultura que já está em vigor, a Análise do Comportamento poderia estar trabalhando pela manutenção do *status quo*, não incidindo na mudança das diversas relações de opressão existentes na sociedade (Malagodi, 1986; Prilleltensky, 1994). Ao levar em conta que a cultura de dominação masculina continua sendo selecionada e permanece no tempo, é uma cultura que sobreviveu; mas, cumpre indagar: é pela sobrevivência dessa cultura que os analistas do comportamento devem trabalhar?

Embora Skinner não tenha tratado sistematicamente do assunto, atualmente existem diversas discussões no escopo teórico da Análise do Comportamento demonstrando a importância da teoria se engajar na busca pela igualdade entre gêneros (Couto & Dittrich, 2017; Freitas & Morais, 2019; Silva & Laurenti, 2016), além de pesquisas aplicadas que buscam modificar práticas que caracterizem a desigualdade de gênero e dominação masculina (Freitas, 2019; Mizael, de Almeida, Silveira, & de Rose, 2016). Atualmente, práticas culturais de dominação masculina continuam sendo selecionadas e transmitidas, permitindo que essa cultura permaneça existindo, ainda que tendo como consequência diversos prejuízos em nível individual e coletivo. Em vista disso, a cultura de dominação masculina não deve sobreviver, e um planejamento cultural delineado por analistas do comportamento deve buscar enfraquecer essa cultura.

A dominação masculina fere direitos previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 2009), bem como valores clássicos que são sugeridos por Skinner (1948, 1953, 1971) como basilares para o planejamento cultural, como liberdade, segurança e felicidade. Isso demonstra a importância do posicionamento político da ciência do comportamento, em favor de culturas com maior índice de igualdade e justiça social – aspectos que vêm sendo discutidos por analistas do comportamento na contemporaneidade (Bogo & Laurenti, 2012; Batista, 2018).

Esses aspectos ressaltam que lidar com comportamentos e práticas culturais se torna inviável sem discussões políticas. A organização atual da cultura é mantida pelas agências, e, por isso, Skinner (1987) exibe uma desconfiança em relação a elas, que trabalham pela sobrevivência de culturas cujos valores estejam de acordo com seu próprio benefício. Assim, há um ceticismo no que diz respeito a estratégias macropolíticas, que podem ser definidas como um “conjunto de práticas de controle

social centralizadas em instituições” (Lopes, Laurenti, & Abib, 2018, p. 134), pois elas apenas contribuiriam para manutenção do sistema de poder e privilégio em vigor.

De um lado, delinear um projeto de sociedade de acordo com os pressupostos da Análise do Comportamento envolve aspectos que reduzam o controle das agências. Por outro lado, trata-se de aumentar o controle de pessoas por pessoas ou controle social direto, o que Skinner (1978) denomina de controle face a face, o que poderia também ser entendido como ações micropolíticas (Lopes, Laurenti, & Abib, 2018). Segundo Lopes, Laurenti e Abib (2018), estratégias micropolíticas são ações direcionadas as próprias pessoas e ao grupo, que questionam os controles sociais – em especial os institucionais – e modificam as relações entre pessoas e também entre pessoas e instituições.

Sobre essa forma de ação política, Skinner (1978) defende que “nosso comportamento será mais sensível às contingências mantidas ‘pelas pessoas’ quando formos diretamente censurados e elogiados⁸⁹” (p. 12). Realizar um trabalho em conjunto com as agências de controle acarretaria em uma mudança com maior magnitude, tendo em vista o poder que as agências têm na transmissão de práticas. Contudo, ainda que o escopo da mudança seja menor, estratégias micropolíticas de controle face a face se mostram adequadas para o objetivo de realizar modificações nas contingências de uma cultura.

O controle face a face não significa um controle individualizado, mas sim um controle coletivo não institucional. Skinner (1953) discorre sobre a importância do controle pelo grupo, afirmando que as mudanças que um grupo pode produzir no ambiente são maiores do que seriam se cada um dos indivíduos se comportasse individualmente. Nas palavras do autor, “é sempre o indivíduo que se comporta, mesmo

⁸⁹ “Our behavior will be most sensitive to the contingencies maintained ‘by the people’ when we are directly censured and commended” (Skinner, 1978, p. 12).

assim é o grupo que tem o efeito mais poderoso. Ao se juntar a um grupo, o indivíduo aumenta seu poder de alcançar o reforço⁹⁰” (p. 312). Além disso, “as consequências reforçadoras geradas pelo grupo excedem facilmente a soma das consequências que poderiam ser alcançadas pelos membros agindo separadamente. O efeito reforçador total é enormemente aumentado⁹¹” (p. 312).

Segundo Skinner (1953),

o grupo age como uma unidade na medida em que seus membros são afetados pelo indivíduo. Ela não precisa ser altamente organizada, mas alguma forma de organização normalmente se desenvolve. As práticas de controle adquirem certa uniformidade das forças coesivas que fazem com que os indivíduos tomem parte na ação do grupo e do seu modo de transmissão de uma geração para a outra⁹². (p. 323-324).

A partir disso, é possível que ações que visem enfraquecer a cultura de dominação masculina sejam exercidas via controle face a face em grupo, pois quando indivíduos se comportam em grupo há uma maior probabilidade de que os efeitos desejados sejam alcançados. Como exemplo dessa forma de controle, Skinner (1978) descreve algumas das maiores aplicações do controle face a face, entre elas, estão aplicações sendo realizadas

por professores que encontram melhores maneiras de trabalhar com estudantes na sala de aula, e que usam materiais instrucionais que habilitam estudantes a progredirem o mais rápido possível e com o mínimo de pressão aversiva . . . por

⁹⁰ Original: “It is always the individual who behaves, it is nevertheless the group which has the more powerful effect. By joining a group the individual increases his power to achieve reinforcement” (Skinner, 1953, p. 312).

⁹¹ Original: “The reinforcing consequences generated by the group easily exceed the sums of the consequences which could be achieved by the members acting separately. The total reinforcing effect is enormously increased” (Skinner, 1953, p. 312).

⁹² Original: The group acts as a unit insofar as its members are affected by the individual in the same way. It need not be highly organized, but some sort of organization usually develops. Controlling practices acquire a certain uniformity from the cohesive forces which lead individuals to take part in group action and from their mode of transmission from one generation to another” (Skinner, 1953, p. 323-324).

pais que descubrem como fazer de suas famílias um ambiente mais acolhedor e útil⁹³. (p. 10)

O trecho descrito pelo autor demonstra que o controle social não precisa ser monopolizado pelas agências, podendo haver outras formas de controle social entre as pessoas. Embora haja hierarquia em todos os contextos de agência, há a possibilidade de se estabelecer outras relações de controle social (Skinner, 1978). Para trabalhar pelo enfraquecimento da cultura de dominação masculina, é necessário organizar contingências sociais nas quais não sejam propagadas as práticas que levam à desigualdade entre gêneros – isso significa trabalhar de maneira descomprometida com o controle institucional e a favor do controle face a face.

A família tem um papel importante nesse trabalho. Adichie (2017) apresenta orientações a respeito de como educar crianças feministas, discutindo a necessidade de diálogos com a própria criança sobre liberdade, sexualidade, aparência e relacionamentos. Segundo a autora, “é moralmente urgente termos conversas honestas sobre outras maneiras de criar nossos filhos, na tentativa de preparar um mundo mais justo para mulheres e homens” (Adichie, 2017, p. 8). Nesse caso, a situação é a de uma família não reproduzindo o controle institucional, mas exercendo um controle face a face – a forma de controle a ser exercida não é assimétrica, e, portanto, a família não está reproduzindo o controle das agências que está a serviço da dominação masculina.

Na citação apresentada alhures, Skinner (1978) também discute a possibilidade de que mudanças sejam realizadas por meio da educação, pois pode exercer controle face a face, não reproduzindo o controle assimétrico característico das agências e assim, contribuir para o enfraquecimento da dominação masculina. É possível, por exemplo,

⁹³ Original: “By teachers who find better ways of working with students in the classroom and who use instructional materials which enable students to progress as rapidly as possible and with minimum of aversive pressure . . . by parents who discover how to make the family a warmer and more helpful institution” (Skinner, 1978, p. 10).

que professores ouçam opiniões diferentes, demonstrem que meninas são capazes de realizar atividades independente do gênero e que não têm limitações ou obrigações simplesmente pelo fato de ser meninas.

Tendo em vista as sugestões de Skinner (1978) sobre as formas que o controle face a face tem sido aplicado, cabe aos analistas do comportamento: (i) identificar quem controle e por quê; e (ii) delinear estratégias para o ensino dessas formas de controle para indivíduos. Trabalhar com pais, professores e demais profissionais, ensinando formas de exercerem o controle de maneira não opressiva, recorrendo o menos possível à forma de controle institucional assimétrica.

Essa concepção de mudança social contrasta com a de Bourdieu (1998/2017), que sugere o trabalho *com* as agências, ao afirmar, por exemplo, que “de todos os fatores de mudança, os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros” (p. 107). O autor ainda defende que “só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação . . . poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as . . . instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina” (p. 139).

Já de uma perspectiva skinneriana, o enfraquecimento de práticas de dominação masculina dar-se-ia inicialmente no nível micropolítico possibilitando que mulheres identifiquem as contingências sob as quais seu comportamento está sob controle, para que consigam discriminar as práticas de violência simbólica e, assim, exercer o contracontrole.

Assim, o contracontrole que pode ser exercido frente à cultura de dominação masculina é coletivo. Como discutiu de Sá (2016), o contracontrole pode ser compreendido como

qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazo) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização. (p. 55-56)

No caso da dominação masculina o contracontrole pode ser exercido pela via micropolítica: não com mulheres individualmente, mas sim por movimentos coletivos que busquem modificar essas relações hierárquicas de controle ações que podem ser realizadas em coordenação com o feminismo – teoria política e movimento social que busca relações mais igualitárias entre gêneros (Miguel, 2014). Os movimentos feministas têm buscado identificar formas de controle opressivo e auxiliar as mulheres a enfrentarem *coletivamente* esses controles, e tem se apresentado como uma estratégia útil para dar visibilidade a esses problemas.

A teoria feminista tem organizado formas de controle social não institucional, por exemplo, a organização de coletivos para discussões. São ações micropolíticas, mas que, a longo prazo, podem ter efeitos macropolíticos. As discussões do movimento feminista já tiveram efeitos que modificaram fatores das agências de controle, por exemplo, no governo, mulheres já conquistaram a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), o espaço de 30% das vagas serem destinadas a mulheres nas eleições; na educação, as discussões feministas estão entrando no meio acadêmico, em pesquisas de diversas áreas, discutindo questões como consentimento (Biroli, 2013) aborto (Biroli, 2014), empoderamento (Couto, 2017) e violência sexual (Freitas & Morais, 2019). Na religião, atualmente tem se discutido um movimento denominado teologia feminista, que faz parte de diversas religiões. O movimento questiona as leis religiosas que pregam a

submissão feminina, buscando uma maior participação de mulheres no clero e uma reinterpretação das inscrições bíblicas consideradas machistas (Gebara, 2007).

Portanto, a identificação de práticas de dominação masculina e o investimento em controle face a face e contracontrole, em coordenação com a teoria feminista, pode ter efeitos futuros que sejam condizentes com o projeto político da Análise do Comportamento, auxiliando na resolução de problemas sociais e na redução de controles opressivos exercidos pelas agências.

Análise do Comportamento e dominação masculina

A dominação masculina pode ser compreendida como uma cultura, pois ultrapassa o tempo de vida dos indivíduos e suas práticas podem ser analisadas a partir de uma inter-relação entre contingências no nível cultural e os comportamentos que compõem as práticas culturais, incluindo os diversos aspectos políticos relacionados a poder e privilégio existentes nessa cultura.

Uma cultura de dominação masculina possui uma assimetria no sistema de reforçadores, o que acontece por meio de violências contra a mulher, inclusive pelas contingências de violência simbólica – um conjunto de práticas culturais inconspícuas que não ocorre necessariamente de forma aversiva, mas que, em longo prazo, tem consequências aversivas para a vida das mulheres.

Sendo a cultura compreendida na estrutura da tríplice contingência, as práticas se mantêm na cultura devido às suas consequências, ou seja, se têm consequências que fortaleçam a cultura e permitem que ela sobreviva. No caso, grandes responsáveis pela manutenção das práticas de violência simbólica são as agências de controle (e.g., educacional, econômica, governamental e religiosa), que exercem poder sobre as contingências de uma cultura porque têm controle sobre reforçadores poderosos. Não

por acaso, essas agências são majoritariamente constituídas por homens, que não só controlam reforçadores (poder), mas também conferem reforçadores com mais fácil acesso a outros homens da cultura (privilégio). As agências fazem isso por meio de indução, ou seja, um procedimento de reforçamento diferencial de certos comportamentos que fazem parte das contingências de violência simbólica contra a mulher.

As práticas de violência simbólica discutidas são caracterizadas especialmente pela divisão de espaços físicos e sociais entre gêneros, divisão de atividades entre gêneros, inferiorização da feminilidade, conformidade aos padrões de beleza, culpabilização da vítima de violências sexuais, impotência aprendida, intuição feminina e também práticas relacionadas à postura corporal e sexualidade. Essas práticas são compostas por diversos comportamentos operantes e respondentes, e afetam até mesmo as disposições emocionais dos membros da cultura, podendo acarretar em emoções negativas, devido às formas de punição, mas também em emoções positivas, porque exercem o controle por meio de reforçamento positivo o que acarreta em uma falsa sensação de liberdade.

A violência simbólica ocasiona diversos outros prejuízos à vida das mulheres e até mesmo à dos homens, e não é condizente com valores clássicos considerados essenciais tanto por Skinner (1948, 1971, 1978) quanto pela própria Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 2009). Pode-se dizer, então, que se trata de uma cultura que não deveria sobreviver. Por isso, a manipulação deliberada de práticas em uma cultura, o que Skinner (1971) denominou de planejamento cultural, não deveria ter como valor primordial a sobrevivência da cultura como indicado pelo autor, e sim o enfraquecimento e perecimento dessa cultura de dominação masculina.

Conclusão

Uma cultura pode ser analisada na estrutura da tríplice contingência. O contexto antecedente seria constituído em parte pelo ambiente físico, e em parte pelas variáveis do ambiente social, e esse contexto serve como ambiente antecedente para as práticas culturais, que são os comportamentos habituais de um povo. As agências, subagências e o próprio grupo estabelecem uma classificação ética, que reforça diferencialmente comportamentos de homens e mulheres, modelando os repertórios comportamentais de acordo com o gênero (Skinner, 1953).

Sendo constituída por um contexto antecedente, práticas culturais e consequências, a cultura não é estática, e passa por um processo de modificações que Skinner (1971) denomina de evolução cultural. Para isso, o autor utiliza-se de uma analogia com a seleção natural de Darwin, principalmente no que se refere à noção de variação e seleção. Skinner argumenta que práticas culturais variam ao acaso, excluindo explicações teleológicas ou que foquem apenas nos antecedentes ou na topografia de comportamentos que integram as práticas culturais. Essas práticas serão selecionadas caso possam contribuir para que essa cultura se fortaleça, e, com a seleção das práticas, elas serão reproduzidas e transmitidas a outros membros da cultura, outras gerações e outras culturas. As consequências das práticas culturais também têm um papel importante na evolução cultural: as práticas são selecionadas e transmitidas na cultura a depender das suas consequências, isto é, são selecionadas as práticas que contribuam para que aquela cultura se fortaleça e sobreviva.

A transmissão e seleção das práticas são influenciadas pelas agências de controle, que induzem os indivíduos a selecionar e transmitir práticas que permitam que a cultura em vigor sobreviva, o que promove o benefício dessas agências. Entretanto, a evolução cultural demonstra que uma cultura também pode ser enfraquecida e perecer,

caso a transmissão das práticas seja interrompida ou caso os indivíduos apresentem contracontrole frente às práticas controladoras, o que pode gerar mudanças no ambiente social.

Skinner (1971) atenta ainda para a possibilidade da atuação do analista do comportamento na manipulação deliberada de práticas culturais, o que o autor denomina de planejamento cultural. Segundo o autor, as agências de controle realizam a manipulação de práticas por meio de regras, leis e mandamentos, e, assim, muitas vezes sobrevivem culturas que são prejudiciais para membros do grupo, com altos índices de desigualdade e injustiça social, o que é o caso da cultura de dominação masculina.

A dominação masculina é discutida sistematicamente por Bourdieu (1998/2017), que afirma se tratar de um sistema que faz parte de diversas sociedades. O principal assunto discutido pelo autor é a violência simbólica: um tipo de violência contra a mulher que difere das outras formas de violência pela sua sutileza e invisibilidade. Segundo o autor, haveria uma construção simbólica inconsciente, da qual participam ativamente as instituições e os próprios homens. O produto disso seria um conjunto de regras que governa as relações entre o feminino e masculino, moldando a forma com que os indivíduos agem.

A sociedade é organizada de acordo com o sistema de dominação masculina, e a violência simbólica permeia as relações entre os indivíduos e afeta as relações na vida escolar, acadêmica, laboral, doméstica e até mesmo amorosa e sexual. Isso acarreta em vários prejuízos na vida das mulheres, que são ensinadas a permanecer em posição submissa atendendo aos desejos dominantes dos homens, mas também traz prejuízos aos próprios homens que precisam demonstrar virilidade em todas as situações que vivenciam.

Uma interpretação da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura torna possível analisar a cultura de dominação masculina na estrutura da tríplice contingência, da qual fazem parte diversas práticas que ocorrem em um dado contexto, e que são mantidas em função das consequências que contribuem para a sobrevivência dessa cultura. Isso permite compreender o que faz com que ela permaneça existindo, qual o papel das agências de controle e como poderia ser realizado um planejamento cultural que vise o enfraquecimento e perecimento dessa cultura.

Em um contexto onde há uma cultura de dominação masculina, existem práticas de violência simbólica, como a divisão de espaços físicos e sociais entre gêneros, divisão de atividades entre gêneros, inferiorização da feminilidade, conformidade aos padrões de beleza, culpabilização da vítima de violências sexuais, impotência aprendida, intuição feminina e também práticas relacionadas à postura corporal e sexualidade. Essas práticas são constituídas por diversos comportamentos operantes e respondentes.

As práticas de violência simbólica são sutis e inconspícuas – diferentes padrões comportamentais são ensinados a homens e a mulheres, contudo, independente da topografia do comportamento, as práticas de violência simbólica têm a função de manter mulheres emitindo comportamentos de submissão e os homens de dominação, fazendo com que a cultura de dominação masculina continue existindo. Essas práticas são mantidas devido às suas consequências, especialmente pelas agências de controle: as agências são constituídas majoritariamente por homens, que detêm poder e conferem privilégios ao restante da população masculina, facilitando o acesso de homens a reforçadores e dificultando o acesso das mulheres.

Analisar a obra de Bourdieu (1998/2017) possibilita atentar para aspectos que usualmente não são alcançados apenas no escopo da Análise do Comportamento, como

a importância das práticas de poder e privilégio inconspícuas que são basilares para a manutenção da cultura de dominação masculina. Por outro lado, realizar uma interpretação analítico-comportamental da cultura de dominação masculina faz com que alguns pontos da noção skinneriana de cultura sejam destacados, inclusive a participação das agências e os limites das mudanças culturais devido a essas instituições. Nesse cenário, a contribuição da Análise do Comportamento se insere não apenas na interpretação desses conceitos, mas na sugestão de formas para o enfraquecimento das práticas de dominação masculina no contexto atual.

A obra de Skinner (1953, 1971, 1978) pode contribuir para a atuação na resolução de problemas sociais. Apesar da prescrição skinneriana de trabalhar primordialmente pela sobrevivência das culturas, dialogar com outras áreas e pesquisas atuais ressalta a necessidade de, em alguns casos, abrir mão do valor de sobrevivência como valor primordial do planejamento cultural, voltando-se para um trabalho que vise o perecimento de culturas que apresentam índices de injustiça social e que acarretem em consequências aversivas para seus membros.

A inclusão de aspectos políticos, poder e privilégio no estudo da cultura demonstra a importância de investir no controle face a face, e na identificação de práticas e comportamentos de dominação masculina para a realização do contracontrole. É necessário preencher essas lacunas com pesquisas teóricas, criando subsídios para que sejam realizadas pesquisas e intervenções em larga escala que sejam capazes de modificar as contingências de dominação masculina em vigor, possibilitando que mulheres tenham mais *liberdade* – seja identificando controles opressivos realizados por meios explicitamente aversivos, ou controles das contingências de violência simbólica, exercidos de maneira inconspícua por meio reforçamento positivo.

Referências

- Adichie, C. N. (2017). *Para educar crianças feministas: Um manifesto*. São Paulo: Companhia das Letras.
- American Association of University Women. (1991). *Shortchanging girls, shortchanging America: Executive Summary*. Recuperado de <https://www.aauw.org/files/2013/02/shortchanging-girls-shortchanging-america-executive-summary.pdf>
- Andery, M. A. P. A. (2011). Comportamento e cultura na perspectiva da análise do comportamento. *Revista Perspectivas*, 2(2), 203-217.
- Andrade, V. R. P. (2005). A soberania patriarcal: O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, 51, 71-102. doi: 10.5007/%25x
- Auad, D. (2006). *Educar meninas e meninos: Relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto. Doi: 10.1590/S0104-40602010000100019
- Balestero, G. S., & Gomes, R. N. (2015). Violência de gênero: Uma análise crítica da dominação masculina. *Revista CEJ*, 66, 44-49.
- Batista, M. (2018). Valores secundários em Skinner e justiça social: Compromissos éticos para a educação. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Londrina), Londrina. Recuperado de <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2018/12/Valores-secund%C3%A1rios-em-Skinner-e-justi%C3%A7a-social-compromissos-%C3%A9ticos-para-a-educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Biroli, F. (2013). Democracia e tolerância à subordinação: Livre escolha e consentimento na teoria política feminista. *Revista de Sociologia e Política*, 21(48), 127-142.
- Biroli, F. (2014). O debate sobre aborto. In: L. F. Miguel, & F. Biroli (Orgs.). *Feminismo e política: Uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Bogo, A. C., & Laurenti, C. (2012). Análise do Comportamento e sociedade: Implicações para uma ciência dos valores. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32(4), 956-971. doi: 10.1590/S1414-98932012000400014
- Borchardt, J. (2018). *Karl Marx: O capital (Resumo dos três volumes)*. LTC: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (2017). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. (Original publicado em 1998).
- Brasil. (1991). *Lei 8.213, de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

- República: Casa Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm
- Brasil (2006). *Lei n. 11340, de 7 de agosto de 2006*. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil. (2016). Mais Mulheres na Política. Brasília: Senado Federal. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>
- Burkhart, T. (2017). Gênero, dominação masculina e feminismo: Por uma teoria feminista do direito. *Direito em debate*, 47, 205-224. doi: 10.21527/2176-6622.2017.47.205-224
- Carrara, K. (2016). Consequências nas práticas culturais: Efeitos sobre indivíduos ou grupos? *Interação em Psicologia*, 20(3), 246-256. doi: 10.5380/psi.v20i3.47378
- Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: Behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em psicologia*, 6(1), 13-18. doi: 10.5380/psi.v6i1.3188
- Cavalcante, S. N. (1997). Abordagem biocomportamental: síntese da análise do comportamento? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 263-273. doi: 10.1590/S0102-79721997000200006
- Couto, A. G. (2017). *Uma análise behaviorista radical da discussão feminista sobre o empoderamento da mulher* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba). Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/52567/R%20-%20D%20-%20ALINE%20GUIMARAES%20COUTO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158. doi: 10.18761/PAC.2016.047
- Dal'Igna, M. C. (2007). Desempenho escolar de meninos e meninas: Há diferença? *Educação em Revista*, 46, 241-267. doi: 10.1590/S0102-46982007000200010
- Darwin, C. (2009). *A origem das espécies* (6ª ed.). Planeta Vivo: Leça da Palmeira, Portugal. (Original publicado em 1859).
- Data Popular & Instituto Avon (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Recuperado de http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf
- de Rose, J. C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma análise comportamental da cultura. *Acta Comportamentalia*, 24(2), 201-220.

- Dove (2017). *Girls and beauty confidence: The global report*. Recuperado de https://www.unilever.com/Images/dove-girls-beauty-confidence-report-infographic_tcm244-511240_en.pdf
- Elsevier (2015). *Mapping gender in the German Research Arena*. Recuperado de https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0004/126715/ELS_Germany_Gender_Research-SinglePages.pdf
- Engels, F. (1984). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Farrell, L., Cochrane, A., & McHugh, L. (2015). Exploring attitudes towards gender and science: The advantages of an IRAP approach versus the IAT. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 4(2), 121–128. doi: 10.1016/j.jcbs.2015.04.002
- Fernandes, D. M. (2015). A sobrevivência das culturas como prescrição ética para o planejamento cultural: um estudo conceitual (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”), Bauru. Recuperado de http://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/ArquivosPDF/DIS_MEST/DIS_MEST20150224_FERNANDES%20DIEGO%20MANSANO.pdf
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zílio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta comportamentalia*, 25(2), 265-280.
- Freitas, J. C. C., & Moraes, A. O. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109-126.
- Gebara, I. (2007). *O que é teologia feminista*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Glenn, S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(1-2), 2-8.
- Glenn, S. (1991). Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural and biological evolution. In: P. A. Lamal (Ed.). *Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices*. Washington, DC: Hemisphere Press.
- Glenn, S. (2004). Individual behavior, culture and social change. *The Behavior Analyst*, 27(2), 133-151. <http://dx.doi.org/10.1007/bf03393175>
- Guerin, B., & Ortolan, M. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contextos: violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26. doi: 10.5210/bsi.v.26i0.6804
- Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H., & Senotier, D. (Orgs.) (2009). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2012). *Pesquisa Mensal de Emprego MPE. Mulher no mercado de trabalho. Perguntas e Respostas*. Retirado de

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2018). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_1tri.pdf
- Instituto Datafolha (2018). *Assédio sexual entre as mulheres*. Recuperado de <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016). *Mortalidade de mulheres por agressões no Brasil: Perfil e estimativas corrigidas (2011-2013)*. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6260/1/td_2179.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018). *Atlas da violência 2018*. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf
- Jablonka, E., & Lamb, M. (2005). *Evolution in four dimensions: Genetic, epigenetic, behavioral and symbolic variation in the history of life*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Jane, E. A. (2016). ‘Dude... Stop the spread’: Antagonism, agonism, and #manspreading on social media. *Sage Journals*, 20(5), 459-475. doi: 10.1177/2F1367877916637151
- Jones, L. (1998). Social darwinism revisited. *History Today*, 48(8), 6-8. [https://doi.org/10.1016/0191-6599\(94\)90061-2](https://doi.org/10.1016/0191-6599(94)90061-2)
- Jong, L., Sadala, M., & Tanaka, A. (2008). Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da Escola de Enfermagem Da USP*, 42(4), 744-751. doi: 10.1590/S0080-62342008000400018
- Laurenti, C. (2012). O lugar da Análise do Comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000300012>.
- Laurenti, C. (2014) Crítica à neutralidade científica e suas consequências para a prática científica em psicologia. In V. B. Haydu, S. A. Fornazari, & C. Estanislau. (Org.). *Psicologia e análise do comportamento: Conceituações e aplicações à educação, organizações, saúde e clínica*. Londrina: UEL, 2014.

- Laurenti, C., Jesus, L. S., Nogueira, L. N., Sales, S. C., Risolia, I. W., & Strapasson, B. A. (2019). Participação das mulheres em atividades acadêmico-científicas de Análise do Comportamento no Brasil. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 251-268.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In: C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo. (Orgs.). *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-70). São Paulo: Hogrefe.
- Leão, M. F. F. C., & Carvalho Neto, M. B. (2016). Afinal, o que é seleção por consequências? *Interação em Psicologia*, 20(3), 286-294. doi: 10.5380/psi.v20i3.47438
- Leite, M. P. (2017). Gênero e trabalho no Brasil: Os desafios da desigualdade. *Revista Ciências do Trabalho*, 8, 45-60.
- Lima, C. A., & Deslandes, S. F. (2014). Violência sexual contra mulheres no Brasil: conquistas e desafios do setor saúde na década de 2000. *Saúde e Sociedade*, 23(3), 787-800. doi: 10.1590/S0104-12902014000300005
- Lopes, C. E. (2016). Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In: C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo. (Orgs.). *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 15-40). São Paulo: Hogrefe.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2ª ed.). Curitiba: Editora CRV.
- Malagodi, E. F. (1986). On radicalizing behaviorism: A call for a cultural analysis. *The Behavior Analyst*, 9(1), 1-17.
- Martins, L. A-C. P. (2015). A herança de caracteres adquiridos nas teorias "evolutivas" do século XIX, duas possibilidades: Lamarck e Darwin. *Filosofia e História da Biologia*, 10(1), 67-84.
- Melo, C. M., & de Rose, J. C. C. (2012). Sobrevivência das culturas em Skinner: Um diálogo com o materialismo cultural de Harris. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 28(1), 119-128. doi: 10.1590/S0102-37722012000100015.
- Meneses, P. (2000). Etnocentrismo e relativismo cultural: Algumas reflexões. *Síntese*, 27(88), 245-254.
- Miguel, L. F. (2014). O feminismo e a política. In: L. F. Miguel, & F. Biroli (Orgs.). *Feminismo e política: Uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. C. S. (2005). Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 18-34.

- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose J. C. (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The Psychological Record*, 66(3), 451-462. doi: 10.1007/s40732-016-0185-0
- Muehlenhard, C. L., & Shippee, S. K. (2009). Men's and women's reports of pretending orgasm. *The Journal of Sex Research*, 47(6), 552-567. doi: 10.1080/00224490903171794
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2007). A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Psico*, 38(3), 216-223.
- Nascimento, J. X. (2016). Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: Considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 21(1), 317-337. doi: .5433/2176-6665.2016v21n1p317.
- Odlin-Smee, J. (2010). Niche inheritance. In M. Pigliucci & G. B. Müller (Eds.), *Evolution: The extended synthesis* (pp. 175-207). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Oliveira, P. A. (2016). Retrato das desigualdades de gênero nas relações de trabalho. *Unesco & Ciência – ACET Joaçaba*, 7(1), 129-138.
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2009). *Declaração Universal de Direitos Humanos*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- Organização das Nações Unidas [ONU Mujeres] (2017). *Mujeres em la politica: 2017*. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/publicacoes/mapa-mulheres-na-politica-2017>
- Organização Mundial da Saúde [WHO]. (2002). *Relatório mundial da saúde. Saúde mental: Nova concepção, nova esperança*. Recuperado de https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf
- Ortolan, M. O. (2018). Desvendando as contingências invisíveis: identificação e soluções para o machismo no cotidiano. In V *Congresso de Psicologia e Análise do Comportamento e VI Jornada de Análise do Comportamento – UEL: A Psicologia a serviço da sociedade*, Londrina.
- Pasinato, W. (2015). Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, 11(2), 407-428. doi: 10.1590/1808-2432201518
- Pessotti, I. (2016). Análise do comportamento e política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(numero especial), 95-103. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.848
- Piaget, J. (2003). *O estruturalismo*. Rio de Janeiro: DIFEL.

- Pigliussi, M. (2009). An extended synthesis for evolutionary biology. *Annals of the New York Academy of Science*, 1168, 218-228. doi: 10.1111/j.1749-6632.2009.04578.x
- Pinheiro, R., & Mizael, T. (Orgs.) (2019). *Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento*. Fortaleza, CE: Imagine Publicações.
- Plan International Brasil (2013). *Por ser menina no Brasil: Crescendo entre direitos e violências*. Recuperado de http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf
- Prilleltensky, I. (1994). On the social legacy of B. F. Skinner: Rethoric of change, philosophy and adjustment. *Theory and Psychology*, 4(1), 125-137. doi: 10.1177/0959354394041006
- Rezende, D. L. (2017). Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. *Estudos Feministas*, 25(3), 1199-1219. doi: 10.1590/1806-9584.2017v25n3p1199
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 197-192. doi: 10.1007/bf03391962
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16. doi: 10.1037/h0100005
- Sá, C. P. (2016). J. G Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(número especial), 52-60. doi: 10.31505/rbtcc.v18i0.844
- Santos, A. R., & Silva, J. F. (2018). Diálogo entre os estudos pós-coloniais e o feminismo latino-americano na compreensão do patriarcado na constituição da América Latina. *Realis*, 8(1), 120-147.
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Revista Perspectivas*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Silveira, J. M., & Almeida, L. (2010). O inconsciente na interpretação clínica analítico-comportamental. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 16(1), 64-72.
- Skinner, B. F. (1935) Two types of conditioned reflex and a pseudo type. *The Journal of General Psychology*, 12(1), 66-77. doi: 10.1080/00221309.1935.9920088
- Skinner, B. F. (1937). Two types of conditioned reflex: A replay to Knorski and Miller. *Journal of General Psychology*, 16, 272-279. doi: 10.1080/00221309.1937.9917951
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: An experimental analysis*. New York: Appleton Century Crofts, Inc.

- Skinner, B. F. (1948). *Walden Two*. New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, Inc.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504.
- Skinner, B. F. (1984) The evolution of behavior. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 41(2), 217-221. doi: 10.1901/jeab.1984.41-217
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus: Merrill.
- Skinner, B. F. (1990) Can the psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210. doi: 10.1037/0003-066X.45.11.1206
- Smigay, K. E. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas da violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8(11), 32-46.
- Soares, B. M. (2005). *Enfrentando a violência contra a mulher: Orientações práticas para profissionais e voluntários*. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/enfrentando-a-violencia-contra-a-mulher-orientacoes-praticas-para-profissionais-e-voluntarios>
- Sousa, T. T. L. (2016). Femicídio: Uma leitura a partir da perspectiva feminista. *Ex aequo*, 34, 13-29. doi: 10.22355/exaequo.2016.34.02.
- Souza, L. A. G. (2004). As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, 18(52), 77-95. doi: 10.1590/S0103-40142004000300007
- Talenses & Insper (2018). *Panorama mulher: A presença de mulheres em cargos de liderança nas organizações do Brasil*. Recuperado de <http://online.fliphtml5.com/aqcuu/zouc/#p=1>
- Terry, C., Bolling, M. Y., Ruiz, M. R., & Brown, K. (2010). FAP and feminist therapies: Confronting power and privilege in therapy. In J. W. Kanter, M. Tsai

& R. J. Kohlenberg (Eds.), *The practice of functional analytic psychotherapy* (pp. 97-122). New York: Springer.

- Todorov, J. C. (2012). Contingências de seleção cultural. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 8(2), 95-105. doi: 10.18542/rebac.v8i2.1315
- Vade Mecum RT. (2016). *Vade Mecum*. 13 Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Viana, A. J. B., & Sousa, E. S. S. (2014). O poder (in)visível da violência sexual: Abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu. *Revista de Ciências Sociais*, 45(2), 155-183.
- Vianna, C., & Finco, D. (2009). Meninas e meninos na educação infantil: Uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, 33, 265-283. doi: 10.1590/S0104-83332009000200010
- Wahl, F. (1970). *Estruturalismo e filosofia*. São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1968).
- Wolpert, R. S. (2005). A multicultural feminist analysis of Walden Two. *The Behavior Analyst Today*, 6(3), 186-190. doi: 10.1037/h0100063
- World Economic Forum (2018). *The global gender gap report 2018*. Recuperado de http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf
- Zilio, D. (2016). Selecionismo, metáforas e práticas culturais: Haveria um terceiro tipo de seleção no nível cultural? *Interação em Psicologia*, 20(3), 268-278. doi: 10.5380/psi.v20i3.47398

Apêndice A

Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto

Skinner, B. F. (1953). Culture and control. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Primeira etapa: Levantamento dos principais conceitos do texto

1) Maneiras e costumes: São repertórios de comportamentos que o indivíduo adquire do grupo, a partir das contingências do ambiente social e não social. As maneiras e costumes resultam dessas contingências, e se estabelecem de acordo com as práticas culturais do grupo. Alguns exemplos de maneiras e costumes são: o que as pessoas comem e bebem, as formas de comportamento sexual nas quais se engajam, como constroem uma casa, fazem um desenho, remam um barco, assuntos dos quais falam ou se calam, as músicas que fazem, em que formas de relacionamento se envolvem ou evitam. As maneiras e costumes de um grupo têm sido extensivamente descritas por antropólogos e sociólogos, mas uma análise comportamental está interessada em que tipos de processos elas exemplificam [p. 415, §1].

2) Práticas culturais x maneiras e costumes: Práticas culturais são os comportamentos habituais de um grupo, e, de acordo com essas práticas, algumas respostas dos indivíduos são punidas e outras reforçadas, e isso modela um comportamento conformado com o grupo, que são as maneiras e costumes. O sujeito também tem algumas propriedades da resposta modeladas, o que acarreta no estilo característico do comportamento daquele grupo.

3) Cultura: Ao definir a cultura, Skinner afirma que “no sentido mais amplo possível, a cultura na qual um indivíduo nasce é composta por todas as variáveis que o afetam e que são arranjadas por outras pessoas” [p. 419, §10], e “uma cultura, em seu sentido mais amplo, é enormemente complexa e extraordinariamente poderosa” [p. 419, §10]. Em uma cultura há diversas formas de controle sendo exercidas, por isso não é possível pensar em uma cultura unitária para o mundo todo; existem diferenças conforme os grupos. Costumes e maneiras de diferentes pessoas podem ser conflitantes, diferentes agências de controle podem operar de formas conflitivas [p. 419, §11]. Um dos fatores que pode modificar culturas é a mudanças em ambientes sociais (que fazem parte da cultura). Nas palavras do autor, “um dado ambiente social pode mudar extensivamente durante o tempo de vida de um único indivíduo, o qual é então sujeitado a culturas conflitantes” [p. 420, §12].

4) Ambiente social: O ambiente social é formado por contingências que explicam o comportamento conformado do indivíduo [p. 416, §3]. Segundo Skinner, o ambiente social é “em parte resultado das práticas do grupo que geram comportamento ético e da extensão dessas práticas às maneiras e costumes. Isso é em parte realização das agências de controle e das várias subagências com as quais o indivíduo pode estar em contato próximo” [p. 419, §10]. Ou seja: as agências de controle e as subagências realizam um controle do comportamento em grupo, estabelecendo um padrão considerado correto e, as práticas culturais de uma cultura são selecionadas a partir disso. De acordo com as práticas, “o comportamento entra em conformidade com os padrões de uma dada comunidade quando certas respostas são reforçadas e outras deixam de ser reforçadas ou são punidas”. Dessa forma, fazem parte do ambiente social os padrões estabelecidos pelo grupo, isto é, comportamentos que são condicionados a partir de reforços e punições. [p. 415, §2].

5) Ambiente não social: As consequências do ambiente social que modelam o comportamento dos indivíduos em grupo, normalmente estão entrelaçadas com as

consequências do ambiente não social. A forma como um indivíduo apresenta um comportamento depende tanto das contingências do ambiente social (a forma como as outras pessoas do grupo se comportam) quanto do ambiente físico ou ambiente não social, como as condições geográficas e climáticas [p. 415-416, §2].

6) Estilo característico do grupo: “As contingências educacionais estabelecidas pelo grupo são ainda outra fonte de diferença. O indivíduo é reforçado com aprovação quando adota certas formas de pegar o remo, posturas, tipos de remadas, etc., e é punido com críticas quando adota outras formas de realizar esses comportamentos. Essas variáveis são especialmente importantes na determinação do ‘estilo’ que eventualmente se torna característico de um grupo” [p. 416, §2].

7) Contingências que constituem o grupo: “As contingências a serem observadas no ambiente social facilmente explicam o comportamento do indivíduo em conformidade com os padrões do grupo, o problema é explicar as contingências. Algumas delas são arrançadas por razões que não tem conexão com o efeito de costumes e maneiras sobre o grupo. A comunidade funciona como um ambiente de reforçamento no qual certos tipos de comportamento são reforçados e outros punidos, mas isso é mantido assim através do retorno de outros benefícios” [p. 416, §3].

8) Comportamento verbal: Em uma dada comunidade, certas respostas vocais são reforçadas com comida, água e outros reforçadores. Tanto as respostas vocais, quanto as respostas não verbais passam a fazer parte do repertório de uma criança se elas trazem reforço, isto é, a topografia do comportamento não é tão importante. Para compreendermos por que essas respostas tem reforço, é necessário fazer uma análise do ambiente verbal. Um repertório verbal se mantém por meio do seu efeito sobre todos os participantes do grupo, ou, do grupo como um todo. Alguns costumes e maneiras não verbais podem ser explicados da mesma maneira [p. 416, §3].

9) Manutenção das maneiras e costumes: Para entender por que alguns costumes e maneiras são reforçados ou punidos no grupo, é necessário fazer uma análise do ambiente. Às vezes o benefício de emitir esses comportamentos não é direcionado ao indivíduo, mas sim ao grupo como um todo, e por isso são mantidos. Se esse costume é perpetuado por agências de controle, pode ser que os benefícios sejam principalmente voltados a essas agências. “Algumas maneiras e costumes fazem parte do grupo, mas suas consequências não tem efeito direto sobre o grupo, porém, quando são perpetuadas por um governo, religião ou agência educacional, podemos olhar mais facilmente para os benefícios que trazem a essas agências” [p. 416, §3].

10) Contingências educacionais: As contingências/técnicas educacionais servem como ferramenta para estabelecer o comportamento conformado com os padrões do grupo. O grupo estabelece contingências educacionais, que modelam o comportamento dos indivíduos, os quais são reforçados ao apresentar certas propriedades do comportamento e punido ao apresentar outras (ou não reforçado), e isso eventualmente se torna um estilo característico do grupo [p. 416, §2]. Geralmente uma comunidade se utiliza de técnicas educacionais para estabelecer padrões de comportamento. Além dos reforçadores presentes no reforçamento verbal, a comunidade estende a classificação de “certo” e “errado” pra certas formas de comportamentos, a consequência esses comportamentos com reforçamento generalizado ou punição [p. 417, §4].

11) Classificação ética: Os padrões de certo e errado são modelados conforme o que o grupo considera como um comportamento ético [p. 418, §7]. Essas classificações são feitas pelo próprio grupo e por agências de controle, e servem como base para estabelecer o controle sobre os comportamentos dos indivíduos. Um comportamento normalmente é considerado errado quando, em uma condição anterior do grupo, ele foi de alguma forma aversiva. Por exemplo, uma comida que seja muito ruim ou venenosa,

é ensinada como algo errado para crianças. Porém, mesmo quando uma mudança no clima ou nas condições de vida (descobrir que se lavar a fruta pode comer) torna o comportamento não mais aversivo, às vezes, a classificação anterior se mantém. Às vezes porque não tem nenhuma vantagem para o grupo em explicar por que aquele comportamento era considerado ruim, ainda mais se o grupo inventou uma explicação para aquilo [p. 417, §5].

12) Teoria da classe ociosa: A teoria de Thorstein Veblen demonstrava que existem costumes ou maneiras que não parecem ter consequências comensuráveis, e que são explicados em termos duvidosos como por princípios de beleza ou gosto, mas mesmo assim tem efeitos importantes nos outros membros do grupo. Segundo ele, não precisamos usar roupas arrumadas ou falar alguma língua porque elas são bonitas ou porque agregam mais cultura, e sim porque se o fizermos, somos aceitos em um grupo no qual esses comportamentos fazem parte e nos sentimos prestigiados por controlar aqueles que não conseguem fazê-los [p. 417-418, §6].

13) Consequências vigentes indiretas: De acordo com a teoria de Veblen, alguns comportamentos não são diretamente reforçados ou punidos, mas, se o indivíduo do grupo o emite ele se sente parte do grupo (porque o comportamento é um marco da associação a essa cultura) e porque ele ganha prestígio ao controlar aqueles que não conseguem se comportar da mesma forma. [p. 417-418, §6].

14) Indução: A indução é um processo que pode explicar o reforçamento diferencial para modelar comportamentos em conformidade com os padrões do grupo. “As forças que modelam o comportamento ético aos padrões do grupo são poderosas”. O grupo suprime alguns comportamentos como mentir, roubar ou agredir, em favor das consequências imediatas que tem para os membros. Assim, o comportamento se tornará função de certas características definidas como boas ou ruins para o grupo [p. 418, §7].

15) Conformidade ao comportamento geral do grupo: Mesmo com o processo de indução, alguns indivíduos não entram em conformidade com o comportamento geral do grupo. “Comportamento não conformado nem sempre é aversivo, mas comportamento aversivo é sempre não conformado”. O comportamento conformado é visto como certo, e o não conformado como errado. Nem sempre o comportamento não conformado é aversivo ao grupo, mas mesmo assim ele é tratado como se fosse [p. 418, §7]. A classificação de costumes e maneiras em “certo” ou “errado” faz com que indivíduos que pertencem ao grupo se conforme com os padrões de conduta e apoie esse padrão, por meio da aplicação de classificação similar ao comportamento de outros [p. 418, §8]. O comportamento conformado do indivíduo inclusive contribui para que esse padrão determinado continue se perpetuando, porque serve como base com a qual o comportamento dos outros será comparado. “Uma vez que um costume, uma maneira ou estilo surge, o sistema social que o observa parece ser razoavelmente automantenedor” [p. 418-419, §8].

16) Agências de controle: as agências de controle (religião, governo, psicoterapia, agência econômica e educacional) controlam o comportamento do indivíduo por meio de técnicas. Elas constituem parte do ambiente social [p. 419, §10].

17) Subagências de controle: A família de um indivíduo pode controlar seu comportamento através de uma extensão das técnicas da agência religiosa ou governamental, através da psicoterapia, de controle econômico ou como uma instituição educacional. Os grupos especiais aos quais ele pertence (grupo de amigos ou organizações sociais) têm efeitos similares. [p. 419, §10].

18) Controle do comportamento sexual feminino: nos Estados Unidos, mulheres tinham seu comportamento sexual controlado por meio de diversas técnicas do grupo ético, das agências governamental, religiosa e educacional. Qualquer comportamento

relacionado com sexualidade era punido, não apenas com estimulação aversiva, mas com punições condicionadas como desaprovação, vergonha e ostracismo. Isso causou uma visão de pureza como um ato de autocontrole, e, posteriormente, qualquer comportamento sexual mesmo que incipiente, causava na mulher uma autoestimulação aversiva, e eliciava respostas emocionais com as quais comportamento sexual era incompatível [p. 420, §12]. “Essas medidas severas eram justificadas com o argumento de que comportamentos sexuais eram errados, porém poderosos, e que o comportamento sexual agressivo de homens deveria ser encarado com defesas excepcionais por arte das mulheres”. O problema é que, esse controle era apenas para o sexo pré-marital, mas por ser tão severo, acabou trazendo consequências mesmo pra quando o sexo era visto como certo, e isso levou a uma mudança de práticas, tanto por parte do grupo quanto das agências. [p. 420, §13]

19) Natureza humana: é comum dizerem que a natureza humana é a mesma no mundo todo. Isso quer dizer na verdade que os processos comportamentais são os mesmos em todos os seres humanos: que o comportamento de todos varia do mesmo jeito com mudanças na privação de reforçamento, que a extinção acontece da mesma forma, que a discriminação acontece do mesmo jeito, As variáveis que determinam o comportamento são as mesmas no mundo todo, por mais que afetem cada um de formas diferentes [p. 421, §15].

20) Influência do ambiente social na determinação do comportamento: além de que “dotações genéticas diferem amplamente, ambientes tendem a mostrar mais diferenças do que similaridades, das quais um grande número pode ser atribuído às variáveis culturais. O resultado é, com certeza, um alto grau de individualidade” [p. 421-422, §15]. O efeito de um ambiente social sobre o comportamento do indivíduo pode ser inferido a partir de uma análise desse ambiente. É necessário analisar até que ponto seu comportamento pode ser atribuído às variáveis culturais [p. 422, §16].

21) Nível de trabalho: o nível de interesse ou entusiasmo de um indivíduo vai depender de, além de variáveis do ambiente físico (como clima agradável, acesso a alimentos), variáveis do ambiente social como reforço positivo abundante vindo da família, do grupo, de subgrupos com os quais convive e das agências de controle [p. 422, §17].

22) Motivação: Privação e saciação são variáveis controladas tanto pelo ambiente social quanto pelo ambiente não social. Por exemplo, comportamento de alimentação: o ambiente não social controla esse comportamento com a disposição de alimentos, mas as variáveis culturais que ditam o que ele deve comer, quando comer, etc., também controlam o comportamento. O comportamento sexual depende não só da disponibilidade de parceiros, mas também das regras ditadas pelas variáveis culturais a respeito do controle ético do comportamento sexual, restrições religiosas e governamentais, educação sexual, etc. [p. 422, §18].

23) Disposições emocionais: “O ambiente social é o principal responsável pelo fato de que um sujeito pode ter crescido em uma atmosfera de amor, ódio, raiva ou ressentimento, e que vários padrões emocionais podem caracterizar seu comportamento” [p. 422, §19].

24) Repertório: o ambiente social modela repertórios de comportamentos a partir do reforçamento. Mas o repertório gerado pela cultura é muito mais extenso. Resolução verbal de problemas e habilidades sociais envolvidas no controle pessoal são o foco de agências de controle, em especial a educacional. A capacidade do indivíduo em lidar com isso vai depender do quanto as agências têm caracterizado o ambiente social [p. 422-423, §20].

25) Autocontrole: a maior parte do autocontrole é culturalmente determinada, pela ética, religião e governo. O indivíduo amoral que escapa dessa influência é considerado como quem tem pouco autocontrole, enquanto o indivíduo inibido está no outro extremo [423, §21].

26) Autoconhecimento: respostas discriminativas ao seu próprio comportamento e às variáveis das quais ele é função são um produto exclusivo do ambiente social. O indivíduo vai desenvolver autoconhecimento se o grupo insistir em perguntas sobre o que ele está fazendo ou por que fez certas coisas [p. 423, §22].

27) Comportamento neurótico: se o comportamento de um indivíduo fosse determinado apenas por contingências do ambiente físico, certamente seria um comportamento ineficaz, desvantajoso perigoso e neurótico. Mas a maior fonte de problemas é social. O fato de um indivíduo ter um comportamento equilibrado e sem reações emocionais perturbadas vai depender principalmente das práticas de controle do grupo no qual ele nasceu [p. 423-424, §23].

28) Caráter cultural: quando certas características do ambiente social são peculiares de certo grupo, esperamos encontrar comportamentos característicos de seus membros. Ou seja, uma cultura comum deveria levar a um caráter em comum. Cada grupo apresenta diferentes classificações na modelação de comportamentos que são considerados como certos ou errados. As agências de controle diferem tanto no seu poder e na extensão do seu controle. Os efeitos das famílias, do grupo de trabalho e de organizações sociais sobre o comportamento dos indivíduos também difere em cada cultura, e, como resultado disso, cada grupo tem diferentes repertórios comportamentais ou “caráteres”. Entretanto, é necessário tomar cuidados para não cair num sistema de tipologia, achando que, devido aos indivíduos serem similares a respeito de alguns comportamentos, serão similares em todos. O ambiente social nunca é totalmente consistente, existem diversas diferenças individuais entre indivíduos de um mesmo grupo. Apenas as características em comum de um ambiente social que diferem das características de outro ambiente podem ser entendidas como características de uma determinada cultura [p. 424, §24].

29) Interesse dos antropólogos: os antropólogos estão interessados em grupos de pessoas, e prestam atenção aos costumes, maneiras e características do comportamento peculiar de um dado grupo. Como a análise do comportamento não está interessada em um conjunto particular de práticas, o problema de um caráter natural ou cultural não é um problema com urgência a ser resolvido. Podemos concordar que, se um grupo é caracterizado por um conjunto de práticas, pode também ser caracterizado por modos únicos de comportamentos, mas a conexão causal entre a prática e a forma de comportamento pode levar a uma análise funcional das variáveis relevantes sob as condições características de uma ciência experimental [p. 425, §27].

Segunda etapa: Caracterização das teses do texto

Foco das teorias sociológicas e antropológicas

TT1: Teorias sociológicas e antropológicas que se ocupam em descrever extensivamente maneiras e costumes de cada grupo, focando apenas na topografia.

C1: Descrever as topografias não mostra os processos comportamentais envolvidos. Para entender esses costumes e maneiras precisamos entender as contingências que os geram.

TA1: Para realmente compreender, olhar para contingências de controle ético exercido pelo grupo e controle das agências porque os costumes e maneiras são funções disso. Entender os controles do comportamento dos indivíduos em grupo requer olhar para diversas variáveis. As contingências explicam o comportamento dos indivíduos em

grupo, mas mesmo assim, é difícil explicar as contingências. Algumas vezes, estão em vigor, mas, são arranjadas por razões que não tem conexão com o efeito de costumes e maneiras sobre o grupo. A comunidade funciona como um ambiente de reforçamento no qual certos tipos de comportamento são reforçados e outros punidos, mas isso é mantido assim através do retorno de outros benefícios.

TT2: Interesse de antropólogos e sociólogos em definir um caráter cultural, que supostamente, seria comum a todos os participantes de determinada cultura.

C2: A Análise do Comportamento não está interessada em um conjunto particular de práticas, o problema de um caráter natural ou cultural não é um problema com urgência a ser resolvido.

TA2: Se um grupo é caracterizado por um conjunto de práticas, pode também ser caracterizado por modos únicos de comportamentos, mas a conexão causal entre a prática e a forma de comportamento leva a uma análise funcional das variáveis relevantes, o que exige um olhar mais amplo voltado às contingências.

Afirmações sobre a definição de cultura e ambiente social

TT3: Normalmente, pessoas se referem ao ambiente social como a cultura de um grupo. O termo se refere a um espírito, uma atmosfera ou algo sem dimensões físicas.

C3: Esse tipo de explicação não possibilita uma compreensão de todos os aspectos envolvidos num ambiente social.

TA3: Uma análise comportamental do ambiente social deve levar em conta as características essenciais de uma cultura pela estrutura das ciências naturais, ou seja, o ambiente social faz parte de uma cultura. A cultura não é uma entidade espiritual ou uma atmosfera com dimensões não físicas, e sim, é constituída por contingências de reforçamento estabelecidas tanto pelo ambiente social quanto pelo ambiente não social, e para compreendê-la, é necessário olhar para essas contingências.

Afirmações sobre a natureza humana

TT4: Afirmção que a natureza humana é a mesma no mundo todo.

C4: Isso quer dizer na verdade que os processos comportamentais são os mesmos em todos os seres humanos: que o comportamento de todos varia do mesmo jeito com mudanças na privação de reforçamento, que a extinção acontece da mesma forma, que a discriminação acontece do mesmo jeito. As variáveis que determinam o comportamento são as mesmas no mundo todo, porém, é necessário discriminar que essas variáveis afetam cada indivíduo de formas muito diferentes.

TA4: As variáveis culturais afetam o comportamento dos indivíduos em diversos aspectos, é necessária a realização de uma análise do ambiente para identificar quais aspectos do comportamento estão sendo determinados por variáveis genéticas, ontogênicas e culturais.

Terceira etapa: Elaboração de esquemas

Figura 1.

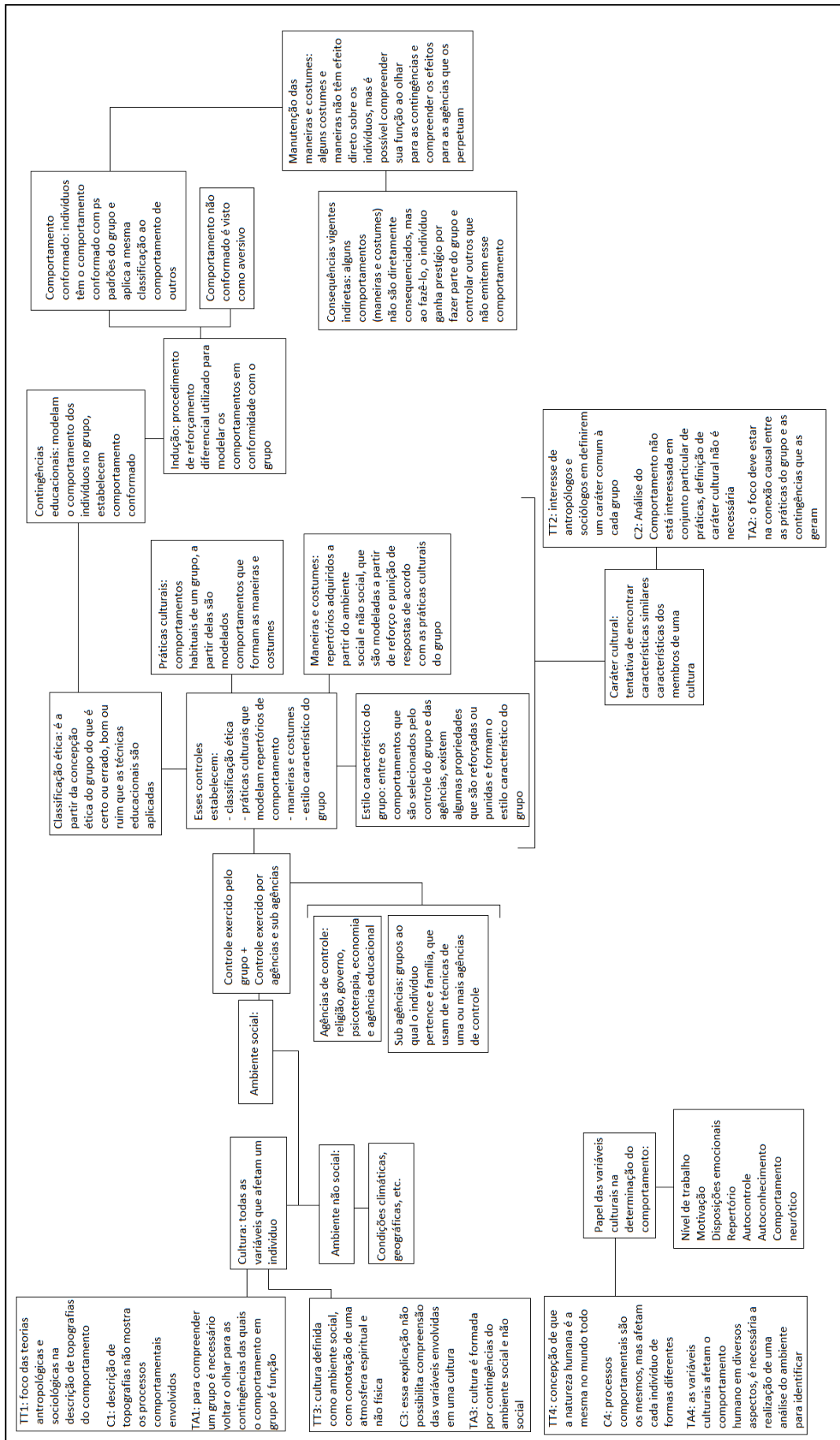


Figura 1

Esquema do capítulo *Culture and control*

Quarta etapa: Síntese interpretativa

Em oposição a algumas teorias que tentam definir a cultura e o ambiente social, Skinner propõe uma nova forma de olhar para esses fenômenos e compreender as variáveis envolvidas, principalmente no que diz respeito às maneiras e costumes de um grupo. Sociólogos e antropólogos, por exemplo, focam na descrição topográfica extensiva dos comportamentos dos indivíduos em grupo. Skinner apresenta uma crítica, afirmando que analisar as topografias não auxilia na compreensão de quais processos comportamentais estão envolvidos nesses comportamentos, e que para o estudo dessas maneiras e costumes é necessário olhar para as contingências das quais esses comportamentos são função.

Os profissionais da sociologia e antropologia, ainda na tentativa de definir uma cultura, normalmente a descrevem como sinônimo de um ambiente social, e tais explicações são permeadas por um sentido de uma atmosfera, algo espiritual e não físico. Skinner também critica essa concepção, afirmando que, mais uma vez, esse tipo de análise não auxilia na real compreensão do funcionamento de uma cultura.

Alguns profissionais tentam ainda definir um caráter cultural, que seja similar e em comum a todos os indivíduos da cultura. Skinner afirma que a Análise do Comportamento não se preocupa com um conjunto em particular de práticas culturais, e por isso, esse tipo de definição não é importante. O foco deve estar na análise da conexão causal entre as práticas do grupo e as contingências que as geram.

Em contrapartida a essas teses, o autor propõe uma nova concepção de cultura. Segundo Skinner, fazem parte da cultura todas as variáveis que afetam a vida de um indivíduo. Essas variáveis são determinadas por dois grupos de contingências: as contingências do ambiente não social, isto é, determinadas pelo ambiente físico, como o clima, condições geográficas, disponibilidade de alimentos, etc.; e as contingências do ambiente social, que são o foco da análise do autor no capítulo.

O ambiente social pode ser compreendido como resultado de contingências arranjadas por pessoas. Resulta do controle exercido pelo grupo e do controle exercido pelas agências e subagências de controle – as agências de controle modelam o comportamento de indivíduos por um controle institucionalizado, como a agência educacional, religiosa, governamental, econômica e também a psicoterapia. As subagências dizem respeito a grupos com quem os indivíduos convivem, como a família e amigos, que exercem um controle que pode ter influência de duas ou mais agências de controle. Por exemplo, a família pode controlar o comportamento do indivíduo por meio de técnicas da agência religiosa e econômica, e por isso, é constituída como uma subagência de controle. A mesma situação se dá em grupos de amigos ou outros grupos sociais com quem o sujeito convive.

O controle exercido pelo grupo e pelas agências e subagências tem como resultado: 1) a classificação do que é considerado ético para aquele grupo, 2) as práticas culturais do grupo, 3) as maneiras e costumes e 4) o estilo característico do grupo. Tudo isso faz parte do que é considerado por Skinner como ambiente social.

A classificação ética é o ponto de partida para o que vai ser julgado pelo grupo como certo ou errado, e serve como base para a modelagem do comportamento dos indivíduos. As práticas culturais são os comportamentos habituais de um grupo. De acordo com a classificação ética, são selecionadas práticas culturais, que contribuem para que essa classificação se perpetue. A partir das práticas culturais em vigor, são selecionados comportamentos e se formam as maneiras e costumes: eles são repertórios adquiridos a partir do ambiente social e não social, e no que diz respeito ao ambiente social, são modeladas com reforço e punição. Portanto, frente a uma cultura (ambiente social e não social) que tem em vigor um conjunto de práticas culturais e uma

classificação ética, o grupo vai passar a modelar, por meio de reforço e punição, as respostas dos sujeitos, para que se adeque à classificação ética do grupo. Essa modelagem é feita tanto pelo próprio grupo quanto pelas agências de controle. Ainda há a modelagem de algumas propriedades dos comportamentos que são selecionados, o que acaba formando o estilo característico do grupo.

Por exemplo, uma cultura tem como prática cultural o engajamento em esportes. Devido a essa prática, comportamentos de engajamento em esportes serão classificados como certos: comportamento de praticar esportes de um indivíduo será reforçado, e assim, será considerado como uma maneira ou costume. Se o esporte for, por exemplo, remo, existem algumas propriedades do comportamento de remar que serão reforçadas, como, a forma de segurar o remo ou como se posicionar no barco, e isso determina o estilo característico daquele grupo.

Para que as contingências que fazem parte desse ambiente social façam parte dos repertórios dos indivíduos dessa cultura, são usadas as contingências educacionais, ou seja, o controle que é exercido pelo grupo e pelas agências. A modelagem é realizada por meio da indução: um procedimento de reforçamento diferencial utilizado para modelar os comportamentos em conformidade com os padrões estabelecidos pelo grupo. A partir desse procedimento, os comportamentos dos sujeitos passam a ser vistos como “comportamentos conformados”, e, por aprenderem que esse é o certo, acabam aplicando à mesma classificação ao comportamento de outros indivíduos do grupo, e assim, essa classificação se perpetua. Porém, mesmo com a modelagem, alguns indivíduos apresentam um comportamento não conformado, que não se adequa aos padrões do grupo. Nem sempre esses comportamentos são aversivos aos membros, mas mesmo assim, sempre são eticamente classificados como aversivos e como errados.

Os membros do grupo que apresentam comportamento conformado passam a aplicar a mesma classificação aos outros. Contudo, alguns costumes e maneiras não têm efeitos diretos sobre os indivíduos do grupo, e nem mesmo sobre o grupo como um todo, e mesmo assim se mantêm. Para explicar isso, Skinner utiliza o comportamento verbal: alguns comportamentos verbais são diretamente reforçados pelo ouvinte, e isso deixa visível a função do comportamento. Porém, alguns outros comportamentos verbais não agem diretamente reforçando o indivíduo que emite o comportamento, mas mesmo assim ele se mantêm. Para compreender esse processo, é necessário olhar para o ambiente verbal do indivíduo, e não só para a topografia do comportamento. Da mesma forma acontece com alguns costumes e maneiras. Se não fica visível sua função devido à falta de consequências para indivíduos ou grupo, é possível ver mais facilmente por que eles se mantêm se olharmos para quais agências de controle trabalham para que essas maneiras e costumes se perpetuem, pois certamente estarão trazendo benefícios para essas agências.

Algumas maneiras e costumes são modelados por consequências vigentes diretas, ou seja, os que são passíveis de reforço e punição direta pelos membros do grupo ou das agências de controle. Outros são modelados por consequências vigentes indiretas, ideia extraída por Skinner da teoria de Thorstein Veblen, que afirmava que existem alguns comportamentos que são explicados apenas em termos de beleza ou gosto e não tem consequências plausíveis, mas mesmo assim têm efeitos importantes nos membros do grupo. Esse tipo de comportamento é mantido porque, se emitido, faz com que sujeitos sejam aceitos num grupo no qual esses comportamentos são valorizados, e também, porque faz os indivíduos se sentirem prestigiados por poderem controlar outros que não os podem emitir. Skinner acredita que alguns costumes e maneiras que fazem parte do ambiente social da cultura podem ser explicados dessa forma.

Mesmo com tantas variáveis envolvidas na determinação do comportamento humano, Skinner ainda demonstra que alguns profissionais tentam afirmar que a natureza humana é uma só, generalizando a maneira como pessoas são afetadas por determinadas variáveis. O autor afirma que, de fato, os processos comportamentais que acontecem com cada indivíduo são os mesmos, e todos estão sujeitos ao controle pelas mesmas variáveis, mas cada um é afetado de maneiras muito diferentes. As dotações genéticas diferem extensamente em cada organismo, e isso já determina que podem ser afetados de formas diferentes pelo ambiente social. O autor atenta então a alguns fatores que são amplamente influenciados pelas variáveis culturais, mas que às vezes passam despercebidos. São eles: o nível de trabalho (depende da cultura do sujeito o quanto ele vai se dedicar a determinadas tarefas); motivação (privação e saciação podem depender de condições do ambiente físico, mas também podem ser influenciados por variáveis culturais, por exemplo, costumes de jejuar, horários diferentes para refeições, regras de abster-se de comportamentos sexuais); disposições emocionais (o comportamento de alguns indivíduos é caracterizado por padrões emocionais que dependem em parte da cultura na qual cresceram); repertório (por mais que indivíduos tenham seus repertórios modelados em nível individual, os repertórios modelados pela cultura são mais extensos); autocontrole (a maior parte do autocontrole é culturalmente determinada pela ética, religião e governo); autoconhecimento (respostas discriminativas ao seu próprio comportamento e às variáveis das quais ele é função são um produto exclusivo do ambiente social); e comportamento neurótico (a maior fonte de problemas de comportamento é social).

Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto

Skinner, B. F. (1953). *Designing a culture*. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Primeira etapa: Levantamento dos principais conceitos do texto

1) Contingências acidentais: “O ambiente social de um grupo de pessoas é produto de uma série complexa de eventos, nos quais o acidente tem, algumas vezes, um papel importante. Maneiras e costumes comumente resultam de circunstâncias que não tem relação com o efeito final delas sobre o grupo. As origens de práticas de controle exercidas por um forte líder, refletindo muitas de suas idiossincrasias pessoais, podem resultar no estabelecimento de uma classificação governamental do que é considerado legal ou ilegal, e pode inclusive configurar os padrões de uma agência altamente organizada”. As técnicas de autocontrole utilizadas por um santo pode se tornar uma das práticas estabelecidas pela agência religiosa. Contudo, uma prática não é menos efetiva por ter surgido de maneira acidental. “Mas, uma vez que o efeito sobre o comportamento tenha sido observado, a fonte da prática pode ser examinada mais de perto” [p. 426, §1].

2) Planejamento cultural: Skinner questiona se as modificações nas práticas de uma cultura devem ser deixadas ao acidente [p. 426, §1]. A manipulação deliberada de uma cultura é uma característica presente em várias culturas, e, além disso, propor uma mudança em uma prática cultural, fazer a mudança acontecer e aceitar a mudança são partes do objetivo de estudo dos analistas do comportamento [p. 427, §3]. O planejamento cultural se dá por meio da manipulação de práticas culturais. “Quando falamos de um planejamento ‘deliberado’ da cultura, falamos da introdução de uma prática cultural ‘pelo bem das suas consequências’”. Essa manipulação deliberada é possível “a prática de mudar uma prática é acelerada pela ciência, porque a ciência provê uma abundância de instâncias nas quais as consequências das práticas são exibidas” [p. 433, §14]. De acordo com o paralelo com a evolução das espécies, quando planejamos práticas, estamos gerando “mutações” que podem acelerar o processo evolutivo, e essas mudanças podem ser especialmente adaptadas para a sobrevivência [p. 434, §15].

3) Planejador cultural: Podemos compreender um planejador cultural não adivinhando seus objetivos ou pedindo que ele os explique, mas estudando os eventos ambientais anteriores que o levaram a defender essa mudança cultural. Segundo Skinner, “uma consequência futura nunca é efetiva. Uma mudança na prática acontece porque mudanças similares tiveram certas consequências no passado”. Se o planejador cultural estiver baseando sua proposta em experimentos científicos, temos que saber o quão proximamente correspondente é a situação experimental da prática. Precisamos também examinar quais são as outras razões para a mudança, que serão encontradas na história pessoal e na história daqueles que investigam áreas similares [p. 428, §4].

4) Modificação de práticas pela agência religiosa: Existem alguns exemplos de uma construção deliberada do ambiente social. Por exemplo, os dez mandamentos foram uma codificação e proposição de práticas de acordo com a classificação ética imposta pela agência religiosa. Os ensinamentos de Cristo são mais claramente vistos como um novo planejamento [p. 427, §2].

5) Modificação de práticas culturais pela agência governamental: No controle governamental, a promulgação de uma nova lei estabelece uma nova prática [p. 427, §2].

6) Modificação de práticas culturais pela agência educacional: Currículos experimentais em escolas e universidades, livros sobre o cuidado de crianças que

recomendam mudanças substanciais nas famílias são tentativas de manipular importantes partes da cultura [p. 427, §2].

7) Modificação de práticas culturais por leis sociais: As leis sociais criam ambientes nos quais comportamentos são mais reforçados com comida, vestimentas, habitação, etc., então alguns tipos de privação tem menos probabilidade de acontecer [p. 427, §2].

8) Modificação de práticas culturais pela psicoterapia: Quando uma nova técnica psicoterapêutica surge, derivada de uma teoria ou de um estudo experimental do comportamento humano, o ambiente social é modificado [p. 427, §2].

9) Juízos de valor: Eventualmente, uma ciência do comportamento humano pode ser capaz de dizer ao planejador cultural que tipo de cultura deve ser arranjada para produzir um dado resultado, mas poderá essa ciência dizer quais tipos de resultados o planejador *deveria* produzir? Esse problema leva à discussão dos juízos de valor [p. 428, §5].

10) Fatos x valores: Entende-se que a ciência deve necessariamente confinar-se aos fatos, e não aos valores. O autor se questiona se o planejamento de uma cultura requer que o planejador recorra a valores, e que então se distancie da ciência e volte-se para outros modos de pensamento [p. 428-429, §5]. Mas, para Skinner, a ciência dizer o que o planejador *deve* produzir será apenas um indicador de reforçadores, portanto, não está incluso em juízos de valor [p. 429, §6]. Quando alguém propõe o que deveria ser resultado de uma mudança, está prevendo as consequências de determinada prática para os membros do grupo como um todo [p. 429-430, §8].

11) *Dever*: Skinner dá um novo sentido para o termo *deveria*. Segundo ele, quando alguém indica ao outro o que deve fazer, está apenas emitindo um comando oculto indicativo de reforço. Um comando desses é constituído por eventos reforçadores que irão consequenciar o comportamento, caso o sujeito emita o comportamento que está sendo indicado. Portanto, esse tipo de afirmação está dentro do domínio da ciência. Quando alguém fala o que o outro deve fazer, pode significar também coerção, no sentido de que se está tentando induzir o outro a fazer o que é descrito. Portanto, essas frases são apenas comandos, que não tem mais conexão com juízos de valor do que uma declaração científica ou um fato [p. 429, §6].

12) Valores clássicos: Liberdade, segurança, felicidade, conhecimento, etc. Normalmente, esses valores são tomados como base para as modificações e para a definição de como devem ser as práticas culturais de um grupo [p. 430, §8]. Algumas mudanças na cultura podem ser feitas devido às consequências que normalmente são descritas como esses valores [p. 433, §14].

13) Analogia entre seleção natural e seleção por consequências: Skinner discorre que em alguns aspectos, o comportamento operante relembra a seleção natural da teoria evolucionista. Assim como características genéticas que surgem como mutações e são selecionadas por suas consequências, são selecionadas novas formas de comportamentos por meio do reforçamento [p. 430, §9].

14) Seleção cultural: Skinner ainda fala sobre um terceiro nível de seleção, que se aplica às práticas culturais. Um grupo adota uma dada prática (um costume, maneira, forma de controle), seja por planejamento cultural ou por um fator acidental. Como característica do ambiente social, a prática modifica o comportamento dos membros do grupo. O comportamento resultante pode afetar o sucesso do grupo em competição com outros grupos ou com o ambiente não social. Práticas culturais vantajosas tendem a ser características dos grupos que sobrevivem e que perpetuam essas práticas. Algumas práticas culturais têm valor de sobrevivência, enquanto outras são letais, no sentido genético [p. 430, §9].

15) Cultura: “Uma dada cultura é, em resumo, um experimento comportamental. É um conjunto particular de condições sob as quais um grande número de pessoas cresce e vive. Essas condições geram padrões de comportamento” [p. 430, §10]. O nível de interesse dos membros do grupo, suas motivações, disposições emocionais, repertórios comportamentais e o autocontrole e autoconhecimento de cada um são aspectos relevantes para a força do grupo como um todo, mas, além disso, a cultura tem efeito indireto sobre outros fatores como a saúde dos membros do grupo, o que é feito com o material genético dos membros e o engajamento em atividades [p. 430-431, §10].

16) Efeito da cultura sobre a saúde dos membros: A saúde geral dos membros do grupo depende de fatores culturais, como: taxa de natalidade, higiene, métodos de cuidado de crianças, condições de vida gerais, quantidade de horas destinada a trabalho, tipos de trabalhos exercidos pelos membros, verbas destinadas à construção de hospitais, serviços de saúde pública, etc. [p.431, §10].

17) Efeito da cultura sobre o uso de material genético dos membros: Práticas culturais são amplamente responsáveis pelo uso que será feito do material genético proveniente dos indivíduos do grupo, já que as práticas determinam se o indivíduo será capaz de desenvolver seus talentos, se as instituições educacionais estarão disponíveis sem fazer nenhuma distinção entre classes ou qualquer outro fator, se as políticas educacionais são progressivas ou reacionárias, se o indivíduo estará sujeito a favoritismo político ou econômico na seleção de uma profissão, etc. [p. 431, §10].

18) Efeito da cultura sobre o engajamento em atividades: A cultura determina também o quanto os indivíduos vão se preocupar com relações sexuais e alimentação, como vão fazer pra se esquivar de estimulações aversivas e o quanto vão ser explorados pelo governo. Determina o quanto vão se engajar em atividades relacionadas a ciências, artes, esportes, etc. [p. 431, §10].

19) Sobrevivência da cultura: O autor se questiona se a sobrevivência da cultura pode ser um critério de acordo com o qual práticas culturais podem ser avaliadas. Pessoas costumam avaliar cultura de acordo com os valores clássicos como felicidade, liberdade, conhecimento e saúde, e por isso pode ser difícil aceitar o valor de sobrevivência da cultura, um conceito novo sendo introduzido no estudo da cultura. A sobrevivência está frequentemente em conflito com os valores tradicionais: em algumas circunstâncias, um grupo é mais propenso a sobreviver se não estiver feliz, ou se seus membros forem submetidos à escravidão. Uma cultura pode depender do exercício irrestrito do comportamento sexual, enquanto em outras, a repressão sexual pode ser essencial. Talvez a maior objeção à sobrevivência da cultura como valor é a reação aversiva a práticas que tiveram valor de sobrevivência na história da humanidade, como a agressão [p. 432, §12]. É importante saber que o valor de sobrevivência não é imutável, e não é porque uma cultura é “boa” no período atual que vai ser “boa” em qualquer período. Sobrevivência pressupõe competição, então, mesmo que só com o ambiente inanimado, parece não ser possível definir uma “boa” cultura na ausência de competição [p. 431, §11].

20) Sobrevivência como valor: A sobrevivência da cultura não precisa ser algo previamente escolhido pelos indivíduos para ser um valor. Por mais que essa seja a visão adotada pela Análise do Comportamento, não é necessário fazer as pessoas o aceitarem, porque o comportamento não precisa de escolha prévia de nenhum valor: o comportamento é explicado por contingências de reforçamento antecedentes [p. 432, §13]. Um indivíduo não escolhe se vive ou morre; ele se comporta de forma que leva à vida ou à morte. O comportamento normalmente conduz à sobrevivência porque o indivíduo foi selecionado por sobrevivência no processo de evolução [p. 433, §13]. Da

mesma forma, pelo valor de sobrevivência, entende-se que a mudança em algumas práticas é feita devido às consequências que levam à sobrevivência.

21) Dificuldade da sobrevivência como valor: Há uma dificuldade com esse conceito de sobrevivência como valor: a sobrevivência não terá um efeito útil sobre o comportamento do planejador cultural a não ser que ele realmente calcule o valor de sobrevivência. Podemos modificar práticas para que pessoas sejam mais felizes, por exemplo, mas como poderemos garantir que pessoas felizes terão mais chance de sobrevivência? Se o governo prover extremas medidas de segurança, ainda terão pessoas energéticas, produtivas e inventivas? [p. 434, §16].

22) Tecnologia x ciência pura: Situações práticas são muito mais complexas que situações de laboratório, porque contém um número maior de variáveis e também variáveis desconhecidas, e esse é o problema entre a tecnologia e a ciência pura. Ao falar do planejamento de uma cultura, não há como estabelecer o rigor de um laboratório, mas isso não quer dizer que a ciência do comportamento humano não possa contribuir para esses problemas [p. 434-435, §18]. A demonstração de processos comportamentais básicos em condições simples nos habilita a ver esses processos nos casos mais complexos, mesmo que eles não possam ser tratados rigorosamente. Se esses processos são reconhecidos, o caso complexo pode ser manipulado de forma mais inteligente. É esse tipo de contribuição que a pura ciência pode fazer à tecnologia [p. 435, §18]. Uma ciência do comportamento rigorosa faz com que um diferente tipo de consequência remota se torne efetivo, quando nos conduz a reconhecer o critério de sobrevivência ao avaliar uma prática de controle [p. 435, §19].

Segunda etapa: Caracterização das teses do texto

Modificações nas práticas de uma cultura

TT1: Deixar que as práticas de uma cultura se modifiquem pelo acaso, sem intervenção de um planejador cultural.

C1: As contingências que constituem uma cultura se modificam conforme o que acontece com o passar do tempo, novas práticas surgem e são selecionadas, muitas vezes porque trazem consequências que são chamadas pelos indivíduos como liberdade, felicidade, conhecimento e saúde. Porém, a modificação deliberada de uma cultura poderia acelerar a evolução e ter efeitos positivos.

TA1: O planejamento de uma cultura poderia acelerar a mutação de práticas, e poderia desenvolver práticas com valor de sobrevivência, que é o valor principal a ser considerado por um analista do comportamento ao avaliar uma cultura.

Sobrevivência da cultura como valor

TT2: Uso dos valores clássicos como felicidade, liberdade, conhecimento e saúde para avaliar uma cultura.

C2: A sobrevivência da cultura está frequentemente em conflito com os valores tradicionais. Para adotar a sobrevivência da cultura como um critério ao julgar uma cultura, parece ser necessário o abandono dos valores clássicos. Algumas vezes, práticas são selecionadas porque têm como consequência imediata esses valores, mas em longo prazo, não se sabe se eles vão contribuir para a sobrevivência.

TA2: Uso do critério de sobrevivência da cultura para avaliar as práticas culturais em vigor. Talvez seja necessário abandonar os “agrados” dos valores clássicos e pensar em longo prazo, porque eles não garantem sobrevivência.

TT3: Ideia de que culturas que sobreviveram no tempo são culturas melhores.

C3: Todas as culturas que existem agora obviamente sobreviveram, mas isso não quer dizer que sejam melhores que outras culturas que pereceram ou que sofreram drásticas modificações sob circunstâncias competitivas. O princípio da sobrevivência não nos permite argumentar que a cultura é boa porque está aqui agora.

TA3: O valor de sobrevivência não é imutável, e não é porque uma cultura é “boa” no período atual que vai ser “boa” em qualquer período. Uma cultura sobreviveu porque, naquele período e sob aquelas circunstâncias, as práticas que ela fazia parte foram efetivas para a sobrevivência do grupo e manutenção dessas práticas.

Terceira etapa: Elaboração de esquemas

Figura 2.

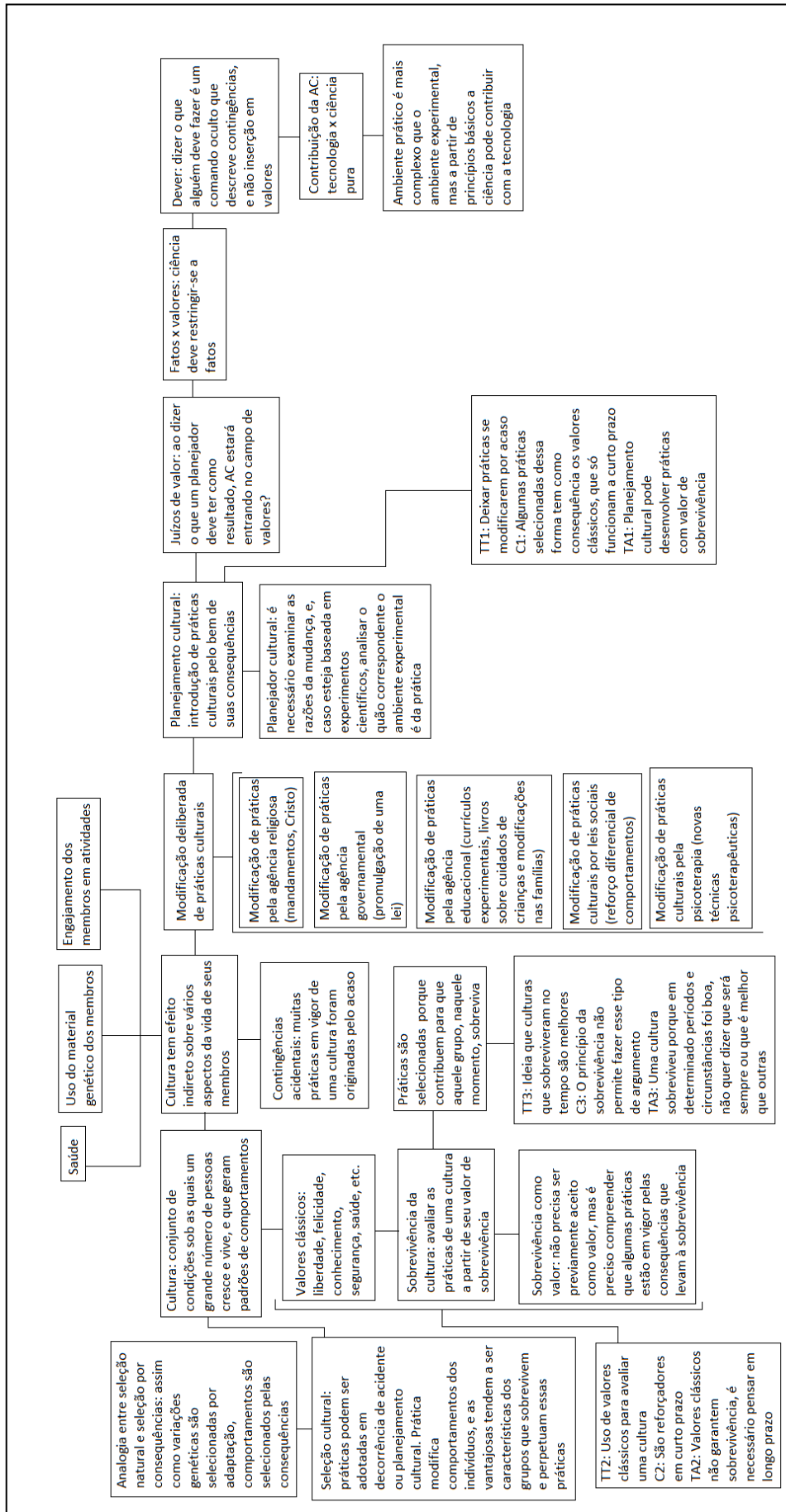


Figura 2

Esquema do capítulo *Designing a culture*

Quarta etapa: Síntese interpretativa

O autor inicia o texto discorrendo sobre o papel das contingências que são estabelecidas de forma acidental. É comum que práticas culturais de uma cultura sejam resultado de circunstâncias que não tem relação com o efeito delas sobre o grupo. Por exemplo, comportamentos habituais de um líder podem resultar no estabelecimento de uma lei governamental, ou os comportamentos de um líder religioso considerado como santo podem resultar no estabelecimento de padrões de uma agência religiosa. Esse tipo de acidente acontece desde a seleção natural, nas variações genéticas que ocorrem ao acaso, até na seleção ontogenética com a variação comportamental, e no texto, o autor discorre sobre o papel do acaso na seleção de práticas culturais.

Para explicar sua teoria da seleção cultural, Skinner relembra a associação que foi realizada por ele entre a seleção natural, que ele denomina de primeiro nível de seleção, e a seleção pelas consequências, o segundo nível. Assim como características genéticas do organismo variam e são selecionadas pela adaptação ao ambiente, o comportamento operante varia e é selecionado pelas suas consequências. O autor adiciona então à sua teoria um terceiro nível de seleção, no qual realiza uma analogia entre a seleção natural e as práticas culturais: uma dada prática é adotada pelo grupo, e isso pode acontecer em decorrência de fatores acidentais ou por manipulação deliberada, isto é: a prática pode surgir por acaso e acabar sendo adotada pelos indivíduos, ou ela pode ter sido introduzida na cultura de forma deliberada, seja pelas agências de controle ou por um planejador cultural.

Skinner define a cultura como um conjunto de condições sob as quais os indivíduos nascem e de desenvolvem. Essas condições modelam os repertórios de comportamento dos indivíduos do grupo. Normalmente, culturas são avaliadas a partir de valores clássicos, como felicidade, liberdade, conhecimento, segurança e saúde. Mas Skinner afirma que esses valores não são suficientes para avaliar uma cultura, pois são apenas valores que aparecem nas contingências em curto prazo, ou seja, algumas práticas são selecionadas porque trazem consequências que são denominadas de acordo com esses valores. Segundo o autor, para avaliar uma cultura é necessário pensar em longo prazo, voltando o olhar para o valor de sobrevivência das práticas culturais que estão em vigor naquela cultura. As práticas que são selecionadas porque resultam em valores como felicidade, liberdade, conhecimento, segurança e saúde não necessariamente contribuem para a sobrevivência daquela cultura.

Sobrevivência diz respeito a práticas que podem aumentar o sucesso do grupo em competição com outros grupos ou com o ambiente não social. Práticas culturais vantajosas tendem a ser características dos grupos que sobrevivem e que perpetuam essas práticas. Assim, práticas com valor de sobrevivência são aquelas que ajudam os indivíduos a resolverem seus problemas e auxiliam para que a espécie sobreviva, o que possibilita que essas práticas culturais continuem sendo disseminadas. Algumas práticas culturais têm valor de sobrevivência, enquanto outras são letais, no sentido genético, e estas causam a morte daqueles organismos e, portanto, não tem valor de sobrevivência, porque se forem adotadas, não haverá mais indivíduos no grupo e a cultura perecerá.

As práticas com valor de sobrevivência fazem a cultura permanecer no tempo. Porém, algumas vezes, há uma interpretação de que as culturas que sobreviveram são melhores do que as que pereceram ou que tiveram mudanças significativas devido a um contexto de competição, por exemplo. Essa não é uma interpretação possível a partir do conceito de sobrevivência de Skinner, pois, segundo o autor, as práticas foram selecionadas porque em um determinado período foram “boas” e tiveram valor de sobrevivência. Mas esse valor não é imutável, portanto, não quer dizer que as práticas terão valor de sobrevivência sempre, e que serão “boas” sempre.

Um dos problemas desse conceito é que a sobrevivência está constantemente em conflito com os valores clássicos. É possível que as práticas que têm valor de sobrevivência para um grupo não estejam conectadas com os valores clássicos como felicidade. Por exemplo, algumas vezes, para uma cultura sobreviver, é necessário que um grupo domine outro grupo, e os valores de felicidade, liberdade, segurança, saúde e conhecimento podem não fazer parte dos valores dessa cultura, especialmente para o grupo dominado. Outra objeção apresentada frente à adoção do conceito de sobrevivência para avaliar uma cultura é que, alguns comportamentos que possibilitaram a sobrevivência da espécie no passado, como a violência, são tidos como aversivos, e como sobrevivência pressupõe competição, assume-se que haverá competições com violência para sobrevivência entre culturas.

Uma dificuldade relacionada ao uso de sobrevivência como critério de avaliação de uma cultura é que há uma dificuldade em saber quais práticas terão como consequência a sobrevivência. Podemos modificar práticas para que pessoas sejam mais felizes, por exemplo, mas como poderemos garantir que pessoas felizes terão mais chance de sobrevivência? A sobrevivência só pode ser vista posteriormente, e não é possível saber se práticas com os valores clássicos irão ter valor de sobrevivência.

Por ser um conceito novo, algumas pessoas se atém aos valores clássicos e não aceitam a sobrevivência como um valor. Mas não é necessário que ele seja tomado como um valor prévio, pois, assim como o comportamento é selecionado pelas consequências, as práticas culturais são selecionadas por seu valor de sobrevivência. Um sujeito não emite um comportamento com o objetivo de alcançar reforço, mas o seu comportamento é selecionado por suas consequências, e comportamentos que anteriormente foram reforçados tem maior probabilidade de serem emitidos novamente. Assim acontece com as práticas culturais: não é necessário que os indivíduos de um grupo se comportem visando a sobrevivência da cultura na qual vivem, mas as práticas culturais que o grupo emite serão selecionadas de acordo com seu valor de sobrevivência; elas passarão a fazer parte daquela cultura se contribuem para que os indivíduos do grupo sobrevivam e que continuem disseminando as práticas que constituem essa cultura.

A cultura afeta diretamente alguns comportamentos dos indivíduos, como o nível de interesse em determinadas atividades, suas motivações, disposições emocionais, repertórios comportamentais e o autocontrole e autoconhecimento. Mas ela também interfere indiretamente em fatores como saúde, uso do material genético dos indivíduos do grupo e engajamento dos indivíduos em atividades. A taxa de natalidade, os métodos de higiene e cuidado de crianças, as condições de vida da população, as horas destinadas ao trabalho, os tipos de trabalhos nos quais as pessoas se engajam, e as verbas destinadas para hospitais e saúde pública são condições culturais que afetam a saúde da população. A cultura também é responsável pelo uso do material genético proveniente dos indivíduos do grupo, porque os indivíduos precisam de espaços para desenvolver seus talentos, de instituições educacionais disponíveis que trabalhem sem distinção entre classes ou raças, de políticas educacionais e também, da possibilidade de escolha de profissões sem favoritismo político ou econômico. A cultura determina também o quanto os indivíduos vão se preocupar com relações sexuais e alimentação, como vão fazer pra se esquivar de estimulações aversivas e o quanto serão explorados pelo governo. Determina o quanto vão se engajar em atividades relacionadas a ciências, artes, esportes, etc. Portanto, as variáveis culturais tem uma influência ampla sobre o comportamento dos indivíduos, e essa influência pode ser diretamente manipulada por agências de controle.

A partir das discussões sobre o papel do acaso na determinação do comportamento e de práticas culturais, sabe-se que contingências que fazem parte da cultura podem ter sido estabelecidas por acidente ou por uma manipulação deliberada da cultura. Essa manipulação das práticas é uma prática que faz parte de muitas culturas. Existem muitas formas pelas quais uma cultura é manipulada, entre elas, pelas agências de controle. O surgimento dos dez mandamentos, ou de forma geral os ensinamentos de Cristo são construções do ambiente social, manipulações de práticas que aconteceram deliberadamente. O mesmo acontece na agência governamental quando há a promulgação de uma nova lei, na agência educacional, quando se modificam os currículos ou quando surgem livros sobre cuidado de crianças que sugerem modificações no ambiente familiar. Essa manipulação deliberada também pode acontecer com a psicoterapia, quando surgem novas técnicas psicoterapêuticas e inclusive por meio de novas regras sociais, que reforçam diferencialmente certos padrões de comportamentos dos indivíduos que fazem parte de um grupo.

Quando falamos de uma manipulação deliberada das práticas culturais, estamos falando do planejamento cultural. O planejamento cultural se dá por meio da manipulação de práticas culturais, e consiste em introduzir práticas em uma cultura pelo bem de suas consequências. Para Skinner, propor uma mudança em uma prática cultural, fazer a mudança acontecer e aceitar a mudança são partes do objetivo de estudo dos analistas do comportamento. Há a possibilidade de deixar que as práticas de uma cultura se modifiquem por meio do acaso, mas Skinner defende que, quando planejamos práticas, estamos gerando “mutações” que podem acelerar o processo evolutivo, e essas mudanças podem ser especialmente adaptadas para a sobrevivência.

Para compreender o trabalho de um planejador cultural, é necessário estudar os eventos ambientais anteriores que o levaram a defender essa mudança cultural. Segundo Skinner, uma consequência futura nunca é efetiva. Uma mudança na prática acontece porque mudanças similares tiveram certas consequências no passado. É necessário compreender as razões da mudança, se estão ancoradas em experimentos científicos e o quão próximo o ambiente experimental é da prática. Além disso, é importante conhecer outros fatores da história de vida do planejador e de outras pessoas que fazem trabalho similar.

Porém, quando se planeja uma cultura, é buscado um determinado resultado. Uma ciência do comportamento pode, por exemplo, dizer a um planejador o que ele deve fazer para alcançar um determinado resultado. Mas essa ciência pode dizer qual resultado o planejador *deve* obter? Quando se fala em “dever”, entende-se comumente que o assunto insere-se no campo de juízos de valor, o que vai contra os princípios da ciência. Existem os fatos e existem os valores, e a ciência deve ater-se aos fatos, não incluindo valores em suas práticas.

Contudo, Skinner dá um novo sentido ao termo dever. Segundo ele, quando alguém indica ao outro o que deve fazer, está apenas emitindo um comando oculto indicativo de reforço. Um comando desses é constituído por eventos reforçadores que consequenciarão o comportamento, caso o sujeito emita o comportamento que está sendo indicado. Quando alguém fala o que o outro deve fazer, pode significar também coerção, no sentido de que se está tentando induzir o outro a fazer o que é descrito. Portanto, essas frases são apenas comandos, que não tem mais conexão com juízos de valor do que uma declaração científica ou um fato, e esse tipo de afirmação está dentro do domínio da ciência. Dessa forma, um analista do comportamento pode indicar quais resultados um planejador cultural deve alcançar com seu trabalho, porque não estará incluindo valores, e sim emitindo um comando oculto indicativo de reforço.

Outra dificuldade do planejamento cultural é que situações práticas são muito mais complexas que situações de laboratório, porque contém um número maior de variáveis e também variáveis desconhecidas, e esse é o problema entre a tecnologia e a ciência pura. Analistas do comportamento podem realizar experimentos na área da ciência pura, em laboratórios com controle de variáveis, porém, ainda será muito diferente do ambiente prático, onde deve atuar a tecnologia do comportamento. Ao falar do planejamento de uma cultura, não há como estabelecer o rigor de um laboratório, mas isso não quer dizer que a ciência do comportamento humano não possa contribuir para esses problemas. A demonstração de processos comportamentais básicos em condições simples nos habilita a ver esses processos nos casos mais complexos, mesmo que eles não possam ser tratados rigorosamente. Se esses processos são reconhecidos, o caso complexo pode ser manipulado de forma mais inteligente. É esse tipo de contribuição que a ciência pura pode fazer à tecnologia. Uma ciência do comportamento rigorosa faz com que um diferente tipo de consequência remota se torne efetiva, quando nos conduz a reconhecer o critério de sobrevivência ao avaliar uma prática de controle.

Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto

Skinner, B. F. (1971). The evolution of a culture. In *Beyond freedom and dignity* (pp. 127-144). Indiana: Hackett Publishing Company, Inc.

Primeira etapa: Levantamento dos principais conceitos do texto

1) Cultura: A cultura é definida como um conjunto de contingências de reforçamento às quais um indivíduo é exposto, e a partir disso adquire um repertório de comportamentos. Parte dessas contingências é arranjada por outras pessoas, parte são contingências do ambiente físico [p. 127, §1]. Ou seja, fazem parte da cultura contingências sociais e não sociais as quais um indivíduo é exposto e por meio delas adquire um repertório de comportamento. Esse conjunto de contingências modela e mantém o comportamento daqueles que vivem nessa cultura. “Uma dada cultura evolui quando novas práticas surgem, possivelmente por razões irrelevantes, e são selecionadas por sua contribuição para o fortalecimento da cultura” [p. 143, §36]

2) Práticas culturais: As práticas culturais fazem parte das contingências sociais que constituem uma cultura, e podem ser compreendidas como comportamentos habituais de um povo que faz parte de uma cultura [p. 127, §1]. Na evolução cultural, são novas práticas que surgem e são selecionadas, e são elas que evoluem [p. 133, §12]. Há uma tendência de que as práticas sejam transmitidas se elas contribuem para a sobrevivência daqueles que a praticam [p. 132, §11], porém, algumas vezes a origem da prática não está relacionada com o valor de sobrevivência da espécie, ou seja, não contribui para a saúde e sobrevivência dos membros, e nem contribui para o fortalecimento da cultura, mas é selecionada por outros motivos e mesmo assim continua fazendo parte da cultura [p. 130, §7].

3) Noção de núcleo essencial de uma cultura: antropólogos têm dito que o núcleo essencial de uma cultura são ideias tradicionais e os valores [p. 127, §1].

4) Valores: As contingências sociais que constituem uma cultura podem ser consideradas como as “ideias” da cultura, e os reforçadores que aparecem nessas contingências são os “valores” [p. 128, §2]. Ideias e valores fazem parte, então, das contingências sociais que constituem uma cultura. Um determinado conjunto de valores – ou, de reforçadores – pode explicar porque a cultura funciona, possivelmente sem muitas mudanças por um longo tempo [p. 128, §4]. Se as contingências características de uma cultura não forem transmitidas, os reforçadores que fazem parte dessas contingências perderam seu efeito. Portanto, para que esses valores continuem sendo reforçadores é preciso que as práticas dessa cultura sejam transmitidas adequadamente [p. 128-129, §4].

5) Mudanças nas contingências culturais: Por mais que um conjunto de valores possa explicar os motivos pelos quais uma cultura não tem mudanças por um longo período de tempo, a cultura nunca está em permanente equilíbrio, as contingências estão sempre mudando. Elas mudam conforme o ambiente físico se modifica (pessoas se mudam, clima, recursos naturais) e também conforme as mudanças no ambiente social (tamanho do grupo, contato com outros grupos, influência exercida pelas agências de controle e também por formas de contracontrole do próprio grupo – que pode acontecer por meio de fuga ou revolta) [p. 128, §4].

6) Relativismo cultural: Cada cultura tem um conjunto de bens, ou seja, um conjunto de coisas que se caracteriza como reforçadores para aquela cultura. Porém, o que é um bem para uma cultura pode não ser um bem para outras. Para reconhecer isso, é necessário compreender a noção de Relativismo Cultural: o que é bom para uma determinada cultura é bom para ela, não é possível generalizar para outras culturas [p. 128, §3].

7) Noção de culturas: Não há como fortalecer uma única cultura para o mundo todo, é preciso se referir às culturas no plural [p. 137, §22]. Pensando nisso, cada cultura deve planejar contingências que afetem o comportamento de seus membros, já que as contingências e os valores de cada cultura em particular são diferentes. Por mais que maioria dos problemas que temos atualmente seja global e envolve toda a humanidade, é difícil deixar os indivíduos sob controle de algo tão amplo. Apontar para as consequências possíveis (como holocausto nuclear, poluição do meio ambiente, superpopulação) não é suficiente, é preciso programar contingências sob as quais consequências tenham um efeito [p. 137-138, §22].

8) Agências de controle: Agências de controle (governo, religião e escola) exercem poder sobre as contingências envolvidas em uma cultura. Elas têm o poder de até mesmo manter um conjunto de práticas em uma cultura [p. 132, §10], exercendo papel fundamental na evolução cultural.

9) Contracontrole: Os sujeitos pertencentes a uma cultura podem se opor frente ao trabalho em prol da sobrevivência da cultura, o que é compreendido como contracontrole. Uma das formas de exercer o contracontrole que afeta a cultura, escapar ou se revoltar contra o que é imposto pelas agências de controle. Eles podem, por exemplo, se recusar a entrar para as forças armadas, se recusar a pagar taxas, e a ajudar as agências religiosas. Se a cultura não induziu aquele indivíduo a trabalhar por sua sobrevivência, é difícil convencê-lo disso, e ele poderá apresentar essas formas de contracontrole para não trabalhar em prol disso [p. 137, §21].

10) Reforçadores pós-morte: Algumas instituições estabelecem um conjunto de comportamentos que devem ser emitidos para que se receba um reforçador em longo prazo – o qual muitas vezes o indivíduo nem chega a ter acesso, ou é um reforçador prometido para depois da morte, como céu e inferno. A “sobrevivência” pós-morte pode ser compreendida como uma metáfora do conceito do valor de sobrevivência, pois as pessoas em vida são induzidas a trabalharem pelo bem dos outros e da cultura, para que possam ir para o céu [p. 135-136, §18].

11) Darwinismo social: Considerando que a cultura tende a ser identificada pelas pessoas que a praticam, o princípio da evolução tem sido usado para justificar competição entre culturas, o que é denominado “Darwinismo Social”. Guerras e competições entre governos, religiões, raças, classes, etc., têm sido defendidas, justificando-se que a sobrevivência do mais apto é uma lei da natureza, pensando que é possível eleger o mais apto na questão de raça, por exemplo [p. 132, §12].

12) Competição: Nem na evolução biológica, nem na cultural, competição é a condição mais importante para a seleção. Espécie e cultura competem, em primeiro lugar, com o ambiente físico. Maioria das características biológicas da espécie está relacionada a questões relacionadas ao ambiente físico, como respirar, alimentar-se, manter-se em temperatura agradável, sobreviver ao perigo, manter a saúde, procriar, etc. Apenas uma pequena parte das características da espécie apenas sobreviveu por sucesso na luta com outros membros (sejam eles da mesma espécie ou de outras espécies). Similarmente, as práticas que compõem uma cultura estão voltadas ao sustento e à segurança, e pouco com competição com outras culturas. As práticas que têm sido selecionadas têm valor de sobrevivência na qual competição tem pouca importância [p. 133, §13].

13) Estruturalismo: Uma análise estrutural da cultura foca apenas no que as pessoas fazem. Dessa forma, a cultura parece evoluir simplesmente com o passar de uma sequência de estágios, e o estruturalista busca uma explicação de por que cada estágio é seguido de outro em um padrão de sequência [p. 138, §25]. [O estruturalismo é um método utilizado por sociólogos e antropólogos para estudar os elementos da cultura

humana como elementos separados, enquanto a cultura é vista como um sistema maior e mais abrangente. O estudo é realizado em partes separadas, a fim de se compreender a posteriori o sistema mais amplo].

14) Evolução no sentido de progresso e perfeição: O autor questiona se a evolução da cultura é um tipo de progresso, se tem um objetivo e se esse objetivo é um tipo de consequência muito diferente das consequências que induzem os sujeitos a trabalharem pela sobrevivência da sua cultura. A evolução tem o mesmo sentido da evolução darwinista – significa mudanças e não progresso, bem como não visa a perfeição [p. 138, §24].

15) Noção de desenvolvimento como crescimento: Uma mudança que acontece com o decorrer do tempo é comumente denominada de desenvolvimento [p. 139, §26], porém, segundo Skinner, “é um erro supor que toda mudança ou desenvolvimento é crescimento” [p. 141, §31]. Se analisarmos um desenvolvimento que acontece com o passar do tempo como o crescimento de uma cultura, não nos atentaremos a determinantes importantes, como a história genética dos organismos e as variáveis ambientais [p. 140, §29]. Quando se compreende o desenvolvimento como crescimento, o conceito fica entrelaçado com valores [p. 141, §30], e a ênfase fica em um estado terminal que não tem função – como se essa cultura se desenvolvesse para atingir a maturidade [p. 142, §32].

16) Maturidade de uma cultura: Quando falamos de desenvolvimento como crescimento, entende-se que a cultura chegará à maturidade [p. 141, §30]. Não devemos falar de cultura madura, porque isso dá sentido de que é improvável que essa cultura continue se desenvolvendo depois que atinja a maturidade, e que caso se desenvolvesse mais, seria um tipo de deterioração (como acontece com frutos depois que amadurecem, por exemplo). De fato, temos costume de considerar algumas culturas imaturas, enquanto consideramos outras avançadas, mas isso está relacionado com política, governo, religião ou economia, e não com a evolução e desenvolvimento da cultura em si [p. 141-142, §31].

17) Teleologia: Tratar do desenvolvimento da cultura em termos de crescimento e maturidade implica em uma interpretação teleológica, como se as mudanças acontecessem em direção a um fim [p. 142, §32]. Utilizando como exemplo a seleção das espécies e o comportamento operante, sabe-se que ambos se desenvolvem a partir da seleção com critério de sobrevivência e a seleção por contingências de reforçamento, respectivamente. A espécie não objetiva a seleção de certos traços para a sobrevivência, bem como o comportamento não persegue o reforço, apenas é seguido por ele. Da mesma forma, a cultura vai sendo selecionada, e não se desenvolve com o objetivo de alcançar um determinado fim [p. 142, §33].

18) Evolução com o tempo: Por mais que a evolução da cultura não aconteça como um desenvolvimento/crescimento que acontece com o passar do tempo, a cultura de fato evolui apenas com o passar de um período de tempo, o que sugere que tempo pode ser uma variável independente útil [p. 139, §25]. Com o decorrer do tempo, uma cultura de fato se desenvolve no que diz respeito aos instrumentos que ela usa, nas maneiras de obter alimento ou de usar o poder econômico por exemplo. “Mas a mudança ocorre não por causa da passagem do tempo, mas por causa do que acontece enquanto o tempo está passando” [p. 139, §27], ou seja, por causa da mudança nas contingências que constituem a cultura. Assim, conforme as contingências se desenvolvem, assim o fazem as práticas e comportamentos dos indivíduos. O desenvolvimento não segue uma ordem, e se o faz, é porque um estágio constrói as condições responsáveis pelo próximo [p. 140, §27].

19) Determinismo histórico de Marx: A ordem necessária presente no determinismo de Marx reside nas contingências responsáveis pela mudança da cultura, e a luta de classes pode ser entendida como uma representação da maneira como as pessoas se controlam reciprocamente. A ascensão do poder dos mercadores, o declínio do feudalismo e a aparição da era industrial dependem das mudanças nas contingências de reforçamento econômicas [p. 140, §28].

20) Darwinismo: Skinner utiliza a teoria da seleção natural de Darwin como uma analogia para explicar a evolução cultural, e como se dá o processo de variação, seleção, fortalecimento e sobrevivência da cultura [p. 129, §5, 6]. Porém, encontra uma limitação no que diz respeito à transmissão, que, ao contrário da evolução das espécies, não acontece por meio de transmissão genética [p. 130, §8].

21) Lamarckismo: Com a limitação da analogia com a teoria darwiniana, Skinner faz uma analogia com o Lamarckismo para explicar a transmissão de práticas culturais, no sentido de que práticas adquiridas são transmitidas, pois não há mecanismos como genes ou cromossomos na transmissão de práticas culturais [p. 130, §8].

22) Evolução cultural: “O fato de que a cultura pode sobreviver ou perecer sugere um tipo de evolução, e um paralelo com a evolução das espécies, certamente, é apontado” [p. 129, §5]. Desta forma, especifica-se a analogia que Skinner faz entre evolução das espécies e evolução das culturas, entretanto, o autor afirma que é mais fácil visualizar a evolução cultural do que a evolução das espécies, pois as condições essenciais podem ser observadas (e não só inferidas) e podem ser diretamente manipuladas [p. 132, §11]. A evolução cultural acontece quando novas práticas surgem e são selecionadas [p. 134, §14].

23) Noção de variação: A variação ocorre tanto na forma de mutações genéticas (seleção natural) como no aparecimento de novas práticas (seleção cultural). No caso da seleção natural, a variação não está relacionada com as contingências de seleção que afetam o traço genético, bem como no caso da seleção cultural, a origem de uma prática – por mais que usualmente esteja – não precisa estar relacionada com o seu valor de sobrevivência [p. 130, §7]. Dessa forma, não precisamos compreender a origem da prática para avaliar seu valor de sobrevivência [p. 136, §19]. De maneira geral, as variações ocorrem ao acaso, não são planejadas e não acontecem com o propósito de alcançar um objetivo. Uma variação não pode ser planejada, mas podem ser arranjadas contingências que favoreçam a variação de práticas culturais.

24) Noção de seleção: A partir da variação de práticas, elas são selecionadas. A seleção faz parte da evolução, portanto, não acontece visando o melhor, e sim seleciona práticas que fortaleçam a cultura em questão e contribuam para sua sobrevivência. Ser selecionada significa que a prática vai passar a fazer parte das contingências daquela cultura [p. 129, §6].

25) Espécie: Ser membro da espécie humana significa ter uma determinada dotação genética com características idiossincráticas. As características da espécie são carregadas por seus membros, os quais as transmitem para outros membros, e tais características anatômicas podem até mesmo ser compartilhadas por mais de uma espécie. Quanto maior o número de indivíduos que carrega essa a dotação genética dessa espécie, maior a sua chance de sobrevivência [p. 129, §5]. No paralelo da evolução cultural, a cultura corresponde à espécie.

26) Seleção natural: Os traços genéticos característicos de uma espécie são carregados pelos organismos. Esses traços sofrem mutações – o que Darwin nomeia de variações. Quando as variações tornam o indivíduo mais apto à sobrevivência, ela tende a ser naturalmente selecionada, ou seja, os indivíduos mais aptos tendem a sobreviver, transmitindo esse gene às próximas gerações [p. 129, §6].

27) Adaptação: Na seleção natural, traços são selecionados quando tem valor adaptativo, ou seja, que contribuem para que aquele organismo se adapte em determinado contexto. Entretanto, Skinner afirma que “nem toda prática em uma cultura, ou todo traço em uma espécie, é adaptativo, considerando que práticas e traços não adaptativos podem ser carregados por pessoas adaptativas, e culturas e espécies que são pobremente adaptativas podem sobreviver por um longo tempo”. Algumas vezes traços ou práticas são selecionados de forma acidental, não tendo valor adaptativo ou de sobrevivência. [p. 130, §6].

28) Seleção cultural: “Uma cultura, assim como uma espécie, é selecionada por sua adaptação a um ambiente: com a extensão que ajuda seus membros a conseguirem o que precisam para evitar o que é perigoso, os ajuda a sobreviver e transmitir a cultura” [p. 129, §6]. Novas práticas surgem ao acaso e, conforme seu valor para fortalecer a cultura e contribuir para sua sobrevivência, são selecionadas. Por meio dessa seleção de novas práticas uma cultura evolui.

29) Sensibilidade às consequências: Para que uma cultura evolua, é necessário que seus membros sejam suscetíveis a mudanças em seu comportamento, que sejam sensíveis às consequências de suas ações – e essa sensibilidade foi adquirida na evolução das espécies [p. 129, §6]. Quando falamos que a evolução da cultura não é teleológica, não quer dizer que não tenha um sentido. A evolução tem uma direção, que é esclarecida pela sensibilidade dos organismos às consequências de suas ações. Tanto a evolução da espécie quanto a da cultura fazem com que os organismos fiquem mais sensíveis às consequências de suas ações. Organismos mais suscetíveis a serem modificados pelas consequências têm uma vantagem, e a cultura deixa os sujeitos sob controle de consequências remotas – que podem nem estar relacionadas com a sobrevivência das espécies. Um bem pessoal remoto só se torna efetivo quando uma pessoa é controlada pelo bem dos outros, e a cultura que induz seus membros a trabalharem por sua sobrevivência põe em jogo uma consequência ainda mais remota [p. 143, §34].

30) Transmissão de traços genéticos na concepção de Darwin: Na teoria darwiniana, a transmissão de traços genéticos acontece da seguinte forma: em uma espécie, acontecem – ao acaso – variações, que diferenciam algumas características entre os organismos. A mutação genética que produziu um traço mais adaptativo, que favoreça a sobrevivência daquela espécie, será selecionada pelo próprio ambiente. Como os organismos que tiveram essa mutação têm mais chance de sobreviver, conforme o fazem eles transmitem essa mutação aos seus descendentes.

31) Transmissão de traços genéticos na concepção Lamarckiana: Lamarck afirmava que, com o uso e desuso de determinados músculos do corpo, estes se desenvolviam e esses caracteres modificados eram passados para a próxima geração. Lamarck não se referia a traços genéticos, é como se o que havia sido aprendido e desenvolvido na história de vida dos sujeitos já era transmitido “pronto” para os descendentes [p. 130, §8].

32) Transmissão de práticas culturais: Nesse ponto termina o paralelo entre a evolução das espécies de Darwin e a evolução cultural. No que diz respeito à transmissão de práticas culturais, Skinner afirma que a concepção lamarckiana é uma analogia mais adequada [p. 130, §8]. As variações, ou, as novas práticas que surgem, tendem a ser transmitidas se elas contribuem para a sobrevivência daqueles que a praticam. A transmissão não tem relação com traços genéticos, e sim que o que é aprendido ou adquirido é transmitido [p. 132, §11].

33) Mecanismos responsáveis pela transmissão: Uma prática cultural pode ser transmitida de várias formas, sendo elas: a) para novos membros; b) para indivíduos que

estão já vivendo ao mesmo tempo em que outros naquela cultura, mas que ainda não adquiriram a prática; c) de geração em geração, para os membros sobreviventes de uma geração mais nova; d) por meio de “difusão” para outras culturas. Essa última forma de transmissão, Skinner aponta como a mais importante de todas [p. 131, §8].

34) Bens: O que um dado grupo designa como “bem” é o que membros do grupo de consideram reforçador como resultado de sua dotação genética e das contingências naturais e sociais às quais eles têm sido expostos [p. 128, §3]. Existem três tipos de bens: os bens pessoais (reforçadores devido às características filogenéticas), os bens dos outros (derivam dos reforçadores pessoais, se na história de vida o indivíduo foi reforçado por fazer o bem ao outro) e os bens da cultura (que serão considerados como bens pelos indivíduos apenas se a cultura os induziu a trabalhar por sua sobrevivência) [p. 134, §15].

35) Sobrevivência da cultura como valor: “Sobrevivência é o único valor de acordo com o qual uma cultura é eventualmente julgada, e qualquer prática que prolonga a sobrevivência tem por definição valor de sobrevivência” [p. 136, §19]. O terceiro grupo de bens, que diz respeito à sobrevivência da cultura, emerge como um novo valor a ser levado em consideração pelos indivíduos [p. 129, §4]. Falar sobre os reforçadores desse terceiro grupo de bens é mais difícil, pois só aparecem em longo prazo, o que torna difícil pensar em por que as pessoas se envolveriam em práticas para o bem da cultura, do futuro da humanidade [p. 134, §15]. Um indivíduo só vai se preocupar com a sobrevivência da cultura se as próprias culturas o induzem a isso. Sentimentos de preocupação com a cultura são subprodutos, depende das medidas utilizadas pela cultura para induzi-los a trabalhar por isso, se a cultura o torna reforçador – ou seja, torna isso um valor naquela cultura [p. 134, §16].

36) Promoção da sobrevivência da cultura: “Uma pessoa não é somente exposta às contingências que constituem uma cultura, ele ajuda a mantê-la, e conforme as contingências o induzem a fazê-lo a cultura está se autoperpetuando” [p. 128, §3]. Quando a cultura induz e desenvolve nos indivíduos sentimentos para que trabalhem em prol da sobrevivência da cultura, esses sujeitos passam a realizar ações para esse fim, mas isso não acontece de forma intencional por parte dos sujeitos. Muitas vezes, os indivíduos estão fazendo com que algumas práticas perpetuem mesmo sem se dar conta. Muito do que as pessoas fazem para promover a sobrevivência da cultura não é intencional, isto é, não é feito *porque* aumenta o valor de sobrevivência”. [p. 135, §17].

37) Condições necessárias para a sobrevivência: Em geral, quanto mais organismos de indivíduos que carregam uma espécie, maior é a chance de sobrevivência. Assim como na cultura, quanto mais sujeitos “carregam” práticas e as transmitem adequadamente, mais essa cultura tem chance de sobreviver [p. 129, §5]. Uma cultura sobrevive se aqueles que a carregam sobrevivem, e isso depende por parte de susceptibilidades genéticas ao reforçamento, bem como resultado de que o comportamento que leva à sobrevivência em um dado ambiente é modelado e mantido. Dessa forma, “práticas que induzem o indivíduo a trabalhar pelo bem dos outros, presumivelmente prolongam a sobrevivência de outros e conseqüentemente a sobrevivência da cultura que os outros fazem parte” [p. 135, §17].

38) Diferenças entre sobrevivência e fortalecimento: Novas práticas podem enfraquecer ou fortalecer uma cultura [p. 130, §7] e, a partir disso, podemos prever se ela vai sobreviver ou perecer [p. 129, §4]. Uma prática fortalece uma cultura se, a partir de sua seleção, ela contribui para que aquela determinada cultura continue se existindo. Uma cultura forte é aquela cujas características auxiliam os indivíduos a resolverem seus problemas, e cujas práticas são transmitidas a outros membros da cultura. Dessa forma, se uma cultura for fortalecida é possível prever que essa cultura vai sobreviver.

A sobrevivência diz respeito à permanência no tempo, se uma cultura permanece, significa que sobreviveu.

39) Condições necessárias para o perecimento de uma cultura: Para uma cultura perecer, ela precisa ser enfraquecida [p. 129, §4]. Se as contingências características de uma cultura não forem adequadamente transmitidas, a tendência é que esses valores dessas contingências não serão mais reforçadores, então a cultura – caracterizada por essas determinadas práticas e contingências – tende a se enfraquecer e perecer [p. 128-129, §4].

40) Planejamento cultural: As contingências essenciais para a evolução de uma cultura podem ser observadas facilmente e diretamente manipuladas [p. 132, §11]. O planejamento cultural tem como objetivo acelerar a variação de práticas de forma que consequências mais remotas passem a atuar sobre o comportamento dos indivíduos [p. 143, §35]. O planejamento promove o bem da cultura, por meio do aceleração do processo de evolução, e como a ciência e tecnologia do comportamento humano busca esse planejamento, pode fazer importantes modificações na evolução de uma cultura [p. 144, §36].

Segunda etapa: Caracterização das teses do texto

Definição do conceito de cultura

TT1: Noção de que as ideias tradicionais e os valores constituem o núcleo de uma cultura.

C1: As ideias e valores são termos que não ajudam a compreender o funcionamento de uma cultura.

TA1: É possível dizer que as contingências sociais da cultura são as “ideias” dessa cultura, e que os reforçadores que aparecem nessas contingências são os “valores”. Entretanto, a parte mais essencial da cultura são as contingências, se elas são modificadas, as ideias e os valores podem ser modificados. Um conjunto de valores, que pode estar presente na cultura há um longo tempo, pode não ser mais reforçador e então não considerado mais um “valor”, caso as contingências se modifiquem.

TT2: Olhar estruturalista para compreender a cultura, focando nos costumes e no que as pessoas fazem, buscando uma explicação de por que cada estágio é seguido de outro, em um padrão de sequência.

C2: Olhar para uma sequência de estágios não é o suficiente para compreender as mudanças e o funcionamento de uma cultura.

TA2: É necessário olhar para as contingências sociais que geram as práticas culturais e os comportamentos dos indivíduos pertencentes a essa cultura.

TT3: Fortalecimento de uma única cultura para o mundo todo: a possibilidade de eleger uma cultura como a melhor, ou a mais adequada.

C3: Não há como fortalecer uma única cultura para o mundo todo, é preciso se referir às culturas no plural, as contingências e os valores de cada cultura em particular são diferentes.

TA3: Não é possível julgar o que é melhor ou pior para uma determinada cultura, por causa do relativismo cultural: o que é bom para uma cultura é bom para aquela cultura, e ponto. Não quer dizer que será boa para outras culturas, muito menos para todas. É necessário compreender as contingências de reforçamento de cada cultura, de cada grupo em particular para entender como ela se mantém e sobrevive.

Explicações sobre a evolução cultural

TT4: Noção de desenvolvimento como crescimento: Uma mudança que acontece com o decorrer do tempo é comumente denominada de desenvolvimento.

C4: É um erro supor que toda mudança ou desenvolvimento é um crescimento. Se analisarmos um desenvolvimento que acontece com o passar do tempo como o crescimento de uma cultura, não nos atentaremos a determinantes importantes, como a história genética dos organismos e as variáveis ambientais. Quando se compreende o desenvolvimento como crescimento, o conceito fica entrelaçado com valores, e a ênfase fica em um estado terminal que não tem função – como se essa cultura se desenvolvesse para atingir a maturidade. Não devemos falar de cultura madura, porque isso dá sentido de que futuro crescimento é improvável, e que caso se desenvolvesse mais, seria um tipo de deterioração.

TA4: Por mais que seja costume considerar algumas culturas como imaturas e outras como avançadas, esse valor está relacionado à situação política, econômica e com questões de governo e religião. Não significa que as contingências que constituem aquela cultura estejam mais desenvolvidas e maduras. Só podemos compreender o desenvolvimento de uma cultura como as modificações que acontecem por meio da evolução cultural, e não como uma forma de crescimento.

TT5: Evolução no sentido de progresso e perfeição: a compreensão de que a evolução cultural acontece no sentido de melhora, buscando um aperfeiçoamento.

C5: A evolução da cultura não deve ser compreendida como uma mudança visando a melhora, a perfeição. Não há um objetivo a ser alcançado, existem apenas consequências.

TA5: A evolução cultural tem o mesmo sentido da evolução darwinista, significa mudanças. Skinner estabeleceu uma analogia entre a evolução biológica e a cultural, e utiliza os mesmos mecanismos utilizados por Darwin para explicar essa evolução: variação, seleção, fortalecimento, sobrevivência, etc. (também utiliza o conceito de transmissão, mas nesse momento faz uma analogia com Lamarck e não com Darwin, devido às práticas culturais não terem mecanismos genéticos envolvidos em sua transmissão).

TT6: Teleologia: Tratar do desenvolvimento da cultura em termos de crescimento e maturidade implica em uma interpretação teleológica, como se as mudanças acontecessem em direção a um fim.

C6: Utilizando como exemplo a seleção das espécies e o comportamento operante, sabe-se que ambos se desenvolvem a partir da seleção com critério de sobrevivência e a seleção por contingências de reforçamento, respectivamente. A espécie não objetiva a seleção de certos traços para a sobrevivência, bem como o comportamento não persegue o reforço, apenas é seguido por ele. Da mesma forma, as práticas culturais vão sendo selecionadas e a cultura se modifica, não se desenvolve com o objetivo de alcançar um determinado fim.

TA6: A cultura não evolui para atingir um determinado fim, mas sim porque as práticas vão sendo selecionadas por seu valor de sobrevivência. Entretanto, não é porque não tem um fim, que não tem uma direção – a direção é deixar os organismos mais sensíveis às consequências de seus comportamentos. Tanto a evolução da espécie quanto a da cultura fazem com que os organismos fiquem mais sensíveis às consequências de suas ações. Organismos mais suscetíveis a serem modificados pelas consequências têm uma vantagem, e a cultura deixa os sujeitos sob controle de consequências remotas. Quando uma cultura ensina aos seus membros a trabalharem pelo bem da cultura, ensina práticas culturais que apenas terão consequências em longo prazo. Portanto, o comportamento

dos indivíduos não será conseqüenciado com reforçadores que contribuirão para sua manutenção, mas estarão se comportando em favor de conseqüências reforçadoras para a cultura no futuro.

TT7: Evolução com o tempo: afirmação de que a cultura se modifica e evolui apenas com o passar do tempo.

C7: A evolução da cultura não acontece como um desenvolvimento/crescimento que acontece com o passar do tempo, o tempo não é uma variável que determina as mudanças na cultura. Contudo, a cultura de fato evolui apenas com o passar de um período de tempo, o que sugere que tempo pode ser uma variável independente útil.

TA7: A mudança não ocorre por causa da passagem no tempo, mas por causa do que acontece enquanto o tempo passa, ou seja, por causa da mudança nas contingências que constituem a cultura. Assim, conforme as contingências se desenvolvem, assim o fazem as práticas e comportamentos dos indivíduos.

TT8: Darwinismo social: Utilização do princípio da evolução na justificativa de competição entre culturas, ou seja, as guerras e competições entre governos, religiões, raças, classes, etc., e a justificativa utilizada é que a sobrevivência do mais apto é uma lei da natureza.

C8: Nem na evolução biológica, nem na cultural, a competição é a condição mais importante para a seleção. O princípio da evolução não pode ser utilizado como justificativa para essas competições.

TA8: Assim como a maioria das características biológicas da espécie está preocupada com questões de sobrevivência, alimentação, saúde, procriação, etc., as práticas que compõem uma cultura estão em sua maioria voltadas ao sustento e à segurança. Assim como a espécie, a competição primordial é com o próprio ambiente físico, e não com outros organismos ou outros grupos. As práticas que têm sido selecionadas para fazerem parte de uma cultura são mais voltadas ao sustento, sobrevivência e segurança, apenas uma pequena parte à competição – e por isso, esse tipo de justificativa para competições se mostra inadequado.

Terceira etapa: Elaboração de esquemas

Figura 3.

Quarta etapa: Síntese interpretativa

O conceito de cultura é amplamente discutido entre diversos profissionais, que buscam encontrar uma definição sobre o que é a cultura e levantar hipóteses sobre o seu funcionamento. Tradicionalmente, muito é discutido sobre os valores, ideias e costumes dos membros de cultura, e grande parte dos profissionais voltam seus olhares para essas variáveis. Entretanto, Skinner afirma que isso não é suficiente para estudar a cultura e como ela funciona. O autor propõe que a cultura é um conjunto de contingências de reforçamento, sob as quais os indivíduos nascem, se desenvolvem, e por elas têm seu comportamento modelado, e só a partir da análise dessas contingências é possível compreender a cultura. A cultura é constituída por dois grupos de contingências: contingências não sociais, das quais fazem parte características o ambiente físico, como condições geográficas, clima e recursos naturais; e contingências sociais, que são aquelas no qual estão envolvidos as pessoas, grupos e agências de controle.

As práticas culturais que fazem parte de uma cultura são os comportamentos habituais de pessoas em grupo, que se mantêm devido às contingências de reforçamento da cultura. As práticas culturais fazem parte das contingências sociais que constituem a cultura, e se mantêm porque, frente a esse determinado contexto cultural, são selecionadas porque contribuem para que a cultura continue existindo.

O que estudiosos de algumas áreas do conhecimento determinam como “valores” da cultura, são, para Skinner, os reforçadores que são estabelecidos pelo grupo e pelas agências de controle. O autor afirma que esses reforçadores podem ser divididos em três grupos de bens: os bens pessoais, aqueles que são reforçadores devido tanto à dotação genética dos organismos quanto à história ontogenética, no caso de reforçadores condicionados; os bens dos outros, que são reforçadores devido à história ontogenética de cada um (se ele foi reforçado ao fazer o bem ao próximo, ele considerará isso um bem); e o bem da cultura, que será reforçador apenas se a cultura induzir os indivíduos a trabalharem por sua sobrevivência, ou seja, para voltarem esforços a fim de que essa cultura permaneça no tempo. Se a cultura assim o fizer, os indivíduos terão preocupação com a cultura e terão sua sobrevivência como um valor.

Induzir os indivíduos a trabalharem pelo bem da cultura é um trabalho influenciado pelas agências de controle, como a agência religiosa, educacional e o governo. Essas agências têm poder sobre as contingências que constituem uma cultura, incluindo o poder de manter um conjunto de práticas em vigor, e induzem os indivíduos a trabalharem pela sobrevivência da cultura por meio de técnicas de controle. As técnicas de controle são diversas: o governo utiliza de leis e regras impostas ao grupo, a agência religiosa realiza um controle moral, que inclui inclusive o comprometimento com reforçadores pós-morte, e a agência educacional auxilia na disseminação das práticas que são estabelecidas. Porém, mesmo com as estratégias de controle das agências, os indivíduos podem modificar as contingências que constituem uma cultura por meio do contracontrole, caso eles fujam ou se esquivem das regras que são impostas e trabalhem em direção contrária.

Ainda definindo a noção analítico-comportamental de cultura, Skinner atenta para o conceito de relativismo cultural: cada cultura tem o seu próprio conjunto de reforçadores, que é reforçador apenas para aquela cultura, e não para todos. Não é possível estabelecer uma única cultura para o mundo todo ou eleger uma cultura como ideal – para estudar culturas, é necessário pensar em plural, e conhecer as contingências de cada cultura para compreender seu funcionamento.

Quando Skinner propõe uma visão diferente ao conceito de cultura, vai contra algumas concepções que são muito comuns entre diversos profissionais e no senso comum. Além das ideias tradicionais sobre a concepção de cultura, algumas pessoas

buscam explicar como uma cultura se modifica e por quê. Como Skinner descreve a cultura como um conjunto de contingências, é necessário considerar os três termos que as constituem, incluindo as condições antecedentes, as práticas culturais e as consequências para a cultura. Algumas das principais teses apresentadas por outras áreas do conhecimento a respeito da cultura acabam restringindo-se a apenas um dos termos da contingência, ou pela topografia do comportamento apresentado pelos indivíduos em grupo – o que não é o suficiente, pois é necessário avaliar a contingência como um todo para compreender sua função. Skinner então critica especialmente algumas teses tradicionais utilizadas para o estudo da cultura, e expõe suas críticas respectivamente a cada uma delas, que serão apresentadas a seguir.

O estruturalismo é uma metodologia utilizada por alguns estudiosos da cultura, como antropólogos e sociólogos. Consiste em focar na topografia do comportamento dos membros da cultura, ou seja, o que as pessoas fazem, e como alguns estágios são seguidos por outros quando se trata da mudança de uma cultura, tentando encontrar alguma ordem nos estágios em relação ao comportamento dos sujeitos. A ênfase do estruturalismo está apenas na topografia, e esse método recebe uma crítica de Skinner, que afirma que explicações como essa não ajudam a compreender o real funcionamento da cultura, pois o olhar não está voltado para as contingências. Alguns estágios são seguidos de outros porque, para apresentar comportamentos mais complexos, é necessário que haja um repertório comportamental anterior suficiente, senão o comportamento mais complexo não é possível. Não é olhando para a topografia e ordem das coisas acontecendo que se encontrará uma explicação pra cultura, o olhar deve estar voltado para as contingências que possibilitam o desenvolvimento desses repertórios.

Algumas formas de analisar a cultura têm sua ênfase nos antecedentes, tomando estes como determinantes. Por exemplo, a noção de que a evolução cultural e as modificações de uma cultura acontecem apenas com o passar do tempo, sendo o tempo determinante para as mudanças. Skinner discorda também desse tipo de afirmação, pois o que determina as mudanças não é o simples passar do tempo, mas o que acontece durante a passagem do tempo, as mudanças nas contingências são o que importam.

Outra crítica de Skinner é direcionada ao chamado “darwinismo social”, o qual toma a competição como propulsora da mudança, e as culturas mudam para alcançar um fim – no caso, vencer a competição e ser a cultura mais forte. A ênfase está em consequências futuras. A crítica de Skinner a argumenta que, nem na evolução filogenética nem na cultural, a competição é a variável mais importante. Tanto espécie quanto cultura competem, em primeiro lugar com o ambiente físico. Além disso, a concepção skinneriana de cultura forte não diz respeito a uma cultura melhor, pois, há o relativismo cultural, e cada cultura tem seus próprios reforçadores. Uma cultura forte é aquela cujas contingências preponderam na modelagem e manutenção do comportamento dos membros.

O conceito de teleologia é comumente utilizado para descrever o processo de evolução de uma cultura. As explicações teleológicas têm ênfase nas consequências, no futuro, afirmando que a cultura se modifica em direção a alguma finalidade. Esse conceito é rejeitado por Skinner, o qual afirma que explicações teleológicas não devem ser utilizadas nem para explicar a evolução do comportamento, nem a evolução cultural. No nível ontogenético, o comportamento não persegue o reforço, o sujeito não emite comportamentos em busca da consequência reforçadora, e sim porque houve uma história de contingências de reforçamento envolvidas na emissão desse comportamento no passado. A evolução cultural funciona da mesma forma: não há um propósito, e sim, uma seleção que acontece de acordo com a adequação das práticas à aquela cultura. Contudo, não é porque não tem uma finalidade que não tem uma direção: a direção,

tanto da evolução natural como da cultural, é deixar os indivíduos mais sensíveis às consequências de suas ações, e a cultura deixa os indivíduos sobre controle de consequências ainda mais remotas.

Existem outras visões sobre a cultura, cujo foco está nas consequências. Uma delas descreve o desenvolvimento de uma cultura com conotação de crescimento, como se em algum momento fosse alcançar a maturidade. A crítica de Skinner direciona-se ao fato de que, por mais que algumas culturas sejam consideradas mais maduras ou desenvolvidas, não é correto afirmar isso sobre uma cultura de forma geral. Esse valor pode estar atribuído a características econômicas, políticas ou religiosas, entretanto, não é possível eleger uma cultura mais madura devido ao relativismo cultural, pois não há um ideal e não há um objetivo a alcançar.

Outra visão que mantém seu foco nas consequências é a noção de evolução cultural no sentido de progresso, que alcançará a perfeição. A crítica a essa tese é similar à noção do desenvolvimento da cultura como crescimento: não há um objetivo a se chegar, a evolução cultural não tem um sentido de melhoras, e apenas de mudanças.

A todas essas afirmações, Skinner refuta com um novo conceito na Análise do Comportamento: a evolução cultural. É delineado um paralelo com a evolução natural, de Darwin, o qual afirmava que em uma espécie, ocorrem variações nas características dos organismos, que acontecem ao acaso. Essas variações são selecionadas de acordo com a adaptação ao ambiente: se naquele ambiente, essa característica aumenta a chance de sobrevivência do organismo, ela seria naturalmente selecionada. Os indivíduos com essa característica têm então mais chance de sobreviver e conseqüentemente de transmitir essa mutação genética aos seus descendentes.

Essa analogia cobre as críticas realizadas ao estruturalismo, pois olhar para a evolução cultural significa olhar para uma contingência e compreender a função das modificações, e não apenas as topografias. Na evolução cultural não existem apenas determinantes que estão no passado, bem como não há respaldo para ancorar uma explicação baseada em eventos futuros. A evolução cultural acontece devido à seleção, da mesma forma que a seleção natural fora explicada por Darwin.

No paralelo delineado por Skinner, a cultura equivale à espécie, e as práticas culturais equivalem às características da espécie. Os organismos de uma espécie carregam em si características genéticas, e quanto mais indivíduos as carregarem, maior chance daquela espécie se reproduzir e continuar sobrevivendo. Na evolução cultural, as práticas são “carregadas” pelos indivíduos, no sentido de que indivíduos aprendem as práticas e passam a reproduzi-las, e quanto mais indivíduos as carregam, maiores as chances de sobrevivência da cultura.

A evolução cultural acontece a por meio da variação de práticas culturais, o que acontece ao acaso. A partir disso, práticas que podem fortalecer a cultura são selecionadas, e passam a fazer parte das contingências daquela cultura. Por fortalecimento, entende-se que uma prática pode fortalecer a cultura se ela contribui para que aquela cultura continue existindo. Uma cultura se fortalece quando as práticas culturais que fazem parte de suas contingências preponderam na modelagem e manutenção do comportamento dos sujeitos que vivem nessa cultura – assim, ela se torna uma cultura forte. Portanto, quando uma cultura (juntamente com o controle vindo das grandes agências), utiliza estratégias para fazer os indivíduos trabalharem em favor de sua sobrevivência, está ensinando-os a aderir, reproduzir e transmitir práticas que sejam efetivas para modelar o comportamento de membros. Sobreviver significa permanecer no tempo. Se uma cultura é fortalecida e transmitida, há uma maior chance de que ela sobreviva, ou seja, de que ela permaneça no tempo. Contudo, assim como

uma cultura pode ser fortalecida, ela pode ser enfraquecida se suas práticas não forem mais transmitidas, e assim pode perecer.

Quando o autor discorre sobre a transmissão, termina a analogia com Darwin e inicia-se uma analogia com o conceito lamarckista de transmissão, no sentido de que práticas adquiridas são transmitidas. Não há nada relacionados a genes ou cromossomos na transmissão de práticas culturais, mas existem diversos mecanismos responsáveis pela transmissão: as práticas podem ser transmitidas para novos membros da cultura, para os indivíduos que já vivem na cultura, mas ainda não adquiriram a prática, para novas gerações e ainda podem ser transmitidas por difusão para outras culturas.

Uma cultura se modifica por meio de alterações nas contingências não sociais (mudanças nas condições geográficas, clima), pois, tais situações podem modificar práticas culturais já existentes. Também pode se modificar por meio de alterações nas contingências sociais, como o surgimento de novas práticas, mudanças no controle das agências de controle. Uma das formas de enfraquecer uma cultura é por meio do contracontrole, que pode modificar as contingências a partir de ações contrárias àquelas impostas pelas agências de controle, que visam fortalecer a cultura e induzir os indivíduos a trabalharem por sua sobrevivência.

Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto

Skinner, B. F. (1971). *The design of a culture*. In *Beyond freedom and dignity*. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc.

Primeira etapa: Levantamento dos principais conceitos do texto

1) Planejamento cultural: Muitas pessoas estão engajadas com o planejamento de práticas culturais. Elas modificam coisas que usam e a maneira que usam, ajudam pessoas com problemas, tudo a fim de tornar as práticas melhores, ou seja, mais reforçadoras [p. 145, §1]. Segundo Skinner, planejar uma cultura é como planejar um experimento: contingências são arranjadas e efeitos são notados. A diferença é que em experimentos, o interesse está no que acontece, e no planejamento de uma cultura, o interesse é se ela funcionará. Essa é a diferença entre ciência e tecnologia [p. 153, §14]. Talvez não seja possível planejar uma cultura como um todo, mas podemos planejar práticas melhores, de maneira fragmentada [p. 156, §19]. “Uma cultura evolui quando novas práticas surgem e são selecionadas, e não podemos esperar que elas apareçam pelo acaso” [p. 163, §32].

2) Planejador cultural: Um rompimento total com o passado e impossível, e o planejador sempre estará ligado com a cultura na qual viveu. Até certo ponto, ele planejará um mundo do qual ele goste [p. 164, §35]. A tecnologia do comportamento vai ser aplicada de acordo com a história de vida da pessoa que vai planejar as práticas. Ela pode planejar práticas para seu benefício pessoal, mas, caso tenha sido ensinada em sua história de vida a prezar pelos bens dos outros, pode abrir mão de alguns reforçadores pessoais e planejar práticas que afetem também a vida de outras pessoas. Se ela foi induzida a trabalhar pelo bem da sobrevivência da cultura, irá planejar práticas mais abrangentes e que podem também acarretar na perda de reforçadores pessoais [p. 151, §9]. “Esses mesmos valores também podem ser detectados no planejamento de uma cultura como um todo. Se o planejador for individualista, irá planejar uma cultura na qual ele irá viver sob o menor controle aversivo possível, e terá seus bens pessoais como valores principais. Se ele foi exposto a um ambiente apropriado, planejará para o bem dos outros, possivelmente com uma perda de reforçadores pessoais. Se ele estiver primariamente preocupado com o valor de sobrevivência, planejará uma cultura pensando se ela funcionará” [p. 151, §11].

3) Melhorias: Ninguém sabe a melhor forma de realizar coisas, “mas é possível propor formas melhores do que as que existem e apoiá-las por meio da predição e eventualmente da demonstração de resultados mais reforçadores” [p. 145, §1].

4) Contingências: Para mudar comportamentos de indivíduos, é preciso modificar contingências [p. 147, §4]. Por muito tempo o papel selecionador do ambiente permaneceu obscuro, mas uma análise experimental descobriu a significância das contingências de reforçamento [p. 147, §5]. Contingências são onipresentes: elas cobrem os campos de intenção e propósito de maneira útil, e provêm formulações alternativas dos “processos mentais” [p. 149, §7]. “Contingências são acessíveis, e conforme compreendemos a relação entre comportamento e ambiente, descobrimos novas formas de modificar o comportamento” [p. 149, §8]. Ou seja, “o comportamento pode ser modificado por meio da modificação das condições das quais ele é função” [p. 150, §8].

5) Sentimentos e estados da mente: É comum que pessoas tentem explicar os problemas da sociedade por meio de sentimentos e estados da mente, que na verdade de nada auxiliam, pois não indicam os comportamentos problema e, por essas explicações, nada pode ser feito para modificar o problema [p. 146, §2]. Os sentimentos e estados da mente ainda dominam discussões sobre o comportamento humano, e um dos motivos é

que é mais difícil olhar para o comportamento sem interpretar as diversas coisas que o comportamento é dito expressar [p. 147, §5].

6) Contingências no laboratório x contingências no ambiente natural: As contingências em laboratório são complexas, mas ainda assim são mais simples que em um ambiente natural, mas, se alguém que não é familiarizado com a prática de laboratório observar a prática, não vai entender por que o organismo se comporta da forma que se comporta. Não há como esperar então desses sujeitos que consigam observar as contingências em vigor em um ambiente da vida diária [p. 148, §5].

7) Tecnologia do comportamento: A tecnologia tem sido mais bem sucedida quando o comportamento é especificado e contingências apropriadas são construídas [p. 150, §8]. Sendo ela eticamente neutra, pode ser usada para ser vilã ou santa. Porém, a preocupação não é meramente com práticas, mas com o planejamento de uma cultura, e a sobrevivência da cultura emerge como um tipo especial de valor [p. 150, §9].

8) Indução: Quando a cultura induz membros a trabalharem por sua sobrevivência, eles precisarão prever algumas das dificuldades que a cultura irá encontrar. Isso é visto só no futuro, e não está sempre claro [p. 151, §12].

9) Fortalecimento da cultura: O fortalecimento de uma cultura depende do comportamento dos membros, não é necessário prever o futuro para saber disso. Uma cultura que mantém a ordem civil e se defende de ataques protege os membros de certas ameaças e provém mais tempo e energia para serem gastos em outras coisas, especialmente se a ordem e segurança não forem mantidas por força [p. 152, §13]. Uma cultura é presumivelmente mais forte se induz seus membros a manterem um ambiente seguro e saudável, a providenciar cuidados médicos, a manter a densidade da população adequada aos recursos e ao espaço. Uma cultura deve ser transmitida de geração em geração, e sua força vai presumivelmente depender do quanto os membros aprendem, seja por contingências instrucionais ou instituições educacionais [p. 152, §13].

10) Sobrevivência da cultura: “A cultura precisa de vários bens pra sobreviver, e sua força depende em parte das contingências econômicas que mantêm o trabalho empreendedor e produtivo, da disponibilidade de ferramentas de produção e do desenvolvimento e conservação de recursos. Uma cultura precisa do apoio de seus membros, e precisa ser provedora para a busca e aquisição de felicidade se quiser prevenir insatisfação ou deserção. Uma cultura precisa ser razoavelmente estável, mas também precisa mudar, e será presumivelmente mais forte se conseguir evitar respeito excessivo por tradição e medo da novidade de um lado, e mudanças excessivamente rápidas de outro. Por último, uma cultura terá uma medida especial de valor de sobrevivência se encorajar seus membros a examinar suas práticas e experimentar novas” [p. 152-153, §13]. “O valor de sobrevivência se modifica conforme as condições se modificam” [p. 175, §57].

11) Cultura: “A cultura é como o espaço experimental utilizado na análise do comportamento. Ambos são conjuntos de contingências de reforçamento” [p. 153, §14].

12) Utopias: Diversos autores dedicaram seu trabalho ao planejamento de comunidades utópicas. As comunidades normalmente tem um pequeno número de habitantes vivendo um lugar em contato estável uns com os outros, praticando um controle ético informal e tentando minimizar o papel das agências organizadas [p. 153-154, §16]. Talvez a característica mais importante das comunidades utópicas é que a sobrevivência da comunidade é ensinada como importante para os membros [p. 154, §17]. A simplificação que acontece na literatura utópica é nada mais que a simplificação que é característica da ciência, porém, é difícil que seja factível no mundo como um todo, pois o controle social e ético se torna mais difícil e o controle de agências institucionalizadas é necessário [p. 154-155, §18].

13) Contingências acidentais: Algumas práticas são produtos de contingências de sobrevivência que não estão proximamente relacionadas com as contingências que as fizeram úteis para a humanidade [p. 162, §32]. Acidentes foram responsáveis por muitas conquistas humanas e certamente continuarão contribuindo para diversas realizações, mas não há virtude em um acidente, porque ele também pode dar errado. Idiossincrasias de um líder egoísta podem se tornar uma lei, e pode acabar tendo um valor de sobrevivência acidental [p. 161, §30].

14) Uniformidade x variação: Se uma cultura planejada tem muita uniformidade e é extremamente regimentada, isso pode impedir futura evolução. É necessário buscar variação, sem cair de volta nas contingências acidentais, pois muitas culturas acidentais são marcadas por uniformidade e regimentos. Agências de controle buscam uniformidade, pois simplifica o problema do controle. Mas isso impede a evolução cultural, é necessário haver uma diversificação planejada na qual a importância da variação é reconhecida [p. 162, §31].

15) Controle: Ainda há resistência ao planejamento cultural devido ao argumento que as pessoas não aceitam ser controladas. Há boas razões para isso, normalmente as técnicas de controle são aversivas. Os controladores podem se voltar então para métodos não aversivos, mas que têm consequências aversivas [p. 167-168, §42]. Ao planejar uma cultura, normalmente é perguntado quem estaria no controle. Mas é necessário olhar não para quem estará exercendo o controle, mas para as contingências sob as quais o controlador se engaja no controle [p. 168, §43]. Há um problema quando o mesmo controle continua sendo exercido, e já não é mais apropriado às práticas da comunidade. “Regras nunca geram comportamentos exatamente apropriados às contingências das quais eles derivam, e a discrepância piora se as contingências mudam e as regras permanecem invioláveis” [p. 172, §48].

16) Medidas de controle: Somos enganados pelas diferenças na visibilidade das medidas de controle. Alguns controles são mais óbvios, mas mesmo assim, o controle sempre é recíproco [p. 168, §44]. “Temos uma tendência a destacar as formas mais visíveis de controle, porque são mais abruptas e seu efeito pode ser visto mais claramente, mas é um grande erro ignorar as formas imperceptíveis” [p. 168-169, §44].

17) Contracontrole: O contracontrole aparece na tentativa de suprimir todas as práticas de controle, mesmo quando elas não têm consequências aversivas ou tem consequências reforçadoras compensatórias [p. 168, §44]. Há boas razões para isso, normalmente as técnicas de controle são aversivas, e já é esperado que haja contracontrole. O controlado pode sair do controle (o controlador trabalhará para evitar que isso aconteça), ou pode atacar, e formas de fazer isso emergiram como importantes passos na evolução das culturas. Além disso, os membros do grupo estabelecem o princípio de que é errado usar força, e punem aqueles que o fazem. Governos codificam princípios e codificam comportamentos de uso de força como ilegal, religiões chamam de pecaminoso, e ambos arranjam contingências para suprimi-los. [p. 167, §42]. Quando o controle é delegado a agências organizadas, o contracontrole se torna ineficaz: por exemplo, no caso de hospitais para psicóticos, lar de órfãos, etc. [p. 171, §48]. “Uma agência organizada insensível às consequências de suas práticas não está sujeita a importantes formas de contracontrole” [p. 172, §48].

18) Comportamento benevolente: Quando um controle é para o bem do controlado, diz-se que é um comportamento benevolente. Mas ele não o é porque o controlador se sente benevolente, para entender é necessário olhar para as contingências. Sentimentos de benevolência até podem acompanhar o comportamento, mas podem ter surgido de condições irrelevantes [p. 170, §47].

19) Sensibilidade às consequências: Há uma moralidade natural entre a evolução biológica e a cultural. A evolução biológica torna a espécie humana mais sensível ao ambiente e mais habilidosa para lidar com ele. A evolução cultural torna possível a evolução biológica, e tem deixado os organismos humanos sob um controle muito mais vasto do ambiente [p. 173-174, §52].

20) Ética e moral: Falar em planejamento cultural envolve controle, e isso implica em algumas críticas a respeito de falta de ética e moral no planejamento cultural. Entretanto, Skinner afirma que o ambiente social está mais envolvido com ética e moral do que o planejamento cultural, e que nossa preocupação ética deve envolver como deixar os indivíduos sob controle de consequências remotas [p. 170, §47]. Não se pode dizer que o cientista ou o planejador cultural sejam mais éticos do que outras pessoas, pois eles são afetados pelas variáveis de suas histórias de vida [p. 174-175, §54]. A ética e moral de alguém não dependem dela, e sim das características do ambiente em que ela vive, e as pessoas podem inclusive trabalhar para criar um ambiente mais ético e moral [p. 175, §55].

Segunda etapa: Caracterização das teses do texto

Explicações sobre os problemas da humanidade

TT1: Existem diversas discussões sobre o que há de errado com a América, inclusive em revistas semanais. Os problemas são relatados como distúrbios psíquicos nos jovens, recessões espirituais, crises psicológicas, crises espirituais. Normalmente esses problemas são atribuídos à ansiedade, incerteza, mal estar, alienação, desespero generalizado e diversos outros humores e estados mentais, e tudo isso interagindo no padrão intrapsíquico (falta de segurança que leva `alienação, frustração e agressão).

C1: Essas descrições não indicam os comportamentos problema e nada pode ser feito para modificar o problema, da forma que ele é descrito. Ou seja, explicações que são vistas cotidianamente sobre os problemas da sociedade não auxiliam em nada para a resolução dos problemas. Há uma dificuldade em olhar pras contingências do ponto de vista casual.

TA1: Para lidar com os problemas, uma análise científica é relevante, pois ajuda a definir o que deve ser feito e sugere maneiras de realizar a mudança. Para mudar um comportamento, é necessário mudar as contingências, portanto, é nelas que o foco do analista do comportamento deve estar.

Objeções ao planejamento cultural

TT2: Não tem como planejar uma cultura porque existem diferenças fundamentais entre o mundo real e o laboratório no qual o comportamento é estudado. O laboratório é inventado, o mundo real é natural; o laboratório é simples, o mundo é complexo; os processos observados no laboratório são ordenados, e o comportamento em outros lugares é caracteristicamente confuso.

C2: Essas são diferenças reais, mas elas podem não permanecerem conforme a ciência do comportamento avança, e elas frequentemente nem são tomadas como fatores sérios, nem mesmo atualmente.

TA2: A diferença entre o ambiente inventado e o natural não é um problema sério. Os esquemas de acordo com os quais o comportamento é reforçado são o mesmo em todas as situações. O esquema de reforçamento que acontece no ambiente natural é denominado no laboratório de razão variável, e o comportamento é afetado por ele da mesma forma em ambas as condições. A simplificação acontece da mesma forma: na ciência, condições são simplificadas, principalmente nos estágios iniciais do estudo, e, conforme graus de ordem vão aparecendo, as situações vão sendo configuradas de

forma mais complexas. Supersimplificar é na verdade apelar para o uso de sentimentos e estados da mente, que são inventadas com facilidade. A única solução para lidar com isso é lidando com as complexidades.

TT3: Argumentos afirmando que se houvesse um planejamento cultural, as pessoas não iriam gostar, ou que a cultura seria aversiva e não ser reforçadora para os indivíduos da maneira que estão acostumados.

C3: Isso acontece porque a palavra reforma está associada à destruição de reforçadores. O planejamento de uma nova cultura é reformular, no sentido de dar nova forma às práticas e isso implica necessariamente em uma mudança de reforçadores, mas não na perda destes.

TA3: É necessário planejar uma cultura que agrade não as pessoas que vivem nela agora, pois uma cultura que fosse agradar as pessoas atuais iria perpetuar o status quo, e seria agradável porque as pessoas foram ensinadas a gostar dela dessa forma. Uma cultura melhor será agradável para as pessoas que nela viverão porque ela será planejada com foco no que poderá ser mais reforçador.

TT4: Resistência ao controle: argumento que o planejamento de uma cultura é impossível porque as pessoas simplesmente não aceitam o fato de que podem ser controladas. Mesmo se pudesse ser provado que o comportamento é totalmente determinado, alguns indivíduos poderiam criar destruição e caos por pura maldade, só para provar um ponto de que não são controlados.

C4: Esse problema acontece devido a uma má interpretação do conceito de controle da Análise do Comportamento. As pessoas estão acostumadas com explicações que envolvem estados mentais. Existem boas razões pelas quais essa resistência existe: normalmente quando se fala de controle, as técnicas são aversivas e é esperado o contracontrole.

TA4: Todo comportamento é controlado, mas somos enganados pelas diferenças na visibilidade das medidas de controle. Alguns controles são mais óbvios, mas mesmo assim o controle sempre é recíproco.

TT5: A implicação do controle no planejamento intencional de uma cultura faz com que o planejamento seja chamado de eticamente ou moralmente errado.

C5: Ética e moral se preocupam mais em fazer com que consequências remotas afetem o comportamento. Além do mais, o ambiente social (práticas culturais e costumes de um grupo) levantam mais questionamentos éticos do que o planejamento de novas práticas culturais.

TA5: O que temos que nos perguntar, no ramo da ética e moral, é como fazer com que consequências remotas afetem o comportamento.

Terceira etapa: Elaboração de esquemas

Figura 4.

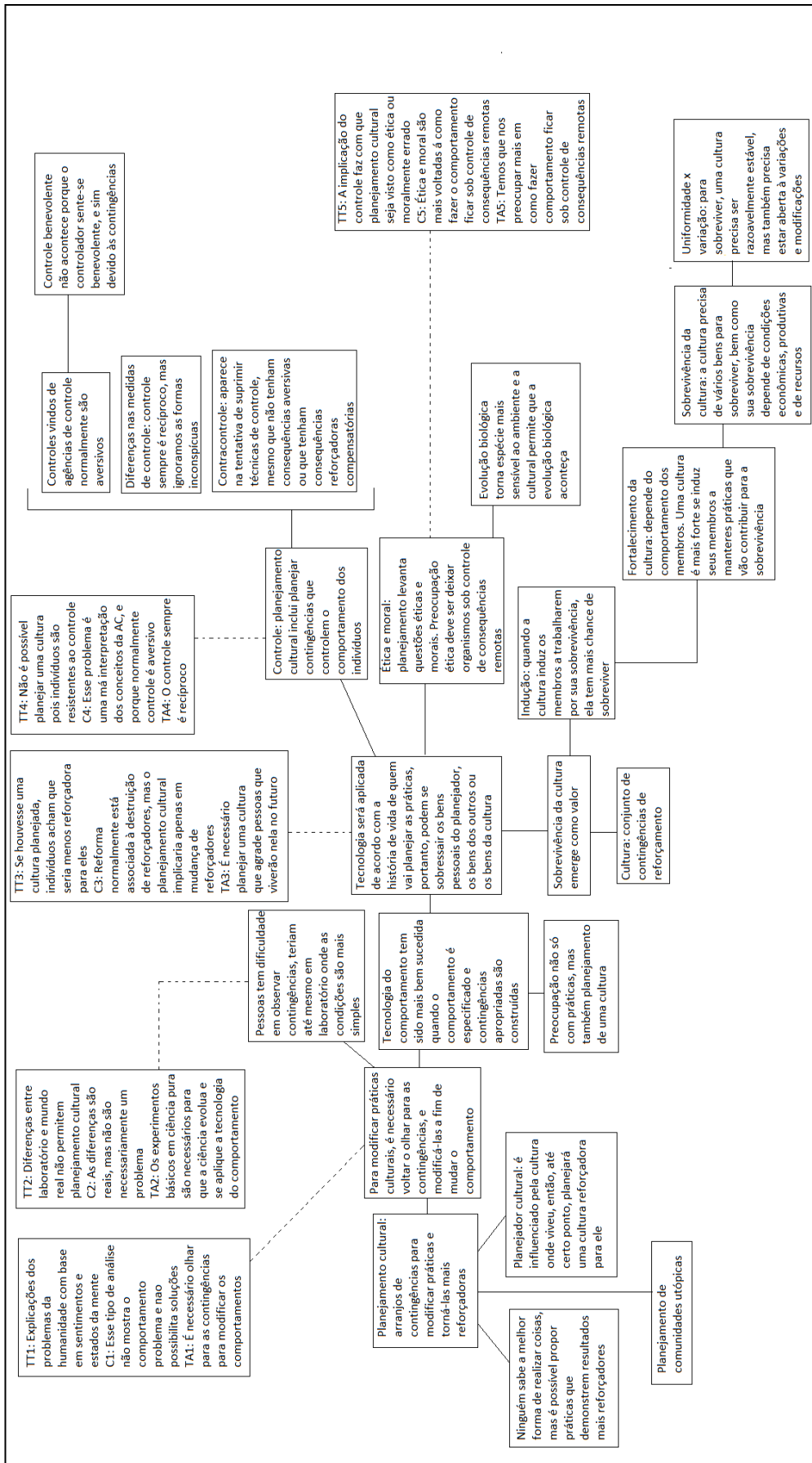


Figura 4

Esquema do capítulo *The design of a culture*

Quarta etapa: Síntese interpretativa

Nesse texto, Skinner discorre sobre a possibilidade do planejamento de uma cultura. Segundo o autor, essa prática faz parte de muitas culturas, e as pessoas costumam modificar as coisas que usam e a forma que usam, na tentativa de tornar suas práticas culturais melhores. A melhora é no sentido de práticas mais reforçadoras: ninguém sabe o que é melhor, mas, com o planejamento, podem surgir evidências de que determinadas práticas serão mais reforçadoras para os membros da cultura.

Algumas práticas presentes em uma cultura são produtos de contingências acidentais, cujas consequências não estão proximamente relacionadas com o valor de sobrevivência da prática. Acidentes foram responsáveis por muitas conquistas humanas e certamente continuarão contribuindo para diversas realizações, porém, deixar que as práticas surjam por acidente pode dar errado, e práticas não reforçadoras podem acabar tendo um valor de sobrevivência acidental. Portanto, para Skinner, não podemos esperar que as práticas se modifiquem ao acaso, especialmente porque é possível fazer um planejamento.

De acordo com Skinner, planejar uma cultura é como planejar um experimento, pois, há o arranjo de contingências e os resultados. Os experimentos são parte da ciência pura, e têm como objetivo notar os efeitos dos arranjos de contingências; já no planejamento da cultura, que faz parte da tecnologia do comportamento, o foco é se, a partir do arranjo de contingências, a cultura irá funcionar. Talvez não seja possível planejar uma cultura como um todo, mas com os avanços da Análise do Comportamento, é possível planejar práticas, mesmo que de maneira fragmentada.

Muitos estudiosos têm escrito obras que se referem ao planejamento de comunidades utópicas. As comunidades normalmente têm um pequeno número de habitantes, vivem em um lugar em contato estável uns com os outros, praticando um controle ético informal e o papel das agências organizadas de controle é minimizado. A sobrevivência da comunidade é ensinada como valor importante para os membros. Sabe-se que não há possibilidade de planejar uma comunidade de tal forma, pois no mundo real não é possível exercer controle ético tão e nem retirar o poder das agências institucionalizadas. Mas esses trabalhos são importantes, pois a simplificação que acontece na literatura utópica é nada mais que a simplificação que é característica da ciência.

Para modificar práticas culturais de fato, é necessário voltar o olhar para as contingências. Por muito tempo o papel selecionador do ambiente permaneceu obscuro, mas uma análise experimental descobriu a significância das contingências de reforçamento: conforme compreendemos a relação entre comportamento e ambiente, descobrimos novas formas de modificar o comportamento, isto é, o comportamento pode ser modificado por meio da modificação das condições das quais ele é função.

As contingências provêm formulações alternativas dos processos mentais. Normalmente, pessoas tentam explicar os problemas da humanidade com base em estados da mente e sentimentos. É comum que os problemas sejam atribuídos a humores e estados mentais. Essas descrições não indicam os comportamentos problema e, da forma descrita, nada pode ser feito para modificar o problema. Ou seja, explicações que são vistas cotidianamente sobre os problemas da sociedade não auxiliam em nada para a resolução dos problemas. Para lidar com eles, uma análise científica é necessária, pois ajuda a definir o que deve ser feito e sugere maneiras de realizar a mudança. Para mudar um comportamento, é necessário mudar as contingências, portanto, é nelas que o foco do analista do comportamento deve estar.

Pessoas têm dificuldade de enxergar as contingências, mesmo numa situação de laboratório, onde elas podem ser mais facilmente desvendadas. As contingências em laboratório são complexas, mas ainda assim são mais simples que em um ambiente

natural, mas, se alguém que não é familiarizado com a prática de laboratório observar, não irá entender por que o organismo se comporta da forma que se comporta. Não há como esperar então desses sujeitos que consigam observar as contingências em vigor em um ambiente da vida diária.

Há críticas que afirmam que as diferenças entre laboratório e mundo real não permitem um planejamento cultural. Segundo os críticos, não tem como planejar uma cultura porque existem diferenças fundamentais entre o mundo real e o laboratório no qual o comportamento é estudado. O laboratório é inventado, simples e ordenado, enquanto o mundo real é complexo e caracteristicamente confuso. Skinner afirma que essas são diferenças reais, mas elas podem não permanecer conforme a ciência do comportamento avança, e elas frequentemente nem são tomadas como fatores sérios, nem mesmo atualmente. Isso porque os esquemas de acordo com os quais o comportamento é reforçado são o mesmo em todas as situações. O comportamento é afetado pelo reforço da mesma forma em ambas as condições. Segundo o autor, supersimplificar é na verdade apelar para o uso de sentimentos e estados da mente, que são inventados com facilidade.

Portanto, é sim possível um planejamento cultural se o foco estiver nas contingências. A tecnologia do comportamento tem sido mais bem sucedida quando comportamentos problema são identificados e as contingências são arranjadas. Sendo ela eticamente neutra, pode ser usada para ser vilã ou santa. Porém, a preocupação não é meramente com práticas, mas com o planejamento de uma cultura.

Normalmente existem críticas afirmando que uma nova cultura planejada não seria tão reforçadora, porque normalmente reformas estão associadas à destruição de reforçadores. Mas na verdade, um planejamento cultural adequado seria apenas uma mudança de reforçadores. Skinner afirma que é necessário planejar uma cultura que agrade não as pessoas que vivem nela agora, pois uma cultura que fosse agradar as pessoas atuais iria perpetuar o status quo, e seria agradável porque as pessoas foram ensinadas a gostar dela dessa forma. Uma cultura melhor será agradável para as pessoas que nela viverão porque ela será planejada com foco no que poderá ser mais reforçador no futuro.

O planejador cultural, por sua vez, sempre estará ligado com a cultura na qual viveu. Até certo ponto, ele planejará um mundo do qual ele goste, uma cultura que será reforçadora para ele. Ele pode planejar práticas para seu benefício pessoal, mas, caso tenha sido ensinado em sua história de vida a prezar pelos bens dos outros, pode abrir mão de alguns reforçadores pessoais e planejar práticas que afetem positivamente também a vida de outras pessoas. Se ele foi induzido pela cultura a trabalhar pelo bem da cultura, pode também abrir mão de reforçadores pessoais e planejar práticas que tenham como valor primordial a sobrevivência da cultura.

A sobrevivência da cultura emerge como um valor que o planejador cultural deve ter como prioritário. Sendo a cultura um conjunto de contingências de reforçamento, essas contingências vão induzir os indivíduos a fortalecer a cultura para que ela sobreviva. Portanto, é necessário que a cultura seja provedora de meios para a aquisição de felicidade, prevenindo a insatisfação e a deserção dos membros. Os membros, por sua vez, devem se engajar em práticas que fortaleçam a cultura e possibilitem sua sobrevivência, o que inclui práticas de empreendimento, produção e conservação dos recursos disponíveis. Além disso, devem transmitir essas práticas para as próximas gerações, e assim a cultura se fortalece e, presumivelmente, tem mais chances de sobrevivência.

Além disso, para uma cultura sobreviver é necessário que seja razoavelmente estável, mas também flexível para mudanças, e isso deve ser prezado inclusive no

planejamento de práticas culturais. Se uma cultura planejada tem muita uniformidade e é extremamente regimentada, isso pode impedir futura evolução. É necessário buscar variação, sem cair de volta nas contingências acidentais, pois muitas culturas acidentais são marcadas por uniformidade e regimentação. Agências de controle buscam uniformidade, pois isso simplifica o problema do controle, mas impede a evolução cultural. É necessário haver uma diversificação planejada na qual a importância da variação é reconhecida. Dessa forma, o planejador cultural precisa trabalhar para que esses quesitos sejam atendidos para que a cultura possa sobreviver.

Porém, alguns ainda dizem que o planejamento da cultura não é possível porque implica em mostrar que os indivíduos são controlados, e eles não aceitariam isso. Segundo os críticos, mesmo se pudesse ser provado que o comportamento é totalmente determinado, alguns indivíduos poderiam criar destruição e caos por pura maldade, só para provar um ponto de que não são controlados. Skinner afirma que esse problema acontece devido a uma má interpretação do conceito de controle na Análise do Comportamento. As pessoas estão acostumadas com explicações que envolvem estados mentais, e explicar o comportamento humano por meio de controle causa estranhamento. Existem boas razões pelas quais essa resistência existe: normalmente quando se fala de controle, as técnicas são aversivas e é esperado o contracontrole. Todo comportamento é controlado, mas somos enganados pelas diferenças na visibilidade das medidas de controle. Alguns controles são mais óbvios, mas mesmo assim o controle sempre é recíproco e está acontecendo a todo momento.

Por ser sempre recíproco, Skinner afirma que não devemos pensar em quem estará exercendo o controle no caso de um planejamento cultural, e sim em quais contingências de controle estarão presentes na cultura planejada. É compreensível a aversão ao controle, pois normalmente as técnicas de controle, especialmente vindas das agências são aversivas. Até existe o controle benevolente que acontece algumas vezes, mas isso também não é resultado de um sujeito controlador que se sente benevolente, e sim das contingências de controle nas quais os indivíduos estão inseridos. O controle exercido por um planejamento cultural não deve ser aversivo.

Há também a necessidade de atentar para o contracontrole, que acontece na tentativa de suprimir todas as práticas de controle, mesmo quando elas não têm consequências aversivas ou tem consequências reforçadoras compensatórias. Quando o controle é delegado a agências organizadas, o contracontrole se torna ineficaz: por exemplo, no caso de hospitais para psicóticos, lar de órfãos, etc. Se uma agência organizada se torna insensível às consequências de suas práticas, ela não estará sujeita a importantes formas de contracontrole.

Devido ao conceito de controle implicado no planejamento cultural, há uma objeção afirmando que o planejamento possa ser eticamente ou moralmente errado. Entretanto, Skinner afirma que o ambiente social (práticas culturais, costumes de um grupo e controle exercido pelas agências) levantam mais questionamentos éticos do que o planejamento de novas práticas culturais. O que temos que nos perguntar, no ramo da ética e moral, é como fazer com que consequências remotas afetem o comportamento. Skinner afirma que ética e moral estão mais voltadas a deixar indivíduos sob controle de consequências remotas, e é com essa parte da ética que devemos nos preocupar.

O autor afirma que há uma relação entre a evolução biológica e a cultura, pois a evolução biológica permite que os indivíduos sejam sensíveis às consequências de seus comportamentos, e a evolução cultural permite que a evolução biológica aconteça, por meio da sobrevivência da cultura. Assim, há a necessidade de planejar práticas que tenham o valor de sobrevivência da cultura como prioridade, e que permitam que a evolução biológica aconteça tornando os indivíduos sensíveis às consequências de seus

comportamentos. A parte da ética já afirma que a ética e moral do planejamento cultural deve estar preocupada em deixar os indivíduos sob controle de consequências remotas, o que é necessário para que a sobrevivência da cultura seja tomada como valor.

Planejamento cultural deve ter em vista práticas que serão reforçadoras para os indivíduos que viverão na cultura no futuro, e também que tenham como princípio o valor de sobrevivência da cultura, ou seja, deve induzir os indivíduos a trabalharem pela sobrevivência da cultura.

Apêndice B

TRANSCRIÇÃO

[THE BEHAVIOR OF PEOPLE IN GROUPS]

Skinner, B. F. (1953). Social behavior. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre a definição de comportamento social

“Comportamento social pode ser definido como o comportamento de duas ou mais pessoas a respeito uma da outra ou a respeito de um ambiente em comum” [p. 297, §1].

“Uma ‘lei social’ deve ser gerada pelo comportamento dos indivíduos. É sempre o indivíduo que se comporta, e ele se comporta com o mesmo corpo e de acordo com os mesmos processos do que em uma situação não social” [p. 298, §2].

“O comportamento do indivíduo explica o fenômeno do grupo” [p. 298, §2].

“O comportamento reforçado pela mediação de outras pessoas difere em muitas formas do comportamento reforçado pelo ambiente mecânico. O reforço social varia de momento para momento, dependendo das condições do agente reforçador. Diferentes respostas podem alcançar o mesmo efeito, e uma resposta pode alcançar diferentes efeitos, dependendo da ocasião. Como resultado, o comportamento social é mais extenso em comparação ao comportamento em ambiente não social. Também é mais flexível, no sentido de que o organismo pode mudar mais prontamente de uma resposta para outra quando o comportamento não é eficaz” [p. 299, §6].

Sobre o ambiente social

“Contingências estabelecidas por um sistema de reforçamento social podem mudar lentamente” [p. 300, §8].

“Podemos analisar um episódio social considerando um organismo por vez. Dentre as variáveis a serem consideradas, estão aquelas que são geradas por um segundo organismo. Então, consideramos o comportamento do segundo organismo, tomando o primeiro como uma fonte de variáveis” [p. 304, §17].

“Maioria das culturas produzem pessoas cujo comportamento é controlado principalmente pelas exigências de uma dada situação. As mesmas culturas também produzem pessoas cujo comportamento é controlado principalmente pelo comportamento dos outros. Algumas dessas divisões das contingências, em qualquer situação cooperativa, parecem ser necessárias. O líder não é totalmente independente do seguidor, contudo, o seu comportamento requer o apoio de comportamentos correspondentes pela parte dos outros, e na extensão que essa cooperação é necessária, o líder é, na verdade, liderado por seus seguidores” [p. 306, §22].

“Por mais que o intercâmbio entre dois ou mais indivíduos cujos comportamentos estão interligados em um sistema social possa ser explicado em sua totalidade, certas variáveis permanecem obscuras” [p. 309, §28].

“O grupo pode reforçar o indivíduo por falar a verdade, ajudar os outros, retornar favores e reforçar os outros por fazerem as mesmas coisas. A regra de ouro é uma declaração generalizada do comportamento que é apoiada pelo grupo. Muitos sistemas interligados de comportamentos sociais não poderiam ser mantidos sem essas práticas convencionais. Isso é um ponto importante para explicar o sucesso de práticas culturais características de um grupo” [p. 310, §29].

“Na medida em que o reforçamento prévio pelo grupo determina a aptidão do comportamento do indivíduo para um sistema interligado, o sistema por si só não é totalmente autossustentável. A instabilidade é demonstrada quando um indivíduo que

não é adequadamente controlado pela cultura ganha uma vantagem pessoal temporária por explorar o sistema” [p. 310, §30].

Sobre o grupo como unidade que se comporta

“É comum falar sobre famílias, clãs, nações, raças e outros grupos como se fossem indivíduos. Esses conceitos como ‘a mentalidade grupal’, ‘o instinto do grupo’ e ‘caráter nacional’ foram inventados para apoiar essa prática. Contudo, é sempre o indivíduo que se comporta. O problema apresentado pelo grupo maior é explicar porque tantos indivíduos se comportam *juntos*” [p. 311, §32].

“Podemos responder essas questões por meio do exame de quais variáveis geradas pelo grupo encorajam comportamento de juntar-se e conformar-se” [p. 311, §32].

“Algum progresso na explicação da participação em um grupo é feito por meio da análise da imitação. Em geral, se comportar como os outros se comportam tem mais probabilidade de ser reforçado” [p. 311, §33].

“É sempre o indivíduo que se comporta, mesmo assim é o grupo que tem o efeito mais poderoso. Ao se juntar a um grupo, o indivíduo aumenta seu poder de alcançar o reforço” [p. 312, §34].

“As consequências reforçadoras geradas pelo grupo excedem facilmente a soma das consequências que poderiam ser alcançadas pelos membros agindo separadamente. O efeito reforçador total é enormemente aumentado” [p. 312, §34].

TRANSCRIÇÃO

[THE BEHAVIOR OF PEOPLE IN GROUPS]

Skinner, B. F. (1953). Personal control. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre controle de variáveis

“O poder de manipular as condições que afetam outras pessoas pode ser delegado ao controle individual pelas agências organizadas. A relação do controlador com o controlado pode ser caracterizada como governante para governado, padre para comunicante, terapeuta para paciente, empregador para empregado, professor para pupilo, etc. Mas quase todas as pessoas controlam algumas variáveis relevantes, além de tais papéis, as quais elas podem usar para sua vantagem própria. Podemos falar disso como *controle pessoal*. O tipo e a extensão dependem da dotação e habilidades do controlador” [p. 314, §2].

“Quando comparado às práticas das agências organizadas, o controle pessoal ainda é fraco” [p. 314, §3].

“Agências organizadas manipulam variáveis comuns a grupos de pessoas, mas o indivíduo pode se perguntar se um indivíduo controlado em particular é sensível a certas formas de estímulos, se respondem a certas formas de reforçamento, se o momento exibem estados de privação, etc.” [p. 314, §3].

Sobre técnicas de controle

“Força física é a técnica imediata mais efetiva para aqueles que têm o poder necessário . . . A forma mais extrema de contenção é a morte: o indivíduo é impedido de se comportar sendo morto” [p. 315, §6].

“O uso da força tem desvantagens óbvias como técnica de controle . . . Gera fortes disposições emocionais a contra-atacar . . . Não é eficaz no nível do comportamento privado” [p. 315-316, §7].

Manipulação de estímulos: “Usamos estímulos para *eliminar* comportamentos por meio da evocação de respostas incompatíveis” [p. 316, §9].

Reforçamento como técnica de controle: “Se o indivíduo tem posse de dinheiro ou bens, ele pode usá-los com o propósito de reforçamento na forma de salários, subornos ou gratificações. Se ele está em uma posição de oferecer um favor a alguém, ele pode reforçar de acordo com isso. Ele também pode ser capaz de oferecer seu próprio trabalho físico, seja para um empregador em retorno de salários ou para um amigo em retorno de alguma ação particular. Estimulação sexual é uma forma comum de reforçamento e é amplamente usada como forma de controle pessoal” [p. 317, §10].

“Na prática, muitos desses reforçadores são precedidos por reforçadores condicionados mais imediatos. Dinheiro é por si só um reforçador condicionado, mas reforçamento primário pode ser adiado quando um cheque é dado, o qual será transformado em dinheiro depois. Contratos e promessas verbais são outras formas de reforçadores condicionados disponíveis no controle pessoal. Exemplos menores incluem elogios e agradecimentos” [p. 317, §11].

Estimulação aversiva: “Reforçamento negativo é empregado no controle pessoal” [p. 317, §12].

Punição: “Punição não deve ser confundida com contenção física ou o uso de estimulação aversiva . . . A punição como técnica de controle tem todas as desvantagens da contenção física, e, além disso gera disposições emocionais que podem ser desvantajosas ou até mesmo perigosas tanto para o controlador quanto para o controlado” [p. 318, §13].

“Punição como remoção de reforçadores positivos, condicionados ou incondicionados, é exemplificado como deixar um dependente sem dinheiro, se recusar a prover comida ou abrigo que havia sido previamente provido, impor sanções econômicas, se recusar a contato sexual costumeiro. Outro exemplo importante é a retenção de estimulação social costumeira” [p. 318, §14].

“Punição na forma de apresentação de estímulos aversivos é mais comum. Injúria física é exemplificada como espancar uma criança, golpear um adulto e atacar uma nação. Estímulos aversivos condicionados, muitos deles verbais, são exemplificados como desaprovação ou criticismo, condenação ou maldição, ridicularizar ou a apresentação de más notícias. Essas são punições apenas quando contingentes ao comportamento” [p. 318, §15].

Apontar contingências de reforçamento: “É possível usar técnicas baseadas em reforçamento e punição mesmo sem ser capaz de controlar os eventos em questão. Um efeito considerável pode ser alcançado simplesmente por meio da clarificação da relação entre o comportamento e suas consequências” [p. 319, §16].

Privação e saciação: “A privação pode ser usada para controlar comportamentos que foram fortalecidos por reforçamento generalizado” [p. 319, §17].

Emoção: “Algumas vezes estamos interessados em controlar respostas reflexas características de emoções, assim como em fazer pessoas rirem, corarem ou chorarem. Tendemos a nos interessar mais em estabelecer *predisposições* emocionais. Notamos os casos importantes em que pessoas estão ‘favoravelmente inclinadas’ em direção a uma pessoa em particular devido a um conjunto de circunstâncias . . . Gratificações, por exemplo, servem como um modo de controle não apenas de reforçamento, mas na geração de ‘atitudes favoráveis’ [p. 320, §18].

Uso de drogas: “A droga mais comumente usada em controle pessoal é o álcool. Como certas operações emocionais, é frequentemente utilizado para dispor um indivíduo em direção a ações favoráveis” [p. 320, §19].

Efeitos do controle pessoal

“Controle é frequentemente aversivo ao controlado. Técnicas baseadas no uso da força, particularmente a punição ou a ameaça de punição, são aversivas por definição, e técnicas que apelam para outros processos também são questionáveis quando, como é normalmente o caso, a vantagem final do controlador é oposta aos interesses do controlado” [p. 320, §20].

“Somos muitos mais suscetíveis a apresentar respostas emocionais frente ao controle social do que ao controle não social” [p. 320, §21].

“Aqueles que estão mais preocupados em restringir o controle pessoal terão mais ganhos se entenderem claramente as técnicas de controle empregadas” [p. 322, §23].

TRANSCRIÇÃO

[THE BEHAVIOR OF PEOPLE IN GROUPS]

Skinner, B. F. (1953). Group control. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre o controle exercido pelo grupo

“O indivíduo está sujeito a um controle mais poderoso quando duas ou mais pessoas manipulam variáveis que têm um efeito em comum sobre seu comportamento. Isso acontecerá se duas ou mais pessoas exercem o controle sobre o indivíduo da mesma forma.” [p. 323, §1].

“O grupo age como uma unidade na medida em que seus membros são afetados pelo indivíduo. Ela não precisa ser altamente organizada, mas alguma forma de organização normalmente se desenvolve. As práticas de controle adquirem certa uniformidade das forças coesivas que fazem com que os indivíduos tomem parte na ação do grupo e do seu modo de transmissão de uma geração para a outra” [p. 323-324, §2].

“A principal técnica empregada no controle do indivíduo por qualquer grupo de pessoas que tenham vivido juntas por um período suficiente de tempo é o seguinte. O comportamento do indivíduo é classificado como ‘bom’ ou ‘ruim’, ou, com o mesmo efeito, ‘certo’ ou ‘errado’, e é reforçado e punido de acordo” [p. 324, §3].

“As práticas atuais do grupo podem não ser consistentes com essas definições. A classificação inicial pode ter sido acidental: uma parte visível do comportamento que era apenas de forma adventícia correlacionada com eventos reforçadores ou aversivos foi classificada como boa ou ruim de acordo. Nossa definição se aplica literalmente à origem de tal prática supersticiosa, mas não se encaixa em nenhum efeito atual. A classificação do comportamento também continua a ser demarcada como boa ou ruim, apesar de que através de mudanças nas condições, não são mais reforçadoras ou aversivas” [p. 324, §3].

“As práticas de controle são bastante óbvias. Comportamento bom é reforçado e comportamento ruim é punido. Estimulação aversiva condicionada por meio de comportamento ruim como resultado da punição é associada com um padrão emocional comumente chamado de ‘vergonha’. O indivíduo responde a isso quando ele ‘sente-se envergonhado de si mesmo’” [p. 325, §6].

“Em resumo, o efeito do controle do grupo está em conflito com o comportamento primariamente reforçado do indivíduo. Comportamento egoísta é contido, e altruísmo é encorajado. Mas o indivíduo ganha com essas práticas porque é parte do grupo controlador com respeito a todos os outros indivíduos. Ele pode estar sujeito ao controle, mas se engaja em práticas similares de controle ao comportamento de outros” [p. 327, §11].

Sobre aspectos éticos do controle do grupo

“A ética está normalmente preocupada em *justificar* práticas de controle ao invés de meramente descrevê-las. Porque uma parte em particular do comportamento é classificada como boa ou ruim? A questão é, algumas vezes, respondida com a afirmação de que ‘bom’ e ‘ruim’ foram definidos por uma autoridade sobrenatural... Quando pode ser mostrado que uma classificação leva a resultados que são positivamente reforçadores aos indivíduos, outra forma de explicação fica disponível. Tal explicação não precisa questionar os possíveis efeitos benéficos da classificação” [p.328, §14].

TRANSCRIÇÃO

[AGÊNCIAS DE CONTROLE]

Skinner, B. F. (1953). *Government and law*. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre as agências controladoras

“Dentro do grupo, certas *agências controladoras* manipulam conjuntos de variáveis em particular. Essas agências usualmente são mais organizadas do que o grupo como um todo, e frequentemente operam com maior sucesso” [p. 333, §1].

“Na discussão de agências controladoras, estamos preocupados especificamente com certos tipos de poder sobre variáveis que afetam o comportamento humano e práticas de controle que podem ser empregadas devido ao seu poder” [p. 334-335, §4].

“Nós precisamos identificar os indivíduos que compõem a agência e explicar porque eles têm o poder para manipular variáveis sobre as quais a agência exerce controle. Nós precisamos também analisar o efeito geral no controlado, e mostrar como isso conduz a um retorno reforçador, o que explica a continuação da existência da agência” [p. 335, §4].

Sobre a agência governamental

“No governo organizado de um estado moderno, a tarefa específica de punição é designada a grupos especiais – a polícia e os militares” [p. 335, §6].

“Onde o grupo classifica comportamentos como ‘certo’ ou ‘errado’ por propósitos de reforçamento ético, a agência governamental adota a distinção entre ‘legal’ e ‘ilegal’. Os termos são definidos mais ou menos em relação à fonte de poder da agência. Sob um legislador absoluto, o comportamento é ilegal se tem consequências aversivas para a agência . . . Como a agência governamental opera principalmente através do poder da punição, a ênfase fica no que é ‘errado’” [p.336-337, §9].

“Estímulos aversivos condicionados são produzidos, um efeito que relembra a ‘sensação de vergonha’ produzida pelo controle do grupo. Quando isso resulta da punição governamental, o termo comum é ‘culpa’” [p. 337, §10].

“Ao estabelecer comportamento obediente, a agência controladora se prepara para futuras ocasiões que não podem ser previstas, e para as quais um repertório explícito não pode ser preparado antecipadamente. Quando surgem novas ocasiões para as quais o indivíduo não tem resposta, ele simplesmente faz o que ele é mandado” [p. 338, §11].

“Um ponto importante no desenvolvimento da agência governamental é a codificação de suas práticas de controle. O estudo da lei ou da jurisprudência está usualmente interessado nos códigos e nas práticas de governos específicos, passados ou presentes” [p. 338, §12].

“Uma lei normalmente tem duas características importantes. Em primeiro lugar, ela especifica comportamentos. O comportamento usualmente não é descrito topograficamente, mas em termos de seus efeitos sobre os outros – o efeito que é o objeto do controle governamental . . . Uma lei é também uma *declaração de uma contingência de reforçamento mantida por uma agência governamental*” [p.339, §13].

Efeito da lei sobre o controlado: “O indivíduo é diretamente afetado apenas por uma pequena fração das contingências predominantes. Com a afirmação que ‘ignorância da lei não é desculpa’, a agência governamental deixa o real condicionamento do indivíduo para os outros. Pais e amigos estabelecem contingências menores que mantêm o comportamento em limites legais, e a função governamental pode ser também apoiada ativamente pelo grupo ético e pelas instituições religiosas e educacionais com suas técnicas apropriadas” [p. 339, §14].

Efeito da lei sobre a agência controladora: “Para manter ou ‘impor’ contingências de controle governamental, uma agência deve estabelecer o fato de que um indivíduo se comportou ilegalmente e deve interpretar um código para determinar sua punição. Ele deve então executar sua punição. Esses trabalhos são normalmente divididos entre subdivisões especiais da agência. As vantagens obtidas quando o indivíduo está ‘não sob homens mas sob a lei’ tem normalmente sido óbvia, e os melhores codificadores da lei ocupam lugares de honra na história da civilização” [p. 340-341, §16].

“Liberdade do governo é liberdade de consequências aversivas. Nós escolhemos uma forma de governo que maximize a liberdade por uma razão bem simples: eventos aversivos são aversivos. Um governo que faz um menor uso de seu poder para punir tem mais tendência a reforçar nosso comportamento em apoiá-lo” [p. 348, §37].

“O ‘direito’ de um governador era um dispositivo antigo para explicar seu poder governar. ‘Direitos humanos’ como justiça, liberdade e segurança são dispositivos para explicar o contracontrole exercido pelo governado” [p. 349, §39].

TRANSCRIÇÃO

[AGÊNCIAS DE CONTROLE]

Skinner, B. F. (1953). Religion. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre o controle da agência religiosa

“Não é a técnica de controle, mas o efeito final sobre o grupo que nos conduz a aprovar ou desaprovar qualquer prática” [p. 350, §1].

“Um protótipo do controle religioso surge quando contingências raras ou acidentais são usadas no controle do comportamento dos outros. Por exemplo, podemos ‘culpar’ alguém por um evento infeliz que não era realmente efeito de seu comportamento, apesar da relação temporal ser motivo para uma contingência ser afirmada . . . Culpamos ele a fim de alterar seu comportamento futuro – torna-lo menos propenso a gastar tempo com ociosidade, e alcançamos isso tornando um evento não relacionado em uma consequência punitiva efetiva por meio de certos processos verbais. Usamos o evento como punição, mesmo que não tenhamos arranjado a contingência. É apenas uma questão de tempo para reivindicar a habilidade de arranjar tais contingências . . . A menos que o controlador se comporte de acordo com o comando, o controlador causará má sorte à ele. A ameaça pode ser tão poderosa quanto a imposição de punição física comparável” [p. 351, §3].

“Também afetamos o comportamento de outros usando consequências reforçadoras positivas acidentais” [p.351-352, §4].

“A principal técnica [da agência religiosa] é uma extensão do controle governamental e do grupo. O comportamento é classificado não simplesmente como ‘bom’ ou ‘ruim’, ou ‘legal’ ou ‘ilegal’, mas como ‘moral’ e ‘imoral’, ou ‘virtuoso’ ou ‘pecaminoso’. Ele é reforçado ou punido de acordo. Descrições tradicionais do Paraíso e Inferno resumem reforçamento positivo e negativo” [p. 352-353, §6].

“A agência pune comportamento pecaminoso de tal forma, que ele automaticamente gera uma condição aversiva que o indivíduo descreve como ‘sensação de pecado’” [p. 353, §8].

“Considerando que a emoção é usualmente uma forma importante de controle religioso, condicionamento respondente é importante. Arte, música e pompa religiosa geram respostas emocionais através do retrato do sofrimento de mártires, o tormento dos condenados, o afeto das emoções da família, etc. Essas respostas são transferidas para estímulos, verbais ou não verbais, que são mais tarde utilizados pela agência para propósitos de controle” [p. 354-355, §10].

“A agência religiosa bem desenvolvida que deriva muito de seu poder do grupo, pode controlar amplamente de acordo com as práticas do grupo. Ela funciona de acordo com o controle ético, suprimindo o comportamento egoísta primariamente reforçado e fortalecendo o comportamento que funciona para vantagens dos outros. O controle é, no entanto, normalmente mais rigoroso do que o exercido pelo grupo. No controle ético, variáveis são manipuladas devido a ameaças ao bem estar de membros do grupo, mas a agência religiosa mantém suas práticas de acordo com um critério mais rígido de comportamento virtuoso ou pecaminoso” [p. 355-356, §13].

“A agência religiosa normalmente estabelece um repertório de *obediência* para uso futuro, e pode também arranjar um *autocontrole* extremamente poderoso para garantir uma medida de comportamento controlado na ausência de um agente religioso” [p. 356, §14].

Contracontrole: “O indivíduo controlado pode simplesmente deixar a esfera de controle da agência, pode questionar a realidade das contingências reivindicadas, pode atacar a agência por meio do estabelecimento de uma agência rival, etc.” [p. 358, §18].

TRANSCRIÇÃO

[AGÊNCIAS DE CONTROLE]

Skinner, B. F. (1953). *Psychotherapy*. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre os subprodutos do controle

“Certos subprodutos, no entanto, não são vantajosos para o controlador e são prejudiciais tanto para o indivíduo quanto para o grupo. Eles tendem a acontecer principalmente quando o controle é excessivo e inconsistente” [p. 359, §1].

Fuga: “O indivíduo pode simplesmente fugir do controlado” [p. 329, §2].

Revolta: “O indivíduo pode contra-atacar o agente controlador” [p. 359, §3].

Resistência passiva: “Simplesmente não se comportar em conformidade com as práticas controladoras” [p. 360, §4].

“A agência controladora normalmente lida com esses subprodutos por meio da intensificação de suas práticas” [p. 360, §5].

Sobre os subprodutos emocionais do controle

Medo: “A prática controladora que conduz o indivíduo a escapar, também dá origem a padrões emocionais de medo. Respostas reflexas nas glândulas e músculos lisos são

primeiramente eliciadas pelos estímulos aversivos usados em punições, e depois por quaisquer estímulos que tenham ocorrido ao mesmo tempo. As respostas podem estar acompanhadas por profundas mudanças no comportamento operante – um aumento na força de qualquer comportamento que tenha conduzido à fuga e um enfraquecimento geral de outras formas” [p. 361, §7].

Ansiedade: “Um acompanhamento comum à esquiva ou fuga é a ansiedade . . . Medo de um evento futuro pode ser provocado por estímulos específicos que precederam eventos punitivos ou características do ambiente geral no qual tais eventos aconteceram . . . A condição inclui tanto respostas de glândulas e músculos lisos como modificações no comportamento operante” [p. 362, §10].

Raiva: “O padrão emocional que acompanha revolta inclui respostas das glândulas e músculos lisos e um efeito marcante sobre o comportamento operante, o que inclui o aumento da disposição para agir agressivamente em direção ao agente controlador e um enfraquecimento de outros comportamentos” [p. 362, §11].

Depressão: “As respostas emocionais associadas à resistência passiva são de diversos tipos . . . O adulto pode ficar depressivo, ressentido, mal-humorado, apático ou entediado, dependendo dos detalhes do controle” [p. 362, §12].

Sobre os subprodutos do controle no comportamento operante

Comportamento excessivamente contido: “Punições repetidas podem produzir uma pessoa inibida, tímida ou reservada” [p. 365, §19].

Déficit de autoconhecimento: “O indivíduo também pode reagir de forma defeituosa a estímulos gerados por seu próprio comportamento” [p. 366, §22].

Sobre as técnicas de controle da psicoterapia

“A psicoterapia já se tornou uma importante fonte de controle na vida de muitas pessoas” [p. 368, §26].

“Os passos que devem ser realizados para corrigir uma determinada condição de comportamento seguem diretamente da análise dessa condição. Se os passos poderão ser dados vai depender, com certeza, de se o terapeuta tem controle sobre as variáveis relevantes” [p. 368, §29].

“Existe certa oposição entre a psicoterapia e o controle religioso e governamental. A oposição também é vista quando o psicoterapeuta sugere mudanças nas técnicas de controle estabelecidas” [p. 371, §36].

“As técnicas disponíveis das agências religiosa e governamental são extremamente poderosas, e elas são frequentemente mal usadas com resultados desvantajosos tanto para o indivíduo quanto para o grupo. Um grau de contracontrole por parte da psicoterapia ou alguma agência similar é necessário” [p. 372, §38].

TRANSCRIÇÃO

[AGÊNCIAS DE CONTROLE]

Skinner, B. F. (1953). Economic control. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre o reforçamento de comportamentos por meio de dinheiro

“Um indivíduo é induzido a realizar um trabalho por meio do reforçamento com dinheiro ou bens . . . Quando damos uma gorjeta a alguém ou o pagamos para realizar um pequeno serviço, e assim aumentamos a probabilidade dele realizar um serviço similar no futuro, não estamos longe dos estudos de reforçamento operante de

laboratório. O comportamento ocorreu e foi fortalecido pelas suas consequências” [p. 384-385, §2].

“Salários são normalmente contingentes a comportamentos específicos e a níveis de qualidade ou de habilidades específicos” [p. 389, §13].

“Atualmente, é reconhecido que o empregado raramente trabalha ‘apenas pelo dinheiro’. O empregador que confia exclusivamente no controle econômico negligencia o fato que o trabalhador é reforçado de outras formas. O indivíduo habilidoso não constrói algo apenas para vender por dinheiro, ele é reforçado por seu sucesso de dominar o meio em que trabalha e por produzir algo pelo qual ele recebe aprovação. Esses reforçadores tradicionais pode ter efeito substancial em manter seu nível de trabalho” [p. 390, §14].

“Ele gosta do seu trabalho no sentido de que é reforçado por ir ao trabalho – não apenas por um esquema de salário, mas pelas condições nas quais ele trabalha, seus colegas de trabalho, etc. Ele não gosta de ir ao trabalho na medida em que existem propriedades aversivas” [p. 390, §15].

“O ‘valor econômico’ do trabalho ou de outros serviços pessoais têm a ver com a correspondência entre efeitos reforçadores positivos e negativos. Os efeitos reforçadores de duas tarefas poderiam ser diretamente comparados, mas o dinheiro provê uma escala única na qual os valores econômicos de tipos diferentes de trabalho podem ser representados. Já vimos que o dinheiro tem certas vantagens como reforçador generalizado” [p. 392, §19].

“Comportamento tem ‘valor de incômodo’ quando alguém é pago para não fazê-lo . . . Quando o comportamento do qual a pessoa desistiu não tem consequências reforçadoras ou é altamente aversivo para a pessoa que paga para suprimi-lo, o dinheiro pago refere-se a chantagem” [p. 393, §22].

“Já que o dinheiro que alguém dará em troca de bens é uma medida do efeito reforçador dos bens, isso vai variar de acordo com o nível de *privação*” [p. 394, §25].

“Uma consideração importante é a *história de reforçamento* do comportamento de adquirir ou desistir de bens ou dinheiro” [p. 395, §26].

TRANSCRIÇÃO

[AGÊNCIAS DE CONTROLE]

Skinner, B. F. (1953). Education. In *Science and human behavior*. New York: The MacMillan Company.

Sobre o controle da agência educacional

“A educação enfatiza a aquisição do comportamento mais do que sua manutenção” [p. 402, §2].

“Uma extensão do controle ético para a educação pode, como o orgulho da família, ter vantagens especiais para o grupo, o que no caso pode ser explicado apenas através de uma análise de práticas culturais” [p. 403, §3].

“Os reforçadores utilizados por instituições educacionais estabelecidas . . . estão associados com o reforçador generalizado de aprovação” [p. 405, §8].

Sobre o comportamento resultante do controle educacional

“A entidade que é tradicionalmente tida como maximizada pela educação é chamada ‘conhecimento’. O termo se refere a alguns dos mais complexos tipos de comportamento humano” [p. 408, §15].

“Maioria do conhecimento adquirido na educação é verbal. O estímulo que constitui a ocasião apropriada pode ser verbal ou não verbal” [p. 408, §16].

“Uma instituição educacional frequentemente instrui o estudante diretamente, mas isso usualmente funciona por meio do estabelecimento de um repertório verbal complexo que o estudante irá usar mais tarde no que pode ser chamado de autoinstrução. O falante e o ouvinte habitam sob a mesma pele. Em dada ocasião, comportamento verbal é evocado, e instrui o estudante a um comportamento não verbal” [p. 410, §19].

TRANSCRIÇÃO

[COMPORTAMENTO VERBAL]

Skinner, B. F. (1974). Verbal behavior. In *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.

Sobre as contribuições do comportamento verbal

“O comportamento operante vocal fez grande diferença porque estendeu o escopo do ambiente social” [p. 98, §1].

“Comportamento verbal é comportamento. Tem uma característica principal apenas porque é reforçado por seus efeitos nas pessoas – primeiramente em outras pessoas, mas eventualmente no próprio locutor” [p. 99, §2].

Sobre diferentes aspectos do comportamento verbal

“O significado de uma resposta não está na sua forma topográfica, mas será encontrado em sua história antecedente” [p. 100, §5].

TRANSCRIÇÃO

[CONTROLE]

Skinner, B. F. (1974). The question of control. In *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.

Sobre o contracontrole

“Agências organizadas ou instituições, como governos religiões, sistemas econômicos, e em uma menor extensão educadores e psicoterapeutas, exercem um poderoso e problemático controle. Ele é exercido de formas que efetivamente reforçam os que o exercem, e infelizmente isso normalmente significa que será imediatamente aversivo aos controlados, ou que irá explorá-los a longo prazo” [p. 209, §4].

“Aqueles que são controlados agem. Eles escapam do controlador – se mudando para longe dele se for um indivíduo ou desertando um governo, se tornando um apóstata de uma religião, resignando ou evadindo – ou eles podem atacar a fim de enfraquecer ou destruir o poder controlador, como em uma revolução, uma reforma, uma greve ou um protesto estudantil. Em outras palavras, eles se opõem ao controle com contracontrole” [p. 209, §5].

Sobre liberdade e controle

“O fato importante não é que nos sentimos livres quando somos positivamente reforçados, mas *que nós não tendemos a escapar ou contra-atacar*” [p. 217, 22].

“O fato de que o reforçamento positivo não gera contracontrole não passou despercebido pelos controladores, que simplesmente mudaram para meios positivos” [p. 218, §23].

“O controle é oculto quando é representado como mudanças de mentes ao invés de comportamentos. Persuasão não é sempre efetiva, mas quando é, gera pouco ou nenhum contracontrole. Persuadimos em parte pela descrição de consequências potencialmente reforçadoras” [p. 23, §24].

Sobre a evolução das culturas

“O ambiente social ao qual tenho me referido é usualmente chamado de cultura, apesar de que uma cultura é frequentemente definida de outras formas – um conjunto de costumes ou maneiras, um sistema de ideias e valores, uma rede de comunicação, etc. Como um conjunto de contingências de reforçamento mantidas por um grupo, possivelmente formulada em regras ou leis, ela tem um nítido status físico, uma existência contínua para além das vidas dos membros do grupo, um padrão de modificação conforme práticas são adicionadas, descartadas, modificadas ou, acima de tudo, fortalecidas. Uma cultura assim definida *controla* o comportamento dos membros do grupo que a pratica” [p. 223, §33].

“O mais importante sobre uma cultura assim definida é que ela evolui. Uma prática surge como uma mutação, e afeta as chances do grupo resolver seus problemas, e se o grupo sobrevive, a prática sobrevive com ele. Ela foi selecionada por sua contribuição para a efetividade daqueles que a praticam. Aqui está outro exemplo do processo sutil denominado de seleção, e ele tem as mesmas características familiares. Mutações podem ser aleatórias. Uma cultura não precisa ser planejada, e sua evolução não exhibe um propósito” [p. 223-224, §35].

“O que é bom para a espécie é o que faz com que ela sobreviva. O que é bom para o indivíduo é o que promove seu bem estar. O que é bom para a cultura é o que permite que ela resolva seus problemas. Existem, como já visto, outros tipos de valores, mas eles eventualmente ficam em segundo plano, atrás da sobrevivência” [p. 226, §41].

“O planejamento do comportamento humano implica, naturalmente, em controle, e possivelmente a pergunta feita com mais frequência aos behavioristas é: quem controlará? A questão representa um velho erro de olhar para o indivíduo ao invés de olhar para o mundo em que ele vive. Não será um ditador benevolente, um terapeuta compassivo, um professor devoto ou um industrialista zeloso que planejará uma forma de viver que interesse a todos. Precisamos olhar, ao invés disso, para as condições sob as quais as pessoas governam, ajudam, ensinam e arranjam sistemas de incentivo de formas particulares. Em outras palavras, precisamos olhar para a cultura como ambiente social” [p. 226, §43].

TRANSCRIÇÃO

[LIBERDADE]

Skinner, B. F. (1971). Freedom. In *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, Inc.

Sobre o condicionamento operante

“Um papel muito mais importante é desempenhado pelo comportamento que enfraquece estímulos prejudiciais de outra forma. Ele não é adquirido na forma de reflexos condicionados, mas como produto de um processo diferente chamado condicionamento operante” [p. 27, §1].

“De uma forma ou outra, controle aversivo intencional é um padrão da maioria das coordenações sociais – ética, religião, governo, economia, educação, psicoterapia e vida familiar” [p. 28, §3].

Sobre o contracontrole

“Uma pessoa escapa ou evita tratamento aversivo se comportando de formas que reforçam aqueles que o trataram de maneira aversiva, mas ele pode escapar de outras formas. Por exemplo, ele pode simplesmente sair do alcance do controlador. Uma pessoa pode escapar da escravidão, imigrar ou desertar de um governo, desertar do exército, se tornar apóstata de uma religião, se tornar faltoso, deixar suas casas ou abandonar uma cultura se tornando um vendedor ambulante, um eremita ou um hippie. Esse comportamento é produto de condições aversivas, bem como o comportamento que as condições foram planejadas para evocar” [p. 28-29, §4].

“Outro modo anômalo de escapar é atacando aqueles que arranjam contingências aversivas ou destruindo seu poder. Podemos atacar aqueles que nos empurram ou que nos incomodam assim como atacamos as ervas daninhas em nosso jardim, mas novamente a luta por liberdade é direcionada principalmente aos controladores intencionais – em direção à aqueles que tratam os outros de maneira aversiva a fim de induzi-los a se comportar de maneiras particulares [p. 29, §5].

Sobre liberdade

“O que podemos chamar de ‘literatura da liberdade’ tem sido designada para induzir pessoas a escapar ou atacar aqueles que agem para controla-los de maneira aversiva. O conteúdo da literatura é a filosofia da liberdade, mas filosofias se utilizam de causas internas, que precisam ser examinadas” [p. 30, §7].

“A literatura da liberdade frequentemente enfatiza as condições aversivas sob as quais as pessoas vivem, talvez as contrastando com as condições de um mundo mais livre” [p. 30, §8].

“Pode se dizer que teorias tradicionais definem liberdade como ausência de controle aversivo, mas a ênfase tem sido em como essa condição é *sentida*. Outras teorias tradicionais tem definido a liberdade como a condição de uma pessoa quando ela se comporta sob controle não aversivo, mas a ênfase tem sido num estado da mente associado a fazer o que quer” [p. 32, §12].

“O sentimento de liberdade se torna um guia não confiável de ação assim que os possíveis controladores tornam suas medidas de controle não aversivas, como tendem a fazer para evitar os problemas que surgem quando o controlado escapa ou ataca. Medidas não aversivas não são conspícuas como as aversivas, e tendem a ser adquiridas mais lentamente, mas elas têm vantagens óbvias que promovem seu uso” [p. 32, §13].

“Os efeitos não são tão facilmente reconhecidos como os efeitos das contingências aversivas, porque eles tendem a ser protelados e as aplicações têm sido atrasadas, mas as técnicas são tão poderosas como as antigas técnicas aversivas estão agora disponíveis” [p. 33, §13].

“Um problema surge para o defensor da liberdade quando o comportamento gerado por reforçamento positivo adia consequências aversivas . . . O que chamamos de reforçadores positivos condicionados podem frequentemente serem usados com resultados mais tardiamente aversivos” [p. 33, §14].

“Um hobby fascinante, um esporte, um caso de amor ou um salário alto podem competir com atividades que seriam mais reforçadoras em longo prazo, mas o prazo e muito longo para tornar o contracontrole possível. Esse é o motivo do contracontrole ser exercido, se for exercido, apenas por aqueles que sofrem consequências aversivas mas não estão sujeitos a reforçamento positivo” [p. 36, §19].

“Liberdade é uma questão de contingências de reforçamento, e não dos sentimentos que as contingências geram. A distinção é particularmente importante quando as contingências não geram fuga ou contra-ataque” [p. 37-38, §21].

“É dito que apesar do comportamento ser completamente determinado, é melhor que o homem ‘se sinta livre’ ou ‘acredite que ele é livre’. Se isso significa que é melhor ser controlado de maneira que não haja consequências aversivas, podemos concordar, mas se isso significa que é melhor ser controlado de maneiras contra as quais ninguém se revolta, isso falha ao levar em conta as possíveis consequências aversivas em longo prazo. Um segundo comentário parece mais apropriado: ‘é melhor ser um escravo consciente do que um escravo feliz’. A palavra ‘escravo’ clarifica a natureza das consequências a serem consideradas: elas são exploradoras e conseqüentemente aversivas. O que o escravo deve ter consciência é sobre sua miséria; e um sistema de escravidão tão bem planejado que não gera revolta é a real ameaça. A literatura da liberdade tem sido planejada para tornar o homem ‘consciente’ do controle aversivo, mas em sua escolha de métodos tem falhado em resgatar o escravo feliz” [p. 39-40, §26].

“O problema é libertar os homens, não de controle, mas de certas formas de controle, e isso pode ser resolvido apenas se nossa análise levar em conta todas as consequências” [p. 41, §30].

“Para fazer com que o ambiente social seja o mais livre possível de estímulos aversivos, não precisamos destruir o ambiente ou escapar dele; precisamos planejá-lo” [p. 42, §31].

Apêndice C

Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto

Bourdieu, P. (2017). Uma imagem ampliada (Cap. 1). In *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. (Original publicado em 1998).

Primeira etapa: Levantamento dos principais conceitos do texto

1) Inconsciente androcêntrico: Mulheres e homens aprendem, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção, as estruturas históricas da ordem masculina, modos de pensamento que são produtos da própria dominação. O mundo é constituído por diferentes formas de classificação, que estão essencialmente de acordo com ele mesmo que permaneçam despercebidas [p. 13, §1]. A sociedade é constituída por estruturas “falo-narcísicas” que permanecem fragmentadas em nossas estruturas cognitivas e nas estruturas sociais [p. 14, §2]. Por não perceberem os mecanismos profundos que fundamentam as estruturas cognitivas e sociais, que pensadores atribuem a responsabilidade dos efeitos simbólicos de legitimação a fatores que decorrem da ordem da representação mais ou menos consciente como ideologias ou discursos [p. 17-18, §6]. “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” [p. 18, §7]. A visão androcêntrica é legitimada pelas práticas que ela determina, e suas disposições resultam de um preconceito desfavorável contra o feminino, que está instituído na ordem das coisas [p. 44, §36].

2) Naturalização da dominação masculina: “A divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação” [p. 17, §6].

3) Justificativas ancoradas nas diferenças biológicas: “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada”, aplicando-se esse padrão de percepção primeiramente ao próprio corpo, o que enraíza uma relação de dominação dos corpos de homens sobre os corpos das mulheres. “A diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho” [p. 19-20, §8]. É o princípio de divisão social que constrói a diferença anatômica, e esta divisão socialmente construída se torna o fundamento da visão social que a alicerça [p. 20, §8]. “Diferenças sexuais permanecem imersas no conjunto das oposições que organizam todo o cosmos, os atributos e atos sexuais se vêm sobrecarregados de determinações antropológicas e cosmológicas” [p. 15, §3]. A constituição da sexualidade “se enraíza em uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revestidos de significação sexual – o movimento para o

alto sendo, por exemplo, associado ao masculino, como a ereção, ou a posição superior no ato sexual” [p. 16, §3].

4) Virilidade: Princípio da conservação e do aumento da honra, mostra-se especialmente por meio da potência sexual, como a defloração da noiva, progeneritura masculina, etc. Isso é esperado de um homem que seja realmente um homem [p. 20, §9].

5) Dominação: A dominação não é uma ideologia, e sim “um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” [p. 53-54, §49]. A lógica da dominação masculina e da submissão feminina “só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos *efeitos duradouros* que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens)” [p. 50, §43].

6) Submissão: “Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão” [p. 22, §12].

7) Divisão de espaços físicos entre os sexos: Segundo a estrutura da sociedade, cabe ao homem tomar a frente, tomar a palavra publicamente, mantendo-se as mulheres afastadas dos lugares públicos. Mulheres ainda devem andar com os olhos baixos, voltados aos seus pés, e a única expressão que lhe convém e dizer que não sabe [p. 26-27, §16]. É “como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’”, o que mantém as mulheres num cerco invisível, “limitando o território deixado aos movimentos e ao deslocamento do seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos”. Também existem regras direcionadas às roupas, que muitas vezes também limitam os movimentos corporais femininos, desencorajando alguns tipos de atividades [p. 39, §31].

8) Divisão de tarefas entre os sexos: Existe uma ordem social, na qual mulheres são excluídas de tarefas mais nobres e sendo colocadas em lugares inferiores, são ensinadas a manterem uma postura correta do corpo, e lhes são atribuídas tarefas penosas e mesquinhas, tirando partido “das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais” [p. 34, §25]. Os homens que tem uma posição oficial e pública, realizam trabalhos mais breves, perigosos e espetaculares; já as mulheres que tem uma posição inferior, têm à elas atribuídos trabalhos domésticos, privados, escondidos, e até mesmo invisíveis e vergonhosos [p. 41, §33]. Homens delegam às mulheres tarefas inferiores, desembaraçando-se de tarefas não compatíveis com sua dignidade; culpam as mulheres se elas falham nos empreendimentos deixados a seu cargo, “sem no entanto chegar a lhes dar crédito no caso de um sucesso eventual” [p. 44, §36].

9) Divisão social entre os sexos: O uso do corpo feminino continua subordinado ao ponto de vista masculino, o que pode ser visto no uso do corpo realizado pela publicidade: “o corpo feminino, ao mesmo tempo oferecido e recusado, manifesta a disponibilidade simbólica que, como demonstraram inúmeros trabalhos feministas, convém à mulher, e que combina um poder de atração e de sedução conhecido e reconhecido por todos, homens ou mulheres, e adequado a honrar os homens de quem ela depende ou aos quais está ligada, com um dever de recusa seletiva que acrescenta, ao efeito de ‘consumo ostentatório’, o preço da exclusividade” [p. 40-41, §32]. Mulheres são reduzidas a “instrumentos de produção ou reprodução do capital simbólico e social”. Isso torna o corpo feminino um objeto, sujeito à avaliações se a intercâmbios e que circula entre os homens [p. 56, §52]. Mulheres são vistas como valores que produzem capital social, ou seja, capital simbólico. A reputação e castidade das mulheres é o que determina seu valor capital [p. 58, §55].

10) Ato sexual: O próprio ato sexual acontece em função da masculinidade: a posição considerada normal é a que o homem fica em cima, sendo a posição da mulher por cima condenada em muitas civilizações [p. 28, §17]. O ato sexual é uma relação de dominação. Até na atualidade, homens e mulheres têm visões muito distintas sobre relações amorosas: homens veem como a conquista, o ato em si é visto como uma conquista ou posse. Já as mulheres estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima carregada de afetividade, enquanto os homens veem como um contato físico voltado para penetração e orgasmo [p. 29-30, §21]. O orgasmo falso é uma demonstração de que a relação é voltada ao prazer masculino, pois os homens esperam do orgasmo feminino uma prova de sua virilidade e demonstração da submissão feminina [p. 30, §21].

11) Assédio sexual: “O assédio sexual nem sempre tem por fim exclusivamente a posse sexual que ele parece perseguir: o que acontece é que ele visa, com a posse, a nada mais que a simples afirmação da dominação em estado puro” [p. 30-31, §21].

12) Desigualdade entre gêneros: “Não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão entre *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra (*nif*) caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em gêneros constituídos como duas essências sociais hierarquizadas” [p. 32-33, §23]. As necessidades biológicas não determinam a estrutura de dominação que existe na sociedade, isso é uma construção social que acontece a partir dos corpos. Porém, os usos dos corpos feminino e masculino, sobretudo no que diz respeito à reprodução biológica, “dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho, e a partir daí, de todo o cosmos. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada*” [p. 33, §23].

13) Construção simbólica: O trabalho de construção simbólica não é uma operação de nomenclatura que oriente e estruture as representações, mas sim uma “transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma *definição diferencial* aos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero” [p. 33, §24]. Cada gênero é produto de uma construção [p. 34, §25]. “Longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são *produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução*, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” [p. 46, §39].

14) Intuição feminina: “Forma peculiar da lucidez especial dos dominados, o que chamamos de ‘intuição feminina’ é, em nosso universo mesmo, inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, à atenção, e às atenções, à observação e à vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos”. Mulheres (em especial as que são dupla ou triplamente dominadas, como as mulheres negras donas de casa), são “mais sensíveis aos sinais não verbais (sobretudo à inflexão) eu os homens, as mulheres sabem identificar melhor uma emoção não representada verbalmente e decifrar o que está implícito em um diálogo” [p. 42, §34].

15) Oposição à dominação: Por mais que os dominados desenvolvam pensamentos de acordo com os padrões impostos, “há sempre lugar para uma *luta cognitiva* a

propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais. A indeterminação parcial de certos objetos autoriza, de fato, interpretações antagônicas, oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica” [p. 22, §12]. Existem algumas formas de violência não declarada que mulheres apresentam frente à violência física ou simbólica exercida pelos homens, como magia, astúcia, mentira, passividade (em especial no ato sexual), amor possessivo. “As mulheres, façam o que fizerem, estão, assim, condenadas a dar provas de sua malignidade e a justificar a volta das proibições e ao preconceito que lhes atribui uma essência maléfica – segundo a lógica, obviamente trágica, que quer que a realidade social que produz a dominação venha muitas vezes a confirmar as representações que ela invoca a seu favor, para se exercer e se justificar” [p. 43-44, §35]. Contudo, a dominação não pode ser convertida simplesmente com esforço de vontade por meio de uma tomada de consciência libertadora. “Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)” [p. 51, §46]. A tomada de consciência não significa libertação automática, pois essa afirmação ignora a inscrição das estruturas nos corpos [p. 53, §48]. A revolução simbólica não pode se reduzir a uma conversão das consciências e das vontades. “Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas eu bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” [p. 54, §50].

16) Reprodução da dominação masculina por mulheres: “E as próprias mulheres aplicam a roda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que ‘faz’, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre” [p. 45, §37]. Como as relações de dominação são vistas como naturais, mulheres apresentam autodepreciação e autodesprezo principalmente em relação ao seu sexo e seu corpo, quando não está conforme o que é ditado pela estética, aderem uma imagem desvalorizada da mulher. “A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante”, e faz essa relação ser vista como natural. Os esquemas que o dominado põe em ação para se ver e se avaliar, ou ver e avaliar os dominantes, resultam da incorporação de classificações naturalizadas das quais seu ser social é produto [p. 47, §40].

17) Violência simbólica: Se referir à violência simbólica não significa minimizar o papel da violência física sofrida diariamente por mulheres, nem tentar desculpar os homens por tal violência. E sim, fazer notar que o simbólico não é irreal e fantasioso, e que tem efeitos reais, sendo necessário olhar para a objetividade da experiência subjetiva e das relações de dominação [p. 46, §38]. “A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos” [p. 50, §44]. Ela se exerce “de maneira invisível e insidiosa, através da invisível familiarização com um mundo físico

simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação” [p. 51, §44].

18) Efeitos da violência simbólica nas mulheres: Mulheres buscam homens mais velhos, mais altos, com dignidade afirmada e alguém que visivelmente as supere, o que também é produto da dominação masculina [p. 47-48, §41]. A força simbólica tem efeitos que “assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões* e de *sentimentos* – amor, admiração, respeito –; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrufecer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante” [p. 51, §45].

19) Culpaabilização da vítima: Muitas vezes se diz que as mulheres escolhem adotar práticas submissas, ou que gostam do tratamento que lhes é imposto. Contudo, “é necessário assinalar não só que as tendências à ‘submissão’, dadas por vezes como pretexto para ‘culpar a vítima’, são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução” [p. 52, §47]. A noção de consentimento anula quase toda a responsabilidade do opressor, ignorando as limitações das possibilidades de pensamentos e de ação impostas pela dominação masculina [p. 54, §49].

20) Submissão encantada: A construção da dominação masculina resulta de “um poder, inscrito duradouramente no corpo dos dominados sob forma de esquemas de percepção e de disposições (a admirar, respeitar, amar etc.) e o tornam *sensível* a certas manifestações simbólicas do poder” [p. 53, §47]. A ordem masculina exerce efeitos duradouros sobre os corpos, o que resulta em uma submissão encantada, efeito característico da violência simbólica [p. 53, §49].

21) Efeitos da dominação masculina nos homens: “Os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante”. As disposições que levam homens a exercerem a dominação são construídas ao longo de um trabalho de socialização, e é ensinado aos homens posturas corporais, formas de agir [p. 63, §62]. “O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância sua virilidade”. “A *virilidade*, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma *carga*” [p. 64, §63]. “Tudo concorre, assim, para fazer do ideal impossível de virilidade o princípio de uma enorme vulnerabilidade” [p. 65, §63]. A virilidade precisa ser validada por outros homens, por isso, algumas práticas como estupro coletivo, visitas coletivas a bordéis, etc., têm por finalidade afirmar sua virilidade aos outros, inclusive por meio de violência [p. 65-66, §64]. Há um medo de perder a estima do grupo caso não realizem atos de “coragem” ou “violência”, e assim serem chamados de adjetivos que remetam à feminilidade [p. 66, §65].

Segunda etapa: Caracterização das teses do texto

Teorias sobre os sexos

TT1: Médicos da idade média, anatomistas do século XIX e demais discursos moralistas tentam encontrar no corpo da mulher justificativas do estatuto social que lhes é imposto, apelando para oposições tradicionais entre o interior e o exterior, a sensibilidade e a

razão, a passividade e a descoberta [p. 24, §13]. A diferença anatômica entre corpos femininos e masculinos é tomada como justificativa para a dominação masculina.

C1: O estatuto social que é imposto às mulheres, que lhes garante um status inferior não é decorrente de características anatômicas ou fisiológicas.

TA1: As diferenças entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher. A dominação masculina não pode então se justificar dessa forma, pois por mais que existam diferenças, não são base para a desigualdade.

TT2: Visão essencialista: A diferenciação entre o que é feminino e masculino é justificada pela existência de essências constituintes do que é feminino e masculino. Dessa forma, cada gênero deve comportar-se de acordo com sua essência.

C2: Não existe uma essência feminina ou masculina, por mais que hajam diferenças entre os sexos não é possível utilizar essa concepção como justificativa para a existência da dominação masculina.

TA2: Tudo o que é visto como eterno, ou considerado como essência do feminino e masculino, é produto de um processo histórico. A alternativa para escapar totalmente do essencialismo é não negar as constantes e invariáveis que fazem parte da realidade histórica: é necessário reconstruir a história que foi construída e recriar estruturas que agora são de dominância masculina.

Terceira etapa: Elaboração de esquemas

Figura 5.

Quarta etapa: Síntese interpretativa

Ao discorrer sobre o sistema de dominação masculina, Bourdieu critica algumas teorias que tentam justificar sua existência. Uma das teorias criticadas é a que utiliza de diferenças biológicas entre os sexos para justificar a dominação masculina. Essas ideias tiveram início quando médicos da idade média, anatomistas do século XIX e demais discursos moralistas tentavam encontrar no corpo da mulher justificativas do estatuto social que lhes é imposto. Atualmente, ainda existem defensores da ideia que são as diferenças anatômicas e fisiológicas entre os corpos que determinam o papel social de cada indivíduo na sociedade, e assim justifica a atual posição da mulher. Bourdieu afirma que a condição social de homens e mulheres, em especial o sistema de dominação masculina não é decorrente de diferenças fisiológicas ou anatômicas, e sim é produto de uma construção histórica de hierarquização entre gêneros. Outra teoria criticada pelo autor é a que utiliza de uma concepção essencialista, afirmando que a diferenciação entre os sexos é justificada pela existência de essências constituintes do que é feminino e masculino. Dessa forma, homens e mulheres devem comportar-se de acordo com sua essência. Novamente o autor afirma que, por mais que existam diferenças entre homens e mulheres, não existem essências que determinem suas ações na sociedade e, portanto, isso não pode ser utilizado como justificativa para a dominação masculina. Utilizar essa explicação é sinônimo de negar todo o processo histórico de construção desse sistema constituído de estruturas com dominância masculina – o qual, segundo o autor, precisa ser estudado diretamente para ser compreendido.

A fim de explicar sua teoria, refutando explicações tradicionais, o autor descreve então um sistema no qual existe desigualdade entre *gêneros*, pois a cada gênero são atribuídas determinadas características hierarquizadas: o que é relacionado com o feminino é considerado inferior, e o que é relacionado com masculino, superior. Essa construção social tem como produto a dominação masculina, definida pelo autor como um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos, cuja lógica só pode ser compreendida se forem analisados os efeitos duradouros que essa ordem exerce nos indivíduos, em especial nas mulheres. A dominação masculina existe há tanto tempo que já é considerada natural, não necessitando de justificativas para existir. A despeito disso, esse sistema é produto de uma construção simbólica, que acontece por meio de um processo histórico incessante da reprodução da dominação masculina como estrutura vigente.

Para compreender o sistema de dominação masculina, Bourdieu utiliza da explicação do que ele denomina de “inconsciente androcêntrico” e da “violência simbólica”. Em relação ao inconsciente androcêntrico, o autor afirma que tanto homens quanto mulheres aprendem, na forma de esquemas inconscientes de percepção, estruturas que são de ordem masculina, e modos de pensamento de acordo com a visão falo-narcísica da sociedade. Essas estruturas permanecem fragmentadas nas estruturas cognitivas e sociais, e moldam os pensamentos individuais. Isso resulta em um preconceito desfavorável com tudo que é feminino, favorecendo nas estruturas cognitivas tudo que é masculino.

A partir disso, acontece a violência simbólica, que é uma forma de poder exercido de maneira invisível e insidiosa. Bourdieu afirma que se referir à essa forma de violência não significa minimizar as diversas formas de violência mais explícitas sofridas por mulheres diariamente, nem tentar tirar a culpa dos homens por tais formas de violência. Segundo o autor, seu objetivo é demonstrar que a violência simbólica não é irreal ou fantasiosa, e que tem efeitos reais e significativos na vida de homens e mulheres. A violência simbólica é exercida sobre os corpos sem coação física, de maneira invisível e insidiosa, por meio da familiarização com um mundo simbolicamente estruturado, e a partir da experiência dos indivíduos com interações permeadas por estruturas de dominação.

A dominação masculina se expressa na divisão de espaços físicos entre homens e mulheres, divisão de espaços sociais e também na divisão de tarefas. No que diz respeito a espaços físicos, o autor descreve alguns comportamentos que diferem entre homens e mulheres: homens ocupam maiores espaços físicos, enquanto mulheres são ensinadas a permanecerem com olhos baixos, não expressarem suas ideias e opiniões, são ensinadas a se fazerem pequenas. O autor afirma que existe algo como um cerco invisível, que limita os movimentos e deslocamentos do corpo físico feminino, enquanto os homens ocupam maior lugar com seu corpo, sobretudo no que diz respeito à esfera pública. As mulheres seguem diversas regras de vestimentas, que muitas vezes limitam seus movimentos corporais, desencorajando certas atividades. Já sobre os espaços sociais, homens são ensinados a tomarem a frente em situações públicas, enquanto mulheres são ensinadas a não se expressarem e deixarem essa posição para homens. A mulher tem um valor social simbólico ostentatório, sendo reduzidas a instrumentos de produção e reprodução do capital social. Seu valor é determinado pela sua reputação e castidade, e quem ostenta esse valor são os homens que as possuem. E também há a divisão de tarefas, na qual mais especificamente existe uma ordem social na qual as mulheres são excluídas de tarefas mais nobres, sendo destinadas a trabalhos considerados inferiores e principalmente na esfera privada, como serviços domésticos e até mesmo serviços invisíveis e vergonhosos. Por outro lado, aos homens são destinadas as tarefas mais valorosas e nobres. Quando uma tarefa é delegada a uma mulher, ela será culpada caso falhe, contudo, não é lhe dado crédito caso obtenha sucesso.

Todos esses aspectos fazem parte do sistema de dominação masculina, que já faz parte da sociedade por meio de estruturas de um inconsciente androcêntrico e que se expressa por meio da violência simbólica – o que é base para demais formas de violência. Esse sistema torna as mulheres submissas, fazendo com que seus pensamentos e percepções entrem em conformidade com as estruturas das relações de dominação que lhes são impostas. O efeito exercido sobre as mulheres afetam nas mais diversas áreas de sua vida:

a) Nas relações com homens, buscam homens mais velhos, mais altos, com dignidade afirmada e que seja alguém que as supere;

b) A dominação masculina muitas vezes exerce sua força simbólica por meio de emoções corporais: sentimentos de vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa. Ou também, de paixões e sentimentos, como admiração, respeito etc., que se tornam ainda mais dolorosas quando são acompanhadas por manifestações visíveis como o

enrubescer, gaguejar, o desajeitamento, tremor, cólera ou raiva, e outras maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou contra a vontade, aos dominantes;

c) Acabam por muitas vezes reproduzindo elas mesmas os esquemas de pensamento que lhes são ensinados, pois seus esquemas de pensamento são produto das relações de poder. Assim, apresentam autodepreciação e autodesprezo, especialmente em relação ao seu sexo e seu corpo, caso não estejam em conformidade com os padrões estéticos impostos – que aderem uma imagem desvalorizada da mulher, idealizando que ela não deve deixar de conceder ao dominante o que ele quer. Nessa reprodução, mulheres se veem e se avaliam, e fazem o mesmo com os dominantes de acordo com a incorporação de classificações naturalizadas das quais seu ser social é produto;

d) Ficam, muitas vezes, sensíveis a certas manifestações simbólicas do poder, o que resulta no que Bourdieu denomina de submissão encantada. O autor afirma que como as estruturas de dominação masculina estão inscritas de forma duradoura nos corpos sob forma de esquemas de percepção e de disposições, isso envolve sentimentos como admiração, respeito, amor etc. Dessa forma, as mulheres ficam sensíveis a certas manifestações simbólicas de poder que aconteçam envolvendo esses sentimentos;

e) Desenvolvem também o que é comumente chamado de intuição feminina, que nada mais é do que uma forma peculiar de lucidez dos dominados. Mulheres são ensinadas a prestarem mais atenção e ficarem mais sensíveis aos sinais não verbais, a fim de prever os desejos dos homens ou pressentir os desacordos. Isso também é produto da dominação masculina, pois essa característica é estimulada pela submissão objetiva e subjetiva;

f) A dominação masculina acaba então por colocar mulheres em posição submissa, e em situações mais extremas como em caso de serem violentadas, são elas mesmas responsabilizadas pelo ato, retirando a culpa dos homens, utilizando a concepção de consentimento. A culpabilização da vítima envolve afirmar que mulheres escolhem adotar práticas submissas por vontade própria, e que desfrutam do tratamento que lhes é imposto. Contudo, o pretexto para culpar a vítima é resultante das estruturas de dominação, pois a noção de consentimento anula a responsabilidade do opressor, e ignora as limitações de pensamento e ação que são impostas pelo próprio sistema de dominação masculina, ou seja, que impede que mulheres se desvinculem de relações de dominação ou que não percebam o quanto são submissas porque foram ensinadas que devem gostar.

Por sua vez, os homens também são afetados pela dominação masculina. Há uma necessidade constante de demonstrar masculinidade, sendo necessário que apresentem determinadas posturas corporais e formas de agir, sempre sendo contrários a tudo que remeta à feminilidade. Contudo, o autor afirma que isso também é uma cilada, pois impõe uma tensão e contensão permanentes aos homens, que tem que afirmar a qualquer custo sua virilidade. A virilidade é um princípio masculino que precisa ser seguido e inclusive demonstrado e afirmado por outros homens: diz respeito à capacidade reprodutiva, social e sexual, algumas vezes sendo também relacionada à violência. A virilidade precisa ser validada por outros homens, por isso, algumas práticas como estupros coletivos, visitas coletivas a bordéis, etc., têm por finalidade afirmar sua virilidade aos outros, inclusive por meio de violência. Há um medo de

perder a estima do grupo caso não realizem atos de “coragem” ou “violência”, e assim serem chamados de adjetivos que remetam à feminilidade. Contudo, pela extrema necessidade de afirmação, e pode se tornar uma carga e assim uma enorme vulnerabilidade masculina.

As mais diversas formas de relação entre homens e mulheres também são afetados pelo sistema de dominação masculina. Relacionamentos amorosos e relações sexuais são vistos de formas diferentes por homens e mulheres: homens veem como conquista ou posse, com a finalidade de penetração e orgasmo; já as mulheres são socialmente preparadas para levarem relacionamentos e sexualidade como experiências muito íntimas, carregadas de afetividade. O orgasmo falso é uma demonstração de que a relação é voltada ao prazer masculino, pois os homens esperam do orgasmo feminino uma prova de sua virilidade. Ademais, há também a questão do assédio sexual, no qual o homem tem por finalidade a afirmação pura da dominação masculina, uma demonstração extrema da masculinidade.

Frente a tudo isso, mulheres têm apresentado formas de oposição à dominação. Existem algumas formas de violência não declarada que mulheres apresentam frente à violência física ou simbólica exercida pelos homens, como magia, astúcia, mentira, passividade (em especial no ato sexual), amor possessivo. Dessa forma, acabam justificando o preconceito que lhes é atribuído, que diz respeito à terem uma essência maléfica. Por mais que existam diversas limitações nos pensamentos femininos, pois são estruturados de acordo com os padrões impostos pela dominação masculina, o autor afirma que sempre há a possibilidade de uma luta cognitiva, para que as relações de dominação e submissão sejam notadas e modificadas.

Contudo, a dominação não pode ser convertida simplesmente com esforço de vontade por meio de uma tomada de consciência libertadora. É necessário entender que a tomada de consciência não significa libertação automática, pois os efeitos dessa construção histórica estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições, que moldam as estruturas cognitivas de homens e mulheres. A revolução simbólica não pode se reduzir a uma conversão das consciências e das vontades. Só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade entre as vítimas da violência simbólica e os dominantes com uma transformação social, modificando as estruturas que fazem com que as mulheres adotem, sobre si e sobre os homens, o ponto de vista da dominação masculina.

Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto

Bourdieu, P. (2017). Anamnese das constantes ocultas (Cap. 2). In *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. (Original publicado em 1998).

Primeira etapa: Levantamento dos principais conceitos do texto

1) Inconsciente androcêntrico: Existe um inconsciente histórico, construído “em um estágio muito antigo e arcaico de nossas sociedades”, que permanece em homens e mulheres até a atualidade. Esse inconsciente faz parte de uma construção histórica e, portanto, não está ligado não a uma natureza biológica ou psicológica [p. 69, §1].

2) Anamnese: É necessário realizar uma anamnese das constantes ocultas, alicerçada na “filogênese e ontogênese de um inconsciente ao mesmo tempo coletivo e individual, traço incorporado de uma história coletiva e de uma história individual que se impõe a todos os agentes, homens ou mulheres, seu sistema de pressupostos imperativos” [p. 70, §3].

3) Construção simbólica do corpo biológico: Existe um trabalho de construção sobre os corpos, masculinizando o corpo masculino e feminilizando o corpo feminino, o que determina a “somatização da relação de dominação, assim naturalizada. É através do adestramento dos corpos que se impõem as disposições mais fundamentais, as que tornam ao mesmo tempo *inclinados e aptos* a entrar nos jogos sociais mais favoráveis ao desenvolvimento da virilidade: a política, os negócios, a ciência, etc.” A educação primária favorece nos meninos a prevalência de atividades dominantes, sendo estes objetos de tratamento privilegiado, mais atenção, maior arguição, maior participação em discussões e menor número de interrupções. As expectativas relacionadas a meninos e meninas são muito diferentes [p. 70-71, §4]. Embora as expressões mais conspícuas do inconsciente androcêntrico já tenham perdido sua evidência imediata, ainda restam injunções silenciosas e invisíveis, que se expressam através de um mundo sexualmente hierarquizado: existem prescrições inscritas na ordem das coisas que se imprimem na ordem dos corpos, e as mulheres são preparadas para aceita-las como naturais e inquestionáveis [p. 71, §5]. Existem disposições de coisas que podem ou que não podem ser feitas, dividindo-se entre coisas que são particularmente para homens e coisas que são particularmente para mulheres [p. 72, §6].

4) Divisão de espaços sociais entre sexos: O universo público é destinado aos homens, e o privado, às mulheres [p. 72, §6]. Como homens são ensinados a se envolverem em tarefas que remetam à dominação (jogos de guerra, com armas política), e mulheres são ensinadas a permanecerem afastadas – isso faz com que pareçam frívolas e incapazes de discutir e se interessar por assuntos mais sérios [p. 93, §33].

5) Divisão de espaços físicos entre sexos: Lugares destinados ao público masculino têm como decoração peças de couro, móveis pesados, angulosos e de cor escura, sempre remetendo a uma imagem dura e rude. Já os espaços destinados a mulheres têm cores suaves, bibelôs, rendas, fitas, remetendo a fragilidade e frivolidade [p. 72, §6].

6) Submissão encantada: Frente à ordem social instituída de tarefas femininas e masculinas, mulheres podem se sentir realizadas e “recompensadas, contribuindo assim para reforçar a dicotomia sexual fundamental, tanto nos cargos, que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança, quanto em seus ocupantes, identificados com posições nas quais, encantados ou alienados, eles simultaneamente se encontram e se perdem. A lógica, essencialmente social, do que chamamos de ‘vocação’, tem por efeitos produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir *com*

felicidade (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas pro suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação” [p. 72-73, §7].

7) Divisão de tarefas: O mundo do trabalho é dividido entre os sexos, o que inclui a constituição de serviços hospitalares, gabinetes de ministérios, etc. Quase sempre o chefe de serviço é um homem, que exerce uma função de autoridade, sobrecarregado de trabalho. Há uma equipe subalterna, geralmente constituída por mulheres, sendo elas enfermeiras, assistentes, secretárias, etc. [p. 73, §8]. “As mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres”. “Basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam como enobrecidas e transfiguradas” [p. 75, §10]. Até mesmo a nomenclatura de trabalhos se modifica de acordo com quem o realiza: mulheres serão datilógrafas e homens serão revisores profissionais qualificados – mesmo que estejam realizando o mesmo trabalho [p. 76, §10]. Existem alguns cargos que dificilmente são ocupados por mulheres porque são talhados sob medida para homens. Nesses casos, além dos atributos necessários para o trabalho, é necessário apresentar virilidade e outras demais características que remetem à masculinidade, como determinadas estaturas físicas, aptidões como agressividade e segurança, distância em relação ao papel, autoridade natural, etc. [p. 78, §12].

8) Dominação masculina em comportamentos cotidianos: Há diferenças já descritas no mundo do trabalho, em vestes e penteados, mas também há muita diferença entre homens e mulheres em comportamentos cotidianos que não são notados [p. 73, §9].

9) Papel da mulher no casamento: Em um casal, a mulher é sempre vista como sexo frágil, tendo dificuldade de se impor, tendo a ela delegado um papel de animadora, apresentadora ou anfitriã [p. 74, §9].

10) Acesso à palavra: Em um debate público, mulheres precisam lutar para terem acesso à palavra, e quando a tem, para manter a atenção. Quando é buscada alguma resposta a uma pergunta inteligente, a busca é orientada a um homem, como se uma mulher não fosse capaz de ter uma resposta. Essa negação da existência feminina obriga, muitas vezes, as mulheres a recorrerem a outras formas para se impor: o brilho, a sedução. Contudo, essas formas podem ser vistas como capricho sem justificativa ou exibição histórica, e a sedução pode acabar sendo uma forma de reconhecimento da dominação simbólica [p. 74, §9].

11) Inferioridade da feminilidade: “Homens mais bem intencionados (a violência simbólica, como se sabe, não opera na ordem das intenções conscientes) realizam atos discriminatórios, excluindo as mulheres, sem nem se colocar a questão, de posições de autoridade, reduzindo suas reivindicações a caprichos, mercedores de uma palavra de apaziguamento ou de um tapinha na face, ou então, com intenção aparentemente oposta, chamando-as e reduzindo-as, de algum modo, à sua feminilidade, pelo fato de desviar a atenção para seu penteado, ou para tal traço corporal, ou de usar, para se dirigir à elas, de termos familiares (o nome próprio) ou íntimos (‘minha menina’, ‘minha querida’ etc.) mesmo em uma situação ‘formal’ (uma médica diante de seus pacientes), ou outras tantas ‘escolhas’ infinitesimais do inconsciente que, acumulando-se, contribuem para constituir a situação diminuída das mulheres e cujos efeitos cumulativos estão registrados nas estatísticas da diminuta representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo econômico e político [p. 74-75, §9].

12) Impotência aprendida: “Segundo a lei universal de ajustamento das esperanças às oportunidades, das aspirações às possibilidades, a experiência prolongada e invisivelmente mutilada de um mundo sexuado de cima a baixo tende a fazer

desaparecer, desencorajando-a, a própria inclinação a realizar atos que não são esperados das mulheres – mesmo sem estes lhe serem recusados”. É o que pode ser denominado de impotência aprendida. Pais e professores desestimulam meninas a seguirem certas carreiras, sobretudo técnicas e científicas, porque mulheres são mais fracas, e então elas passam a acreditar nisso. “E compreendemos que, por essa lógica, a própria proteção ‘cavalheiresca’, além de poder conduzir a seu confinamento ou servir para justificá-lo, pode igualmente contribuir para manter as mulheres afastadas de todo contato com todos os aspectos do mundo real ‘para os quais elas não foram feitas’ porque não foram feitas para elas” [p. 77, §11].

13) Corpo feminino: A relação da mulher com o próprio corpo não se reduz a uma imagem corporal, isto é, uma autoimagem associada a uma autoestima, construída a partir do *feedback* de pessoas conhecidas. A estrutura social influencia na forma como mulheres desenvolvem essa relação com o corpo, a partir de esquemas de percepção que definem o que é masculino como grande, por exemplo, e feminino como pequeno [p. 79, §14]. Portanto, o corpo feminino é determinado socialmente de duas formas: primeiramente, porque ele é um produto das condições sociais em que a mulher está inserida (condições de vida, hábitos alimentares, etc.); em segundo lugar, as “propriedades corporais são aprendidas através de esquemas de percepção cujo uso nos atos de avaliação depende da posição ocupada no espaço social: as taxinomias em vigor tendem a contrapor, hierarquizando-as, as propriedades mais frequentes entre os dominantes e as que são mais frequentes entre os dominados” [p. 80, §16]. É grande a probabilidade que mulheres vivenciem com desagrado o próprio corpo, sentindo mal-estar, timidez e vergonha, o que pode ser mais ou menos acentuado de acordo com a desproporção entre o corpo socialmente exigido e o seu próprio corpo [p. 81, §17]. Enquanto homens ficam insatisfeitos com partes do corpo que são pequenas demais, mulheres incomodam-se com as partes que são demasiadamente grandes [p. 82, §17]. A dominação masculina coloca mulheres “em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas” [p. 82, §18]. “Tendo necessidade do olhar do outro para se constituírem, elas estão continuamente orientadas em sua prática pela avaliação antecipada do apreço que sua aparência corporal e sua maneira de portar o corpo e exibi-lo poderão receber (dá uma propensão, mais ou menos marcada, à auto depreciação e à incorporação do julgamento social sob forma de desagrado do próprio corpo ou de timidez) [p. 83, §19].

14) Efeitos da dominação masculina sobre os homens: Os dominantes não podem deixar de aplicar a si mesmos os esquemas inconscientes da visão androcêntrica, o que pode demandar diversas exigências – que podem vir inclusive das mulheres [p. 85-86, §22]. Homens são socialmente instituídos a se deixarem prender por tipos de jogos que lhes são socialmente destinados e cuja forma por excelência é a guerra [p. 92, §32]. Jogos destinados a homens são geralmente os que remetem a alguma forma de dominação [p. 93, §32]. “A socialização diferencial predispõe os homens a amar os jogos de poder e as mulheres a amar os homens que os jogam; o carisma masculino é, por um lado, o charme do poder, a sedução que a posse do poder exerce, por si mesma, sobre os corpos cujas próprias pulsões e cujos desejos são politicamente socializados” [p. 98, §38].

Segunda etapa: Caracterização das teses do texto

Sobre as normas para avaliar mulheres

TT1: O autor critica determinadas formas de feminismo que não têm uma visão ampla o suficiente para lidar com os problemas das mulheres na sociedade, no caso, o feminismo universalista e o feminismo diferencialista [p. 78, §13].

C1: Bourdieu afirma que o feminismo universalista peca ao ignorar o efeito da dominação, e tudo aquilo que a universalidade aparente do dominante deve à sua relação com o dominado, e acaba inscrevendo na definição universal do ser humano propriedades históricas do homem viril, construído em oposição às mulheres. Já o feminismo diferencialista peca ao ignorar o que a definição dominante deve à relação histórica de dominação, e na tentativa de revalorizar a experiência feminina, acaba caindo numa forma de essencialismo.

TA1: A diferença só surge quando se assume sobre o dominado o ponto de vista do dominante, e o que ela pretende diferenciar é produto de uma relação histórica de diferenciação. É necessário compreender os aspectos históricos para buscar uma mudança, reconhecendo que o que é tipicamente masculino é visto como universal, e para haver mudanças é necessário fazer essa diferenciação, sem julgar o que não é viril como inferior.

TT2: Bourdieu critica a autora Sandra Lee Bartky, que atribui à introjeção, isto é, processo pelo qual pessoas incorporam aos seus pensamentos os pensamentos de outras pessoas ou grupos, a responsabilidade pelas ansiedades das mulheres em relação ao seu corpo. A autora discorre sobre um masoquismo feminino, afirmando que as mulheres erotizam as relações sociais de dominação, vendo a posição dos homens como excitante, bem como pedem às instituições de moda e beleza que lhe ofereçam pretextos para reduzirem seus sentimentos de deficiência corporal [p. 84, §21].

C2: Por mais que o efeito das outras pessoas, grupos e instituições sobre a relação da mulher com seu corpo é inegável, atribuir a elas essa responsabilidade é ver através das categorias dominantes, isto é, masculinas.

TA2: A visão autodepreciativa de mulheres sobre seus corpos é produto da dominação masculina, e responsabilizá-las por isso ou dizer que pedem para homens e indústria cosmética que lhe ditem regras é uma interpretação que ignora os reais fatos pelos quais mulheres muitas vezes apresentam comportamentos submissos frente a homens ou que buscam se adequar aos padrões estéticos.

Terceira etapa: Elaboração de esquemas

Figura 6.

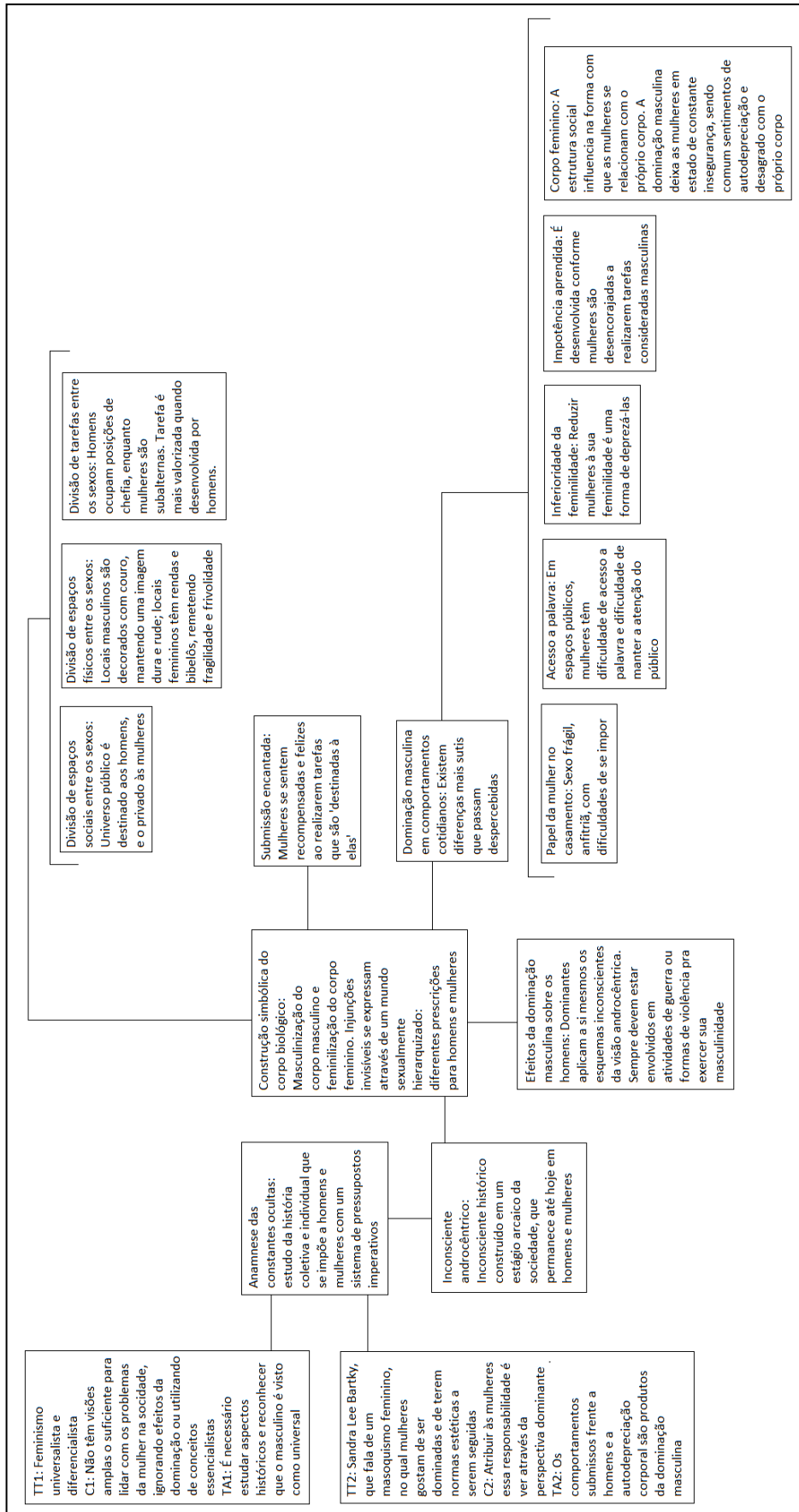


Figura 6

Esquema do capítulo Anamnese das constantes ocultas

Quarta etapa: Síntese interpretativa

Nesse capítulo, Bourdieu critica algumas formas de compreender a situação da mulher na sociedade, mas que, segundo ele, pecam em alguns aspectos e por isso não são suficientes para atingir esse objetivo. Em um primeiro momento, o autor critica o feminismo universalista e o feminismo diferencialista. Segundo o autor, o feminismo universalista peca ao inscrever na definição universal do ser humano propriedades que são do homem viril. Já sobre o feminismo diferencialista, Bourdieu direciona uma crítica afirmando que, na tentativa de revalorizar a experiência feminina, essa teoria acaba ignorando que a definição dominante se deve a uma relação histórica de dominação, e assim, acaba caindo em uma espécie de essencialismo. Como tese alternativa, o autor sugere que para compreender os aspectos históricos da situação da mulher na sociedade é necessário reconhecer que o que é tipicamente é visto como universal, mas que é preciso fazer uma diferenciação, não julgando homens e mulheres a partir do mesmo princípio como se fossem iguais – porque acaba-se julgando o que não é viril como inferior, mas também sem atribuir essências a cada um dos sexos.

Bourdieu também direciona uma crítica à autora Sandra Lee Bartky, que atribui à introjeção (processo pelo qual pessoas incorporam os pensamentos de outras pessoas ou grupos aos seus próprios pensamentos) a responsabilidade pelas ansiedades das mulheres em relação ao seu corpo, ou seja, responsabilizando as mulheres. A autora descreve um masoquismo feminino, afirmando que as próprias mulheres erotizam relações de dominação, e veem a posição dominante de homens como excitante. Além disso, ainda afirma que mulheres gostam de ter padrões estéticos sendo ditados, porque dessa forma, há um pretexto para que reduzam seus sentimentos de deficiência corporal. Para Bourdieu, por mais que o efeito da dominação masculina vinda de pessoas, grupos e instituições e os padrões ditados pela indústria da moda/beleza afetem a relação da mulher com seu corpo e faça elas perseguirem esses padrões e se envolverem em relações de dominação, atribuir à elas próprias essa responsabilidade significa olhar para esses fenômenos através das categorias dominantes, ou seja, masculinas. Para o autor, o envolvimento de mulheres com homens dominantes e a visão depreciativa das mulheres sobre seus corpos, são produtos da dominação masculina. Responsabilizar mulheres por isso ignora os reais fatos pelos quais elas se comportam dessa forma.

Frente às críticas que direciona às diferentes formas de feminismo e à concepção de Sandra Lee Bartky, Bourdieu afirma que para compreender a condição da mulher, é necessário voltar o olhar para a construção histórica da dominação masculina, realizando um trabalho de anamnese das constantes ocultas. O autor afirma que existe um inconsciente que é ao mesmo tempo coletivo e individual, produto de uma história que se iniciou em um estágio antigo e arcaico da sociedade – e, portanto, não podendo ser explicado como ligado à uma natureza biológica ou psicológica –, e que se impõe a todos os indivíduos com um sistema de pressupostos imperativos. O produto dessa construção histórica e o que o autor denomina de inconsciente androcêntrico, e é para esse inconsciente que quem estuda a situação da mulher na sociedade deve olhar, compreendendo como ele se expressa no coletivo e no individual na atualidade.

Como produto do inconsciente androcêntrico, é realizada uma construção simbólica do corpo biológico, na qual é masculinizado o corpo masculino e feminilizado o corpo feminino, e a partir disso, acontece uma somatização da relação de dominação, que é naturalizada. Assim, se impõe as disposições fundamentais que constituem os comportamentos, tornando os homens mais inclinados e aptos a se envolverem com tarefas que desenvolvam sua virilidade, isto é, atividades que envolvam política, negócios, ciência, etc.

A construção simbólica do corpo biológico podem, depois de tantos anos de luta feminista, terem perdido sua evidência mais imediata, contudo, ainda restam expressões mais conspícuas que aparecem desde a educação primária, apresentando não só uma divisão, mas também uma hierarquização entre o feminino e masculino, sistema no qual os meninos são favorecidos: eles têm tratamento privilegiado, realizam mais atividades dominantes, recebem maior atenção, maior arguição, têm maior participação em discussões e menor número de interrupções; enquanto isso, meninas têm prescrições inscritas em seus corpos que as preparam para aceitar essa hierarquização como naturais e inquestionáveis: existem as coisas de meninas que cabem à elas, e coisas de meninos, as quais elas não podem fazer.

A hierarquização entre gêneros se expressa também pela divisão de espaços sociais, físicos e na divisão de tarefas. No que diz respeito à divisão de espaços sociais, Bourdieu afirma que o espaço público é destinado aos homens, e o privado, às mulheres. Homens tomam frente de espaços públicos discutindo questões vistas como “mais sérias”, como questões relacionadas à guerra, armas e política, enquanto mulheres são ensinadas a permanecerem afastadas, o que faz com que pareçam incapazes de opinar sobre tais assuntos.

Isso se expressa de maneira inconspícua até mesmo em diferentes espaços físicos destinados ao público masculino e feminino: espaços destinados à homens têm como decoração peças de couro, móveis pesados, angulosos e de tons escuros, remetendo à rudez e dureza. Já os espaços destinados à mulheres contam com cores suaves, bibelôs, rendas, fitas, tudo que remete à fragilidade e frivolidade.

Além disso, há a divisão de tarefas, que constitui a sociedade atual: o mundo do trabalho é dividido entre os sexos. Geralmente, os cargos de chefia são exercidos por um homem, os quais cumprem uma função de autoridade e quase sempre sobrecarregado de trabalho. A equipe subalterna dessa autoridade (enfermeiras, secretárias, assistentes, etc.) é constituída na maioria das vezes por mulheres. Outra forma da expressão da dominação masculina na divisão das tarefas acontece porque uma mesma tarefa é vista de maneira diferente quando é realizada por homens ou mulheres: basta que uma atividade da esfera privada seja realizada por um homem na esfera pública que ela se torna magnífica, contudo, não tem valor quando realizada cotidianamente por uma mulher. Até mesmo a nomenclatura de trabalhos se modifica de acordo com quem os realiza: por exemplo, enquanto uma mulher é vista como datilógrafa, um mesmo homem exercendo essa profissão será visto como um revisor profissional qualificado. Outro ponto no quesito da divisão de tarefas se dá no fato de que alguns cargos dificilmente são ocupados por mulheres porque seus pré-requisitos contam com características especificamente masculinas, como virilidade, determinadas

estaturas físicas, aptidões como agressividade e segurança, distância em relação ao papel exercido, autoridade natural, etc.

Todas essas disposições do inconsciente androcêntrico instituem uma ordem social e causam nas mulheres uma submissão encantada, o que se assemelha à uma alienação. Elas passam a se sentirem realizadas e recompensadas pelas tarefas que lhe são atribuídas, que normalmente exigem submissão e necessidade de segurança, o que acaba reforçando a dicotomia sexual fundamental. Dessa forma, as mulheres cumprem com felicidade tarefas subordinadas e subalternas que lhe são atribuídas porque são submissas, gentis, doces, devotas e altruístas “por natureza”.

A dominação masculina, por já ter perdido seu efeito mais conspícuo, se expressa em diversos comportamentos cotidianos que são aceitos pelas mulheres pela forma de submissão encantada:

- a) No casamento, a mulher ocupa o papel de submissa, sexo frágil, tem dificuldade de se impor. A ela é delegado o papel de anfitriã, animadora ou apresentadora.
- b) Em espaços públicos, mulheres enfrentam dificuldades de acesso à palavra, e quando a conseguem, têm dificuldades para manter a atenção do público. Quando alguém faz alguma pergunta inteligente, procuram a resposta diretamente de homens, como se mulheres não fossem capazes de ter conhecimento sobre questões inteligentes. Isso constitui uma negação da existência feminina, e faz com que mulheres utilizem de outros meios para conseguirem se impor: a vaidade, a sedução. Contudo, esses comportamentos acabam sendo julgados como caprichos sem justificativa ou exibição exagerada, e no fim, a própria sedução pode acabar se tornando uma forma de reconhecimento da dominação simbólica.
- c) A desvalorização de exibições de vaidade da mulher demonstra a inferioridade atrelada à feminilidade. Homens “bem intencionados” (considerando que a violência simbólica não acontece na ordem das intenções conscientes) reduzem as mulheres à sua feminilidade quando: a) realizam atos discriminatórios, considerando as reivindicações das mulheres como caprichos, mercedores apenas de palavras de apaziguamento, ou b) quando desviam a atenção apenas para os penteados, traços corporais como se só houvesse nela essas qualidades, ou até c) quando utilizam, para se dirigirem à mulheres, termos familiares (nome próprio) ou nomes íntimos (minha menina, minha querida), inclusive em situações formais. Isso contribui para a diminuição simbólica de mulheres, o que acarreta na pouca representação que mulheres têm nas posições de poder, sobretudo na esfera econômica e política.
- d) Há ainda a questão da relação da mulher com seu corpo, pois a autoimagem feminina não é construída só a partir do que ela vê e do *feedback* de pessoas conhecidas, mas é também influenciada pela estrutura social. Portanto, o corpo feminino é determinado socialmente por dois aspectos: primeiro, porque é um produto das condições sociais nas quais a mulher está inserida (condições de vida, hábitos alimentares, etc.), e segundo, porque as propriedades corporais são aprendidas através de esquemas de percepção hierarquizadas, que dita regras de acordo com a posição de cada um no espaço social. Há uma grande probabilidade de que mulheres sintam-se insatisfeitas com seus corpos, especialmente se diferem do corpo socialmente exigido. A dominação masculina coloca as mulheres em um estado de permanente insegurança e de dependência simbólica, pois aprendem que existem para agradar o olhar do outro – por isso devem ser sempre receptivas, atraentes, disponíveis, femininas, sorridentes, simpáticas, atenciosas, contidas, discretas, submissas e apagadas. Por essa necessidade da aprovação do outro, estão sempre preocupadas com sua aparência corporal, tendo

uma tendência à auto depreciação e à incorporação do julgamento social sob forma de desagrado do próprio corpo ou de timidez. Sobre os corpos femininos e masculinos, o corpo feminino sempre deve estar relacionado ao que é pequeno e o masculino ao que é grande – por isso mulheres costumam se incomodar com partes do seu corpo que são demasiadamente grandes, e, por outro lado, homens se incomodam quando partes do seu corpo são pequenas.

e) Todas essas formas de expressões da violência simbólica levam ao que Bourdieu denomina de impotência aprendida, pois, a partir da experiência prolongada a um mundo hierarquizado, as mulheres são desencorajadas a realizar atos que não são esperados de mulheres, mesmo que não lhe sejam diretamente recusados, e assim, acreditam que são incapazes de realizá-los. Desde a infância, pais e professores estimulam mais meninos a seguirem carreiras técnicas e científicas, afirmando que como homens são mais fortes e mulheres mais fracas, esse tipo de trabalho cabe apenas a eles. Com isso, desenvolve-se uma lógica “cavalheiresca”, que mantém as mulheres afastadas de todo contato com aspectos do mundo real para o qual elas não foram feitas, e assim elas aprendem que devem se manter afastadas das tarefas masculinas e que são incapazes de aprendê-las e realizá-las.

De fora geral, toda a vida das mulheres é afetada negativamente pelas estruturas constituintes da dominação masculina por meio das disposições do inconsciente androcêntrico. Apesar da discussão ser mais ampla no que se refere às mulheres, os efeitos desse sistema também são exercidos sobre os homens, pois estes não podem deixar de aplicar a si mesmos os esquemas inconscientes da visão androcêntrica, o que demanda exigências. Homens são instruídos a se envolverem com jogos que lhes são socialmente destinados, que geralmente remetem à dominação, como por exemplo, relacionados à violência, guerra e poder – e ensina a mulher a amar os homens que se envolvem nesses jogos de poder.

Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto

Bourdieu, P. (2017). Permanências e mudança (Cap. 3). In *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. (Original publicado em 1998).

Primeira etapa: Levantamento dos principais conceitos do texto

1) Instituições: Igreja, Estado, Escola, etc. têm diferentes pesos e funções de acordo com cada época, contudo, no geral, contribuem para a permanência do papel das mulheres na sociedade. Elas reproduzem hierarquias e predisposições hierárquicas que favorecem os homens e que fazem com que as próprias mulheres contribuam para a sua exclusão dos lugares dos quais são sistematicamente excluídas [p. 101, §3]. Uma pesquisa histórica da condição das mulheres deve “empenhar-se em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições, Família, Igreja, Estado, Escola, etc., que, com pesos e medidas diversas em diferentes momentos, contribuíram para *arrancar da História, mais ou menos completamente*, as relações de dominação masculina” [p. 101, §4]. O verdadeiro objeto de uma pesquisa histórica deve ser os mecanismos estruturais e “estratégias que, por meio das instituições e dos agentes singulares, perpetuaram, no curso de uma história bastante longa, w por vezes à custa de mudanças reais ou aparentes, a estrutura das relações de dominação entre os sexos” [p. 101-102, §4]. “Uma verdadeira compreensão das mudanças sobrevindas, não só na condição das mulheres, como também nas relações entre os sexos, não pode ser esperada, paradoxalmente, a não ser de uma análise das transformações e das instituições encarregadas de garantir a perpetuação da ordem dos gêneros” [p. 102-103, §5].

2) Desigualdade entre gêneros: Apesar de o autor utilizar os termos “sexo” e “gênero” de maneira intercambiável, afirma que processo histórico de construção da diferenciação entre sexos submete homens e mulheres à masculinização e feminilização. Existem princípios de visão e de divisão geradores dos “gêneros”, e mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (no caso, a heteronormatividade é o padrão universal) [p. 102, §5]. “Qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem *separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo* que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem [p. 111, §17]. Os efeitos nos corpos não nasceram de uma simples nomenclatura verbal, os gêneros não são apenas papéis, mas sim estão inscritos nos corpos e em todo um universo [p. 122, §33].

3) Família: “É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem” [p. 103, §6].

4) Igreja: “Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio sobretudo da simbólica dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religiosos” [p. 103, §6].

5) Escola: A escola transmite “os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas (“moles” ou “duras”). Também transmitem pressupostos de diferenças “entre as maneiras de ser e as maneiras de se ver, de *se* ver, e de representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo”. Além disso, encaminha “modos de pensar e modelos arcaicos (tendo, por exemplo, o peso da tradição aristotélica que faz do homem o princípio ativo e da mulher o elemento passivo) e um discurso oficial sobre o segundo sexo, para o qual colaboram teólogos, legistas, médicos e moralistas; discurso que visa restringir a autonomia da esposa, sobretudo em matéria de trabalho, em nome de sua natureza ‘pueril’ e tola” [p. 104, §7]. “Mas ela é, ao mesmo tempo, como veremos, um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz” [p. 105, §7].

6) Estado: Também é preciso “levar em consideração o papel do *Estado*, que veio ratificar e reforçar as prescrições e as proposições do patriarcado privado com as de um *patriarcado público*, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica” [p. 105, §8]. “Os Estados modernos inscreveram no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos cidadãos, todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica. E a ambiguidade essencial do Estado consiste, por um lado, determinante, no fato de que ele reproduz em sua estrutura mesma, com a oposição entre os ministérios financeiros e os ministérios de administração, entre sua mão direita, paternalista, familiarista e protetora, e sua mão esquerda, voltada para o social, a divisão arquetípica entre o masculino e o feminino, ficando as mulheres com a parte ligada ao Estado social, não só como responsáveis por, como enquanto destinatárias privilegiadas de seus cuidados e de seus serviços” [p. 106, §8].

7) Importância de pesquisa histórica: Evocar as instâncias que contribuem para reproduzir a hierarquia entre gêneros fornece instrumentos para compreender o que permanece constante na condição das mulheres (e isto sem precisar invocar a resistência e má-vontade masculina ou a responsabilidade das próprias mulheres), e também as mudanças conspícuas e inconspícuas que essa condição tem sofrido recentemente [p. 106, §9]. Contudo, em nota, o autor afirma que não se deve negligenciar na resistência masculina, que se expressa por meio de ações individuais nas unidades domésticas, no mundo do trabalho, através de ações simbólicas machistas ou de críticas ao politicamente correto [p. 106, nota 15]. Compreender a perspectiva relacional da dominação masculina é importante para notar como “ela se estabelece *em todos os espaços e subespaços sociais*”. “Essa constatação da *constância trans-histórica da relação de dominação masculina*, longe de produzir, como por vezes se finge temer, um efeito de des-historicização, e portanto de naturalização, obriga a reverter a problemática ordinária, fundamentada na constatação das mudanças mais visíveis na *condição das mulheres*” [p. 122, §32]. “Esforçamo-nos aqui por fazer ver o inconsciente que governa as relações sexuais e, de modo mais geral, as relações entre os sexos, não só em sua ontogênese individual, mas como também em sua filogênese coletiva, isto é, em sua longa história, em parte imóvel, do inconsciente androcêntrico” [p. 123, §34]. “Os esquemas do inconsciente sexuado não são alternativas estruturantes fundamentais . . . e sim estruturas históricas, altamente diferenciadas, nascidas de um espaço social por sua vez altamente diferenciado e que se reproduzem através da

aprendizagem ligada à experiência que os agentes têm das estruturas desses espaços” [p. 124, §36]. “É, portanto, sob a condição de manter juntas a totalidade dos lugares e a das formas nas quais se exerce essa espécie de dominação . . . que podemos captar as constantes de sua estrutura e os mecanismos de sua reprodução” [p. 126, §39]. “A divulgação da análise científica de uma forma de dominação tem necessariamente efeitos sociais, mas que podem ser de sentidos opostos: ela pode reforçar simbolicamente a dominação, quando suas constatações parecerem retomar ou recortar o discurso dominante . . . ou pode contribuir para neutralizá-la, à maneira da divulgação de um segredo de Estado, favorecendo a mobilização das vítimas” [p. 135, §48].

8) Mudanças recentes: Atualmente, “a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível. Em razão, sobretudo, do enorme trabalho crítico do movimento feminista que, pelo menos em determinadas áreas do espaço social, conseguiu romper o círculo do reforço generalizado, esta evidência passou a ser vista, em muitas ocasiões, como algo que é preciso defender ou justificar, ou algo de que é preciso se defender ou se justificar” [p. 106, §10]. Sobretudo nas categorias mais favorecidas, já podem ser vistas algumas mudanças, como: aumento do acesso de mulheres ao ensino secundário e superior e ao trabalho assalariado – e com isso, maior acesso à esfera pública, distanciamento das tarefas domésticas e das funções de reprodução (aumento de métodos anticonceptivos e redução no tamanho das famílias), adiamento da idade do casamento, redução do tempo de interrupção de atividades profissionais devido ao nascimento de filhos, elevação nos percentuais de divórcio e redução nos de casamento [p. 107, §10].

9) Caminho para mudanças: “De todos os fatores de mudança, os mais importantes são os que estão relacionados com a transformação decisiva da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os gêneros, tais como o aumento do acesso das mulheres à instrução e, correlativamente, à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (em consequência, sobretudo, da elevação nos índices de divórcios)” [p. 107, §11]. “Do mesmo modo, e mais banalmente, o aumento do número de mulheres que trabalham não pode deixar de afetar a divisão de tarefas domésticas e, ao mesmo tempo, os modelos tradicionais masculinos e femininos, acarretando, sem dúvida, consequências na aquisição de posições sexualmente diferenciadas no seio da família: pode-se assim, observar que as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina” [p. 108, §11]. Contudo, uma das principais mudanças na condição das mulheres e um dos fatores decisivos para a transformação é o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior, pois está relacionado com a transformação das estruturas produtivas, o que leva a uma modificação importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: há um aumento da representação de mulheres em posições intelectuais, na administração de vendas de serviços simbólicos (jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração), e também uma maior profissão em profissões que são consideradas femininas (ensino, assistência social, paramédicas). Contudo, mesmo as mulheres diplomadas continuam vendo-se excluídas de cargos de responsabilidade e autoridade, sobretudo na economia, finanças e política [p. 108, §12]. “Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social . . . poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina” [p. 139, §54].

10) Divisão social de tarefas: Mulheres ainda são menos representadas nos departamentos de ciências das universidades, permanecendo em sua maioria nos departamentos de letras. São direcionadas a especializações consideradas femininas e pouco qualificadas, ficando certas especialidades a cargo dos homens. Mulheres participam menos de classes preparatórias para grandes escolas científicas, e também dessas escolas. No que se refere à medicina, o número de mulheres reduz conforme se sobe na hierarquia de especialidades, contudo, quando se especializam estão restritas praticamente a pediatria e ginecologia, ao passo que homens dominam campos como a cirurgia. O mesmo princípio de divisão é aplicado dentro de cada disciplina, atribuindo aos homens o que é mais nobre e teórico, e às mulheres o que é mais prático e menos prestigioso [p. 109, §13]. “Embora seja verdade que encontramos mulheres em todos os níveis do espaço social, suas oportunidades de acesso (seus índices de representação) decrescem à medida que se atingem posições mais raras e mais elevadas [p. 110, §14]. “A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial – o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira” [p. 110-111, §15]. Quando mulheres ocupam cargos considerados masculinos, estão muito mais propensas a estresse, precisam buscar conforto em outras colegas devido ao desconforto do ambiente de trabalho em decorrência da presença masculina, como assédio sexual ou a degradação da própria imagem e de sua autoestima [p. 112, §17]. Por mais que já tenha havido mudanças, as próprias mudanças obedecem a lógica do modelo tradicional onde o masculino domina o lugar público (economia, produção) e a mulher o privado (doméstico, reprodução), ou a extensão desse espaço, no caso sendo destinada a serviços sociais (sobretudo hospitalares), educativos ou outros universos da produção simbólica (área literária, artística, jornalismo, etc.). Isto é, mesmo que as mulheres saiam da esfera privada, as tarefas que lhes são destinadas na área pública remetem as tarefas do privado [p. 112, §18]. Mulheres acabam introjetando a visão dominante, e assim, se ocupam um cargo de chefia, sentem-se mal em dar ordens a homens ou trabalhando em uma função tipicamente masculina [p. 113, §20]. “Em suma, através da experiência de uma ordem social ‘sexualmente’ ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob formas de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que são sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas” [p. 114, §21]. Como estão relacionadas com tudo que envolve a estética, mesmo quando estão na esfera pública lhes são destinados trabalhos que envolvem apresentação, representação, recepção e acolhida [p. 119, §29].

11) Economia dos bens simbólicos: Há uma necessidade de conservar e aumentar o capital simbólico, e uma das formas de fazer isso é por meio do matrimônio. A manutenção da posição das famílias depende da sua produção de capital simbólico, que acontece através da produção de herdeiros capazes de perpetuar a herança e a aquisição de prestígios [p. 115, §23]. O trabalho realizado por mulheres permanece subordinado às atividades de produção, que têm reconhecimento econômico e social, e são

organizadas em relação aos interesses materiais simbólicos, isto é, aos homens. Por isso muitas das atividades das mulheres está relacionada com o trabalho doméstico e, então, com a manutenção do capital social [p. 116, §24]. Homens acumulam capital social e capital simbólico por meio do casamento, e as mulheres ainda contribuem para o capital simbólico da família expressando o capital simbólico do grupo doméstico e com sua aparência (maquiagem, trajes, porte, etc.) [p. 117-118, §26]. No mercado de bens simbólicos, os bens que dizem respeito às mulheres estão relacionados com estética [p. 120, §31].

12) Padrões estéticos: No mercado dos bens simbólicos, a mulher é reduzida a um corpo físico sexualizado, considerando-se que essa é sua propriedade mais marcante: suas roupas, ornamentos e etc. tendem a exaltá-la e fazer do corpo uma linguagem de sedução, enquanto para os homens isso significa apagar o corpo em proveito de signos sociais. Por isso, mulheres gastam muito mais tempo, dinheiro e energia com estética [p. 118, §27]. Mulheres estão então “socialmente levadas a tratar a si próprias como objetos estéticos e, por conseguinte, a dedicar uma atenção constante a tudo que se refere à beleza, à elegância do corpo, das vestes, da postura”. Tomam conta das tarefas domésticas, algumas vezes das vestimentas masculinas e também são responsáveis pelo cuidado e decoração da casa [p. 119, §28].

13) Feminilidade: “Ser ‘feminina’ é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade; e dizer de uma mulher de poder que ela é ‘muito feminina’ não é mais do que um modo particularmente sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder” [p. 118, §26].

14) Internalização das estruturas sociais: “As imposições inscritas na estrutura social dos campos servem de suporte a estruturas cognitivas, taxinomias práticas, muitas vezes registradas em sistemas de adjetivos, que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos, cognitivos” [p. 124, §37]. “A sociologia genética do inconsciente sexual encontra seu prolongamento lógico na análise das estruturas dos universos sociais em que este inconsciente se enraíza e se reproduz” [p. 125, §38].

15) Dominação masculina: “A mesma relação de dominação pode ser observada, sob formas diferentes, nas condições femininas mais diversas, que vão da dedicação benévola das mulheres da grande burguesia dos negócios e do dinheiro a seu lar, ou a suas boas obras, à dedicação ancilar e ‘mercenária’ das empregadas da casa, passando, no nível da pequena burguesia, pela ocupação de um emprego assalariado complementar ao do marido, compatível com ele, e quase sempre exercido como algo inferior. A estrutura de dominação masculina é o princípio último dessas inúmeras relações de dominação/submissão singulares que, diferentes em sua forma segundo a posição, no espaço social, dos agentes envolvidos (diferenças às vezes enormes e invisíveis; outras vezes infinitesimais e quase invisíveis, mas homólogas e unidas, por isso mesmo, por um ar de família) separam e unem, em cada um dos universos sociais, os homens e as mulheres, mantendo assim entre eles a ‘linha de demarcação mística’ de que falava Virginia Woolf” [p. 127, §41].

16) Amor: Mulheres são ensinadas a “julgar amável e chegar a amar aquele que o destino social lhes designava, o amor é dominação aceita, não percebida como tal e praticamente reconhecida, na paixão, feliz ou infeliz” [p. 129, §42]. O amor tem relações históricas e estruturais [p. 131, §46].

Segunda etapa: Caracterização das teses do texto

Sobre a concepção essencialista versus a concepção histórica

TT1: O autor critica o trabalho de des-historicização e eternização que acontece na histórica, ou seja, a construção histórica por trás de determinados fenômenos é ignorada e estes são tomados como eternos, uma concepção considerada essencialista [p. 100, §3].

C1: Essa concepção é criticada pelo autor porque nega as constantes e as invariáveis que fazem parte da realidade histórica, caindo então no essencialismo.

TA1: É preciso reconstruir a história do trabalho histórico de re-historicização, isto é, a história de criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente, desde que existem homens e mulheres, e através da qual a ordem masculina se vê continuamente reproduzida através dos tempos. É necessário levar em conta o papel das instituições (Igreja, Estado, Escola, etc.) que contribuem para a situação da mulher na sociedade, e as predisposições hierárquicas que favorecem os homens e fazem com que as próprias mulheres contribuam para a sua exclusão dos lugares dos quais são sistematicamente excluídas.

Terceira etapa: Elaboração de esquemas

Figura 7.

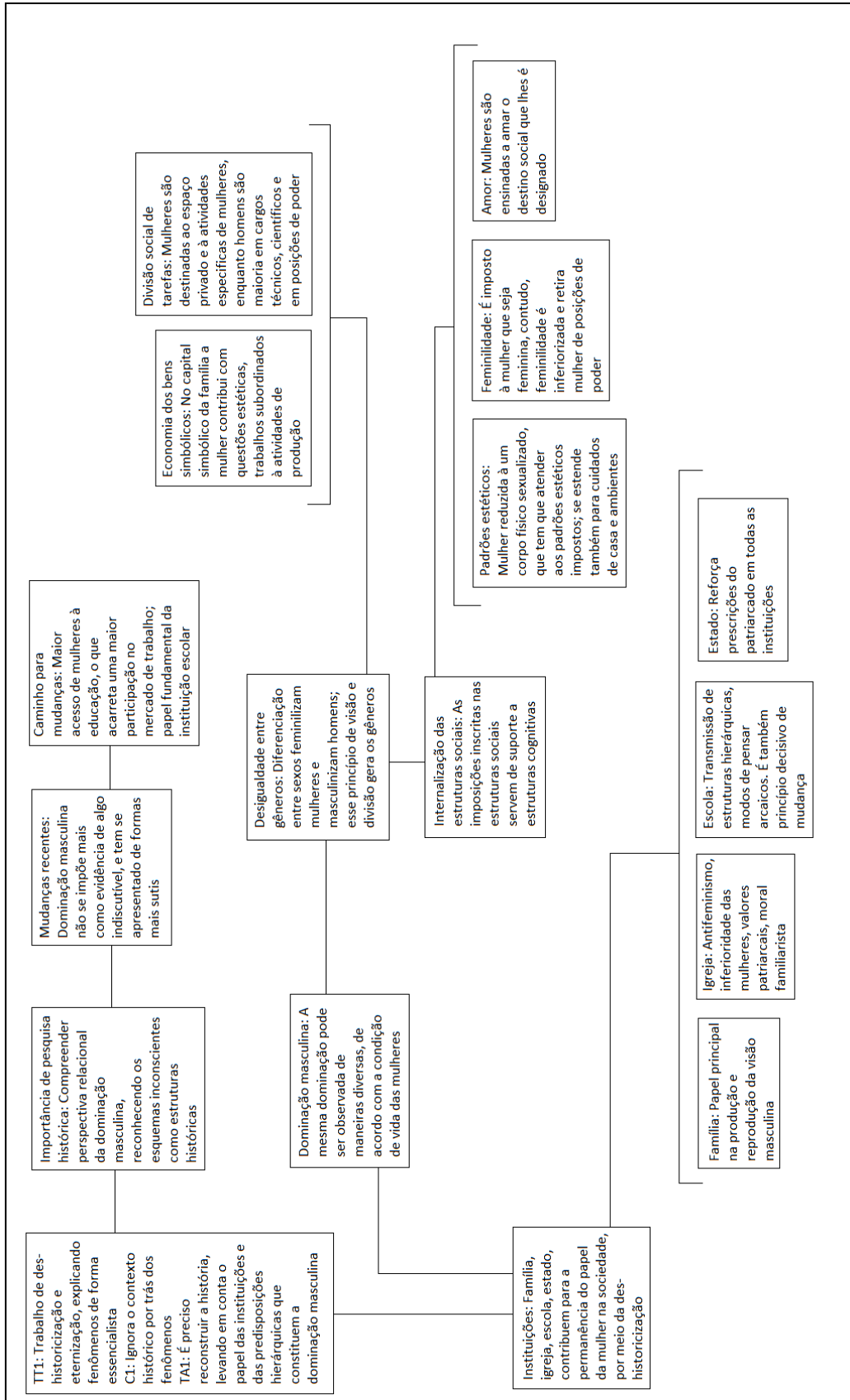


Figura 7

Esquema do capítulo Permanências e mudança

Quarta etapa: Síntese interpretativa

Nesse texto, Bourdieu direciona uma crítica a um processo que ele denomina de des-historicização, que acontece na sociedade: historicizar significa colocar determinados fenômenos em contexto histórico, demonstrando o processo histórico de sua construção. Contudo, atualmente, o que vem acontecendo com alguns fenômenos, em especial a dominação masculina, é o processo contrário, no qual essas relações de dominação masculinas são tomadas como eternas, e assim, a construção histórica por trás desse fenômeno é ignorada. A crítica do autor se dá devido a negação das constantes e invariáveis que fazem parte dessa realidade histórica, fazendo com que se caia numa espécie de essencialismo. Frente a isso, Bourdieu afirma que é necessário reconstruir a história que foi destruída pelo processo de des-historicização, colocando em pauta todas as estruturas que fazem parte da dominação masculina, afetando homens e mulheres, e como essas estruturas são reproduzidas ao longo do tempo. Além disso, atenta sobre a necessidade de levar em conta o papel das instituições como a família, igreja, escola e Estado, e o quanto elas contribuem para a permanência do papel da mulher na sociedade. Também é necessário levar em conta todas as predisposições hierárquicas que favorecem os homens e fazem com que homens e também as próprias mulheres contribuam para a sua exclusão de determinados locais.

Para isso, o autor ressalta a importância de pesquisas históricas, que podem evocar as instâncias que contribuem para a reprodução da hierarquia entre gêneros, fornecendo instrumentos para compreender o que permanece constante na condição das mulheres, e também quais mudanças, sejam elas conspícuas ou inconspícuas, que essa condição tem sofrido recentemente. Um fator importante a ser analisado é a resistência masculina, que acontece por meio de ações individuais nas unidades domésticas ou no trabalho, de ações machistas em diversos contextos ou de críticas ao que é politicamente correto. Bourdieu afirma que compreender a perspectiva *relacional* da dominação masculina é importante para notar como ela se estabelece nos diferentes espaços sociais. Assim, é possível ver as estruturas do inconsciente androcêntrico que governam as relações sexuais, seja no nível individual ou coletivo. Essas estruturas inconscientes são um produto histórico, provindas de um ambiente social e que se reproduzem através da aprendizagem ligada a experiências que os agentes têm das estruturas desses espaços. Com a pesquisa histórica, é possível captar as constantes da estrutura de dominação e os mecanismos de reprodução, e assim exercer efeitos sociais, contribuindo para neutralizar a dominação masculina e favorecendo a mobilização das vítimas (contudo, a divulgação de análise científica sobre o assunto também pode ter o efeito contrário, reforçando simbolicamente a dominação, fazendo com que suas constatações retomem o discurso dominante).

Para compreender todos os aspectos históricos envolvidos na dominação masculina, é necessário voltar o olhar às instituições (família, igreja, escola e Estado), pois elas contribuem para a permanência do papel da mulher na sociedade, reproduzindo hierarquias e predisposições hierárquicas que favorecem homens em detrimento de mulheres, fazendo com que os homens e as próprias mulheres contribuam para sua exclusão de determinados espaços sociais. É necessário estabelecer as

influências de cada instituição de acordo com o período histórico, e como essas instituições utilizam de seu poder para realizar a des-historicização das relações de dominação masculina. Deve-se observar as estratégias utilizadas por cada instituição, e as utilizadas pelos agentes individuais pertencentes a cada instituição, para fazer com que a ordem dos gêneros e as estruturas de relação de dominação permaneça existindo.

Segundo Bourdieu, a família é a principal instituição na reprodução da dominação masculina, pois nela se impõe a experiência precoce da divisão do trabalho, o que é garantido pelo direito e inscrita na linguagem.

A igreja é marcada pelo antifeminismo, sempre pronta a condenar atos indecentes de mulheres, sobretudo no que diz respeito aos trajés. Tem uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, uma moral familiarista, dominada por valores patriarcais e pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. A igreja age sobre as estruturas inconscientes, em especial por meio de textos sagrados, da liturgia e do espaço ou templo religioso.

A escola transmite pressupostos da representação patriarcal, sexualmente conotadas, divididas entre o que é de homem e o que é de mulher. Transmitem pressupostos na maneira que os indivíduos devem se ver e considerar suas próprias aptidões e inclinações, tudo que contribui para a autoimagem e para traçar seus destinos sociais. Tem modelos de pensamentos arcaicos, baseados por exemplo na concepção aristotélica de que o homem é o princípio ativo e a mulher o elemento passivo, e um discurso ancorado em teólogos, legistas, médicos e moralistas, que trata da mulher como um segundo sexo, cuja autonomia deve ser restringida.

Já o estado tem um papel amplo, pois ratifica e reforça as prescrições e proposições do patriarcado privado com um patriarcado público, inscrevendo-o em todas as instituições que gerem e regulamentam a existência cotidiana. O Estado inscreve no direito da família os princípios fundamentais da visão androcêntrica, e é por um lado paternalista, familiarista e protetor, com ministérios financeiros e administrativos voltados aos homens; mas por outro lado, é voltado a parte social, na qual ficam as mulheres como constituintes, sejam responsáveis ou destinatárias de seus cuidados e serviços.

Todos os aspectos envolvidos nessas instituições, bem como as estratégias que usam, resultam no sistema de dominação masculina. A mesma relação de dominação pode ser observada de diferentes formas, nas mais diversas condições de mulheres. Desde um nível socioeconômico mais alto, no qual as mulheres burguesas se dedicam ao seu lar e a boas obras, até a classe mais baixa, na qual as mulheres ocupam empregos assalariados para complementar o do marido, sendo quase sempre exercido como uma tarefa inferior. Existem diversas relações de dominação e submissas singulares em diversos contextos, mas a estrutura de dominação é o princípio que rege todas elas, que apenas diferem de acordo com a posição social dos agentes envolvidos. Independente de sua posição no espaço social, as mulheres estão separadas dos homens por um coeficiente simbólico, um estigma que afeta tudo o que elas são e fazem.

O sistema de dominação masculina leva a uma divisão social de tarefas: nas universidades, mulheres são minorias em departamentos de ciências, se especializam menos (e quando o fazem, é em áreas tipicamente femininas e pouco qualificadas. Na medicina por exemplo, quando se especializam é em áreas como pediatria e ginecologia). Ficam restritas a áreas mais práticas e menos prestigiosas. As mulheres tem uma dificuldade de acesso a posições mais raras e elevadas. Homens ocupam a maioria das áreas relacionadas à ciência, se especializam mais. Em medicina, dominam os campos de especialização considerados mais nobres, como a cirurgia. É destinado a eles o trabalho mais prestigioso e teórico. No mercado de trabalho, é visível a diferença de salários entre um homem e mulher mesmo que exercendo a mesma função, e, além disso, mulheres são mais atingidas pelo desemprego, tem maior taxa de precariedade no trabalho e são mais destinadas a cargos de trabalho parcial – o que faz com que sejam excluídas posições com maior poder e perspectivas de carreira. O homem ocupa lugares públicos de economia e produção, e a mulher ocupa lugares privados, domésticos e de reprodução. Mesmo quando saem da esfera privada, na esfera pública as mulheres acabam realizando trabalhos relacionados com cuidados, estética ou produção simbólica, remetendo ao que lhe foi originalmente destinado. Quando mulheres ocupam cargos considerados masculinos, sofrem por excessivo estresse e tentativas de assédio vindas de homens, além da degradação de autoestima e autoimagem. Se ocupam um cargo de chefia, sentem-se mal em dar ordem a homens.

Isso acontece porque desde pequenas, mulheres são ensinadas a obedecerem a ordem social sexualmente ordenada, seguindo os princípios da visão dominante. Dessa forma, acham natural que certas tarefas lhes sejam delegadas e outras não, e então passam a recusar carreiras das quais são sistematicamente excluídas, encaminhando-se para as que lhes são determinadas.

Bourdieu discute ainda sobre a economia dos bens simbólicos, afirmando que existe uma forma de capital simbólico que envolve as famílias, sobretudo relacionado ao matrimônio, e para isso, os homens contribuem com atividades de produção, com reconhecimento econômico e social, enquanto as mulheres realizam um trabalho subordinado à eles, sendo sua contribuição para o capital simbólico estando relacionada com trabalho doméstico, manutenção do casamento, manutenção de sua aparência física (maquiagem, trajes, porte, etc.), manutenção da estética da casa – o que representa o capital social, afirmando mais uma vez a distinção entre tarefas relegadas a mulheres e a homens.

Nesse contexto, mulheres acabam internalizando as estruturas sociais, fazendo com que estas se inscrevam em suas estruturas cognitivas, o que gera julgamentos éticos, estéticos e cognitivos de acordo com essas estruturas. O inconsciente se enraíza e se reproduz a partir das estruturas sociais de dominação.

A partir da internalização das estruturas de dominação, mulheres passam a se comportar visando se adequar aos padrões. Como mulheres são reduzidas a corpos físicos sexualizados, gastam tempo e dinheiro com procedimentos estéticos, roupas e ornamentos, para que possam ser exaltadas e, às vezes, até mesmo chamarem atenção para si por meio de sedução. A feminilidade é uma característica considerada essencial, contudo, a feminilidade é tratada como inferior, portanto, por mais que seja exigido de

mulheres que sejam femininas, atribuir à elas essa característica é um modo sutil de negar-lhe qualquer direito à virilidade e, portanto, a qualquer forma de poder. Além disso, mulheres são ensinadas a julgar amável e amar o que lhes é destinado pela sociedade. Bourdieu afirma que o amor é uma forma de dominação aceita, que não é percebida como dominação e praticamente reconhecida na paixão feliz ou infeliz. O amor inclui em sua história relações históricas e estruturais.

O estudo dos aspectos históricos envolvidos na dominação masculina possibilitou que o movimento feminista conquistasse alguns avanços na posição das mulheres na sociedade. A dominação masculina não se impõe mais como algo indiscutível. Sobretudo nas categorias mais favorecidas, já são vistas mudanças no que diz respeito ao aumento do acesso de mulheres ao ensino secundário, superior e ao salário assalariado – o que aumenta o acesso de mulheres à esfera pública, distanciamento das tarefas domésticas e de funções de reprodução (maior uso de contraceptivos e redução no tamanho das famílias), adiantamento da idade do casamento, redução do tempo de interrupção de atividades profissionais devido ao nascimento de filhos, elevação nos percentuais de divórcio e redução nos percentuais de casamentos.

Contudo, ainda existem muitas mudanças a serem realizadas. Segundo Bourdieu, um dos fatores mais fundamentais está relacionado à transformação da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre gêneros, aumentando também o acesso de mulheres à educação, o que pode ter como consequência uma maior independência econômica e uma transformação nas estruturas familiares (o que pode incluir ainda o aumento no número de divórcios). O aumento do número de mulheres trabalhando afeta, inclusive, suas próximas gerações, pois filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreiras mais elevadas e são menos apegadas ao modelo de família tradicional, que tem atrelado a ele a condição de submissão feminina. O aumento do acesso de mulheres à educação também está relacionado com uma modificação das estruturas produtivas, o que pode levar a um aumento da representação de mulheres em carreiras intelectuais, administrativas e demais profissões, aumentando o número até mesmo em profissões que já são consideradas femininas. Contudo, atualmente, mesmo as mulheres diplomadas ainda são excluídas de cargos de autoridade e responsabilidade, sobretudo na economia, finanças e política. Para uma real modificação do contexto de dominação, é necessário uma ação política que leve em consideração todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se reproduzem não só a ordem masculina, mas toda a ordem social. Uma ação dessas pode, em longo prazo, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.